

DOSSIÊ ESTUDOS CULTURAIS

CULTURA MULTIFACETADA

AMANDA BASILIO SANTOS
JULIANA PORTO MACHADO
(ORG.)

Dossiê Estudos Culturais Cultura Multifacetada



(Página Intencionalmente deixada em branco)

Amanda Basilio Santos
Juliana Porto Machado
(Org.)

Dossiê Estudos Culturais

Cultura Multifacetada

1ª Edição

Jaguarão
CLAEC
2018

© 2018, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização previa por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração e diagramação: Amanda Basilio Santos.

Capa: Amanda Basilio Santos. **Fotografia:** Street Art de Christian Guémy (C215).

ISBN 978-85-93548-15-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A484

Dossiê Estudos Culturais [livro eletrônico]: cultura multifacetada / Amanda Basilio Santos; Juliana Porto Machado (Organizadores). 1. ed.- Jaguarão: CLAEC, 2018. 182p.

PDF - EBOOK

ISBN: 978-85-93548-15-4

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais

CDU 303
CDD 300

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

ORGANIZAÇÃO DO I CIPCS

Coordenação Geral: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Comissão organizadora:

Dr. Adhemar Lourenço da Silva Júnior (ICH - Universidade Federal de Pelotas)

Dr.^a Elisabete da Costa Leal (ICH Universidade Federal de Pelotas)

Doutoranda Amanda Basílio Santos (ICH – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e CLAEC)

Doutoranda Juliana Porto Machado (ICH – Universidade Federal de Pelotas e CLAEC)

Mestra Juliana de Oliveira Plá (ICH - Universidade Federal de Pelotas/IFSUL - Jaguarão)

Mestrando Luis Felipe Ribeiro (ICH - Universidade Federal de Pelotas)

Site e Facebook:

<https://cipcs2018.wixsite.com/icipcs> | <https://www.facebook.com/ICIPCS/>

Realização:

Centro Latino Americano de Estudos em Cultura (CLAEC); Instituto Conexão SócioCultural (CONEX) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Apoio:

Laboratório de Política e Imagem (LAPI-UFPEL); Centro de Artes (CA-UFPEL); Instituto de Ciências Humanas (ICH-UFPEL); Biblioteca Pública Pelotense.

Financiamento:

FAPERGS

Como referenciar o trabalho (conforme ficha catalográfica)

SOBRENOME, Nome. Título. In: SANTOS, Amanda Basilio; MACHADO, Juliana Porto. *Dossiê Estudos Culturais: cultura multifacetada*. Jaguarão: Editora CLAEC, 2018, p. x-x.

COMITÊ CIENTÍFICO:

Dr^a Maristani Polidori Zamperetti,
Dr^a Cristina Pureza Duarte
Dr^a Boéssio Lisiane Sias Manke e
Dr^a Carmen Luz Rivas de Martínez,
Dr^a Graziela Rinaldi,
Dr^a Neiva Afonso Oliveira,
Dr^a Elisabete Leal,
Dr^a Larissa Patron,
Dr. Fábio Vergara Cerqueira,
Dr^a Carolina Kesser Barcellos Dias,
Dr. Ronaldo Bernardino,
Dr. Diego Lemos Ribeiro,
Dr. Edison Bisso Cruxen,
Dr. Carlos Garcia Rizzon,
Dr^a Daniele Gallindo,
Dr^a Juliana Brandão Machado,
Dr. Diego Lemos Ribeiro

Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack,
Dr^a Caroline Silveira Bauer,
Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes,
Dr. Gabriel Chati,
Dr^a Carmem Gessilda Burgert
Schiavon,
Dr^a Juliane Conceição Primon Serres,
Dr^a Mari Lucie,
Dr^a Joana Holanda e Karina
Giacomelli,
Dr Gerson Galo Ledezma Meneses,
Dr^a Julia Silveira Matos,
Dr^a Ursula Rosa da Silva,
Dr^a Ana Paula Penkala,
Dr. Adhemar Lourenço,
Dr^a Adriane Luisa Rodolpho
Doutoranda Amanda Basilio Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
ESQUADRÃO DA MORTE NOS CLIPPINGS DA EDITORA ABRIL: CASO CORREINHA (1972-1984) <i>Aline de Jesus Nascimento</i>	02
JUSTIÇA RESTAURATIVA E CULTURA DA PAZ: UMA FERRAMENTA DE COMBATE À TORTURA E DE VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS INDIVÍDUOS SUBMETIDOS AO CÁRCERE <i>Aline Santestevan Oliveira Iribarrem</i>	13
ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E AS CIDADES: UMA PROPOSTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES <i>Amanda Carolina de Sousa Seabra</i>	24
QUILOMBOS E CULTURA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS <i>Antônio Ferreira e Edimara Gonçalves Soares</i>	40
PATRIMONIALIZAÇÃO NO ECOSISTEMA COSTEIRO: O CASO DOS VEÍCULOS NO BALNEÁRIO CASSINO E OS IMPACTOS AMBIENTAIS – RIO GRANDE, RS <i>Felipe Nóbrega Ferreira</i>	52
ESTADO NOVO, CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E TRABALHO: O CASO DA OPERÁRIA CECÍLIA (JOINVILLE SC, 1942) <i>Jade Liz Almeida dos Reis</i>	68
JOGANDO COM OS TEXTOS E OS ORIXÁS: UMA EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL <i>Jean Karlos Souza Gomes e João Luis Pereira Ourique</i>	78

NO GIRAR DA MANIVELA: A PRODUÇÃO E MATERIALIDADES DAS FOLHINHAS
MIMEOGRAFADAS

Joseane Cruz Monks.....89

REDES SOCIAIS DIGITAIS E O FORTALECIMENTO DO DISCURSO DA “NOVA
DIREITA” NO BRASIL

Letícia Baron e Michele Diana da Luz..... 100

ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E AS CIDADES: UMA PROPOSTA DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES

Lia Machado dos Santos e Rosângela Fachel de Medeiros.....114

CARTOGRAFIA URBANA NA LINHA FRONTEIRIÇA: TRAVESSIAS NAS CIDADES-
GÊMEAS BRASIL-URUGUAY

Lorena Maia Resende e Eduardo Rocha.....129

DIREITOS LGBT E SINDICALISMO DOCENTE: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES GAYS
MILITANTES NO ANDES- SN

Luciano Pereira dos Santos.....144

FERNANDO PESSOA ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Rafaela Favarin Somera.....160

IGUALDADE COMO CONDIÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA DE TODAS AS CULTURAS
EM CONDORCET

Vanderlei Gularte Farias.....170

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que disponibilizamos o primeiro *Dossiê Estudos Culturais*, do Congresso Internacional de Pesquisa em Cultura e Sociedade. Pretendemos tornar esta uma tradição no desdobramento das próximas edições do evento, sempre reunindo os artigos que foram considerados como os destaques pelo Comitê Científico no decorrer das apresentações de trabalhos nos simpósios temáticos.

Esta seleção, de trabalhos de variadas naturezas, muito agrega a nossa visão de fenômenos culturais na contemporaneidade: são temas pertinentes e condizentes com as discussões atuais em torno da cultura, de políticas identitárias e de fenômenos urbanos e patrimoniais. Desta forma, esta publicação é um produto que dialoga diretamente com as demandas sociais que encontram voz nas pesquisas desenvolvidas no ambiente acadêmico, mas que não são delimitadas pelos muros universitários.

Assim como *o graffiti* do artista de rua Christian Guémy (C215), capa desta nossa primeira edição, a cultura é multifacetada, colorida, dinâmica, complexa e um fenômeno sempre estimulante. Por conta destas plurais apresentações no circuito social, nunca teremos uma única área do saber como capaz de compreender a totalidade das ocorrências culturais, sejam de longa ou curta duração. Deste modo, os estudos da cultura se colocam como um esforço inter, multi e pluridisciplinar. Nas páginas a seguir, poderemos ler trabalhos de pesquisas das mais variadas áreas do conhecimento, todos dedicados a acrescentar na compreensão daquilo que consideramos cultura.

Gostaria de encerrar esta apresentação, agradecendo a todos que de algum modo participaram da primeira edição do CIPCS. Seja contribuindo com suas pesquisas, participando e fomentando os debates, assim como a toda a equipe que tornou possível a realização do evento. Agradecemos especialmente a FAPERGS, pelo financiamento que permitiu a qualidade de nossa proposta. Em nome de toda a Equipe CIPCS, desejamos uma ótima e proveitosa leitura, e esperamos que possamos continuar as discussões iniciadas em 2018 em nossa próxima edição.

Amanda Basilio Santos
(Comitê Organizador)

**ESQUADRÃO DA MORTE NOS CLIPPINGS DA EDITORA ABRIL:
CASO CORREINHA (1972-1984)¹**

*ESQUADRÓN DE LA MUERTE EN LOS CLIPPINGS DE EDITORA ABRIL: CASO
CORREINHA (1970-1984)*

*Aline de Jesus Nascimento
Mestranda em História /UNESP-ASSIS
E-mail: aline.d.j.nas@gmail.com*

RESUMO

O Esquadrão da Morte (EM), milícia com o intuito de realizar uma espécie de profilaxia social, atuou de modo intenso durante o período da ditadura civil militar brasileira (1964-1985). Contava com o apoio não explícito do Estado, fato que permitiu a continuidade das suas atividades nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, assim como em outras partes do território nacional. O presente trabalho visa analisar uma parcela dos recortes de jornais, reunidos ao longo de décadas pela Editora Abril, e que foi doado para o Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP), pertencente à UNESP/Assis, em dezembro de 2011. Mais especificamente trata-se de 53 matérias que compõem a pasta sob a rubrica *Crime/Esquadrão da Morte-Caso Correinha (1972-1984)*. Astorige Corrêa de Paula e Silva, que emprestou seu apelido a pasta, foi um policial conhecido por ter sido um dos líderes do grupo durante o nas décadas de 1960 e 1970. Ressalta-se que a imprensa teve um papel essencial para informar a opinião pública sobre a existência do EM, seus integrantes e atuação, razão pela qual se pretende analisar esse material e levantar hipóteses sobre as escolhas dos jornais selecionados, a maneira como trataram essa personagem, sem esquecer os possíveis silêncios do *clipping*.

Palavras-Chave: Esquadrão da Morte. *Clipping*. Editora Abril.

RESUMEN

El Escuadrón de la Muerte (EM) fue una milicia con el propósito de realizar una especie de profilaxis social, actuó de modo intensificado durante el período de la dictadura militar en Brasil (1964-1985). Contaba con el apoyo no explícito del Estado, hecho que permitió la continuidad de sus actividades en las ciudades de Río de Janeiro y São Paulo, así como la propagación a otras partes del territorio del país. El presente trabajo busca analizar una parte de un conjunto de recortes de periódicos, reunidos a lo largo de décadas por la Editora Abril y que fue donado al Centro de Documentación y Apoyo a la Investigación (CEDAP), perteneciente a la UNESP / Assis, en diciembre de 2011, más específicamente 53 recortes de periódicos en la carpeta *Crime/Esquadrão da Morte- Caso Correinha (1972-1984)*. Astorige Corrêa de Paula e Silva que prestó su apodo a la carpeta, fue un policía que se convirtió en uno de los líderes del grupo durante su actuación en las décadas del 60 y 70. Se resalta que la prensa tuvo un papel esencial para informar a la opinión pública en el sentido de informar a existencia del EM, sus miembros y su actuación, por esta razón, se pretende realizar una análisis de la carpeta con la investigación de los

¹ Orientadora da pesquisa: Prof.^a Tania Regina de Luca . Fapesp (2017- 15451-9).

fragmentos de periódicos que la componen, y así, ter condiciones de establecer hipótesis acerca de las decisiones de los periódicos seleccionados para detectar posibles silencios y exclusiones constantes en el *clipping*.

Palabras clave: Esquadrón de la Muerte. *Clipping*. Editora Abril.

ESQUADRÃO DA MORTE: CONTEXTO E ORIGENS

O Esquadrão da Morte (EM) foi uma milícia que atuou intensamente em diversas partes do território brasileiro entre os anos de 1960 e 1970, cujos membros possuíam, em sua maioria, ligação estreita com o poder público (delegados, investigadores, soldados) e acreditavam ter a missão de limpar a escória da sociedade, ou seja, os indivíduos considerados marginais, de modo a assegurar o bem-estar do todo.

Os marginais que o EM queriam eliminar eram, em sua maioria, responsáveis por roubo de carros, tráfico de entorpecentes, assassinatos de policiais. Vale comparar com os crimes que predominavam no início do século XX, uma vez que os novos padrões eram fruto das mudanças sociais e geográficas no cenário urbano das capitais brasileiras:

A maior parte dos delitos registrados [no início do século XX] no país era constituída de crimes comuns, infrações que desrespeitavam os preceitos sociais de proteção à propriedade e aos bons costumes. Os crimes comuns, de forma geral, diziam respeito a pequenos furtos, arrombamentos, espancamentos de mulheres, alcoolismo, falsificações, assaltos, adultérios, envolvimento com drogas e prostituição, enfim, crimes que não seriam exclusivos desse período, os quais, embora a cada época pudessem assumir formas mais ou menos padronizadas de ser, crivam seu espectro de peculiaridade pela reação social que cada um desses crimes tipificados pela sociedade obteve. (CANCELLI, 2000, p.125)

Na imprensa multiplicavam-se notícias sobre delitos nos centros urbanos, que conheciam acelerado crescimento, sem o devido planejamento.² A população almejava mais segurança e grupos de policiais assumiram a tarefa de, pelo menos em tese, acabar com a

² De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE, o século XX foi caracterizado, no Brasil, por um intenso processo de urbanização iniciado em meados do século e fortalecido a partir de 1960. A parcela de população urbana passou de 31,2% em 1940 para 67,6% em 1980. A mudança de país predominantemente rural para urbano ganhou velocidade no período 1960-1970, quando a relação se inverteu: dos 13.475.472 domicílios recenseados no Brasil em 1960, pouco menos da metade (49%), se situavam nas áreas urbanas; em 1970, quando foram contados 18.086.336 domicílios, esse percentual já chegava a 58%. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do Século XX. Comunicação Social, 29/09/2003. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia /noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm)>. Data de acesso: 20/02/107.

crescente criminalidade.³

Tratava-se de policiais de elite, homens tidos como destemidos, que agiam com considerável autonomia e com a anuência dos superiores para praticar desvios de conduta profissional, fator que favoreceu o descontrole e desaguou na decisão de matar os tidos como marginais incorrigíveis, tendo em vista transmitir à população sensação de segurança, resultante da eficácia da polícia.

Grupos sem o apoio direto do Estado também se formaram, com a mesma concepção de assepsia social, fator que dificultou as investigações quando os integrantes dessas milícias envolveram-se com a própria criminalidade que diziam exterminar,

Contudo, seja qual for a origem dessa coordenação, entre o sistema de polícia formal e os esquadrões da morte “informais” ligados à polícia, assim que estes começaram a existir rapidamente proliferaram, cada um deles com um grau variável de sobreposição e vinculação com o sistema policial formal – um caso em que a degenerescência engendra ainda mais degenerescência. (HUGGINS, 1998, p.114)

As vítimas ocupavam as páginas da imprensa e ficou logo evidente que os cadáveres apresentavam um padrão similar: diversas perfurações no corpo, feitas por armas de calibres diferentes, ausência de testemunhas, falta de documento de identificação, lesões por fio de *nylon*, a sugerir tortura, marcas de algemas e abandono em locais ermos. Os corpos eram encontrados, no mais das vezes, em avançado estágio de composição, o que dificultava ainda mais a identificação e, conseqüentemente, a possibilidade de investigações eficientes. Assim, frequentemente as vítimas eram sepultadas como indigentes.

O Brasil, no momento de atuação do EM, estava sob o domínio político dos militares, regime iniciado em 1964, em função de um golpe de Estado. Em dezembro 1968, ocorreu o golpe dentro do golpe,⁴ com a decretação do Ato Institucional nº5, que cerceou de vez as já

³ Cita-se dois exemplos de grupos criados com o intuito de diminuir a criminalidade: Os “Homens de Ouro” selecionados em 1957 pelo Secretário do Departamento Federal de Segurança Pública, general Amaury Kruel e a Scuderie Le Cocq fundada em 1964, em homenagem ao Detetive Milton Le Cocq, morto em serviço pelo Manoel Moreira (Cara de Cavallo). Para mais informações ler: HUGGINS, Mattha K. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998; BARBOSA, Adriano. **Esquadrão da Morte: um mal necessário?** Rio de Janeiro: Mandarin, 1971.

⁴ Expressão utilizada com frequência para se referir ao período que foi decretado o Ato Institucional nº5 de 1968. O golpe por excelência aconteceu em 64 quando o presidente João Goulart foi expulso pelos militares e o golpe dentro do golpe foi o momento de endurecimento do regime com a extinção dos direitos dos cidadãos. Entre as obras que utilizaram essa expressão pode-se citar: ARRAES, Miguel. **O Brasil, o povo e o poder**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Editora:UNESP,2007. LIBANIO, João Batista. **As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. **Dualidade de poderes: um mal estar na cultura política da esquerda**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria

combalidas liberdades democráticas ainda restantes. O momento contribuiu, portanto, para que a repressão atingisse novos patamares, uma vez que as garantias democráticas foram todas suspensas:

Dentre os estudiosos do período há quase um consenso no estabelecimento de um marco em 1968 como o AI-5, visto como um momento de ruptura e, como alguns preferem qualificar, um “golpe dentro do golpe”. Ali estaria estabelecido o início da fase mais dura do regime militar que prossegue de forma ininterrupta até o início do processo de “distensão/abertura” que começou no governo Geisel e teve continuidade no governo Figueiredo.

O que, entretanto, não é consensual é a forma de se encarar esse recrudescimento repressivo. Os representantes governamentais e os grupos sociais que lhe conferem apoio justificam a tentativa de fechamento de todas as possibilidades de participação social, bem como uma manobra defensiva. Ou seja, o governo teria sido obrigado a reagir na defesa contra a oposição armada que, nesse momento, se articulava através de uma série de ações (assaltos, expropriações, sequestros, panfletagens). Desse modo, a ação governamental tenta bloquear todos os espaços de organização de resistência, usando de todos os meios para destruir a atuação desses grupos que agem na clandestinidade. Mesmo entre os autores que se dedicam ao estudo do período existem os que aceitam essa visão. Porém, há os que não concordam com essas ideias e acreditam que há uma intenção de eliminação dos movimentos que foram utilizadas como pretexto para o avanço potencial repressivo. (AQUINO, 2000, p.279-280)

Esse também foi o período que a imprensa publicou maior quantidade de notícias sobre o EM, o que sugere uma relação estreita entre o aumento da atuação da milícia e o endurecimento do regime, aspecto que tem sido destacado pela historiografia:

Em fins dos anos 60 e início dos 70, jornais e revistas começaram a dedicar mais atenção ao tema da violência urbana, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além da violência política do governo ditatorial, essa foi também a época do auge do “esquadrão da morte”. (COSTA, 1999, p.3)

O EM se fortaleceu graças a um regime que fazia vistas grossas para as suas atividades, o que era ainda mais facilitado pelas duras medidas impostas pelo AI-5. A tortura foi usada contra os inimigos políticos, muitas vezes praticadas por esses mesmos policiais que combatiam, ao seu modo, a criminalidade. A imprensa, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas em função do controle da informação, colocou a questão na agenda e foi porta voz dos que se opunham às execuções sumárias.

Entre os indivíduos mais citados como integrantes do EM cabe destacar: Astorige Correa de Paula e Silva (Correinha), Sérgio Paranhos Fleury, José Alves da Silva (Zé da Guarda), Angelino Moliterno (Russinho), Morvan Lopes Cordeiro, Luís Carlos Franco Ferreira (Gaucho Bigode), Mariel Mariscöt de Mattos, Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I), Antonio Augusto de Oliveira (*Fininho II*), Alberto Barbour, Walter Brasileiro Polim (Brasileiro), João Bruno (Bruno), Ernesto Milton Dias, Carlos Tralli (Trailer), Eduardo Xavier,

de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

Cléomenes Antunes (Goiano), José Campos Correa Filho (Campão).⁵ No *clipping* da Editora Abril, Correinha foi o único a possuir pasta exclusiva que dava conta de notícias publicadas a seu respeito.

Os *clippings* da Editora Abril, conjunto único no país, é formado por fragmentos devidamente identificados e indexados, com o intuito de fornecer dados e informações para a produção das várias revistas que integram o grupo, um dos mais importantes da América Latina já naquela época.⁶ Cabe ressaltar a importância desse acervo, que fornece indícios dos interesses tanto sobre os acontecimentos como sobre a empresa. As fontes não se limitavam às publicações nacionais, observando-se a presença de impressos publicados do exterior. Sobretudo antes da internet, esses acervos desempenhavam papel estratégico, ainda mais para uma editora do porte da Abril:

O clipping é uma ferramenta usada para diversas finalidades: utilizado como documento e repositório de memória enquanto guarda informações históricas através de notícias, semelhante às hemerotecas de bibliotecas; ele é importante para a compreensão do fluxo informacional, já que serve de feedback aos releases enviados à imprensa televisiva e radiofônica; bem como instrumento de gestão estratégica da informação, pois também é um subsidiador para o gerenciamento da imagem da instituição. (KOCHANI, 2012, p.256)

Uma das marcas deste material é a diversidade documental, pois as dimensões dos textos são diferentes, assim como o modo como a notícia é tratada. Abril organizou o seu *Clipping* em três conjuntos: Empresas, Personalidades e Assuntos de A a Z, acondicionados em caixas que contém pastas individuais com recortes relativos a temas específicos, ordenados em ordem cronológica e que podem, ainda, conter dossiês específicos no seu interior. No conjunto, há pastas com alguns recortes e outras que somam centenas. Entretanto, o *clipping* não objetivava ser um arquivo histórico, era, antes de tudo, um arquivo com finalidade jornalística. As pastas ficavam à disposição dos redatores e repórteres, devendo, portanto, servir a um fim específico de produção de revistas de informação.⁷

⁵ Nomes retirados a partir da análise documental dos *clippings* da Editora Abril, realizada para a dissertação de mestrado: *O Esquadrão da Morte no clipping e nas revistas semanais da editora Abril (1968-1985)*.

⁶ Atualmente, os produtos da Editora Abril contam com aproximadamente 30 milhões de leitores e a empresa é responsável pela publicação de 48 revistas, dentre as quais estão sete das dez revistas mais lidas do país, com destaque para *Veja*, a principal revista de informação semanal brasileira em termos de exemplares vendidos. Informações retiradas: GRUPO ABRIL. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/midia/marcas-e-empresas/>>. Data de acesso: 20/07/2017.

⁷ Em 2002, todos os integrantes do departamento dedicados ao acervo foram demitidos. É evidente que a disponibilidade de informação por meios eletrônicos tornou obsoleta toda a coleta realizada em jornais e revistas.

CASO CORREINHA: O CAÇADOR DE BANDIDOS NO *CLIPPING*

Astorige Correa de Paula e Silva nasceu na cidade de Londrina, no Paraná, em 7 de março de 1941, quando seus pais visitavam a cidade. Entre os anos de 1960 e 1970, seu nome foi citado inúmeras vezes nos periódicos brasileiros, que o acusavam de ser o líder do Esquadrão da Morte em São Paulo. É digno de nota que ele tenha sido julgado e condenado por violar os direitos humanos em pleno regime ditatorial.⁸

As reportagens jornalísticas afirmam que durante o julgamento acerca dos assassinatos envolvendo o Esquadrão da Morte, Correinha declarou-se inocente das acusações de pertencer ao grupo e fez uso das vantagens propiciadas pelo cargo policial. Assim, no decorrer do inquérito, registraram-se fugas da prisão, regalias no cárcere, como acesso à televisão e rádio na cela e, ainda, circulava com desenvoltura pelos setores restritos aos funcionários da penitenciária.⁹ Citado diversas vezes por ter sido o responsável pela execução de Carlos Eduardo da Silva, conhecido como Saponga, que teria assassinado seu amigo Davi Romero Paré.¹⁰

No ano de 2005, escreveu livro autobiográfico, *Correinha o Caçador de Bandidos: Líder do Verdadeiro Esquadrão da Morte*, no qual confirma participação destacada no grupo de extermínio e expôs sua perspectiva dos fatos:

Quero mostrar aos leitores minúcias e causas da suprema ruína que me atingiu através do maquiavelismo de homens pequenos, de baixa estatura moral, sem honra, e sem dignidade, que usaram seus cargos e a justiça a quem deveriam servir com imparcialidade, e assim não o fizeram, muito pelo contrário, a usaram para atingir seus objetivos torpes, e praticar uma das maiores injustiças contra um policial que apenas cumprira com o seu dever. Começarei a narrativa, não obstante meu espírito recue ante tanto luto, tristezas e humilhações que a vida e os homens me impuseram. (CORRÊA, 20015, P.13-14)

Ele anuncia um próximo volume, mas que até o momento não veio a público. Nos

⁸ Em 26 processos do Esquadrão da Morte, Correinha conta como assassino. Foi impronunciado ou absolvido em 24 deles e um foi anulado. Foi considerado responsável somente pela morte de Itaguassu Schumaker Cordeiro (Tatu Branco), passou cinco anos na Penitenciária do Estado. Em 1979 lhe foi concedido o albergue domiciliar, entretanto, em 1982 foi decretada novamente sua prisão e ele foi direcionado para o Presídio Especial da Polícia Civil (*Jornal da Tarde*, 05/07/1982). As informações possuem divergências, em 13 de abril de 1980, há um fragmento da *Folha de S. Paulo* que noticia o casamento de Correinha no Presídio da Polícia Civil em São Paulo. Após esse episódio, não há nenhuma informação no *clipping* acerca de quando foi posto em liberdade novamente.

⁹ Informações contidas nos seguintes recortes: *O Estado de S. Paulo*, 11/03/1972, 14/03/1972, 27/04/1972, 05/05/1972, 27/08/1974, 28/08/1974, 01/10/1974; *Jornal da Tarde*, 15/03/1972.

¹⁰ Ele jurou matar Carlos Eduardo, para o que realizou uma verdadeira caçada, cujo desfecho ocorreu nas matas da Serra da Cantareira, quando finalmente cumpriu sua promessa.

agradecimentos, cita o jornalista Percival de Souza,¹¹ que, de acordo com os recortes constantes no *clipping*, foi seu padrinho de casamento, ocorrido durante seu encarceramento. De modo geral, o livro é a voz de defesa do autor, em que se entrelaça a vida pessoal com a profissional, detendo-se em comentários sobre a infância, família e os momentos na cadeia. Tenta convencer o leitor que a condenação foi fruto de perseguição por parte do então representante do Ministério Público, Hélio Bicudo.¹²

A pasta dedicada a EM-Correinha contém 53 fragmentos de periódicos entre os anos de 1970 e 1984, nos quais ele invariavelmente aparece. A extensão de cada recorte pode ir de apenas parte de uma folha até duas páginas completas. Nesse material foram citados 302¹³ nomes, entre advogados, promotores, vítimas, membros do EM, testemunhas, familiares e jornalistas.

¹¹ Escritor e jornalista investigativo, nasceu em 17 de outubro de 1943 em Braúna-SP. Sua carreira como jornalista se iniciou aos 14 anos na redação da *Folha de S. Paulo*, posteriormente trabalho na revista *Quatro Rodas*, da Editora Abril. Aos 22 anos, foi um dos fundadores do *Jornal da Tarde* e também trabalhou no *Notícias Populares*, do Grupo Folha e na *Auto Esporte*. Nos anos 1970, seguiu as atividades do Esquadrão da Morte. Entre suas obras, ver: **Society Cocaína**. São Paulo: Traço, 1982; **O Império da Violência**. São Paulo: ícone, 1988; **Eu, cabo Anselmo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1999; **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Globo, 2000; **Narcoditadura: o Caso Tim Lopes**. São Paulo: Labortexto, 2002.

¹² Foi o grande precursor dos estudos sobre o Esquadrão da Morte, cujos escritos tinham em vista analisar a atuação dessa milícia e, ao mesmo tempo, denunciá-la. Bicudo assumiu o cargo de Procurador de Justiça do Estado, tendo sido nomeado por Portaria nº 1230 - São Paulo, assinada pelo Procurador Geral da Justiça, Dario de Abreu Pereira, em 23 de julho de 1970, quando foi designado para assumir a supervisão e orientação das tarefas pertinentes ao Ministério Público, no que respeita à preservação da Lei e do Direito, no episódio do denominado “Esquadrão da Morte”. Entre suas obras, ver: **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e de Paz, 1976; **O direito e a justiça no Brasil: uma análise crítica de cem anos**. São Paulo: Símbolo, 1978; **Direitos civis no Brasil, existem?** São Paulo: Brasiliense, 1982; **Segurança Nacional ou Submissão**. São Paulo: Paz e Terra, 1984; **Lei de Segurança Nacional: Leitura Crítica**. São Paulo: Paulinas, 1986; **Direitos humanos e ordem constitucional no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987; **Do esquadrão da morte aos justiceiros**. São Paulo: Paulinas, 1988; **Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Moderna, 1994; **Direitos humanos e sua proteção**. São Paulo: FTD, 1997; **Minhas Memórias**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

¹³ Segue a lista, em ordem decrescente, dos nomes mais citados e a quantidade que apareceram em colchetes: Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I) [20], Itaguassu Shumaker Cordeiro (Tatu Branco) [14], Sergio Fernando Paranhos Fleury [14], Ernesto Milton Dias [13], José Fernando Rocha [12], Djalma Lucio Gabriel Barreto [10], Abdala Achcar [9], Walter Brasileiro Polim [9], José Alves da Silva (Zé da Guarda) [8], Amador da Cunha Bueno Netto [7], Celso Telles [7], Marcos Ribeiro de Freitas [7], Amador da Cunha Bueno Netto [6], Antonio de Sousa Campos (Nego Sete) [6], Hely Lopes Meireles [6], Luiz de Paiva Ferreira da Silva [5], Mariel Maryscotte de Matos [5], Sérgio de Castro Pontes [5].



Mais da metade dos fragmentos está indexado na folha padrão do *clipping*

Os recortes provêm de publicações variadas, mas destacam-se os periódicos de grande circulação. Fica evidente o predomínio por material de São Paulo, cabendo destacar a exclusão de *Notícias Populares*, periódico que concedia considerável espaço ao tema, mas que não foi tido como digno de integrar o *clipping*.¹⁴ Indiretamente, tem-se acesso à hierarquia vigente, naquele momento, no mundo dos impressos, de tal sorte que se pode avaliar o que era e o que não era tomado como jornalismo sério. A tabela abaixo demonstra, em detalhes, a distribuição dos títulos da pasta Correinha:

Caso Correinha	
Nome do Periódico	Quantidade
<i>O Estado S. Paulo</i>	31
<i>Folha de S. Paulo</i>	5
<i>Jornal da Tarde</i>	13
<i>Jornal do Brasil</i>	2
Não identificado	2
Total	53

Tabela 1: Distribuição de recortes por periódico. Fonte: Pasta Correinha, *Clipping* da Editora Abril.

¹⁴ Jornal publicado pelo Grupo Folha, que circulou em São Paulo (15/10/1963 a 20/01/ 2001), conhecido por suas manchetes sensacionalistas. Apesar do slogan ter sido "Nada mais que a verdade", foi acusado no meio jornalístico de abusar das notícias escabrosas.

Os recortes tratam do julgamento de Correinha e as notícias seguem o desenrolar dos fatos, das fugas, das mudanças de advogados, das decisões dos promotores e de juízes. Nos recortes não existe uma análise aprofundada sobre os motivos que o levaram a condenação, não há detalhes acerca dos julgamentos. A imprensa acompanhou os casos, entretanto, não se debruçava nas informações técnicas, inclusive, talvez, esse não fosse o interesse do público leitor no momento. É possível afirmar que no período em que a pasta foi criada, Correinha já teria fugido duas vezes do cárcere.¹⁵

Os anos de 1977, 1978 e 1983 não possuem nenhum documento, sendo a década de 1970 a que contempla maior quantidade de recortes, visto que foi o período em que se iniciou o julgamento de Correinha:

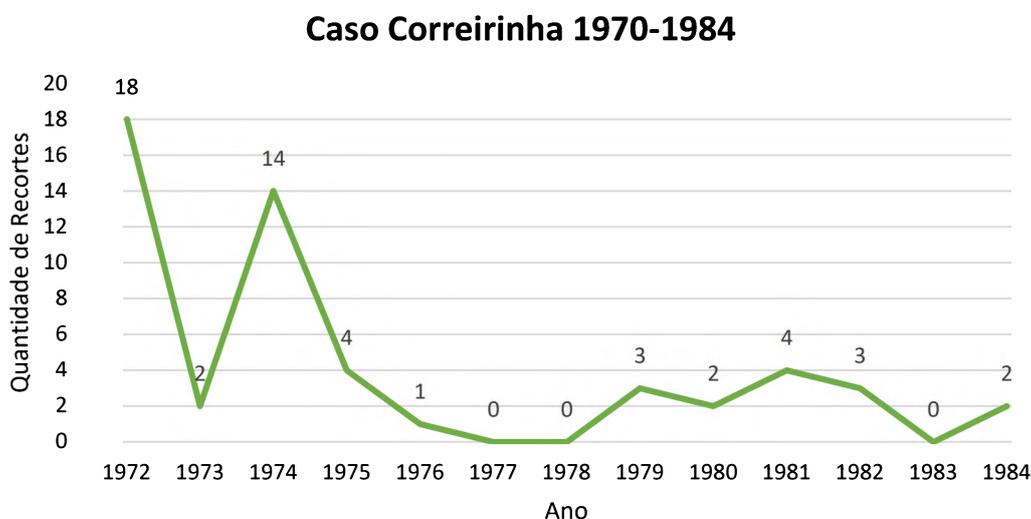


Gráfico 1: Distribuição de recortes por ano. Fonte: Autoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Esquadrão da Morte (EM) foi uma milícia com raras investigações sobre seus membros, pois, na maioria dos casos, trata-se da polícia responsável por descobrir autoria de ilegalidades de seus pares. Poucos integrantes do grupo paramilitar foram indiciados pelo Ministério Público. Astorige Corrêa de Paula representou a excepcionalidade.

É difícil precisar porque Correinha foi acusado em vinte e seis processos do Esquadrão,

¹⁵ Informações contidas no primeiro fragmento da pasta, por uma matéria do *Jornal da Tarde* de 10/03/1972.

talvez, ele fosse o elo mais fraco e vulnerável. Apesar de toda a repercussão na imprensa sobre os seus julgamentos, somente foi condenado por um assassinato. Esse fato demonstra a fragilidade do Poder Público e/ou a influência da ditadura brasileira ao acobertar os casos de violência policial.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do Regime Militar Brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS Fº, Daniel Aarão (org). **Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

ARRAES, Miguel. **O Brasil, o povo e o poder**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

BARBOSA, Adriano. **Esquadrão da Morte: um mal necessário?** Rio de Janeiro: Mandarin, 1971.

CANCELLI, Elizabeth. **Os crimes de paixão e a profilaxia social**. In: Histórias de violência, crime e lei no Brasil. Brasília : Ed. da UnB, 2004. pp.101-126.

COMISSÃO DA VERDADE. **Relatório: Parte IV – Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores O Judiciário**. Capítulo 16 – A autoria das graves violações de direitos humanos, 2014. Disponível em:< <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2016.pdf>>. Data de acesso: 15/03/2017.

CORRÊA, Astorige. **Correinha o Caçador de Bandidos: Líder do Verdadeiro Esquadrão da Morte**. São Paulo: ARBO Graphic Design, 2005.[*e-book*]

COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? **São Paulo em Perspectiva**, 1999, v.13, n.4, p.3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a01.pdf>. Data de acesso: 27/05/2017. Acesso em: 22/04/2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HUGGINS, Mattha K. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

KOCHANI, Ardala Once; *et al.* Política de indexação para clippings: otimização do tratamento temático em coordenadorias de comunicação social brasileiras. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 35, n. 3, 2012, p. 257-273. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/15872>>. Acesso em: 23/04/2016.

LIBANIO, João Batista. **As lógicas da cidade**: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. **Dualidade de poderes**: um mal estar na cultura política da esquerda. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E CULTURA DA PAZ: UMA FERRAMENTA DE COMBATE À TORTURA E DE VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS INDIVÍDUOS SUBMETIDOS AO CÁRCERE

RESTORATIVE JUSTICE AND CULTURE OF PEACE: A TOOL TO COMBAT TORTURE AND PROMOTE THE SOCIAL RIGHTS OF PRISONERS

Aline Santestevan Oliveira Iribarrem
Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Pelotas
asoiribarram@gmail.com

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa de mestrado, e tem como objetivo analisar em que medida pode-se compreender a Justiça Restaurativa a partir de uma perspectiva de política pública de cultura da paz, sendo utilizada como ferramenta de combate e de prevenção às práticas de tortura e maus-tratos no ambiente carcerário, reduzindo a vulnerabilidade. Para tanto, verifica as consequências sociais decorrentes da desvalorização dos direitos fundamentais dos indivíduos submetidos ao cárcere, o que gera a construção de um imaginário popular segundo o qual os detentos são cidadãos de segunda categoria. Posteriormente, busca compreender os pressupostos e o conceito, ainda em construção, da Justiça Restaurativa, e qual a aplicabilidade de seus valores na fase de execução da pena privativa de liberdade. Por fim, estuda de que forma a Justiça Restaurativa pode ser utilizada como ferramenta de combate e de prevenção às práticas de tortura e maus-tratos nos estabelecimentos carcerários, promovendo a valorização dos direitos sociais dos presos e modificando paradigmas culturais, através do desenvolvimento da cultura do diálogo e da paz. Nesses termos, consiste em uma política que repercute no desenvolvimento cultural e social. O método utilizado é o hipotético-dedutivo, através do procedimento de revisão bibliográfica-documental, para uma adequada descrição do fenômeno estudado.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Justiça Social. Sistema prisional. Redução do cárcere.

ABSTRACT

This article was developed from a master's research project and aims to analyze how restorative justice can be understood from a public policy perspective of peace culture, being used as a tool to combat and prevent practices of torture and ill-treatment in the prison environment, reducing vulnerability. To this end, it verifies the social consequences resulting from the devaluation of the fundamental rights of individuals submitted to jail, which generates the construction of a popular imaginary according to which detainees are citizens of second category. Subsequently, it seeks to understand the presuppositions and the concept, still under construction, of Restorative Justice, and the applicability of its values in the execution phase of the custodial sentence. Finally, it studies how Restorative Justice can be used as a tool to combat and prevent torture and ill-treatment in prisons, promoting prisoners' social rights and modifying cultural paradigms through the development of a culture of dialogue and peace. In

these terms, it consists of a policy that has repercussions on cultural and social development. The method used is the hypothetical-deductive, through the procedure of bibliographical-documentary revision, for an adequate description of the phenomenon studied.

Keywords: Restorative Justice. Social justice. Prison system. Reduction of imprisonment..

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a Justiça Restaurativa aplicada ao ambiente carcerário, como uma manifestação de cultura da paz, servindo como ferramenta de prevenção e de combate às práticas de tortura e maus-tratos nas prisões, de maneira a minimizar o sofrimento dos indivíduos submetidos à pena privativa de liberdade e promover a valorização do direito social à assistência aos desamparados.

A Justiça Restaurativa foi reconhecida e recomendada pela Organização das Nações Unidas, na Resolução nº 12/2002, que a define como todo processo em que a vítima, o delinquente e, quando for o caso, qualquer outra pessoa ou membro da comunidade, afetados pela prática de uma infração penal, participem de forma ativa da resolução de questões derivadas do delito, em regra através do auxílio de um facilitador.

Como um conceito aberto e ainda em construção, nada impede o desenvolvimento de procedimentos restaurativos dentro dos estabelecimentos prisionais, envolvendo os ofensores, seus familiares e os próprios funcionários da administração penitenciária, minimizando o sofrimento dos indivíduos e buscando a concretização do direito social à assistência aos desamparados, bem como a expansão de uma cultura da paz. Nessa perspectiva, pode servir como um instrumento das boas práticas – aqui entendidas como as medidas adotadas pelos agentes públicos com o intuito de garantir e preservar a dignidade da pessoa humana dos indivíduos submetidos à pena privativa de liberdade – de forma a combater e a prevenir a tortura no ambiente prisional.

TORTURA E MAUS-TRATOS NO AMBIENTE CARCERÁRIO

Em junho de 2016, de acordo com os dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o Brasil ultrapassou a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade, pela primeira vez na história. Em relação aos números registrados no início da década de 1990, isso representa um aumento correspondente a 707%.

No entanto, o número de vagas nos estabelecimentos prisionais não acompanhou a evolução da taxa de aprisionamento. Segundo o panorama geral, também divulgado pelo INFOPEN, o déficit de vagas é de 358.663, gerando uma taxa de ocupação de 197,4%.

A superlotação gera, inevitavelmente, situações degradantes de aprisionamento, com precárias condições de higiene e salubridade, falta de separação dos presos por celas, abusos físicos, psicológicos e sexuais. Podem (e devem) ser entendidas como tortura, seguindo os moldes das Convenções e Tratados internacionais sobre o tema.

Nesse contexto, e levando em consideração a passagem de mais de dois séculos de experiência do cárcere como a principal pena a ser aplicada, Ferrajoli (2016) questiona se é possível, concretamente, a “pureza” da pena privativa de liberdade, com a privação tão somente da liberdade pessoal do condenado, sem afetar a garantia dos demais direitos fundamentais. Questiona, ainda, e acima de tudo, se a pena carcerária consiste realmente em uma forma de minimização das reações informais ao delito, que poderiam surgir na sociedade em face à ausência de intervenção estatal.

Através da análise histórica das experiências nas prisões italianas, não muito diferentes das demais instituições carcerárias existentes ao redor do mundo, o modelo ideal de pena privativa de liberdade é drasticamente desmentido. A realidade demonstra que o ambiente prisional está, inevitavelmente, em contraste com os princípios que fundam as bases do Estado de Direito, como a legalidade, igualdade e dignidade da pessoa humana (FERRAJOLI, 2016, p. 06).

Nesse contexto, apesar do amplo aparato normativo de proteção aos direitos humanos, os direitos fundamentais dos indivíduos submetidos à pena privativa de liberdade se encontram desvalorizados em todos os níveis, sob os seguintes argumentos: garantia de ordem, segurança e disciplina nas prisões, prevenção de delitos, tratamento dos reclusos, dentre outras (BEIRAS, 1997, p. 386-387), o que acaba por gerar a construção de uma ideia popular de que os presos são cidadãos de segunda categoria.

Assim, as prisões não são (e nem poderiam ser) uma simples limitação da liberdade pessoal de circulação, mas uma instituição que produz diversas aflições, diferentes em cada estabelecimento e em relação a cada sujeito encarcerado.

É o que ocorre na maior parte dos estabelecimentos prisionais: os indivíduos presos acabam em uma situação de sujeição, seja em relação aos funcionários penitenciários, seja em relação aos demais reclusos, submetendo-se a regras que variam de uma instituição para outra

e que disciplinam a maior parte de suas vidas. Como consequência, ocorre o que Pavarini (2008) denomina de coisificação do condenado.

Em resumo, para Ferrajoli (2016, p. 07), o cárcere constitui uma contradição institucional. Equivale, assim, a uma instituição criada pela lei e destinada ao controle pelo Estado, mas em cujo interior esse mesmo Estado está ausente, valendo a lei do mais forte. É um estabelecimento público, cunhado para custódia dos cidadãos, porém não consegue garantir os direitos fundamentais mais básicos. Configura um Estado de natureza, sem regras e sem direito.

Além do mais, não se pode deixar de lado o fato de que a prática de muitas infrações não passa de uma maneira, ainda que desviada, de dizer alguma coisa. Por esse motivo devem abranger a possibilidade de instauração de um diálogo real. Nesse contexto, abre-se espaço para a Justiça Restaurativa, como uma ferramenta de promoção de soluções dialogadas de conflitos.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E EXECUÇÃO PENAL

Como resultado da crise estrutural do sistema criminal, surge a Justiça Restaurativa, como uma

(...) reação à perceptível ineficiência e alto custo (humano e financeiro) dos procedimentos da justiça convencional e, por outro, como uma reação ao fracasso desses sistemas convencionais em responsabilizar expressiva ou significativamente os infratores ou em atingir adequadamente as necessidades e interesses das vítimas (ACHUTTI, 2009, p. 71).

Dessa forma, a Justiça Restaurativa procura promover, frente a um conflito que se traduziu em um fato típico, uma solução dialogada, que envolva solidariedade e reconciliação. Abrange, assim, a vítima, o réu e a comunidade como um todo.

A Justiça Retributiva, utilizada no sistema atual, considera o crime como uma violação contra o Estado, pois envolve uma ação contrária à lei. Cabe, assim, à própria justiça determinar a culpa e cominar a pena. Na Justiça Restaurativa, no entanto, o crime representa a ruptura de um relacionamento entre ofensor e vítima, que mesmo sem possuírem uma relação anterior, acabam criando um vínculo, que em geral é hostil. Não sendo solucionado, esse relacionamento hostil afetará tanto o bem-estar da vítima quando o do ofensor (ZEHR, 2008).

Verifica-se, assim, como objetivos da Justiça Restaurativa, a reparação para a vítima e o restabelecimento do relacionamento entre vítima e agressor, ampliando horizontes e oportunizando o arrependimento e o perdão.

Ressalta-se, porém, que

Cura para as vítimas não significa esquecer e minimizar a violação. Implica num senso de recuperação, numa forma de fechar o ciclo. A vítima deveria voltar a sentir que a vida faz sentido e que ela está segura e no controle. O ofensor deveria ser incentivado a mudar. Ele ou ela deveriam receber a liberdade de começar a vida de novo. A cura abarca um senso de recuperação e esperança em relação ao futuro (COLET, 2011, p. 107).

Dessa forma, a Justiça Restaurativa vai além de uma simples resposta punitiva à transgressão da lei. Permite que as partes afetadas participem efetivamente do processo colaborativo, de forma a buscar o menor dano possível.

É importante ressaltar que a Justiça Restaurativa, apesar de sofrer certa influência das correntes abolicionistas, propõe a remodelação e complementação do sistema penal atual para uma maior e mais efetiva pacificação social. Prima, assim, pela dignidade da pessoa humana, não havendo a instrumentalização do homem em função do Estado.

Destaque-se que o atual sistema penal praticamente não atua na consciência do infrator, buscando fazê-lo compreender o mal causado à vítima e à sociedade. Ao contrário, o mantém distante, desviando o foco do dano, não abrindo espaço para transparência e diálogo, se concentrando na busca da verdade e da punição.

A Justiça Restaurativa, ao contrário, busca abarcar no procedimento todas as partes envolvidas, procurando considerar seus motivos e anseios, sempre em busca da melhor solução para o conflito e da reparação do dano causado.

Essa reparação do dano envolve etapas previstas no programa proposto pela Justiça Restaurativa, englobando: a) mediação entre a vítima e o ofensor; b) conferência; c) círculos; d) assistência à vítima; e) assistência ao (ex)ofensor; f) restituição; g) serviço comunitário (COLET, 2011, p. 10).

Permite, assim, que a justiça seja sentida verdadeiramente pelas partes, que não participam apenas como meras espectadoras. Busca-se, através dessa participação das partes, compreender exatamente em que moldes o fato ocorreu, para compreender quais foram os danos causados e reestabelecer o equilíbrio social.

Nesses moldes, como resultado da insatisfação de muitos com a justiça criminal tradicional, surgem os primeiros trabalhos a respeito da Justiça Restaurativa, que viriam a consolidar um novo modelo.

Em 1974, surgiu no Canadá, em Ontário, um programa comunitário que tinha como foco a mediação de conflitos entre as vítimas e ofensores, visando a reconciliação após a decisão judicial. Desse programa surge o interesse em estudar a Justiça Restaurativa no Ocidente (BRAITHWAITE, 2002, p. 8-10). Já nos anos 1980, a Justiça Restaurativa se expandiu como movimento social, através dos trabalhos de Howard Zehr, Daniel Van Ness, Tony Marshall, dentre outros, partindo também da Austrália e da Nova Zelândia.

Nos Estados Unidos, durante as décadas de 1960 e 1970, houve uma crise envolvendo a pena privativa de liberdade e o ideal ressocializador, o que acabou por acarretar, durante a próxima década, “[...] o desenvolvimento de ideias de restituição penal e de reconciliação com a vítima e com a sociedade” (PALLAMOLLA, 2009, p. 34). Daí surgiram duas propostas político-criminais, uma sugerindo uma renovação do retribucionismo e outra focando na vítima do delito, através de um movimento reparador.

Já nos anos 1990, houve uma expansão da Justiça Restaurativa pelo mundo, se ampliando tanto nos Estados Unidos quanto pelo continente europeu. O interesse dos pesquisadores foi provocado, vislumbrando-se na Justiça Restaurativa uma possibilidade contra a ineficiência e o fracasso do sistema de justiça criminal tradicional (PALLAMOLLA, 2009, p. 34).

A expressão Justiça Restaurativa passou a ser utilizada efetivamente a partir dos anos 1990, junto com a expansão da pesquisa, apesar de ser possível, como já foi mencionado, perceber a implementação de diversos programas envolvendo conciliação e reparação entre vítima e ofensor a partir dos anos 1970 (ACHUTTI, 2016, p. 58).

Segundo Daniel Achutti (2016, p. 91), três tendências podem ser identificadas como sendo mais importantes para o surgimento do movimento restaurativo: a) Movimentos pelos direitos das vítimas e pelos direitos feministas; b) Comunitarismo (que considera a comunidade como um meio e como um fim para a justiça restaurativa); c) Abolicionismo penal (decorrente da criminologia crítica dos anos 1970 e 1980, propõe a substituição da justiça criminal por um modelo de administração de conflitos).

Com tantos movimentos sociais e pesquisas acadêmicas envolvidas, a Justiça Restaurativa acaba por ser considerada também um movimento social. “Todas as tendências e movimentos, e uma multiplicidade de iniciativas intuitivas separadas, conduziram a um reino

de práticas, movimentos sociais, formações teóricas, [...] pesquisa empírica, que hoje é referida como ‘justiça restaurativa’” (WALGRAVE, 2008, p. 15).

No entanto, apesar da passagem de mais de duas décadas, a Justiça Restaurativa ainda não possui um conceito bem definido. Dada sua complexidade e diversidade de objetivos, torna-se difícil chegar a uma definição clara, o que traz fundamentalmente duas consequências: “[...] cria-se o risco de que práticas que não respeitam os princípios da justiça restaurativa sirvam para avaliações negativas do modelo e dificulta-se a avaliação dos programas, já que não se sabe exatamente o que se pretende alcançar com eles” (PALLAMOLLA, 2009, p. 54).

Em busca de um conceito que possa definir de maneira adequada a Justiça Restaurativa, Howard Zehr traz a seguinte definição:

O primeiro passo na justiça restaurativa é atender às necessidades imediatas, especialmente as da vítima. Depois disso a justiça restaurativa deveria buscar identificar necessidades e obrigações mais amplas. Para tanto o processo deverá, na medida do possível, colocar o poder e a responsabilidade nas mãos dos diretamente envolvidos: a vítima e o ofensor (2008, p. 192).

É perceptível, assim, que a Justiça Restaurativa possui um conceito aberto, que está sendo construído no decorrer das décadas. Começou envolvendo apenas vítima e ofensor, passando a englobar as famílias e a comunidade, das mais variadas formas (mediação, conferências) e em todas as etapas do processo penal (PALLAMOLLA, 2009, p. 55).

Percebe-se, então, a possibilidade de utilização da Justiça Restaurativa, dentro do ambiente prisional e aplicada também aos funcionários penitenciários, como um instrumento de transformação que segue os ideais republicanos, permitindo uma ampla participação de todos as partes envolvidas no processo. Ressalte-se que os funcionários penitenciários também são afetados pelas condições desumanas do cárcere, motivo pelo qual devem participar ativamente dos procedimentos reparatórios, promovendo a cultura da paz.

VALORIZAÇÃO DO DIREITO SOCIAL À ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS

O art. 6º da Constituição Federal prevê como direito social a assistência aos desamparados, e a própria LEP impõe, em seu art. 10, o dever do Estado de prestar assistência

ao preso e ao internado, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Assim, a legislação traz uma visão minimizadora de danos. Nesse sentido, Zaffaroni (1991) discorre sobre a necessidade de elaborar uma filosofia penitenciária que utilize um tratamento humano que seja redutor da vulnerabilidade, minimizando as consequências desumanas das prisões.

Além do mais, com o objetivo de atender ao direito social à assistência dos presos, a própria LEP adota um discurso ressocializador. Entretanto, nas palavras de Zaffaroni (1991, p. 10), o referido discurso não é uma utopia, mas um absurdo. Para o referido autor, a submissão dos indivíduos às prisões produz efeitos deteriorantes que nunca poderão ser totalmente suprimidos, razão pela qual nunca poderá ser atingido o efeito ressocializador.

Dessa forma, o discurso ressocializador deve ser deixado de lado, utilizando-se em seu lugar um tratamento humano redutor da vulnerabilidade.

A prisionização é o processo de deterioro que opera de modo contrário, ou seja, que normalmente aumenta a vulnerabilidade. É muito difícil imaginar que esse processo possa reverter-se, dadas as características estruturais da prisão. De qualquer maneira, não é de todo impossível pensar numa planificação da atividade da agência penitenciária que se oriente para um tratamento humano que procure não incrementar a vulnerabilidade, na medida do possível, reduzir seus níveis (ZAFFARONI, 1991, p. 18).

Uma parte desse tratamento seria realizado pelo próprio pessoal penitenciário, através de relações mais reais e sinceras entre o operador e o preso, desprovidas de argumentos moralizantes e estereotipados (ZAFFARONI, 1991, p. 18).

Além disso, Riveira Beiras (2017, p. 72), ao propor um Programa de Políticas Públicas para a Redução do Cárcere, assegura que a reintegração das pessoas privadas de liberdade não deve ser perseguida através do cárcere, mas apesar dele.

Traz, ainda, a necessidade de que a assistência seja integral, especialmente no momento de liberação do cárcere, em um trabalho conjunto englobando as instituições públicas e organizações da sociedade civil junto aos próprios presos e suas famílias, de maneira a prepará-los para a liberdade (BEIRAS, 2017, p. 169).

É possível, assim, pensar nos valores restaurativos como ferramentas úteis a essa forma de tratamento. A implementação de uma justiça mais participativa, especificamente através da Justiça Restaurativa, de maneira a combater e prevenir a tortura e maus-tratos no ambiente prisional, acarreta, inevitavelmente, a diminuição da vulnerabilidade dos presos, servindo de

garantia à integridade física e psicológica e minimizando os efeitos degradantes ocasionados pela pena. Como resultado, os direitos sociais são valorizados, e há uma expansão da cultura da paz e do diálogo.

CONCLUSÃO

A Justiça Restaurativa, aplicada ao ambiente prisional, pode efetivamente combater e prevenir a tortura e os maus-tratos praticados por agentes públicos no exercício de suas funções institucionais dentro dos estabelecimentos carcerários, através de uma solução pacífica e dialogada.

Resulta, assim, na minimização da vulnerabilidade dos indivíduos submetidos à pena privativa de liberdade e, como consequência, promove a valorização dos direitos sociais, tal como previsto no art. 6º, *caput*, da Constituição da Federal de 1988.

Nessa perspectiva, torna-se possível a utilização de uma ferramenta de transformação que segue os ideais republicanos, permitindo uma ampla participação de todas as partes envolvidas no processo. Como consequência, o cárcere pode ser transformado a partir de uma perspectiva interna, condizente com o aparato normativo de proteção dos direitos humanos e com o ordenamento brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, Daniel. **Modelos Contemporâneos de Justiça Criminal: Justiça Terapêutica, Instantânea e Restaurativa**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ACHUTTI, Daniel. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil – 2ª ed.** São Paulo: Saraiva, 2016.

BEIRAS, Iñaki Rivera. **Descarcelación. Principios para una política pública de reducción de la cárcel (desde un garantismo radical)**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017.

_____. **La devaluación de los derechos fundamentales de los reclusos. La construcción jurídica de un ciudadano de segunda categoría**. Barcelona: J. M. Bosch., 1997.

BRAITHWAITE, John. **Restorative Justice and Responsive. Regulation**. New York: Oxford University, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Junho de 2016**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/12/relatorio_2016_Junho.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

COLET, Charlise Paula; CALLEGARI, Andre Luis. **Direito Penal e Globalização - Sociedade do Risco, Imigração Irregular e Justiça Restaurativa**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

COSTA, Prietro. **Il Progetto Giuridico. Ricerche sulla giurisprudenza del liberalismo classico (Vol. I Da Hobbes a Bentham)**. Milano: Giuffrè Ed., 1974.

FERRAJOLI, Luigi. **Jurisdicción y ejecución penal. La cárcel: una contradicción institucional**. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/CriticaPenalPoder/article/view/16783>>. Acesso em: jan. 2018.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça restaurativa : da teoria à prática 1.ed.** - São Paulo: IBCCRIM, 2009.

PAVARINI, Massimo. **Estrategias de lucha. Los derechos de los detenidos y el abolicionismo**. Delito y Sociedad. Revista de Ciencias Sociales. Año 17, n. 26, 2008.

WALGRAVE, Lode. **Restorative justice, self-interest and responsible citizenship.** Cullompton e Portland: Willan Publishing, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. A filosofia do sistema penitenciário. **Cuadernos de la Cárcel.** Buenos Aires, 1991.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa: teoria e prática.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E AS CIDADES: UMA PROPOSTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

*ANTHROPOLOGY, ARCHEOLOGY AND CITIES: A PROPOSAL FOR
INTERDISCIPLINARY STUDIES*

Amanda Carolina de Sousa Seabra
Arqueóloga/ Universidade Federal do Pará
amanda_seabra@yahoo.com.br

RESUMO

As cidades começam a surgir a aproximadamente seis mil anos atrás, e com o tempo foram se ampliando e se tornando o local onde a maior parte da população reside. Este é um ambiente que possui uma grande diversidade de estilos de vida, que podem ser estudados por várias ciências. A Antropologia e Arqueologia possuem áreas específicas como a Antropologia Urbana, Arqueologia Urbana e Arqueologia da Arquitetura tratam especificamente de temas relacionados à urbe. Com a Arqueologia poderemos voltar há um passado distante e assim, ver o desenvolvimento da cidade com o passar dos anos, e a Antropologia nos mostrará a cidade em um contexto mais atual, portanto, essas duas ciências juntas nos permitem estudar a cidade em um período amplo. Neste trabalho apresentamos a vantagens de se realizar uma pesquisa em contexto urbano utilizando a Antropologia e a Arqueologia, mas também, apresentaremos quais as dificuldades que o pesquisador poderá encontrar ao atuar em um contexto próximo ao seu. O objetivo principal deste trabalho é mostrar que essas duas ciências atuando juntas podem nos revelar muitas informações sobre a sociedade e a cultura dentro das cidades.

Palavras-chaves: antropologia, antropologia urbana, paisagem

ABSTRACT

Cities began to emerge approximately six thousand years ago, and over time were expanding and becoming the local where most of the population resides. This is an environment that has a great diversity of life styles, that can be studied by various sciences. Anthropology and Archeology have specific areas such as Urban Anthropology, Urban Archeology and Archeology of Architecture dealing specifically with topics related to the city. With Archeology we can go back to a distant past and see the development of the city over the years, and Anthropology will show the city in a more current context, therefore, these two sciences together allow us to study the city in a long period. In this work we present the advantages of realizing a research in an urban context using Anthropology and Archeology. Also, we will talk about the difficulties that the researcher can find when acting in a context close to his own. The main objective of this work is demonstrating that these two sciences acting together can reveal to us a lot of information about the society and the culture within the cities.

Keywords: anthropology, urban anthropology, city setting

INTRODUÇÃO

Caminhar pelas cidades é encontrar diferentes formas, cheiros e imagens em um mesmo espaço. É ver o passado, o presente e o futuro juntos. Estes lugares são cheios de vida, foram palcos de acontecimentos que transformaram a vida de muitas pessoas. Cada canto dentro de uma cidade possui uma história que pode ser contada pelas pessoas, pela materialidade ou pela paisagem daquele espaço.

Os habitantes das cidades influenciam a organização espacial, modificam e criam paisagens, constroem prédios, casas, praças e pontes. Criam pratos, pinturas, esculturas, músicas, peças de teatro, roupas, sapatos, bolsas e dentre outros. Todas estas criações surgem para atender demandas da sociedade, para facilitar, regular, controlar e administrar as relações pessoais. As cidades são lugares onde encontramos diferentes estilos de vidas convivendo em um mesmo espaço. As vezes fica difícil de compreender como diferentes pessoas, com formas de pensar e agir diversas conseguem conviver em um mesmo ambiente.

Nos dias atuais este ambiente agrega mais da metade da população mundial (COSTA, 2014). O seu surgimento data de aproximadamente 6.000 anos (SMITH, 2014). Mas, apesar de toda essa antiguidade, os estudos relacionados as cidades ficaram restritos, a princípio, aos historiadores e sociólogos. A Antropologia e Arqueologia só mais tardiamente começaram a fazer pesquisas no e do ambiente urbano.

A Antropologia como ciência surge no final do século XIX e a sua pergunta central estava pautada no seguinte questionamento: “Por que estes homens são diferentes?”. A sua pesquisa se voltou a estudar o “outro” que seria diferente do “nós”, o “exótico” e o “familiar, respectivamente. Nesta época a Antropologia estava interessada em compreender a diversidade cultural que existe no mundo. A teoria deste período foi o evolucionismo que dividiu a humanidade em: selvagens, bárbaros e civilizados. Todas as sociedades passariam por estas etapas até chegar à sociedade mais evoluída, que seria a Europa civilizada. A metodologia utilizada era o método comparativo das ciências naturais. Com esta metodologia, foram realizadas comparações entre as sociedades, classificando-as para tentar compreender a diversidade humana. A ideia era que estes povos ditos “primitivos”, das sociedades classificadas como selvagens, podiam ser a chave para compreender o passado do homem civilizado. Assim, a Antropologia se firmou como a ciência que estuda as sociedades primitivas, sem desenvolvimento, sem história, sem Estado e não complexas. E a Sociologia e a História ficaram com o estudo das sociedades complexas, desenvolvidas e civilizadas. (BOIVIN, ROSATO e ARRIBAS, 2004)

A partir da década de 1950 ocorrem várias mudanças no mundo, decorrente das duas grandes guerras e do avanço da colonização nos países “não civilizados”. Estas transformações afetaram diretamente o objeto de pesquisa do antropólogo pois a colonização fez com que os povos denominados de “exóticos” fossem transformando seu modo de viver de acordo com o país que o colonizava. Portanto, o “outro” distante, diferente do “nós” começa a desaparecer, por conta desta influência e, também, por conta de genocídios e doenças:

“Así algunas sociedades desaparecieron completamente en cuanto entidades independientes mediante su absorción en unidades mayores (colonización), otras desaparecieron totalmente físicamente y otras se fueron transformando en nuevas naciones (“guerras de liberación”). Los cambios –básicamente políticos– que sufrieron estos pueblos fueron los que los llevaron a transformarse de “pueblos primitivos” en sociedades complejas.” (BOIVIN, ROSATO e ARRIBAS, 2004, p. 10)

A partir dessas mudanças a Antropologia começa a entrar em crise, pois se fez necessário uma revisão de seu conceito e métodos de pesquisas, pois o que tinha sido desenvolvido até então era voltado para pesquisas em sociedades classificadas como “simples”. Para se adaptar à nova realidade que estava sendo imposta, a Antropologia se dividiu em duas linhas: uma que ignorou as transformações que as sociedades “simples” estavam passando e continuaram estudando como uma forma de salvamento, para que estas sociedades não fossem perdidas. E a outra linha se voltou em estudar as transformações que as sociedades não ocidentais estavam passando, por conta disso surgem novas linhas de pesquisa dentro desta ciência: a Antropologia Urbana, a Antropologia Econômica, a Antropologia Política e etc.

A principal pergunta nesta época foi: quem era o “outro” agora? Já que os “nativos” das sociedades ditas “simples” também passaram a fazer Antropologia, e estas sociedades estavam adquirindo as características impostas pelo mundo ocidental desde o primeiro contato entre o “nós” e os “outros” (BOIVIN, ROSATO e ARRIBAS, 2004). Então ocorre uma mudança importante dentro da Antropologia que foi o olhar do antropólogo sobre as outras culturas:

“Ya no era el “objeto” el distinto por sus características propias, sino que el antropólogo construía la distinción, lo extraño. Es éste el que distingue, desconoce, se “extraña”. Esto modificó la base de observación participante e introdujo el “extrañamiento” como un recurso metodológico y como punto de partida necesario de toda investigación antropológica.” (BOIVIN, ROSATO e ARRIBAS, 2004, p. 12).

A Arqueologia começa a nascer como ciência no mesmo período que a Antropologia (século XIX), podemos até afirmar que o surgimento destas duas ciências é parecido. A diferença reside no fato que o objeto de estudo da pesquisa arqueológica será a cultura material

produzida pelo ser humano. E, neste artigo, entendemos cultural material como tudo aquilo modificado pelo Homem, desde os pequenos artefatos até as transformações na paisagem. A palavra Arqueologia tem origem no grego e significa “o estudo das coisas antigas” (BARRETO, 2010; COSTA, 2017). Apesar de possuir este significado, atualmente, a Arqueologia não se limita apenas ao estudo das “coisas antigas” de um passado distante. É possível fazer Arqueologia do contemporâneo. Afinal, o ser humano não parou de produzir cultura material. Esta ciência se debruça sobre “as coisas” para entender o ser humano e a sociedade, entender como ele se adaptou e se apropriou do espaço ao seu redor para viver, desde a pré-história até o contemporâneo.

No momento do seu surgimento, a Arqueologia estava ligada ao colecionismo, a busca por artefatos esteticamente bonitos, de valor e importância que poderiam ser expostos em museus ou vendidos em antiquários. Quando começa a se consolidar como ciência, a Arqueologia fica vinculada a busca por artefatos que liguem um determinado povo ao seu território, que reafirme as identidades locais e, de certa maneira, justifique a invasão, a colonização e a tomada de território de outros povos (BARRETO, 2010).

A Arqueologia precisava, assim como outras ciências sociais, no início do século XX se firmar como ciência tal qual as ciências naturais e exatas. Nesta realidade nasce a primeira grande corrente teórica, o Histórico Culturalismo que foi influenciado pelas teorias difusionistas e procurava explicar o registro arqueológico a partir de sequências históricas de ocupação. Na década de 1960 nasce nos Estados Unidos a *New Archaeology* ou Arqueologia Processual que reforça os traços funcionalistas e processualistas da Arqueologia.

A partir das décadas de 1980 e 1990 começa a aparecer a Arqueologia Pós-processualista, que se diferencia da anterior por oferecer uma abordagem mais eclética, “menos dura”. Foi a partir do surgimento desta corrente teórica que as cidades começam a ser consideradas como um campo de atuação da Arqueologia. A partir dela ocorre o aparecimento da Arqueologia Urbana e Arqueologia da Arquitetura, por exemplo. Essas são as três principais correntes teóricas da Arqueologia, nenhuma destas correntes estão totalmente em desuso, cabe ao pesquisador analisar o seu objeto e objetivos de estudo para saber qual corrente teórica melhor se adapta à sua pesquisa. (GAMBLE, 2008, BARRETO, 2010).

A metodologia arqueológica é dividida em três etapas: pesquisa bibliográfica e documental, trabalho de campo e trabalho de laboratório. Não existe uma hierarquia entre as etapas metodológicas, mas sim, uma sequência a ser seguida. A primeira etapa da pesquisa arqueológica consistirá na pesquisa bibliográfica onde o pesquisador busca obter o máximo de

informações sobre o local onde irá atuar antes de ir a campo. Esta etapa pode ser realizada junto com a etapa de campo e de laboratório, ela não finaliza quando uma outra etapa começa a ser executada. A etapa de campo consiste em coleta e levantamento de dados no local de sua pesquisa. A atividade de campo mais conhecida da Arqueologia é a escavação, mas nem todas as pesquisas arqueológicas precisam, necessariamente, realizar escavação. Além disso, existem outras atividades de campo como exemplo podemos citar a prospecção, que resume-se em fazer caminhamentos pela superfície do terreno em busca de vestígios arqueológicos. As atividades que são realizadas no laboratório consistem em organizar, analisar e interpretar todos os dados colhidos durante a atividade de campo e na pesquisa bibliográfica (BARRETO, 2010, COSTA, 2017).

Até o momento foi apresentado, de maneira sucinta, a história da Antropologia, da Arqueologia e como nascem as novas correntes dentro destas ciências. A partir de agora vamos falar especificamente da Antropologia e Arqueologia Urbana, suas origens, suas metodologias e suas dificuldades.

A ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA URBANA

A Antropologia Urbana nasceu na primeira metade do século XX, mas, naquela época não recebeu muita atenção, pois os antropólogos ainda estavam interessados em estudar os povos não ocidentais. As principais influências teóricas e metodológicas na Antropologia Urbana foram provenientes da Escola de Chicago e da Escola de Manchester (MAGNANI, 2003, RIBEIRO, 2013). Neste artigo, falaremos apenas da influência da Escola de Chicago.

A Escola de Chicago é pioneira nos estudos antropológicos nas cidades pois, já no início do século XX os seus pesquisadores passaram a perceber e tentar compreender os novos fenômenos urbanos que tomavam as ruas da cidade de Chicago. Este interesse manifesta-se, pois na virada do século XIX para o século XX esta cidade passou por profundas transformações. Em pouco tempo Chicago deixa de ser uma pequena cidade para transformar-se em uma cidade grande. Esse aumento se deu principalmente com a chegada de imigrantes europeus no início da década de 1920, mas também por ter havido fluxo migratório de áreas rurais do próprio Estados Unidos, principalmente negros dos Estados do Sul (MAGNANI, 2003, RIBEIRO, 2013, GONDIM, 2016).

Todas estas modificações foram acompanhadas de perto pelos pesquisadores da Universidade de Chicago, com isso, eles perceberam que se fazia necessário compreender o

que estava acontecendo ali para poder solucionar os problemas decorrentes da “nova” constituição da urbe. Segundo Gondim (2016, p. 91), umas das preocupações dos pesquisadores desta escola eram as “(...) desigualdades socioeconômicas e culturais, refletidas em processos de segregação urbana, e da convivência de estranhos no espaço público (...)”. Os principais temas pesquisados por esta escola em um primeiro momento foram os guetos, as prostitutas, gângster, imigrantes e andarilhos (GONDIM, 2016).

Os pesquisadores da Escola de Chicago perceberam que a mesma metodologia aplicada aos estudos dos povos tradicionais poderia ser aplicada aos estudos dos ambientes urbanos, recebendo a sua devida adaptação, que é a observação participante. Assim como os pesquisadores necessitavam estar presentes em uma determinada comunidade tradicional, conhecer seu estilo de vida, aprender a sua língua e conhecer as suas relações, tudo isso poderia ser feito com os diferentes grupos que existiam no contexto urbano e assim compreender o funcionamento da cidade. Logo, os pesquisadores “perceberam que esta era uma oportunidade para analisar se esta sociedade heterogênea, sem tradições arraigadas e marcada pela impessoalidade e anonimato conseguiria chegar a um consenso social ou se tornaria uma sociedade em total estado de anomia” (RIBEIRO, 2013, p. 23).

Outra metodologia importante utilizada na Antropologia Urbana é a etnografia. Esta é uma ótima metodologia pois, nas palavras de Magnani (2003):

“(...)é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para captar e descrever a lógica de suas representações e visão de mundo, mas para, numa relação de troca, comparar suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.”

O pioneirismo da Escola de Chicago nos estudos antropológicos na cidade é bastante chamativo pois, em 1916 quando Robert Park publica seu trabalho intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, a pesquisa do Malinowisk nas ilhas Trobriand, o “Argonautas do Pacífico ocidental” ainda não tinha sido publicada. Somente em 1922 Malinowisk apresenta o seu trabalho com os habitantes trobriandenses (MAGNANI 2003, RIBEIRO 2013).

O primeiro livro publicado com o termo “Antropologia Urbana” data do ano de 1968. A ciência antropológica começa a se voltar para aos estudos urbanos a partir da década de 1970. Foi apenas a partir desta década que os antropólogos passaram realizar suas pesquisas nas cidades ou então passaram a ficar nelas para estudá-las, vários motivos ocasionaram isso. Primeiramente, podemos dizer que a ida de pessoas provenientes das “sociedades exóticas”

para o mundo ocidental fez com que o antropólogo percebesse que não era mais necessário se deslocar até eles pois, estas pessoas estavam agora residindo nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos, como Chicago, por exemplo. Além disso, esses pesquisadores sentiram a necessidade de estudar as mudanças que estavam ocorrendo nas cidades ocidentais, estavam preocupados com os “problemas urbanos”, como a pobreza por exemplo (HANNERZ, 1987).

A Antropologia Urbana, como vimos acima, surgiu nos primórdios do século XX, mas foi durante muito tempo deixada de lado pela Antropologia, por conta do estereótipo que esta ciência carrega de estudar apenas povos tradicionais, que se encontram distante da nossa realidade. Mas a cidade possui um ambiente tão múltiplo, com diferentes tipos de paisagens, organização e relações que, na maioria das vezes, não são facilmente identificados e somente um olhar atento e treinado consegue-se enxergar e entender essa diversidade urbana.

A Arqueologia Urbana começa a surgir, na Europa, após a Segunda Guerra Mundial quando este continente precisou se reconstruir. A sua teoria e metodologia começam a ser pensadas na década de 1960. E na década de 1980 a Arqueologia Urbana surge como uma outra forma de contar a história da cidade. Nos Estados Unidos e no Brasil, a Arqueologia Urbana nasce proveniente da arqueologia de salvamento que ocorria em ambientes urbanos, nas décadas de 1960 e 1980, respectivamente. Mas foi somente na década de 1980 que a Arqueologia Urbana se consolida como uma área de atuação dentro da Arqueologia nos Estados Unidos (COSTA, 2014, SOUZA, 2014).

Em seu artigo Costa (2014, p. 60) cita sete conceitos teóricos e metodológicos que a Arqueologia pode utilizar para fazer pesquisas nas cidades. A primeira é buscar entender “quais são os sistemas recursivos presentes entre as ações humanas e o ambiente construído”. O segundo conceito envolve a semiótica que procura entender as mensagens que estão intrínsecas nas paisagens e objetos. O terceiro conceito envolve um “conjunto de métodos e técnicas de análise sintática que, guiados por princípios da teoria socioespacial, procura entender a relação do movimento dos corpos entre as áreas construídas e a significância dos acessos – abertos e fechados – para a interação social” (COSTA, 2014, p. 60).

O quarto conceito busca analisar o planejamento urbano e suas mudanças ao longo dos anos. O quinto conceito seria a “teoria da recepção” que se dispõe a analisar as relações das pessoas com o ambiente construído. O sexto conceito busca fazer uma análise da cidade a partir das casas e residências, fazendo uma interpretação “de baixo para cima”. O sétimo conceito é a

“normativas de urbanização” que entendem a cidade como resultado de “aspirações ou até mesmo projeções imateriais” (COSTA, 2014, p. 61).

Estas foram as origens, teorias e metodologias da Antropologia e Arqueologia Urbana e como vimos essas ciências possuem várias formas de estudarem as cidades a partir da cultura material e das relações pessoais que existem. Com as teorias e metodologias arqueológicas podemos verificar que há várias informações intrínsecas no ambiente urbano que podem ser vistas de diferentes maneiras. A paisagem é uma cultura material e imaterial das sociedades que pode ser analisada em conjunto pela Antropologia e Arqueologia, pois na formação destas paisagens temos relações entre homem e espaço, homem e as coisas e dos homens entre si.

AS CIDADES

Grécia e Roma são os principais exemplos de cidades antigas que temos, ou melhor, as mais conhecidas. Estas duas cidades já possuíam uma *urbe* muito bem organizada de acordo com o pensamento da época. Mas, antes delas já existiam outros tipos de organizações urbanas. Egito e Mesopotâmia são outros exemplos que podemos citar. Costa (2014, p. 48) diz que “os primeiros vestígios de aglomerados humanos permanentes no velho continente começam a aparecer por volta de 15.000 a.C com a fixação dos grupos de caçadores-coletores-pescadores, em consequência da domesticação de animais e cultivo de mudas.” Com esta citação podemos ver o ser humano começa a viver junto, em um mesmo ambiente, há milhares de anos.

Mas, neste artigo focaremos nas características principais da urbe grega e romana, pois elas são as cidades que influenciaram a organização das cidades ocidentais. As principais características que os gregos criaram em suas cidades foram: a construção da *Ágora* e da *Acrópole*. Sendo a primeira voltada para o comércio e aristocracia e a segunda para o exercício da política e religião. Além disso, os gregos criaram uma especialização para as suas cidades, como por exemplo as cidades de *Olímpia* e *Delfos* para a prática do esporte e da religião, respectivamente (COSTA, 2014). A cidade romana vai se caracterizar por ter um formato mais retangular. E as principais marcas da urbe romana será o “calçamento das ruas, o abastecimento de água e a canalização do esgoto” (COSTA, 2014, p. 50). Além disso, os romanos criaram o *Fórum* que seria a junção da *Ágora* e *Acrópole* grega e as arenas. (COSTA, 2014). Grécia e Roma foram os principais núcleos urbanos que inspiraram as cidades ocidentais. Mas antes deles, houveram outros tipos de cidade.

Quando pronunciamos a palavra cidade, normalmente, nos referimos a apenas uma, e quando queremos falar de mais de uma acrescentamos apenas a letra S ao final. Analisando desta maneira, parece que é uma cidade apenas, por exemplo, a cidade de Belém (PA) ou a cidade de Porto Alegre (RS). Mas quando paramos para olhar com um pouco mais de atenção, vemos que existem várias cidades dentro de uma. Podemos citar como exemplo a Cidade Universitária da USP dentro da cidade de São Paulo. Além disso, ainda podemos ver que cada cidade possui suas características particulares que as diferenciam uma das outras. Então, uma única cidade possui várias paisagens dentro de si, que atende a diferentes necessidades, interesses e desejos. Para finalizar este artigo sobre a Antropologia e Arqueologia Urbana, vamos apresentar algumas paisagens que existem dentro das cidades.

A paisagem é comumente pensada como um reflexo de uma relação entre sociedade e o espaço em que ela está inserida. Mas a realidade ultrapassa esse reflexo, a paisagem pode ser vista como uma cultural material, pois ela é fruto dessa interação entre homem e espaço, mas também ela é pensada e construída de acordo com as necessidades diárias das pessoas e, também, com interesses econômicos e políticos (PELLINI, 2014). A Antropologia e a Arqueologia conseguem juntas, a partir da análise das paisagens das cidades, obter informações de como ocorre o funcionamento das sociedades urbanas. A paisagem tem a cultura material, que é objeto de estudo da Arqueologia e tem as relações humanas, que geram essa cultura material, que é objeto de estudo da Antropologia.

Entre os anos de publicação de Setha Low (1999) e Monica Smith (2014), que utilizamos como referência para este artigo, existe uma diferença de quinze anos, mas apesar disso estas duas pesquisadoras apresentam as diferentes paisagens que existem dentro de uma cidade ou paisagens que caracterizam uma cidade. A partir destas classificações, as autoras conseguem nos dar uma visão geral de como as cidades funcionam, como as relações ocorrem e como tudo isto estará presente na paisagem. Neste artigo apresentaremos quatro tipos de paisagens que estas autoras trazem em suas pesquisas: paisagem econômica, ritual, social e política.

PAISAGEM ECONÔMICA

Este tipo de paisagem caracteriza aquelas cidades que chamamos de globais, que normalmente são centros tecnológicos ou centros financeiros. Esses tipos de cidades exercem uma forte influência política na região, assim sendo, a cidade global da economia se adapta

completamente para privilegiar este tipo de atividade e as cidades que estão ao redor se adaptam para atender as necessidades destes tipos de cidades (LOW, 1999). Outro tipo de paisagem econômica que podemos citar aqui são das cidades portuárias, onde muitas de suas vias levarão até ao porto e normalmente algumas ruas terminam nos portos. Este tipo de cidade normalmente exerce uma forte influência nos hábitos de consumo das pessoas pois, as novidades do mercado chegam primeiramente nos portos, e depois seguem para outros lugares (SMITH, 2014).

Neste tipo de paisagem a arqueologia poderia analisar a organização espacial das cidades portuárias, verificando as suas mudanças, por exemplo. E a Antropologia poderia analisar de que maneira é realizada esta influência das cidades globais da economia sobre as outras cidades da região, por exemplo.

Paisagem Ritual

Este tipo de paisagem está relacionado com as diferentes manifestações ritualísticas que existem dentro de uma sociedade (LOW, 1999, SMITH, 2014). Podemos citar como exemplo a organização que é feita em Belém no mês de outubro que tem como motivo principal o Círio de Nazaré. A procissão oficial ocorre sempre no segundo domingo do mês, mas dias antes ocorrem outras procissões onde a imagem de Nossa Senhora de Nazaré é levada para dar as suas bênçãos e proteção em outros pontos de Belém e região metropolitana. Podemos citar, por exemplo, o trajeto que é feito de Belém até Ananindeua, que passa pela BR 316, principal via de acesso da cidade. Por conta disso o trânsito é completamente modificado, ficando por muito tempo paralisado até a passagem completa da santa.

As pessoas enfeitam as suas casas, lojas, escritórios para a comemorar o Círio. A prefeitura decora a Av. Nazaré e as outras vias com uma iluminação especial. Então, a cidade de Belém se transforma completamente no mês de outubro, primeiramente temos algumas alterações no trânsito por conta da procissão, depois temos toda a decoração que é feita em vários lugares para saudar Nossa Senhora. Esta transformação da cidade faz com que Belém tenha uma paisagem ritual muito forte e bem marcada no mês de outubro. Outro exemplo de paisagem ritual são as cidades que tiveram a sua origem por consequência da aparição de algum santo, podemos incluir aqui também as cidades sagradas, como exemplo podemos citar Jerusalém que é importante para três grandes religiões (Cristianismo, Judaísmo e Islamismo).

Neste tipo de paisagem a Arqueologia poderia analisar quais elementos são principalmente utilizados nas decorações das casas e do comércio da cidade, pode estudar a escolha deste tipo de decoração. A Antropologia poderia analisar a relação dos católicos, dos não católicos e dos ateus com o Círio de Nazaré.

PAISAGEM SOCIAL

Esta paisagem se forma de acordo com o grupo social que estará presente, por exemplo, quando caminhamos onde moramos e olhamos para um local específico e a partir da sua arquitetura, das vestimentas das pessoas, dos carros estacionados próximos já conseguiríamos perceber se aquele local nos sentiríamos a vontade ou não, se frequentaríamos ou não. Este tipo de paisagem não será facilmente percebida pois, não terá uma placa dizendo quais são os tipos de pessoas que podem ou não frequentar aquele lugar, será nos detalhes que as características sociais estarão marcadas, na cultura material do espaço e na relação que pessoas terão entre si (LOW, 1999, SMITH, 2014). Podemos citar como exemplo o Bairro da Liberdade em São Paulo. Este bairro é típico de imigrantes e descendentes japoneses, e em sua paisagem podemos encontrar muitas características marcantes da cultura japonesa, mas ao mesmo tempo que os seus moradores reforçam a sua cultura, esta se encontra inserida dentro da paisagem da cidade de São Paulo, então encontraremos vestígios da cultura paulista dentro deste bairro, logo, este lugar terá um misto sutil das duas culturas.

PAISAGEM POLÍTICA

A política é uma característica muito marcante em nossa sociedade e como tal deixa a sua marca nas paisagens urbanas. Em todas as cidades existe um espaço onde se concentram os órgãos do governo, por exemplo, prefeitura e a câmara municipal, e normalmente este espaço possuem um nome onde se identifica esta função, como Praça do Três Poderes em Brasília onde se encontram: o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Outro tipo de paisagem política urbana é quando grandes obras (construção de monumentos, viadutos, estradas e etc.) são realizadas e inauguradas por um determinado político. Esta obra ficará será sempre lembrada com uma ação, positiva ou negativa, daquele político que a idealizou (SMITH, 2014). Podemos citar como exemplo toda a revitalização e organização realizada em Belém no início do século XX por Antônio Lemos: ampliação das avenidas, criação do bairro do Marco e a colocação das mangueiras nas avenidas, por exemplo. Cada pessoa enxerga a paisagem de acordo com as suas experiências de vida. Hamilakis (2015, p. 43) diz que o sentido de lugar é dado a partir do “modo experiencial associado a localização humana; sua conexão com lugares específicos; a familiaridade que tal relacionamento traz consigo; o sentido quase instintivo e automático de reconhecimento sensorial dos caminhos,

rotas e recursos; a capacidade dos lugares de colecionar e receber memórias.” Este mesmo sentido pode ser transferido para a relação entre pessoas e paisagens, pois cada pessoa terá uma relação e uma lembrança com uma determinada paisagem.

Estas relações podem se materializar na paisagem em vários aspectos. Em um ambiente urbano encontramos várias materialidades que podem ser a marca de uma paisagem para alguém ou trazer à tona lembranças da infância ou de momentos que marcaram a vida, como exemplo podemos citar a decoração de uma fachada, a localização de um edifício ou então placa. Além disso, essas materialidades das paisagens urbana ajudam as pessoas a se guiarem e se localizarem dentro das cidades. Quando você é novo em alguma cidade e vai pedir ajudar para chegar em algum lugar, normalmente as pessoas explicam o caminho que deverá ser seguido através de prédios, casas, placas ou outras marcas que atraem a atenção das pessoas.

A partir destes relatos podemos perceber que uma paisagem não é, simplesmente, fruto da relação entre as pessoas e o espaço. Existe emoções, sentimentos, necessidades, materialidade, influências políticas e econômicas que constroem uma paisagem. Tudo isso precisa ser levado em consideração quando uma análise da paisagem for feita. As paisagens são carregadas de informações que muitas vezes passam despercebida pelas pessoas, e até mesmo já foram naturalizadas. Um olhar atento e treinado consegue desvendar o que está por trás dos discursos e de suas estruturas. Aplicando as teorias e metodologias das duas ciências conseguimos ter várias informações sobre a cidade, analisando apenas a sua paisagem e as relações das pessoas com essa paisagem.

DESAFIOS AO ATUAR NAS CIDADES

João Guilherme Magnani (2003) diz que existe um senso comum em relação a Antropologia, que é o fato de muitas pessoas acharem que esta ciência estuda somente os povos não ocidentais:

“Ao tomar como objeto do seu estudo as sociedades chamadas complexas, a antropologia urbana não deixa de ser antropologia, de forma que deve encarar um desafio: manter-se fiel ao patrimônio teórico e metodológico da disciplina, ao mesmo tempo em que é obrigada a trabalhar com outro tipo de recorte” (MAGNANI 2003).

Upir Uriart (2012) aponta três fatores que dificultam o trabalho do arqueólogo em ambiente urbano. O primeiro fator que esta autora cita é a rotina, fazendo com que a realidade vivida no dia-a-dia se torne familiar, assim a pessoa acaba tendo dificuldade de estranhar e enxergar além daquilo que ela vê constantemente. Gilberto Velho (2013, p. 72) nos diz que “o

que vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido.” Acredita-se que a rotina seja a maior dificuldade que pesquisadores de qualquer área encontram quando vão estudar o ambiente urbano pois, ele precisará estar intelectual e emocionalmente preparado para rever situações e ações que em sua vida possam estar naturalizadas, mas que para outras pessoas podem ser grandes problemas. E ainda terá que se despir de todos os seus preconceitos que muitas vezes estarão escondidos.

O segundo fator apresentado se relaciona com a velocidade com a qual a cidade funciona. Tudo é muito rápido, carros passam sempre rápidos, notícias chegam a cada minuto, estamos sempre com pressa de chegar ao nosso destino e etc, isso faz com que os habitantes tenham um “*olhar de passageiro*” deixando a realidade “*achatada*”. Vivemos em um ambiente que a cada dia que passa se torna muito mais veloz além disso no ambiente urbano somos constantemente bombardeados com inúmeros “*estímulos visuais, tácteis, olfativos, sonos e etc.*” (URIART, 2013, p. 6) que acabamos não prestando atenção no que olhamos, e para se realizar qualquer tipo de pesquisa se faz necessário que visualize o seu objeto de estudo de maneira calma e atenta, para isso temos que disciplinar o olhar para retirar o “*olhar de passageiro*”.

O terceiro fator apresentado é o “*olhar de transeunte*” que será semelhante com o “*olhar passageiro*”, a diferenças que a autora faz entre eles é que o “*olhar de transeunte*” é aquele que apenas olha e não interpreta e isto ocorre porque o olhar das pessoas não foi treinado para realizar esta interpretação. Além disso, este olhar será apenas para que a pessoa veja se o local onde ela se encontra terá uma “*aparência normal*” ou então é uma “*situação de alarme*” (URIART, 2013, p. 5).

Para superar esta realidade o antropólogo e o arqueólogo precisarão disciplinar o seu olhar para enxergar além das aparências, para ir além daquilo que está exposto. Não podemos esquecer que a cidade é um ambiente construído por pessoas que possuem ideologias, interesses e vontades e, normalmente, todos estes aspectos estarão disfarçados entre os prédios e nas relações. É neste momento que o pesquisador necessita ter um olhar preparado para enxergar além das paredes dos edifícios e entender como a arquitetura moldará o comportamento e as relações das pessoas, entender como as pessoas se utilizam da materialidade para moldarem o comportamento de outras pessoas, por exemplo.

CONCLUSÃO

Podemos concluir este artigo dizendo que o campo da Antropologia e Arqueologia Urbana é muito maior do que se possa imaginar. A cidade é um ambiente extremamente plural, com diferentes estilos de vida, modo de pensar, agir e de se relacionar e toda essa pluralidade estará presente nas coisas, nas relações pessoais e nas paisagens. Como vimos no decorrer do texto, a Antropologia e Arqueologia urbana nascem no início do século XX mas foram ignoradas por muito tempo. Com o aumento da vida urbana, alguns antropólogos passaram a se preocupar e começaram a estudar as cidades. A Antropologia sendo a ciência que estuda o ser humano em sociedade, não poderia ficar afastada das pesquisas em ambientes urbanos. Esta ciência consegue enxergar além das aparências e dos discursos, ela consegue entender porque um determinado grupo social possui aquele comportamento, ou porque algumas pessoas escolheram um determinado espaço para se concentrar e etc.

Provavelmente, o que tem de mais interessante na Antropologia e Arqueologia Urbana é o fato delas não atuar sozinha, já que a cidade possui características múltiplas, diferentes ciências atuam também neste ambiente. Podemos citar por exemplo que nos estudos sobre as diferentes paisagens a Antropologia e Arqueologia podem atuar juntas, sendo que a Arqueologia vai procurar a materialização das relações pessoais e ideologias seguidas pelas pessoas na arquitetura, na organização do espaço, nas roupas, nos carros e etc. E a Antropologia poderá ir além das aparências e entrar no centro da situação e assim, as duas juntas, ajudam a compreender como se desenvolve a vida em um ambiente urbano diversificado. Além delas poderem atuar juntas podemos incluir também outras ciências que podem auxiliar nos estudos da e na cidade como a Arquitetura, História e Sociologia, por exemplo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado: uma introdução à Arqueologia.** Paka-Tatu. Belém, 2010.

BOIVIN, Mauricio, ROSATO, Ana, ARRIBAS, Victoria. (orgs.). **Constructores de Otriedad; una introducción a la antropología social y cultural.** Buenos Aires: Antropofagia, pp. 7-26, 2004.

COSTA, Diogo Menezes. O urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. **Vestígios – Revista Latino – Americana de Arqueologia Histórica.** V. 8. N° 2. Jul-Dez, 2014.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia. **Uwa’Kürü - Dicionário analítico.** V. 2. Neplan Editora. Rio Branco. 2017.

GAMBLE, Clive. ?Que és Arqueología?. **Arqueología Básica.** Editora Ariel Espanha. 2002.

HAMILAKIS, Yannes. Arqueología y Sensorialidad. Hacia una ontologia de afectos y flujos. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.** Vol. 9. N° 1. Jan-Jul. 2015.

GONDIM, Linda. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. **XIV Seminário de História da Cidade e Urbanismo. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e Revisões do século XX.** 2016.

HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade.** Em busca de uma Antropologia Urbana. Editora Vozes. Petrópolis. 2015.

LOW, Seta. Introduction. Theorizing the city. **Theorizing the city: the new urban anthropology reader**, edited by S. M. Low. Rutgers University Press, New Brunswick. Introduction. Theorizing the city, pp. 1-33. 1999.

MAGNANI, João Guilherme Cantor. A Antropologia Urbana e os Desafio da Metrópole. **Tempo social.** vol.15 no.1 São Paulo Apr. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005

PELLINI, José Roberto. Paisagens: práticas, memórias e narrativas. **Habitus.** V. 12. n. 1. p. 125 – 142. Jan-jul. Goiânia. 2014.

RIBEIRO, Nádia Oliveira Vizotto. **O Novo Olhar sobre a Cidade: Uma perspectiva histórica da Antropologia Urbana no Brasil.** 2013. Monografia. Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora.

SMITH, Monica. The Archaeology of Urban Landscapes. **Annual Review of Anthropology** 43:307-323. 2014

SOUZA, Rafael de Abreu e. A Cidade a Arqueologia Urbana. Recursos Pedagógicos no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. 2014. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/47551>

URIARTE, Urpi Montoya. Olhar a Cidade. **Ponto Urbe** [Online], 13. 2013. Disponível em:
<http://pontourbe.revues.org/774>.

VELHO, Gilberto. 1945-2012. **Um Antropólogo na Cidade**: ensaios de antropologia urbana. Organização: Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Celso Castro. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2013.

QUILOMBOS E CULTURA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

QUILOMBOS AND CULTURE: POSSIBILITIES AND CHALLENGES FOR THE CONSTRUCTION OF PEDAGOGICAL PRACTICES

Antônio Ferreira
Doutor / Professor do IFPR-Campus Paranaguá
e-mail: antonio.ferreira@ifpr.edu.br

Edimara Gonçalves Soares
Doutora/Secretaria de Estado da Educação/PR
e-mail: edimarasoares@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo é parte de um trabalho de pesquisa mais amplo, em andamento, acerca da Educação Escolar Quilombola no Paraná, realizada em escolas quilombolas, com participação das lideranças quilombolas. O objetivo deste artigo é visibilizar elementos que compõem a cultura quilombola e propiciam reflexões, possibilidades e desafios para construção de práticas pedagógicas sintonizadas com a realidade sócio/histórica na qual os estudantes quilombolas se inserem. A opção metodológica é a pesquisa qualitativa, utilizando técnicas de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Para esse artigo elegeu-se os festejos e tradições; a memória coletiva e ancestralidade como elementos da cultura quilombola que possibilitam a elaboração de práticas pedagógicas em consonância com as singularidades socioculturais e históricas dos Quilombos. O desafio para essa empreitada é o exercício de uma escuta sensível, que propicie a comunidade quilombola narrar sua própria história, desestabilizar significados que normatizam e aprisionam seu modo de ser e estar mundo. Nessa perspectiva, sinalizamos como resultado parcial que o Quilombo é um espaço pedagógico, capaz de proporcionar aos estudantes conhecimentos necessários para transitar tanto no âmbito de sua própria cultura quanto no da cultura hegemônica, assim, como para interagir e situar-se em contextos sócio/culturais diferentes dos de sua origem.

Palavras-chave: cultura quilombola; práticas pedagógicas; quilombo.

ABSTRACT

The article is part of a broader research project on Quilombola School Education in Paraná, conducted in quilombola schools, with the participation of quilombola leaders. The aim of this article is to make visible elements that constitute the quilombola culture and provide reflections, possibilities and challenges for the construction of pedagogical practices tuned with the social / historical reality in which the quilombola students are inserted. The methodological option is the qualitative research, using techniques of participant observation, semi-structured interviews and documentary analysis. For this article the festivities and traditions were chosen; the collective memory and ancestry as elements of the quilombola culture that allow the elaboration of pedagogical practices in consonance with the sociocultural and historical singularities of the

Quilombos. The challenge for this endeavor is the exercise of a sensitive listening, which enables the quilombola community to narrate its own history, destabilize meanings that normalize and imprison its lifestyle and. Way of being in the world. In this perspective, we show as a partial result that the Quilombo is a pedagogical space, able to provide the students with the necessary knowledge to move both within their own culture as well as in the hegemonic culture, as well as to interact and situate themselves in different socio cultural worlds distinct from that of their origin.

Keywords: quilombola culture; pedagogical practices; quilombo

UM INÍCIO DE PROZA...

Este artigo conta um pouco das nossas experiências e do que vivenciamos nas comunidades quilombolas, na busca por visibilizar elementos históricos e culturais que compõem o modo de vida secular dessas comunidades, e a partir daí (re)pensar o currículo escolar e as práticas pedagógicas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.

De saída, é importante assinalar a diferença entre educação quilombola e educação escolar quilombola, são concepções que se complementam e guardam suas especificidades. A educação quilombola está intimamente ligada ao repasse das marcas culturais através tradição oral, sendo os contos, lendas, canções e rezas elementos que compõem o tecido da memória coletiva e propicia que a identidade quilombola se mantenha.

Assim, a educação no Quilombo é aquela desenvolvida pelos sujeitos nas suas práticas cotidianas, seja, na família, no trabalho, na comunidade, nas lutas sociais, nas manifestações das tradições culturais, na relação de sustentabilidade com a natureza, enfim, no modo de ser e estar no mundo.

Conforme Brandão (1981) “a educação é como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Ainda, destaca que as formas de educação produzidas e praticadas servem para reproduzir entre todos os que ensinam e aprendem,

o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita”. (BRANDÃO, 1981, p.10-11)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola definem que Educação Escolar Quilombola é aquela realizada em estabelecimentos de ensino localizados no interior das CRQs, que demandam uma organização curricular em consonância com as singularidades históricas, sociais, e culturais de cada Comunidade.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2012, p. 1)

No que tange às questões curriculares, o documento supracitado ressalta que pensar o currículo da Educação Escolar Quilombola não significa permanecer amarrado apenas ao passado histórico ou fixo no contemporâneo. Significa, sim, buscar conexões entre os tempos históricos, as dimensões socioculturais e a inserção no mundo trabalho. Em suma, as práticas pedagógicas na perspectiva da Educação Escolar Quilombola deverão incorporar saberes tradicionais das comunidades quilombolas articulados com conteúdos escolares, sem hierarquizar ou dicotomizar.

QUILOMBOS NO CONTEMPORÂNEO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Os Quilombos sempre existiram de sul ao norte do nosso país, pois, onde existiu a escravização existiu também distintas estratégias de luta e resistência, e uma das mais expressivas foi a formação dos Quilombos. Todavia, após a extinção do sistema escravista, os territórios quilombolas ou comunidades quilombolas ficaram alijados de todo e qualquer direito basilar a cidadania.

A nação não se preocupa em elaborar políticas públicas de reparação e inserção social para a população negra, que por mais de 300 anos contribuiu significativamente com o desenvolvimento e construção do país em condições reconhecidamente desumanas. É nesse contexto, que se estrutura o abismo das desigualdades étnica/raciais/territoriais no país, ainda presente nos territórios quilombolas, sem acesso a energia elétrica, escolas, saúde, saneamento, etc.

Com a Abolição em 1888, houve um entendimento coletivo da sociedade de que os Quilombos deixaram de existir. Tal argumento é defendido pelo historiador Ademir Fiabani

(2005, p.375), ao considerar que “o quilombo desapareceu, pois desapareceu o quilombola, o trabalhador que se refugiava para proteger sua liberdade e liberdade de força de trabalho”.

Compartilha-se com Arruti (1998, p.16) que o Quilombo não acaba com a Abolição da escravidão, visto que:

Eles parecem ter continuado existindo de formas mutantes, permanentemente adaptados aos novos contextos legais e regionais, sustentados em laços comunais ou compromissos precários com aqueles que eram os próprios expropriadores. [...] um número crescente de comunidades negras rurais começa a recuperar uma memória até então recalçada, revelando laços históricos com grupos de escravos.

Assim, contemporaneamente os Quilombos fazem emergir uma nova pauta no âmbito legislação e da política nacional, que alude a garantia de direitos historicamente ignorados. Para tanto, o termo que até a Constituição de 1988 mantinha em sua definição uma carga negativa, discriminatória, pois, associava a negritude quilombola como a descendentes de escravos, foi ressignificado.

Nesse sentido, O'DWYER, (1995), nos diz que o:

o termo quilombo não se refere a resíduos resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação um território próprio. [...] (O'DWYER, 1995, p.1).

Também Glória Moura (1999) apresenta uma definição do que seria o Quilombo contemporâneo:

Pode-se definir quilombo contemporâneo como comunidades negras rurais habitadas [negros e negras com memórias de um passado de opressão escravista] que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os negros [negras] dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos [antepassados] [...]. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimentos explícitas, com consciência de sua identidade étnica. (MOURA, 1999, p.100)

Importante destacar que a mobilização das lideranças quilombolas e entidades dos movimentos sociais negros por políticas de reparação, e que a ressignificação do termo Quilombo foi uma necessidade mediante o cumprimento do artigo 68 ADTC/88-CF, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira, que determina: “Aos remanescentes

das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Para atender a esse preceito constitucional, fazia-se necessário uma definição operacional de Quilombo, pois o artigo 68 do ADTC/88-CF, não evoca apenas uma “identidade histórica”, que pode ser assumida e acionada na forma da lei, “[...] é preciso sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente” (O’DWYER, 2002, p. 2).

Na concepção de Anjos e Silva (2004), ressignificar o termo Quilombo é reconhecer a materialidade presente no Quilombo com seus novos significados,

[...] o termo quilombo ou as atividades correlatas às quais ele confere sentido, em termos contemporâneos, vêm assumindo novos significados, uma vez que ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. (ANJOS e SILVA, 2004, p.28)

Nesse sentido, o conceito de Quilombo ressemantizado demanda a formulação e execução de políticas públicas específicas, a fim de reparar injustiças historicamente acumuladas. Para Costa (2009) o novo conceito deverá ser capaz de proporcionar aos sujeitos quilombos,

[...] a) assumir a agência de serem os produtores culturais da identidade afirmadora de sua territorialidade, b) estabelecer articulações com o movimento social da região em que se encontrem inseridas para constituir-se como ponto de uma trama política de defesa dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais, c) apoiar-se em mediações individuais e/ou institucionais para fazer a passagem de um grupo social isolado para um grupo social que dialoga com instâncias do Estado Nacional, d) resgatar pela memória coletiva, práticas, saberes e manifestações culturais que evidenciam a singularidade cultural e que afirmem sua tradicionalidade, e) manter-se coeso nos embates com outras categorias sociais que discutem o território em que sua historicidade se encontre inscrita e f) inserir-se nas dinâmicas econômicas regionais e nacionais, como parte de suas estratégias de reprodução materialista, sem submeter-se à lógica capitalista hegemônica [...] (COSTA, 2009, p. 11).

A ressemantização do termo Quilombo nos fornece outras maneiras de ver e dizer sobre essa organização social, que ao um só tempo une passado e presente, exige reparações materiais presentes e futuras. A nova definição de Quilombo faz refletir uma realidade social secularmente invisibilizada, na qual o sujeito se autodefine, e exige a partir daquilo que os torna diferentes, o direito a cidadania, ou o direito a direitos iguais. Como diz Boaventura de Souza Santos “temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças”.

CULTURA QUILOMBOLA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesta seção apresentamos a percepção três (3) lideranças quilombolas sobre sua cultura e o papel da escola localizada no Quilombo. Os nomes dessas lideranças são fictícios.

Assim, para Marta, liderança quilombola:

a escola quilombola tem essa obrigação esse dever principalmente seguindo a Lei 10.639 de resgatar essa cultura, essa cultura africana, cultura afro brasileira [...] é isso que a gente espera de uma escola Quilombola [grifos nossos]

A definição de cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, se amplia para além de um conceito puramente acadêmico. Ela corporifica as vivências concretas dos coletivos humanos, as muitas maneiras de ver e conceber o mundo e as singularidades e semelhanças que são construídas pelos grupos humanos ao longo de suas existências, em tempos e espaços diferentes. A cultura negra pode ser compreendida como uma particularidade cultural de um grupo étnico específico, sendo que essa cultura foi historicamente elaborada e reelaborada, não se fez no isolamento, mas na interação com outros povos e culturas.

A interação da cultura negra com as outras culturas existentes em nosso país não se constitui num fator de superioridade ou inferioridade, mas sim, num fator de complementariedade e enriquecimento do país, num processo permanente de trocas simbólicas, de significação e ressignificação. Assim, se a escola desconsiderar esses fatores estará caindo na cilada de essencializar a cultura negra, o que implicará na sua folclorização. Em outras palavras, a população negra não se constitui num grupo homogêneo, mesmo tendo uma descendência comum, e que o racismo alcance a todos, essa população apresenta interesses e necessidades diferentes conforme a região geográfica, o nível socioeconômica e as crenças religiosas.

Sobre a perda da cultura quilombola e negra, destaca-se a indagação de François Neyt e Catherine Vanderhaeghe (2000, p.34)

quantos séculos serão necessários para avaliarmos a riqueza e fecundidade das tradições culturais africanas? Elas retornam em ondas musicais e artísticas, sob formas sempre novas e diferentes, fieis a sua inspiração primordial.

Tal indagação nos faz refletir sobre o tempo que a escola ainda levará para incorporar no currículo efetivamente as tradições culturais de matriz africana, de maneira não essencializada ou estereotipada, pois, como destaca Munanga (2005, p. 16) “o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente, branca [...]”.

As lembranças da população negra consistem numa forma de comprovar sua existência, elas são recuperadas através das histórias contadas pelos mais velhos, e este recordar estabelece os elos entre passado e presente, como no dizer de Bosi (2001, p.55) “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas, refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”.

A escola quilombola almejada pelas lideranças quilombolas é aquela que confira visibilidade e positividade a história, a cultura e a memória coletiva da população negra, que a despeito das condições de desigualdades nas quais se desenvolveram e fortaleceram, contribuíram na formação da riqueza econômica, social e na identidade nacional.

A percepção de que há necessidade de um “resgate cultural” é uníssona na fala das lideranças quilombolas. Sobre tal constatação Pedro (liderança quilombola) diz o seguinte:

Olha eu espero um resgate, que essa escola venha resgatar nossa cultura, resgata o ensino de qualidade para os nosso Quilombolas e demais moradores que aqui estão, e que muitos desconhecem a nossa história, a nossa luta, então eu espero que essa escola venha trazer um ensinamento de qualidade **e o resgate daquilo que foi se perdendo ao longo do tempo** e que hoje nós estamos na luta, não só pra resgatar mais também pra que a gente leve aquele ensino pro nosso Quilombolas, (Pedro, liderança quilombola) *[grifos nossos]*.

O referencial cultural tem sido muito utilizado como subsídio pedagógico para incorporar no currículo escolar as tradições, valores e práticas do jeito de ser e fazer que representam as matrizes culturais africanas, reinterpretadas e reinventadas ao longo dos tempos. Sobre a articulação das práticas pedagógicas com a história e cultura afro-brasileira e africana, Oliveira (2003) pondera que,

Não se trata de globalizar a cultura negra, mas universalizar seus valores. Não se trata de conquistar a hegemonia política negro-africana, mas promover sua experiência civilizatória, a fim de criar novos regimes sociais fundados na solidariedade e na justiça. (OLIVEIRA, 2003, p.174)

O reiterado apelo ao resgate cultural das lideranças quilombolas, pode ser compreendido como uma maneira da comunidade quilombola manter seu universo de símbolos e significados, os quais conferem ao grupo sua imagem identitária. Para Santos (1992) a cultura é uma,

forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre homem e meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. (SANTOS, 1992, p.61)

O que as lideranças esperam é as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas quilombolas possam visibilizar e fortalecer os saberes tradicionais quilombolas. Nesse sentido, a escola quilombola tem como desafio desconstruir e superar distorções cognitivas fundadas em preconceitos e estereótipos, que se naturalizaram ao longo dos tempos.

A ênfase na dimensão cultural pode ser uma maneira de não deixar que o modo de vida da comunidade quilombola seja esquecido, isto é, que as práticas e costumes que contribuíram para a sobrevivência quilombola permaneçam unicamente nas lembranças dos mais velhos, sendo que os jovens ficariam sem acesso as diversas estratégias resistência para manutenção do grupo.

Dessa forma, as práticas pedagógicas vinculadas a cultura quilombola, desempenharia um papel crucial, para uma “pedagogia da sobrevivência”, que agrega saberes ancestrais, resistências, resiliências, alegrias, celebrações, festejos, enfim, saberes e fazeres que cartografam o cotidiano quilombola.

Ao longo da história a sobrevivência foi parte da experiência dos índios, dos escravos negros, dos imigrantes e de crescentes parcelas marginalidades em nome do progresso e da civilização, ou simplesmente das classes dominantes. Sobreviver nessas condições é uma arte e requerer estratégias pedagógicas com nível de sofisticação igual ou maior do que se encontram nos manuais de pedagogia hegemônica. É uma pedagogia da qual pouco se sabe, porque é gerada no clandestino, muitas vezes fora do âmbito do legal ou da formalidade oficial, entre as necessidades de alimentar-se e curar-se, enfim viver. (STRECK, 2006, p.279).

No que se refere ao desafio da escola articular a cultura quilombola com práticas pedagógicas no âmbito do currículo escolar, Iara (liderança quilombola) diz o seguinte:

a escola não tá totalmente voltada pra realidade nossa, a alimentação mostra o jeito que vivemos aqui, [...], os professores que tão dando aula hoje é da cidade. [...] as histórias as vezes a gente fica eita hora parado conversando sobre a nossa história pra professora,

é nós conhecemos as histórias contadas pelos mais velhos. [...] Acho que os professores vivendo aqui eles vão entendendo o nosso jeito de viver. (IARA, liderança quilombola)

A liderança destaca a necessidade da escola contextualizar a realidade da comunidade quilombola, bem como o comprometimento e disposição dos professores em lecionar naquele lugar. A liderança destaca também que a escola não está totalmente integrada ao modo de vida da comunidade, e que a comunidade explica aos professores sobre seus hábitos, pois eles vem da cidade e, portanto, não estão familiarizados com o jeito de viver importância do diálogo da comunidade com os professores, tomando como exemplo as longas conversas que ela própria tem com a professora, enfatiza a importância de conhecer as histórias que foram contadas pelos antepassados e repassadas pelas gerações precedentes.

Assim a oralidade na comunidade quilombola constitui-se um instrumento importante na escola, quando aliada escrita garante preservação da história e cultura afro-brasileira. Pela oralidade os saberes tradicionais são transmitidos, compartilhados e legitimados. Como no dizer de Vanda Machado (2004, 110) “oralidade que corresponde à natureza de memória, “depósito” de gerações sucessivas, com a mesma força vital em forma de relato, canto, dança, poesia, ritmo e emoção, elaborando a história e a vida cotidiana”.

Ainda nessa mesma linha de pensamento Muniz Sodré (2002, p.22) faz a seguinte observação:

Quando eu digo que é preciso valorizar também outras fontes de sabedoria, eu me refiro à esfera oral, à dimensão oral das pessoas que são lideranças de comunidades, de mais velhos, de mães-de-santo, de gente antiga mas que tem sabedoria. Não tem ciência mas tem sabedoria. Por que a sabedoria é importante? Porque a sabedoria vem do território, vem da maneira de lidar com o território. Ela é extraída dos recursos de sobrevivência dentro de um território. (MUNIZ SODRÉ, 2002, p.22)

Na concepção da liderança a alimentação é o elemento primordial para conhecimento do modo de vida comunidade. Para Cambuy (2006) através do perfil alimentar é possível perceber,

o modo como vivem e pensam o mundo, através da íntima relação que possuem com a natureza, do apego às tradições, do respeito às raízes e à sabedoria dos ancestrais. No entanto, as riquezas culturais referentes à alimentação [...] encontram-se ameaçadas, pois o que se observa é um quadro de “insegurança alimentar” vivida pelos moradores, que vivem em meio à opressão e a pouca capacidade de organização política, enfrentando assim dificuldades para se manterem no território que historicamente ocupavam e que hoje lhes é negado o direito à propriedade. Assegurar o acesso ao território significa além de garantir a sobrevivência, manter vivos na memória os

acontecimentos históricos e as práticas sociais, como os hábitos alimentares, que afirmam a identidade deste grupo. (CAMBUY, 2006, p.51)

Podemos destacar as festas nos Quilombos paranaenses como importante elemento cultural na perspectiva de articular com práticas pedagógicas. As festas nas são realizadas anualmente e estão intrinsecamente ligadas a religiosidade, que se traduz na devoção a um “Santo”, ente sagrado que a comunidade venera. A organização da festa reúne os mais velhos, adultos, jovens e crianças da comunidade, e nessa dinâmica os mais velhos como portadores um saber construindo na experiência de vida ensinam aos demais a importância e os significados da manutenção da tradição.

Nesse sentido, Moura (2005) destaca que,

Aprender a importância do período de preparação e realização das festas permite desvendar a lógica desse modo de vida quilombola e perceber, na indiferenciação lúdico-sagrada do tempo da festa, as teias de significados que compõem um tecido cultural tramado sobre essa urdidura bem firme. Desse modo, as festas permitem adequar o passado ao presente, ao reelaborar a herança cultural dos ancestrais, possibilitando, além disso, manter um diálogo com a sociedade envolvente, através da negociação e renegociação constante dos referenciais simbólicos, dos quais essas comunidades se apropriam para constantemente ressignificá-los. (MOURA, 2005, p.73).

Nessa perspectiva, pressupõe-se que as práticas pedagógicas estejam a vinculadas com as dimensões culturais e simbólicas dos Quilombos. Não se trata de negar o saber historicamente acumulado, que compõem os conteúdos escolares, mas entrelaçar esses conhecimentos, provocar questionamentos e reflexões, utilizar os conhecimentos escolares na perspectiva do fortalecimento e desenvolvimento local.

Os festejos fazem parte da cultura quilombola, são mantidos através das gerações e revelam singularidades de cada Quilombo. Como no entender de Moura (2005),

A importância dos rituais de devoção, o respeito à natureza, o dever de trabalhar, o respeito à família, a beleza da negritude, a busca de um casamento dentro do círculo comunitário, são valores que fazem parte de padrões sociais que marcam as histórias de vida dos atuais moradores, bem como dos seus antepassados, e perpassam as letras de músicas cantadas nas festas e as estórias de santos e de bichos contadas exaustivamente. (MOURA, 2005, p.71).

Assim, pensar cultura quilombola conectada as praticas pedagógicas implica assumir o compromisso de ressignificar o currículo escolar, as práticas buscando contemplar as necessidades e demandas dessa população. Rocha e Trindade (2006, p.54) fazem uma reflexão acerca da importância de um referencial curricular incorporar

alguns elementos constitutivos da cosmovisão africana, em grande parte desconhecida do campo educacional brasileiro compareçam como base, a exemplo da ancestralidade, circularidade, solidariedade, integração, coletividade, etc. Em outras palavras, desejamos inspirar as educadoras e os educadores à efetivação de uma cultura escolar cotidiana de reconhecimento dos valores civilizatórios africanos como possibilidade pedagógica de construção dos conhecimentos. (ROCHA- TRINDADE, 2006, p. 54).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escolarização em comunidades quilombolas pressupõe visibilizar e afirmar nas práticas pedagógicas e no currículo escolar valorizar os jeitos de viver ancorados em saberes históricos/tradicionais. O modo de vida de muitos Quilombos foram/são forjadas pela sobrevivência, outras expressam as alegrias, as crenças e a simplicidade da vida. Assim, a escola ao incorporar dos territórios quilombolas as experiências, as vivências, os significados atribuídos as suas representações cotidianas estará fazendo um movimento fundamental para o estabelecimento e fortalecimento de uma política curricular que legitima vozes historicamente negadas/silenciadas. Em fim, as possibilidades para construção de um currículo escolar quilombola que reconheça as especificidades das comunidades quilombolas demanda investimento na formação inicial e continuada dos profissionais das escolas. Caso contrário as práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas quilombolas continuará a sufocar a voz dos sujeitos quilombolas, tornando folclóricos seus saberes tradicionais, e ainda ignorando a dinâmica social das comunidades. Pois entendemos que os saberes e experiências históricas e socioculturais das comunidades quilombolas, podem e devem contribuir de maneira significativa para uma reorganização curricular que visibilize e afirme a dinâmica e a organização social dessas comunidades. Em fim, reafirmamos que o Quilombo é um espaço pedagógico, capaz de proporcionar aos estudantes conhecimentos necessários para transitar tanto no âmbito de sua própria cultura quanto no da cultura hegemônica, assim, como para interagir e situar-se em contextos sócio/culturais diferentes dos de sua origem.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, J. M. Comunidades Negras Rurais: entre a memória e o desejo. **Suplemento Especial de Tempo e Presença**, V. 20, p. 15-18, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.
- CAMBUY, Andréia Oliveira Sancho. **Perfil alimentar da comunidade quilombola João Sura: um estudo etnográfico**. Projeto de Conclusão de Graduação em Nutrição, apresentado ao do Departamento de Nutrição do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná (2006).
- COSTA, João Batista de Almeida. **A (des)invisibilidade dos Povos e das Comunidades Tradicionais: A produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo**. Montes Claros: Unimontes, 2009.
- FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MOURA Glória. **Os quilombos contemporâneos e a Educação**. In: Humanidades – Consciência Negra: Editora UNB, n. 47, 1999.
- MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. 2ª ed. revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- NEYT, François; VANDERHAEGHE, Catherine. A arte das cortes da África negra no Brasil. In: **Mostra do redescobrimento: arte afro-brasileira**. Associação 500 anos Brasil artes visuais. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo. p. 34-97, 2000.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro: Boletim da Associação Brasileira de Antropológica. 1995.
- _____. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, 2003.
- SODRÉ, Muniz. Cultura, diversidade cultural e educação. In: TRINDADE, Azoilda Loretto; SANTOS, Rafael (Org.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- STRECK, Danilo Romeu. A Educação Popular e a reconstrução do público: há fogo sobre as brasas? **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 32, p. 272-284, 2006.
- ROCHA & TRINDADE. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

**PATRIMONIALIZAÇÃO NO ECOSISTEMA COSTEIRO: O CASO
DOS VEÍCULOS NO BALNEÁRIO CASSINO E OS IMPACTOS
AMBIENTAIS – RIO GRANDE, RS**

*PATRIMONIALISATION IN THE COASTAL ZONE: THE CASE OF VEHICLES IN
THE CASSINO BEACH AND THE ENVIRONMENTAL IMPACTS - RIO GRANDE,
RS*

*Felipe Nóbrega Ferreira.
Dn. em Educação Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)¹⁶*

RESUMO

A política patrimonial ligada à faixa costeira brasileira está alicerçada em documentos oficiais como a Constituição de 1988, e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Obedecendo a legislação federal, fica a cargo dos municípios os processos de salvaguarda e monitoramento dos bens naturais e culturais desse território. Dessa forma, o presente trabalho apresenta um estudo sobre o caso de patrimonialização na faixa costeira do Balneário Cassino (Rio Grande/RS) envolvendo a atribuição de “Patrimônio cultural imaterial” ao uso de veículos automotores à beira-mar. A lei, criada em 2017, visa consolidar a prática da circulação e estacionamento de carros no espaço existente entre o cordão de dunas e o mar. Nesse cenário, o intuito é perceber a forma de interlocução que a esfera municipal estabeleceu com os documentos legais, bem como os textos norteadores sobre política patrimonial. Em seguida, apresentar um cruzamento desse suporte legal com os possíveis impactos ambientais derivados dessa prática transformada em patrimônio pelo poder público, valendo-se de uma série de dados históricos e biológicos que colaboram para uma percepção ambiental ampliada - dialogando a política de salvaguarda costeira com a discussão de risco ambiental que permeia tal situação. Por fim, esse trabalho visa contribuir com uma apropriação ecossistêmica das questões que envolvem a legislação patrimonial para áreas costeiras, bem como processos de salvaguarda implementados em regiões biodiversas.

Palavras-chave: Patrimônio; Zona Costeira; Veículos; Praia do Cassino

ABSTRACT

The patrimonial policy related to the Brazilian coastal strip is based on official documents such as the Constitution of 1988, and the National Plan of Coastal Management. Obeying the federal legislation, the municipalities are responsible for the processes of safeguarding and monitoring the natural and cultural assets of that territory. Thus, the present work presents a study on the patrimonialisation case in the coastal strip of the Casino Spa (Rio Grande / RS) involving the attribution of "immaterial cultural heritage" to the use of motor vehicles on the seashore. The law, created in 2017, aims to consolidate the circulation practice and parking of cars in the existing space between the dune cord and the sea. In this scenario, the intention is to perceive the form of interlocution that the municipal sphere established with the legal documents, as well as the guiding texts on patrimonial

¹⁶ Bolsista junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

politics. Next, to present a cross-section of this legal support with the possible environmental impacts derived from this practice transformed into patrimony by the public power, using a series of historical and biological data that collaborate for an amplified environmental perception - dialoguing the coastal safeguard policy with the discussion of environmental risk that permeates this situation. Finally, this work aims to contribute to an ecosystemic appropriation of issues involving patrimonial legislation for coastal areas, as well as safeguard processes implemented in biodiverse regions.

Palavras-chave: Patrimony; Coastal zone; vehicles; Cassino Beach

INTRODUÇÃO

Ao chegarmos no Balneário Cassino, que se localiza na cidade de Rio Grande/RS, nos deparamos com uma situação inusitada em se tratando de praia: a possibilidade de estacionar o veículo automotor, seja ele qual for, junto à orla. Assim, os carros ficam estacionados entre o cordão de dunas, e o mar, ocupando esse espaço em forma de linhas paralelas à costa, as quais ainda estabelecem um corredor próprio para mobilidade desses veículos, permitindo a livre circulação dos mesmos durante todo o ano e, especialmente, durante o período de veraneio.

Podemos observar isso na imagem a seguir:



Imagem 1: Carros na praia do Cassino - 2017

Fonte: <http://grupooceano.com.br>

Tal cenário, que remonta uma prática cultural de acesso ao espaço de praia que data das primeiras décadas do século XX, parece oferecer uma forma de lazer baseada na comodidade que ela imputa ao frequentador do Balneário Cassino. Recentemente, esse modelo de uso foi transformado em Patrimônio da Cultura Imaterial da Cidade de Rio Grande, o que ocorreu através do Projeto de Lei Nº 43/2017, de 02 de março de 2017 elaborado pela câmara de vereadores da cidade, e sancionado pelo executivo em sua integralidade textual no mesmo ano, transformando essa prática em elemento a ser salvaguardado pelo município.

Nesse sentido, é justamente sobre esse processo de patrimonialização da zona costeira que o presente artigo se debruça. Ao propor uma análise qualitativa dessa lei em suas interlocuções com as esferas federais e estaduais que legislam sobre o patrimônio ambiental e costeiro no território nacional, buscamos perceber a forma como o ecossistema costeiro é compreendido, e os possíveis cenários de impactos ambientais que estão em jogo nesse território.

O que está sendo problematizado nesse texto, então, são os limites dessa patrimonialização costeira que aqui poderão ser percebidos através desse estudo de caso. Ao realizar uma abordagem qualitativa dessa questão, acreditamos ser possível “apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos, além de capturar os variados significados das experiências vividas no ambiente auxiliando a compreensão das relações entre as pessoas, seu contexto e suas ações” (RHEINHEIMER; GUERRA, 2009, p. 418).

Da mesma forma, nessa direção, a compreensão elaborada por Foladori e Taks (2004), também traça um horizonte de percepção para análises que discutem a relação natureza-cultura. Ao levantar a questão da necessidade de um olhar antropológico para as questões ambientais, os autores destacam o que chama de uma esfera “informativa” que estaria ligada à desmistificação sobre a relação das sociedades com seus ambientes naturais, e uma esfera “metodológica” que visa abordar os problemas ambientais “de modo a caminhar rumo à sociedades mais sustentáveis” (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 323).

Para realizar esse percurso, organizamos o artigo em dois momentos distintos: uma breve contextualização histórica quanto ao uso dos veículos à beira mar na praia do Cassino, e a efetivação da lei que garante o estatuto de patrimônio a essa prática em suas estratégias de interlocução com a legislação patrimonial e costeira vigente; a relação que tal patrimonialização costeira pode estabelecer, a partir dos critérios teóricos e práticos de uso que visa efetivar junto à praia, com um conjunto de impactos ecossistêmicos que poderiam afetar a biodiversidade desse local.

DA PRÁTICA AO TEXTO DA LEI: A CHEGADA DOS CARROS NA PRAIA

O Balneário Cassino foi fundado em 1890, sendo parte do município de Rio Grande, e integrando, assim, cerca 200km da planície costeira do Rio Grande do Sul. Os primeiros registros do uso de veículos na orla data de 1920, quando o periódico *Echo do Sul* evidencia um evento envolvendo corrida de automóveis na orla (*ECHO DO SUL*, 20 de fevereiro de 1927).

A partir desse momento será frequente encontrar registros como esse abaixo, quando podemos perceber um alinhamento veicular sendo praticado já nas primeiras décadas do século XX:



Imagem 2: Visita a praia do Cassino – Década de 1930
Fonte: Bibliotheca Rio-Grandense

Nesse cenário, o carro se faz presente como signo da modernidade, ele representa a distinção social em jogo nesse contexto, ao mesmo tempo se agrega ao imaginário de uma maquinaria que se conecta ao corpo, encontrando no cenário de praia uma forma de referenciar essa dupla potência cultural: a distinção e a força (SEVCENKO, 1992). Igualmente, o uso de veículos na costa permitirá uma ampliação da paisagem litorânea, visto que torna possível o deslocamento pela orla a partir de uma mobilidade paralela ao mar e as dunas, criando mesmo uma faixa de rodagem que alarga, desde então, os limites balneares.

Tal característica de praia a ser percorrida, percebida em suas práticas de trajeto, de deslocamentos que nem sempre almejam a fixação em algum de seus pontos, acentuou-se nos

anos seguintes. Já na segunda metade dos novecentos a linha de praia se transformaria no estacionamento dos ônibus de excursão que chegavam de toda região, assim como competições de Shock-Car ocorriam nas areias à beira mar, quando essa passa a ser uma arena a esse tipo de esporte (FERREIRA; FREITAS, 2017).

Os anos 1980 e 1990 já apresentam um contexto em que os carros estão incorporados definitivamente à cultura dessa paisagem costeira. Assim, com o desdobramento da popularização dos veículos nas últimas duas décadas (PEDROSA *et al*, 2016), a sua presença na orla ficou ainda mais marcante – como podemos perceber na imagem que utilizamos para iniciar o artigo.

Se aqui nos preocupamos em demonstrar esse lastro cultural que diz respeito ao uso de veículos nessa faixa da planície costeira do Rio Grande do Sul, é porque acreditamos, assim como Isabel Cristina de Moura Carvalho (2002), que esse tipo de atitude investigativa fornece pistas para compreender os “sentidos do ambiental” em jogo dentro de determinada sociedade, a forma como ela opera seus conceitos de natureza e cultura que estão na origem de seus processos de socioambientais (CARVALHO, 2002, p. 36). Tal movimento teórico-metodológico de base qualitativa é a chave para trazer à tona o possível repertório de motivações que forneceu sentido à criação da Lei Nº 43/2017, de 02 de março de 2017, visto que ela vale-se, justamente, dessa historicidade para legitimar-se frente ao atual debate sobre as formas de uso desse espaço.

O projeto de lei de autoria do vereador Filipe Branco (PMDB) surge após uma série de audiências públicas realizadas em fevereiro de 2017 pelo executivo municipal com a comunidade costeira do Balneário Cassino e bairros adjacentes. Tais audiências visavam debater uma série de regramentos sobre a orla que diziam respeito, inclusive, a uma faixa de exclusão de veículos, e eram demandadas pelo órgão licenciador estadual, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM), cabendo ao município cumprir tais condicionantes.

É nesse sentido que o edil apresenta um projeto contendo o seguinte conteúdo:

Art. 1º. Fica declarado como integrante do patrimônio cultural imaterial do Município, o “costume do uso de veículos na beira da praia do Cassino”

Art. 2º. O patrimônio cultural imaterial do Município declarado por esta lei, será regulado através do Plano de Zoneamento de Uso da Praia do Cassino, ordenando o uso e a ocupação da faixa de praia do Balneário Cassino (PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017).

Ainda nesse texto legislativo, o projeto de lei apresenta o que chama de “Justificativa”, quando elenca uma série de fatores que corroborariam com o intento de salvaguarda de veículos na beira mar. É nesse momento que a Constituição Federal, em seus artigos 215 e 216, surge para categorizar os bens patrimoniais de natureza material e imaterial, naquilo que tange “os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira” (PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017). Da mesma forma, para conceituar o que seria a salvaguarda dos patrimônios culturais imateriais o vereador recorre às definições da UNESCO, que define como patrimônio imaterial:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante da cultura material (PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017).

Com tal prerrogativa, a iniciativa de lei justifica que o patrimonial imaterial é transmitido de geração para geração, constante recriado e, enraizado no cotidiano em sua vinculação territorial e, portanto, identitária. E, mais uma vez trazendo definições da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, entende que a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial se faz necessário no caso da praia do Cassino, já que estaria conectado a um saber, modo de fazer, a uma forma de expressão e baseada nos costumes e tradição. (PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017). Diz ainda:

o costume centenário dos moradores rio-grandinos, veranistas e visitantes do Balneário Cassino, é acessarem a praia utilizando veículos (automotores ou não) e estacionarem a beira mar para desfrutarem do sol e dos banhos de mar (PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017).

O vereador encerra o texto legislativo utilizando a expressão “IMPORTANTE”, essa evidenciada em letras maiúsculas e marcadas por um grifo parece querer nos informar com ainda mais afinco que:

Tal fato não só salvaguardaria um COSTUME (grifo do documento) ameaçado com sua aprovação e regulamentação enquanto um produto protegido, fomentar sua revitalização entre os moradores, rio-grandinos, veranistas e visitantes do Balneário Cassino, visto não serem mais passível de serem enquadrados como prática ilegal (PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017).

No formato de uma recomendação final, encontramos a seguinte passagem: “Recomenda-se, ainda, que ações de regulação enquadrem-se no Plano de Zoneamento de Uso da Praia do Cassino, ordenando o uso e a ocupação da faixa de praia do Balneário Cassino” (PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017). Esse plano, de esfera municipal,

remete diretamente a Lei 6.585, de 20 de agosto de 2008, a qual dispõe sobre as diretrizes de desenvolvimento urbano junto ao Plano Diretor Participativo, e contempla, em algumas passagens, o que pode ser encarado como um ordenamento do uso da orla, bem como versa sobre questões de mobilidade urbana nesse espaço em seu artigo 53.

O projeto de lei, após aprovado pela câmara municipal em 26 de abril de 2017, com 11 votos favoráveis, foi para sanção do prefeito, que o vetou. Ao retornar para o legislativo, o veto foi derrubado pelos vereadores em 31 de maio do mesmo ano, com 13 votos dos 18 vereadores presentes na casa¹⁷, entrando em vigor, assim, a lei que aqui acabamos de apresentar.

O primeiro item que deve ser trazido à tona na análise dessa lei diz respeito ao fato dela ir na contramão da legislação estadual vigente desde 1991 que versa, especificamente, sobre o uso de veículos nas praias:

Art. 1º - Nas áreas de praias balneárias, destinadas ao descanso, aos desportos, à recreação e ao lazer em geral, cuja demarcação é imposta aos municípios pela LEI Nº 8.676, de 14 de julho de 1988, fica proibida a circulação de veículos, devendo a autoridade municipal, que sobre elas detém a jurisdição, manter a correspondente sinalização (LEI ESTADUAL Nº 9.204 DE 11 DE JANEIRO DE 1991)

Porém, essa pode ser encarada como o primeiro dos elementos, e talvez o mais evidente por se tratar exatamente de um dispositivo estadual imediato sobre o assunto, que merecem algumas observações no que diz respeito às apropriações da legislação costeira e patrimonial que foram realizadas. E aqui começamos por uma caracterização no âmbito do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, quando se considera a Zona Costeira como patrimônio nacional, “e sua utilização farse-á, na forma da lei, dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quando ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, Art. 225, 1988).

Nesse sentido, podemos dizer que está na Lei 7.661, de 16 de maio de 1988 a apresentação do primeiro conjunto de políticas públicas que versam sobre a gestão da costa brasileira, as quais estariam amparadas junto ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Será nesse documento que encontraremos a instituição de políticas que visem à conservação e proteção dos bens naturais e culturais presentes na zona costeira brasileira, como é o caso dos sítios arqueológicos e, especificamente: “monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico” (PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTERO, LEI 7.661, DE 16 DE MAIO, 1988).

¹⁷ Vide http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/index.php?n_sistema=3088&id_noticia=782&id_vereador=NTg= e http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/index.php?n_sistema=3088&id_noticia=796&id_vereador=NTg=

Está claro que, ao ser considerada patrimônio nacional, a zona costeira passa ser um território a ser salvaguardado com políticas que visem a sua conservação. O que está em jogo é a noção de preservação dessas áreas, por consequência, do ecossistema costeiro dentro sua biodiversidade que assegure o que a própria Constituição aponta ao falar sobre o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Nesse sentido, o PNGC surge enquanto instrumento de gestão dessas prerrogativas de salvaguarda, e com isso reafirma valores que apontam para a mesma condição preservacionista da costa brasileira. O documento aponta para a possibilidade de patrimonialização do que chama de “monumentos” que se integrem a esse espaço litorâneo, tanto na ordem material, como imaterial, porém não abre mão de que tais elementos estejam amparados junto ao conceitos de preservação e proteção que regem essa normatização.

Se nos atentarmos para o universo conceitual mobilizado para a instituição da lei que dá o valor de Patrimônio da Cultura Imaterial para os veículos na praia do Cassino, será possível perceber que o texto se vale de interpretações oriundas da UNESCO, as quais servem de orientação para políticas patrimoniais internacionais, e não seria diferente no caso brasileiro. As orientações presentes junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apontam para o seguinte horizonte:

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL¹⁸)

Existe a relação das práticas culturais concatenadas à natureza, em função do seu “meio ambiente”. Por sua vez, se nos voltarmos para os preceitos da legislação sobre o patrimônio nacional natural, mais uma vez lembramos que o norte da salvaguarda deve obedecer aos preceitos de preservação e proteção da dos recursos naturais, o que deve valer para os casos que dizem respeito à patrimonialização da cultura imaterial.

São essas categorias que estão sendo acionadas pela legislação municipal de salvaguarda do uso de veículos na linha de costa, as quais circunscrevem uma argumentação que se vale da prática histórica para legitimar a iniciativa e, da mesma forma, contornar a legislação já existente que torna essa mesma prática ilegal. A questão que se impõe ao observar as premissas patrimoniais para a zona costeira, e que parece ser omitido pelo texto final do projeto de lei, diz

¹⁸ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acessado em 20 de junho de 2018.

respeito a orientação do documento em “fomentar a revitalização” da prática do uso de veículos na praia do Cassino, já que seria esse um “costume”.

Seria esse um ponto passivo de discussão se não estivéssemos falando de veículos automotores que podem provocar a degradação da própria linha de costa em sua biodiversidade ecossistêmica. Indo na contramão da legislação vigente, estabelecendo justificativas que parecem obedecer uma condição bastante maleável daquilo que viria a ser uma apropriação capaz de provocar impactos ambientais desse território, não considerando que possíveis desequilíbrios possam ser acentuados com tal fomento, o projeto de lei que entrou em vigor no ano de 2017 acaba por delinear, justamente, o que Isabel Carvalho postula como “sentidos do ambiental” (CARVALHO, 2002), ou então Carlos Walter Porto Gonçalves chama de instituição de um conceito de natureza (GONÇALVES, 2006, p. 23).

A lei que acabou por ser sancionada é apenas a cristalização, a ponto do iceberg para utilizar uma metáfora bastante ilustrativa, de algo que já estava em curso, de algo que diz respeito a forma como os sujeitos se apropriaram dessa costa ao longo das décadas. Nesse caso, a possível degradação da costa, a perda de organismos, o aumento da sensibilidade aos impactos e distúrbios ambientais, é omitida em prol de uma prática que sempre esteve orientada pela constante manutenção de uma relação que transforma o recurso natural em bem de consumo a ser adaptado pelos interesses humanos.

Se antes não havia a discussão, ou mesmo debates que pudessem posicionar-se criticamente frente a essa prática, o mesmo não pode ser dito sobre o presente momento. Por isso, não cometemos o anacronismo de criticar esse tipo de apropriação em suas contradições com as questões ambientais, como é o caso dos veículos na década de 1930, ou mesmo até os anos 1980, quando os movimentos ambientais ainda não estavam plenamente consolidados, assim como o campo da Educação Ambiental (EA), por exemplo. O que se espera é construir um debate reflexivo que seja capaz de construir uma forma de repensar essa prática a partir dos dados que temos hoje sobre as consequências da continuidade do uso de veículos na orla.

Com isso, chegamos ao segundo momento desse artigo, quando visamos apresentar um painel dos riscos que estão em jogo caso seja realizado qualquer tipo de fomento a esse “costume” agora patrimonializado pelo poder municipal. Da mesma forma, esse outro momento do artigo abre-se a pensar sobre algumas contribuições às discussões envolvendo a patrimonialização costeira

IMPACTOS MATERIAIS QUE A IMATERIALIDADE PODE CAUSAR

A primeira questão a ser levantada diz respeito a uma condição básica, mesmo a lei sendo sancionada no que diz respeito ao status de “imaterial”, o carro, o veículo automotor, é um item material. Ele existe fisicamente, ele está na linha de praia estacionado ou em circulação, conseqüentemente, ele está em constante impacto com a natureza ali presente.

Começar por esse item, que parece tão básico, pontua uma discussão que já existe academicamente sobre o tema do uso de veículos na praia do Cassino. Isso porque ela se conjuga ao argumento de VIEIRA *et al*:

A praia do Cassino, localizada na Costa sul-rio-grandense apresenta, provavelmente, uma das faixas de praia mais impactadas pelo trânsito de veículos no mundo. Fatores históricos, culturais, geomorfológicos e uma interpretação errônea permitem o trânsito de veículos de qualquer tipo sem qualquer restrição (VIEIRA *et al*, 2004, p. 55).

A omissão de que existe um impacto, e esse pode ser significativo, quando estamos falando de uso de veículos à beira mar, parece estar inserida naquilo que os autores chamam de “interpretação errônea”. Em verdade, tal “interpretação” não é um dado aleatório, mas sim parte de uma cultura como descrevemos no item anterior, o que demonstra uma forma dos sujeitos projetarem os sentidos ambientais que perpassam tal situação.

Por isso, buscando operar um arranjo nos termos pensados por Foladori e Taks (2004), o diálogo que esses realizam com Marshall Sahlins aqui também pode oferecer significativa contribuição quando esse compreende que “a cultura é historicamente reproduzida na ação” (SHALINS, 2003, p. 7). E, mais adiante, diz: “sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação” (SAHLINS, 2003, p. 7).

O que chama atenção em tais premissas é a possibilidade da transformação de sentidos no que tange o universo da cultura, sendo possível ocorrer o que ele chama de “mudança sistêmica” (SAHLINS, 2003). É assim que compreendemos, igualmente, o debate que cerca o tema do uso de veículos na praia do Cassino. Ao discutir uma lei que patrimonializa o ambiente costeiro de uma forma autofágica, na qual normatiza juridicamente uma prática que colabora para a degradação do espaço em que ela ocorre, estamos projetando um outro horizonte interpretativo a esse objeto da cultura, inserindo-o em outro debate, que passa a ser feito não nos termos de legitimação histórica, mas sim da relação que queremos manter com essa natureza que é finita, e que todo e qualquer impacto sofrido possui, invariavelmente, conseqüências maiores que vão para muito além da zona costeira.

Daí a importância de apresentar dados como esses de Vieira *et al* (2004), que argumentam em suas pesquisas que ao compactar-se a areia diminui-se o índice de vazios aumentando a resistência aos deslocamentos líquidos e gases no meio, interferindo diretamente nos processos biológicos desse ecossistema (VIEIRA *et al*, 2004, p. 55). Ou então os de Lopes *et al* (2007), que apontam para alterações ecossistêmicas oriundas dessa prática de rodagem dos carros na praia:

Tais impactos são os responsáveis pela diminuição da população de mariscos, um bivalve muito comum nesta parte do litoral, os quais não são mais encontrados na fase adulta nas zonas de maior trânsito, também pelo desaparecimento do crustáceo *Ocypode quadrata*, espécie muito sensível à presença de veículos (LOPES, *et al*, 2007, p. 2)

Ainda, com as marés cheias, os carros acabam se aproximando das dunas, rompendo as crostas salinas, importantes nas ações antierosivas que viabilizam vegetações precursoras e servem de local de nidificação de aves, e abrigo para comunidades de pequenos mamíferos e roedores (LOPES, *et al*, 2007, p. 2). Esses mesmos pesquisadores reconhecem a pouca repercussão de dados como esses pelo poder público local, transformando mesmo isso em “atrativo desprezando a destruição do ecossistema costeiro” (LOPES, *et al*, 2007, p. 2).

Dados recentes, de 2016, apresentam o número de 12.824 mil carros espalhados em uma faixa de 20 km num dia de alta temporada – o que configura um aumento significativo em termos de impacto nos últimos anos (SOUZA; HECKTHEUR; RIGO, 2016, p. 297). Em um dia de verão, então, a praia alcança o cenário encontrado na imagem a seguir:



Imagem 3: Vista aérea da praia – 2016

Fonte: Registro de Glauber Gonçalves extraído de SOUZA; HECKTHEUR; RIGO, 2016.

Como se pode perceber, a formação de sete linhas de veículos em alguns trechos deixa claro os impactos ambientais que estão em curso quando apontamos trazemos alguns elementos como os citados por Lopes *et al* (2007) no caso do crustáceo *Ocypode quadrata*, ou a população de mariscos no Cassino. Ao romper com cadeias, alterar ecossistemas, a biodiversidade desse

litoral passa a projetar uma sensibilidade as consequências passam a apresentar-se em termos de desequilíbrio ambiental quando se trata de “fomentar a revitalização”, para usar o termo da lei que patrimonializou o uso de carros nessa praia.

Os efeitos sobre a biota já estão sendo observados, e ainda podem se agravar quando nos atentamos que, em períodos de maré cheia, quando a linha do mar avança, os carros passam a trafegar na proximidade das dunas, rompendo as crostas salinas, as quais são “importantes na ação anterosiva e que viabilizam a vegetação precursora das dunas, servindo de local de nidificação de algumas aves, e abrigo para as comunidades de pequenos mamíferos e roedores” (LOPES *et al*, 2007, p. 2). Por isso, revitalizar uma prática que causa o rompimento da vida para inúmeros organismos vivos da zona costeiras, e que deixam de ser considerados muitas vezes pelo fato de, ainda até esse momento, estarem “ocultos na areia ou expostos ao ar apenas durante os períodos de baixa maré” (LOPES, *et al*, 2000), parece ser elemento intrínseco a política patrimonial costeira que foi posta em curso na cidade de Rio Grande.

Dos nexos interpretativos que é possível estabelecer nessa análise, os sentidos do ambiental em jogo parecem apontar para uma omissão orientada desses dados científicos, quando o falseamento se dá na não observação holística do tipo de política que se pretende tornar pública. Nesse caso, patrimonializar surge enquanto estratégia política de manutenção de uma prática que, por muitos anos, tratou de reinventar-se até o ponto de naturalizar-se, quando, na verdade, sempre foi, e hoje ainda é, parte de um repertório cultural historicamente verificável – assim como se inventa a praia, usando a metáfora de Alain Corbin (1989, p. 266), também se inventou os carros na praia.

E aqui não podemos esquecer a dimensão política que José Reginaldo Gonçalves propõe ao patrimônio quando diz que ele é usado para simbolizar, representar, comunicar, mas também agir (GONÇALVES, 2003, p. 27). A escolha em apresentar esse projeto, justamente, após uma série de audiências públicas que visavam debater a adequação da licença da orla em suas proposições relativas ao uso de carros na praia, especialmente a sua exclusão em um trecho inicialmente de 800m, não pode deixar de ser percebido, também, como um ato político em curso – que parte de uma representatividade legitimada, e que atende a interesses diferentes daqueles do órgão licenciador, e das pesquisas científicas que aqui apresentamos.

Ao dizer que “O patrimônio, de certo modo, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2003, p. 27), esse mesmo autor parece convergir com aquilo que trouxemos antes como “sentidos do ambiental” (CARVALHO, 2002), num diálogo direto com uma perspectiva ambiental para lidar com a temática. Existe uma escolha de sociedade em curso, para cada opção, para cada tomada

de posição junto ao debate sobre os carros na praia do Cassino abre-se uma postura de comunidade para com as suas fontes naturais, e a forma como deseja se relacionar com elas.

Essa postura da sociedade com os seus patrimônios naturais perpassa um debate contemporâneo, e que François Hartog (2006) traz à tona quando diz:

A patrimonialização do meio ambiente, que designa a extensão provavelmente mais massiva e a mais nova da noção, abre indubitavelmente sobre o futuro ou sobre novas interações entre presente e futuro (HARTOG, 2006, p. 272).

É pensando nisso que uma proposta que poderíamos aqui fazer diz respeito à inserção da noção de risco, mais precisamente, de risco ambiental junto aos processos de patrimonialização em ambientes costeiros. Mesmo que já exista uma orientação que pode ser percebida nos documentos que aqui apresentamos, quando pensamos, por exemplo, o Artigo 225 da Constituição Federal, a obrigatoriedade da vinculação de um estudo de risco ambiental junto ao devido processo legal da demanda patrimonial poderia colaborar para que novas contradições desse tipo não entrassem em curso.

Tal iniciativa, que aqui se mostra como resultado de uma primeira reflexão baseada no estudo de caso da praia do Cassino reconhece a emergência de trabalhos que tratam da categoria “risco ambiental” (KUHNEN, 2009; BECK, 2011; ROSA et al, 2015), e passa a pensar a partir daí uma intervenção que possa se dar por dentro da política pública, e também por outra postura de diálogo social sobre o tema. Daí o papel estratégico de uma discussão patrimonial que reconheça uma aproximação necessária com a Educação Ambiental, a qual pode colaborar como campo do conhecimento aglutinador dessa nova postura ética no que tange a relação da sociedade com a natureza.

Pois, afinal, parece ser isso que também percorre todo o debate que aqui propomos quando evidenciamos esses sujeitos que, ao longo do tempo, através de suas práticas, consolidaram uma postura que se distanciava do próprio ecossistema, transformando o mundo em objeto. Essa é uma perspectiva que Mauro Grun, em uma passagem de sua obra *Ética e Educação Ambiental – a conexão necessária* (1996), explicita quando fala da constituição de uma racionalidade cartesiana em que “o sujeito autônomo está fora da natureza” (GRUN, 1996, p. 44).

A mudança desse cenário exigiria, portanto, passarmos a pensar a partir de uma crítica permanente aos processos de objetificação promovidos e sustentados por uma ética antropocêntrica que se mostra altamente nociva quando desconsidera a presença do sujeito no meio, enquanto parte, e não centro, de todo e qualquer ecossistema (GRUN, 1996, p. 51). Ao

mesmo tempo, refletir sobre as possibilidades de transformação, ou pelo menos de tensionamento dessa postura que parece vigorar na sociedade atual, e que se faz presente também em ações de patrimonialização, é parte do esforço que deve ser feito para um horizonte ecologicamente mais harmonioso entre os sujeitos e o meio em que vivem.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Em uma significativa passagem sobre as formas institucionais de patrimonialização no Brasil, Funari e Pelegrini (2006) dizem que as políticas nacionais de salvaguarda oscilam “entre concepções e diretrizes nem sempre transparentes” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 43). Mesmo que pensem isso no âmbito da esfera federal, é possível trazer essa mesma premissa para o contexto trabalhado no presente artigo.

E se essa dimensão de Funari e Pelegrini (2006) parece fazer sentido quando pensamos as estratégias e argumentos que compuseram o processo de patrimonialização costeira estudado, é preciso também reconhecer que estamos diante de uma discussão sobre uma prática cultural, a qual foi estabelecida dentro de um contexto específico, de um espaço e de um tempo que merecem ser problematizados a partir desses critérios.

Dessa forma, o que tentamos apresentar aqui não se trata da busca de uma linearidade antropocêntrica, buscando apontar culpados por escolhas do uso do espaço de praia que hoje consideramos equivocadas – seria anacrônico, e talvez pouco efetivo, incorrer nesse posicionamento. Assim, o interesse se concentra em ser capaz de reconhecer historicamente a prática, e enquadrá-la no seu cenário de origem a partir de outra problematização, outra forma de olhar, outra postura ética que seja capaz de forjar uma nova narrativa sobre a questão do uso de veículos automotores na praia do Cassino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco** – rumo a uma outra modernidade. São Paulo, Editora 34, 2011.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei n. 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, Brasília, 1988.

CARVALHO, I.C.M. **A invenção do sujeito ecológico** – narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. 2ª ed, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.

ECHO DO SUL, Rio Grande, 20 de fevereiro de 1927. Acervo da Bibliotheca Rio-Grandense.

FERREIRA, F.N.; FREITAS, J. V. Mar, areia e sensibilidade ambiental: primeiros apontamentos sobre a invenção da paisagem na Praia do Cassino – Rio Grande (RS). In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVB EA)**, São Paulo, Vol. 12, n. 4: 88-103, 2017.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. In: **Mana**, n. 10 (2), 2004, p. 323-348.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, J.R.. O Patrimônio enquanto uma categoria do pensamento. In: CHAGAS, Mario (Org). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. 14º ed. São Paulo, Contexto, 2006.

GRUN, M. **Ética e Educação Ambiental** – a conexão necessária. São Paulo, Papyrus Editora, 1996.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006, p. 261-273.

KUHNEN, A. Meio Ambiente e Vulnerabilidade – a percepção ambiental de risco e o comportamento humano. In: **Geografia** (Londrina). Vol. 18, n. 2, 2009. p. 37-52

LOPES, M.N; CHAVES, P; SAN MARTIN, L; VIEIRA, H. Estudo do impacto ambiental sobre a biodiversidade da praia do Cassino causado por veículos automotores. Caxambu, **Anais do VII Congresso de Ecologia do Brasil**, 2007.

PEDROSA, J. G. *et al.* Automobilidade e (in)sustentabilidade: distorções produzidas no princípio da sustentabilidade pela indústria automobilística. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Vol. 33, n. 3, p. 281-301, set/dez, 2016.

RHEINHEIMER, C.G.; GUERRA, T. Processo Grupal, Pesquisa-ação-participativa e Educação Ambiental: uma parceria que deu certo. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Vol. 22, Jan/Jul, 2009, p. 417-438.

RIO GRANDE DO SUL. LEI 9.204 DE 11 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=17505&hTexto=&Hid_IDNorma=17505. Acessado em 18 de Jun. 2017

RIO GRANDE. LEI Nº 6585, DE 2º DE AGOSTO DE 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rio-grande-rs> Acessado em 18 de Jun. 2017

_____. PROJETO DE LEI Nº 43/2017, 02 DE MARÇO, 2017. Disponível em: <http://filipebranco.com.br/wp-content/uploads/2017/05/PL-43.pdf>. Acessado em 18 de Jun. 2017

ROSA, T.S et al. A educação Ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais. In: **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, Vol. XVIII, n. 3, jul-set, 2015. p. 211-230.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

SEVCENKO, N. **Orfeu Extático na Metrópole** – São Paulo Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. Cia das letras, São Paulo, 1992.

SOUZA, T.S.; HECKTHEUER, L.F.; RIGO, L.C. O espaço da beira da praia, a criança e a produção de uma ordem: implicações para além da escola. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG**. Vol. 19, n. 2, 2016. p. 294-328.

VIEIRA, H.; CALLIARI, L.; OLIVEIRA, G. O estudo do impacto da circulação de veículos em praias arenosas através de parâmetros físicos: um estudo de caso. In: **ENGEVISTA**, Vol. 6, n. 3, dezembro, 2004. p. 54-63.

ESTADO NOVO, CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E TRABALHO: O CASO DA OPERÁRIA CECÍLIA (JOINVILLE SC, 1942)

*NEW STATE, NATIONALIZATION AND WORK CAMPAIGN: THE CASE OF
OPERATOR CECILIA (JOINVILLE SC, 1942)*

Jade Liz Almeida dos Reis
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UDESC
Bolsista CAPES-DS.
jjadeliz@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho aponta os resultados da pesquisa que teve como problemática central a análise da aplicação das leis trabalhistas diante das ações movidas por mulheres em Joinville/SC, durante a década de 1940. Especificamente, apontaremos a Campanha de Nacionalização institucionalizada pelo Governo de Getúlio Vargas e seus impactos nas relações de trabalho no âmbito industrial, a partir de uma ação trabalhista movida pela operária Cecília, no ano de 1942 contra a empresa Arp e Cia, localizada como fábrica de meias. Buscamos, a partir do auto trabalhista apontar o cotidiano de trabalho das mulheres operárias joinvilenses do setor industrial têxtil, bem como, evidenciar um conflito étnico, que se constitui como característico do período estudado, que levou Cecília a procurar a Justiça do Trabalho. A fonte documental utilizada para a realização desse estudo é o auto trabalhista que está sob a guarda do Setor Institucional de Memória do Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região, localizado na cidade de Florianópolis. Inicialmente, apresentamos um panorama histórico do processo de implementação da Campanha de Nacionalização em Santa Catarina, bem como demais características do contexto político vigente e seus impactos nas relações de trabalho, debatendo as questões referentes à construção dos direitos trabalhistas da mulher no Brasil e buscando compreender a agência destas no contexto político vigente, e sua utilização da Justiça do Trabalho como ferramenta para tal.

Palavras chave: Campanha de Nacionalização, Mulheres operárias, Trabalho, Indústria têxtil.

ABSTRACT

The present study points to the results of the research that had as central problem the analysis of the application of labor laws in face of the lawsuits by women in Joinville / SC during the 1940s. Specifically, we will point out the Nationalization Campaign institutionalized by Getúlio Vargas Government and its impacts on labor relations in the industrial sphere, based on a labor lawsuit of the worker Cecília, in the year 1942 against the company Arp e Cia, located as a socks factory. We sought to point out through the labour lawsuit, the day-to-day work of the female workers of Joinville in the textile industrial sector and to demonstrate an ethnic conflict that is characteristic of the period studied, which led Cecilia to seek Labor Justice. The documental source used to carry out this study is the labour lawsuit under the custody of the Institutional Sector of Memory of the Regional Labor Court of the 12ª Region, located in the city of Florianópolis. Initially, we present a historical overview of the process of implementation of the Nationalization Campaign in Santa Catarina, as well as other characteristics of the current

political context and its impacts on labor relations, debating issues related to the construction of women's labor rights in Brazil and seeking to understand the agency of these women in the current political context, and its use of the Labor Court as a tool for such.

Keywords: Nationalization Campaign, Women workers, Labor, Textile industry.

Aos vinte e sete anos de idade, a operária Cecília¹⁹ encontrava-se trabalhando na fábrica de meias Arp & Cia, localizada na cidade de Joinville no estado de Santa Catarina. Os processos trabalhistas, fontes que compõe esta pesquisa²⁰, nos mostram que no dia 04 de fevereiro do ano de 1942, Cecília dirigiu-se a Delegacia Regional de Polícia para denunciar o colega de trabalho Klaus Hahn. Klaus, segundo ela, criticara o idioma nacional enquanto realizavam suas atividades no interior da fábrica. A denúncia acarretou em um dia de detenção para Klaus. Após o ocorrido, ao voltar ao trabalho no dia seguinte, Cecília passou a “ser perseguida e mal tratada pelo encarregado-mestre de sua sessão”.²¹ O senhor Hans possuía nacionalidade alemã, sendo um dos supervisores das funções exercidas pelos demais operários e operárias daquela fábrica. No início do mês seguinte o supervisor, dispensou a operária de suas atividades laborais, mesmo que isso não fosse sua atribuição. Logo após o episódio, Cecília, então, dirigiu-se ao escritório de seus empregadores, a fim de solicitar que os mesmos tomassem providências em seu favor diante dos desmandos do supervisor Hans. Porém, para sua surpresa, mantiveram a demissão e, não obstante, “apresentaram à queixosa uma quitação para assinar como se [ela] tivesse saído por livre e espontânea vontade.”²²

De acordo com o sociólogo Rômulo Castro (2011), no ano de 1895 o imigrante e empresário alemão, Julius Arp, fundou, na cidade de Nova Fraiburgo no estado do Rio de Janeiro, a fábrica de rendas Arp & Cia. Algumas décadas depois, no início do século XX, associa-se ao também empresário e imigrante alemão Ottomar Kaiser, que possuía uma pequena fábrica de meias na cidade de Joinville, iniciando então a expansão dos negócios no setor da indústria têxtil. Nos primeiros anos de funcionamento da fábrica Arp & Cia na filial de Joinville, os produtos eram enviados para a cidade do Rio de Janeiro. Julius Arp ficara conhecido como

¹⁹ Os nomes e dados dos processos citados nesta pesquisa são fictícios, a fim de preservar as informações oficiais de todos os agentes envolvidos.

²⁰ As fontes documentais utilizadas encontram-se sob a guarda do Setor de Memória Institucional do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 12ª Região, localizado na cidade de São José, SC, criado em 21 de agosto de 2009 através do Ato Presidencial nº 765²⁰.

²¹ Setor Institucional de Memória do Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. Auto Trabalhista nº ***/1942. - p. 2.

²² Idem.

um dos empresários precursores das atividades industriais do setor têxtil no Brasil, este fato se deu através dos investimentos realizados pela família Arp nos setores industriais e comerciais, sobretudo no estado do Rio de Janeiro, onde contavam com o apoio da elite política da cidade de Nova Fraiburgo. Esta, por sua vez, era defensora dos projetos de industrialização, e garantira a eletricidade para o funcionamento das fábricas recém instaladas e as que estariam por vir. Castro afirma que sendo o empresário Julius Arp “pioneiro no processo de abertura de diversas fábricas na cidade de Fraiburgo”, a família Arp fizera parte da “formação da burguesia industrial local formada basicamente por empresários alemães.” (CASTRO, 2011, p. 34)

Em documento anexado aos autos processuais, Cecília declarou que “era uma dedicada operária atenta às regras de trabalho” e afirmou ainda ter apresentado queixa na delegacia contra seu colega Klaus, por este ter desrespeitado os editais afixados nas paredes da firma, que proibiam a reprodução dos idiomas alemão, italiano e japonês, bem como ridicularizar ou criticar o idioma português em locais públicos ou ambientes de trabalho. Sentindo-se injustiçada, Cecília fora até a Comarca da cidade de Joinville para mover reclamação trabalhista contra a empresa Arp & Cia, solicitando junto à Justiça do Trabalho o pagamento da importância de nove meses de salários referentes à demissão sem justa causa.²³

O sobrenome Hahn indica que o operário Klaus era de descendência germânica, assim como o funcionário que demitira Cecília, o senhor Hans. Neste sentido, a ação movida por Cecília contra os proprietários da fábrica “Arp & Cia”, também descendentes de alemães, localizada à antiga “Auguststrasse”, atual rua Mario Lobo nº 106 na cidade de Joinville, apresenta, evidentemente, para além de um conflito que envolve as questões de classe e de gênero, um conflito de caráter étnico travado entre dois trabalhadores dentro de seu local de trabalho, bem como, entre a operária e os proprietários da fábrica. Cecília, alimentada de um sentimento de coragem, desafiou a ordem estabelecida na fábrica, desencadeando tal situação, que segundo a historiadora Marlene de Fáveri (2005), era representativa da década de 1940 em muitas regiões do Estado de Santa Catarina, tais como, a cidade de Joinville.

Neste período, os eventos relativos à Segunda Guerra Mundial, reverberavam decisivamente na vida cotidiana de mulheres e homens catarinenses, demarcando uma conjuntura conflitante no que se refere às questões étnicas. A experiência de Cecília e Klaus possibilita identificar tal questão no ambiente fabril. No ano de 1942, o Brasil passou a

²³ Na década de 1940, as trabalhadoras e os trabalhadores da cidade de Joinville, acessavam a Justiça do Trabalho por meio da Comarca de Joinville, que atuava como a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), que somente fora instalada na cidade na década de 1960

envolver-se com maior intensidade na guerra, ano em que segundo Hobsbawn (1995), o embate tornou-se de fato global. O conflito que durou entre 1939 e 1945 esteve associado à disputa por territórios na corrida dos países imperialistas do século XX. Inicialmente, os enfrentamentos foram travados apenas pelas potências econômicas europeias como Alemanha, a Grã Bretanha e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O autor afirma, que no ano de 1942, a globalização do conflito representou a entrada de demais países na guerra, polarizando-a em dois grupos que foram denominados como Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e Aliados (Estados Unidos da América, Grã Bretanha e a URSS)²⁴.

Num contexto mundial, a historiadora Maria Celina D'Araujo (2000) afirma que as décadas de 1920 e 1930 representaram para os países capitalistas a proliferação de concepções sobre o que deveria ser o “novo”, incluindo a atuação do “homem novo” e do “novo Estado”. Segundo a autora, após a crise econômica de 1929 cultuava-se tanto pela esquerda, quando pela direita, o ideal de um estado forte que seria a base de sustentação de uma unidade nacional. Estas estruturas ideológicas vigentes nas primeiras décadas do século XX foram importantes na composição de regimes totalitários, tais como, o nazismo de Adolf Hitler, na Alemanha, e o fascismo de Mussolini, na Itália. Estas novas ideologias tinham como principais características, a crítica ao capitalismo liberal que gerava a insegurança econômica e às democracias representativas com seu conjunto de partidos de direita, de centro e de esquerda.²⁵

Em meio a estas ideologias, instaurou-se no Brasil em 1937 o Estado Novo²⁶, sob a administração de um grupo capitaneado por Getúlio Vargas. No Brasil não fora diferente, o Estado Novo viria a representar uma alternativa administrativa que “se afastasse tanto do capitalismo liberal, quando do comunismo.”²⁷

De acordo com D'Araujo, até o ano de 1942, o Brasil, através da política internacional de Vargas, manteve-se na posição de “explorar as possibilidades que cada potência mundial pudesse oferecer, evitando firmar alianças políticas com qualquer dos nascentes sistemas do

²⁴ Estes foram os principais países de envolvimento direto nos conflitos da Segunda Guerra Mundial, ainda assim, diversos outros obtiveram seus protagonismos no embate através do fornecimento de soldados e armamentos. Muitas vezes estes eram realizados através da exploração da mão de obra e matéria-prima dos países considerados “subalternos”, e em outras, eram realizados acordos entre os líderes políticos em troca de produtos ou até mesmo força política e econômica. Ver: HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁵ Idem, p. 10.

²⁶ Segundo Maria Celina D'Araújo, a denominação “Estado Novo” fora empregada não somente no Brasil, mas em outros países com regimes políticos ditatoriais semelhantes, como por exemplo, “a ditadura de Franco, na Espanha e de Salazar, em Portugal” (D'ARAÚJO, 2000. p 8).

²⁷ Idem, p. 8.

poder”. (D’ARAÚJO, 2000. p 47) Fortemente pressionado pela política externa dos Estados Unidos da América e sustentado pela defesa dos interesses nacionais, neste mesmo ano, Vargas integrou a política dos “Aliados”, ainda que simpatizasse muito com os governos fascistas da Alemanha e Itália. O presidente passou a assinar acordos comerciais com os Estados Unidos, que permitiam a utilização estratégica da região Nordeste do Brasil por parte dos norte-americanos, em troca da aquisição de materiais bélicos para a modernização do exército brasileiro. É neste período que, sustentado pela intencionalidade da construção de uma nação soberana, “efetivamente brasileira”, respeitada pelas potências imperialistas, que Vargas intensifica as políticas de cunho nacional desenvolvimentista, como resultado temos o agravamento das denúncias e restrições frente à Campanha de Nacionalização, sobretudo na região Sul do país.

Nesse contexto político e social, no qual se sucedeu o conflito judicial entre Cecília e a empresa Arp & Cia, refletia a política implementada pelo Estado brasileiro através do Decreto-lei nº 431 de maio de 1938, que institucionalizou a Campanha de Nacionalização no país. No ano de 1942, de acordo com Fáveri foram registrados “1.227 detenções e abertos 27 inquéritos por reincidência do uso do idioma alemão ou italiano em Santa Catarina”. (FÁVERI, 2005 p. 36)

Com a Segunda Guerra, “teve início uma intensa operação policial visando o desmantelamento de grupos políticos nazistas e fascistas organizados dentro do Brasil. (Idem, p. 37) A política de nacionalização implementada por Getúlio Vargas agiu, sobretudo nos âmbitos da educação e do trabalho. Para além do que poderia, na interpretação do Estado, se dar como uma proteção diante da ameaça de “poderes paralelos” no território nacional em tempos de guerra, a campanha de nacionalização representava para o regime político do Estado Novo, o impulso de uma identidade nacional e cultural brasileira, que aos poucos delineava uma nova postura a ser seguida entre as populações de diferentes regiões do país. Neste sentido, o Estado Novo, através das políticas autoritárias de Getúlio Vargas, apresentava para as cidadãs e os cidadãos o modelo de uma nova brasileira (o), bem como, de uma nova trabalhadora (o).

No dia 19 de junho de 1942, Cecília Amaral fora chamada para comparecer à primeira audiência referente à reclamação trabalhista que movera contra a firma Arp & Cia. Quando lhe foi dado o direito de fala, Cecília não hesitou em ressaltar que sempre fora uma boa trabalhadora e que cumpria com suas funções diárias no trabalho. Para além de apresentar-se como uma boa trabalhadora, solícita e prestativa, Cecília buscou emitir um discurso em que afirmava que era

uma cidadã brasileira muito corajosa, ao denunciar seu colega descendente de alemães em uma fábrica onde a maioria dos operários possivelmente eram descendentes dos teutos.

Segundo a historiadora Janine da Silva (2004), a Campanha de Nacionalização impactou significativamente a região Sul do Brasil pelo elevado contingente populacional de imigrantes, sobretudo germânicos. Para a autora uma das justificativas da Campanha de Nacionalização era a seguinte:

banir a diversidade existente, em especial, em Santa Catarina, por este estado ter forte influência germânica e, portanto, estaria mais vulnerável a compactuar com o nazismo. Em nome de uma unidade nacional, falar alemão, por exemplo, passou a significar um “perigo” e, desta forma, esse problema passou a ser alvo de resolução. (SILVA, 2004, p. 27.)

Ao pesquisar sobre o tema, tendo como foco a cidade de Joinville, Katianne Bruhns (1997) afirma que esta política nacional impactou decisivamente a cidade, principalmente pela presença marcante da língua alemã que era utilizada nos espaços públicos e privados, como por exemplo, nas fábricas, nos jornais e nas peças de teatro, etc.²⁸

Cecília e os proprietários da fábrica Arp & Cia firmaram acordo no dia 9 de junho de 1942, na sala de audiências da Comarca de Joinville, tendo o gerente da empresa alegado que a mesma não fora efetivamente demitida. Este afirmou o seguinte:

(...) dada a incompatibilidade que ora existe entre a mesma e o mestre da fábrica [Sr. Hans] paga a mesma como se despedida tivera sido a importância de RS: 340\$000 - trezentos e quarenta mil reis²⁹ -, como indenizado pela dispensa do trabalho e correspondente a maio de 1940 até junho de 1942.³⁰

Fáveri ao analisar os casos de denúncia de criminalização da língua em diversas colônias do Estado de Santa Catarina, os quais muitos chegaram ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN)³¹ afirma que estes se davam, muitas vezes, na oportunidade de se engendrar revanches

²⁸ Com a proibição da língua alemã, assim como italiana entre outras, na cidade de Joinville, diversas formas de sociabilidade foram sendo desenvolvidas pelos imigrantes e seus descendentes que lá viviam, sobretudo no intuito de conservar a língua falada, sendo esta, de acordo com Bruhns um dos símbolos mais presentes na cultura dos imigrantes alemães, e que proporcionou maior choque cultural com a sociedade e costumes brasileiros.

²⁹ Até o ano de 1942 a unidade monetária brasileira era o Mil-réis (Rs) institucionalizada desde 1833 pelo governo imperial. Através do Decreto Lei 4.791 de outubro de 1942, passa a ser o Cruzeiro (Cr\$) estabelecido pelo governo de Getúlio Vargas, equivalente à mil réis. A moeda brasileira só mudou novamente durante o período da Ditadura Militar, no ano de 1967, quando passou a ser denominada Cruzeiros Novos (NCr\$). NCr\$ 1,00 era equivalente à Cr\$ 1,000.

³⁰ Setor Institucional de Memória do Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. Auto Trabalhista nº ***/1942. p. 4.

³¹ Tribunal de exceção instituído em setembro de 1936, subordinado à Justiça Militar até o ano de 1937, passa a ser regido por uma jurisdição especial autônoma. Atuou até o ano de 1945, fim do Estado Novo julgando os casos considerados crimes políticos e crimes contra o Estado. Ver: BALZ, Cristiano Celmer. O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945). Dissertação de Mestrado. Centro de Pós-Graduação em Direito – CPGD. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

e intrigas entre vizinhos de pequenas localidades do estado, o que leva a considerar estas relações dentro do ambiente das fábricas ou demais locais de trabalho. Assim como entre os casos de denúncias citados pela historiadora, muitas vezes motivados por “richas” e provocações entre brasileiros e imigrantes ou descendentes de imigrantes, que tinham como cenário os centros urbanos e rurais do Estado de Santa Catarina, as denúncias realizadas dentro das fábricas e demais locais de trabalho poderiam significar certa animosidade ou desavença entre as operárias e operários que passavam seus dias exercendo funções de trabalho conjuntamente. Neste sentido, o caso de Cecília é elucidativo, e apresenta como possibilidade de interpretação, para além do cumprimento do prescrito na legislação da Campanha de Nacionalização, os usos políticos destas em conflitos cotidianos pré-existentes nas relações de trabalho. Sendo assim, consideramos que mesmo apoiada nesta política nacional, foi necessário que a operária tivesse muita coragem, frente ao contexto de composição étnica no qual estava inserido tal conflito. Possivelmente, Cecília denunciou Antônio por sentir-se prejudicada por este já vir sendo protegido pelo supervisor Hans, como uma espécie de cumplicidade entre patrões e empregados homens descendentes de alemães, que muitas vezes trazia às mulheres trabalhadoras prejuízos no que se referia às relações no ambiente de trabalho e até mesmo às leis trabalhistas. Por outro lado, o fato do patrão e operários/as descendentes de alemães continuarem a comunicar-se no idioma germânico no espaço fabril também denota resistência as medidas autoritárias do Estado brasileiro.

Segundo Margareth Rago (1985), o papel conferido pelas instituições ligadas ao Estado às mulheres neste período, remonta às estruturas pensadas desde o século XIX, e que já vinham influenciando e demarcando a sociedade brasileira desde as primeiras décadas do século XX, imprimindo à mulher a figura de boa esposa, boa cidadã e boa mãe, representando a base da estrutura familiar e garantindo a estabilidade nuclear. Forja-se o ideal de “esposa-mãe-trabalhadora” (RAGO, 1995, p. 62) que deveria ser almejado e conquistado pelas mulheres brasileiras.

A historiadora Semiramis Nahes (2007), em sua pesquisa sobre os veículos de comunicação destinados às mulheres durante o Estado Novo ressalta a utilização dos mesmos como estratégia política na função de exaltar a figura do presidente Getúlio Vargas³², bem como, transpassar o ideal do “novo cidadão” da nação. Criou-se nesse período, o Departamento

³² A personalização de figuras políticas também fora considerada uma das características do Estado Novo. A figura do presidente Vargas fora cultuada nos diversos meios de comunicação através da imprensa oficial e aparatos ligados ao Estado, no sentido de positivar sua figura política.

de Imprensa e Propaganda (DIP) que, de acordo com a autora, “serviu como órgão sensor e legitimador do Estado, que vai nortear o perfil ideológico de revistas e jornais da época”. (NAHES, 2007, p. 34) No que se refere às propagandas destinadas às mulheres, a autora afirma que “via-se como indispensável, reforçar o ideal da mulher do lar, dona de casa, esteio da família e da nação”. (Idem, p. 35) Neste sentido, as principais mensagens que eram destinadas às mulheres e que deveriam ser por elas interpretadas, eram relativas à valorização e culto à maternidade e do casamento entendendo que a sua função na sociedade era necessariamente gloriosa.³³ Neste sentido, muito mais do que sustentar seus filhos, eram destinadas a realizar papel importante na construção do novo cidadão. Como o “útero da nação”, cabia também às mulheres, ensinar aos seus filhos e filhas os valores e práticas morais da sociedade, numa espécie de gestação da nova ordem. De acordo um trecho da revista Fon-Fon observado por Nahes:

Tudo na vida são deveres. E quem mais deve pensar nessa verdade é a mulher. Para ella a vida é uma cadeia de deveres continuados e mais vale que supporte suas obrigações conformada e alegremente do que as considerar pesadas ou excessivas e exercê-las de má vontade ou, mesmo, desprezalas.³⁴

Os dados do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) informam que a população do país em 1940 era composta por 41.236.315 milhões de pessoas. No ano de 1940, 4.880.701 milhões de homens encontravam-se empregados em funções fabris e no comércio, sendo que apenas 581.524 mulheres possuíam atividades remuneradas de trabalho em funções na esfera pública. É importante salientar que as mulheres pobres labutaram pela sobrevivência, e como pudemos perceber através dos dados acima apresentados, na grande maioria das vezes exercendo o chamado trabalho informal. De acordo com a historiadora Silvia Arend (2012), as jovens trabalhadoras iniciavam suas atividades de trabalho desde tenras idades, laborando como babás ou empregadas domésticas na casa de terceiros.

O setor industrial também denota a presença significativa do trabalho das mulheres, jovens e crianças desde fins do século XIX no Brasil. A historiadora Esmeralda Moura (1982) afirma que a lógica adotada pelo empresariado, sobretudo no início do século XX, compreendia

³³ Segundo a autora, alguns artigos impressos na revista Fon-Fon impulsionavam as mulheres a acreditarem que estas possuíam a dádiva divina de conceber filhos em seus ventres. A autora afirma que dentre os assuntos mais comuns abordados pela revista (de público majoritariamente feminino), eram a formação religiosa, os maridos, os filhos, o lar, etc. Sento muito raramente levantados assuntos de cunho político-ideológico.

³⁴ . (Fon-fon, 21/12/1940, p.16) - Trecho da Revista Fon-fon. In: NAHES, Semiramis. Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007 p. 168. Pg. 150.

que o labor destas mulheres e jovens era importante tanto para as grandes e para as pequenas indústrias, tendo em vista que esta passava a ser considerada a mão de obra mais acessível e barata. A historiadora afirmava o seguinte:

Recurso imposto à família operária, pela miséria que vivem, o aproveitamento das mulheres, de menores e de crianças no trabalho industrial constitui, para o empresariado, opção das mais interessantes, representativo que é, face à determinação do valor dessa mão de obra de mais quantum de *mais-valia*. Atestado eloquente desse interesse, a solicitação, através da imprensa, de mão de obra feminina, menor e infantil, para os mais diversos setores industriais, bem como para oficinas das mais diversas especialidades, torna-se a partir da última década do século passado, cada vez mais frequente. (MOURA, 1982, p. 35)

No que tange as funções exercidas por estas trabalhadoras, a autora afirma que ainda que em alguns casos tenham exercido funções como mestras e contramestras especializadas, em sua grande maioria, estas atividades eram destinadas aos homens, cabendo às mulheres empregos em setores que exigissem menor especialização. Com o avanço da mecanização, no qual as atividades manuais passaram paulatinamente a ser desqualificadas sendo que o labor das mulheres e dos jovens trabalhadores concentrou-se no Brasil na indústria têxtil, alimentícias, calçadista e do fumo.³⁵

Na cidade de Joinville, durante a década de 1940, os setores industriais que continham o maior número de mulheres trabalhadoras, que entraram com reclamatória trabalhista junto à Justiça do Trabalho, eram de acordo com os autos processuais, o setor metal mecânico, metalúrgico, têxtil e de produção de artefatos de celuloide. Vale lembrar que o cenário de Joinville em relação a presença das mulheres e jovens difere do brasileiro tendo em vista as características do setor industrial da cidade. Os processos trabalhistas movidos por operárias como Cecília, que fazem parte de uma pesquisa mais ampla, são fontes que demonstram por meio de documentos considerados oficiais, a experiência de luta das mulheres por melhores condições de vida para si e suas famílias, bem como, a resistência cotidiana de práticas machistas e misóginas no universo masculino do trabalho. Consideramos que as articulações entre mulheres que dividem a vida, as relações de trabalho e os espaços de sociabilidades, resultam em ações de resistência política e reivindicações por direitos sociais, permeando caminhos que traçam outras Histórias para as mulheres trabalhadoras.

É importante salientar que as fontes processuais da cidade de Joinville, localizadas no acervo documental do Setor Memorial do TRT 12ª Região, são as mais antigas salvaguardadas no Estado de Santa Catarina. Estas abrem as mais diversas possibilidades de pesquisa às

³⁵ Idem, p. 33.

historiadoras e aos historiadores, sobretudo, os que se interessam por História Social do Trabalho, tais como a análise do labor infantojuvenil nas indústrias têxtil e metal-mecânicas nas primeiras décadas do século XX, das relações de gênero e trabalho nos setores industriais do Estado de Santa Catarina, dentre outras problemáticas, instigando-nos a pensar as relações entre passado e presente na luta destes sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Maria Fávero. *Meninas: Trabalho, Escola e Lazer*. In: PINSK, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BALZ, Cristiano Celmer. **O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)**. Dissertação de Mestrado. Centro de Pós-Graduação em Direito – CPGD. Universidade Federal de Santa Catarina.

BRUHNS, Katianne. **Espaços de Sociabilidade e o Idioma: A campanha de nacionalização em Joinville**. Florianópolis: UFSC, 1997. 134 fs. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em História.

CENSO DEMOGRÁFICO 1940. Quadros totais para o conjunto da União e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federais. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Desktop/TCC/textos/censo%20demogr%C3%A1fico%201940.pdf> Acessado em: 25 de maio de 2018.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. São Paulo. Zar, 2000.

FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2ª Edição. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2005

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **Mulheres e menores no trabalho industrial: sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Vozes, 1982.

NAHES, Semirames. Revista **FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007 p. 168.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890 -1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville**. Florianópolis: UFSC, 2004. 295 fs. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

**JOGANDO COM OS TEXTOS E OS ORIXÁS: UMA EXPERIÊNCIA
INTERCULTURAL**

*PLAYING WITH THE TEXTS AND THE ORIXÁS: AN INTERCULTURAL
EXPERIENCE*

Jeean Karlos Souza Gomes
Graduando em Letras-Português
jeeankarlos@hotmail.com

João Luis Pereira Ourique
Doutor em estudos literários
jlourique@pq.cnpq.br

RESUMO

Este trabalho é o resultado do curso *O role playing game* e o imaginário do negro na literatura brasileira que visou difundir o papel do negro na literatura, bem como perceber a sua representação e a sua contribuição; também foi uma pequena introdução à mitologia iorubá. Literatura e mitologia foram trabalhadas na perspectiva de jogo, tendo como fulcro teórico um texto da Estética da Recepção, "O Jogo do Texto", de Wolfgang Iser. O autor compara o texto com um campo de jogo em que os leitores, ao lerem determinada obra, na verdade estão jogando com o texto. Seguindo essa premissa, foi pensado num jogo em que se jogasse com os textos literários, tal seja o *role playing game* (RPG). A justificativa de se trabalhar com essa metodologia é de que se trata de um jogo aberto permitindo a narração de histórias coletivas. As mitologias, geralmente, estão presentes na mesa dos jogadores, entretanto, a escolha é bem seleta, assim, outros mitos não são cogitadas a fazerem parte das aventuras. Pensando assim, a mitologia iorubá foi colocada em primeiro plano como a mitologia regente do mundo criado. O referencial dessa mitologia foi o livro "Mitologia dos Orixás", de Reginaldo Prandi. Orixás e *itans*, então, guiaram os jogadores que fizeram parte desta aventura.

Palavras-chave: Literatura. Jogo. Mitologia. Iorubá. Cultura.

ABSTRACT

This work is the result of the course *The role playing game* and the imaginary of the black in the Brazilian literature that aimed to spread the role of the black in the literature, as well as to perceive its representation and its contribution; was also a little introduction to Yoruba mythology. Literature and mythology were worked on in the game perspective, having as theoretical fulcrum a text of the *Aesthetics of the Reception*, "The Game of the Text", by Wolfgang Iser. The author compares the text with a field of play in which readers, in reading a particular play, are actually playing with it. Following this premise, it was thought of a game in which to play with literary texts, such as *role playing game* (RPG). The justification for working with him is that it is an open game allowing the narration of collective stories. Mythologies are usually present on the player's table, however, the choice is well chosen, so other myths are not considered to be part of the adventures. Thinking in this way, the Yoruba mythology was placed in the foreground as the ruling mythology of the created world. The

reference of this mythology was the book "Mythology of Orixás", by Reginaldo Prandi. Orixás and *itans*, then, guided the players that were part of this adventure.

Keywords: Literature. Game. Mythology. Yoruba. Culture.

INTRODUÇÃO

“Os autores jogam com os leitores e o texto é o campo do jogo.”(ISER In: JAUSS et al, 2002, p. 107). Esta premissa direcionou a metodologia deste trabalho que parte do jogo do texto ao jogo de interpretação de papéis (RPG). Este trabalho é resultado da aplicação de duas edições do curso: *O role playing game* e o imaginário do negro na literatura brasileira”, o qual foi aplicado pela primeira vez na Livraria da UFPel e a segunda edição foi no Clube Fica ahí.

Literatura e jogo ficaram lado a lado e de acordo com Iser, o texto é um jogo em que os leitores fazem uma participação ativa no processo de leitura. Dessa forma, cada leitor acaba construindo um significado para determinada obra, estabelecendo-se, assim, uma relação muito próxima entre autor, texto e leitor. Esse último, então, tem que fazer dois processos imaginar e interpretar o texto, assim como em um jogo. Um dos jogos que mais se adéqua à imaginação e à interpretação é o *Role Playing Game*, RPG, em português, significa jogo de interpretação de papéis. Ele surgiu nos Estados Unidos na década de 70 do século passado com sua primeira versão chamada de *Dungeons & Dragons* (Masmorras e Dragões) em português. E foi inspirado no jogo de tabuleiro *WAR*, porém com uma dinâmica peculiar, em que, diferentemente do jogo que o inspirou cuja o jogador controla um exército, no *RPG* o participante controla apenas uma personagem, passa interpretá-la explorando suas fobias, habilidades e fraquezas.

Sendo ele um jogo aberto, os jogadores assumem uma personagem. No curso, sua dinâmica foi mesclada com a literatura, revelando uma aproximação importante para a compreensão das diversas histórias que se entrecruzam. Outro aspecto a ser destacado é a coletividade intrínseca ao, sendo mais interativo do que competitivo. Além disso, o jogo de mesa foi escolhido com o intuito de construir um diálogo entre jovens e textos literários, pois além de ter explorado o lado lúdico da proposta, explorou também o panteão iorubá o qual fica segregado nos rituais religiosos como escreve Franchini e Seganfredo (2009, p. 7):

um fato claramente observável é o de que os deuses africanos continuam a estar em segundo plano na preferência dos aficionados pela mitologia, como se fossem deuses menores ou de pouca importância. (Basta observar, p. ex., os manuais de RPG – jogo virtual caracterizado pela apropriação maciça de elementos ficcionais oriundos da mitologia universal-, para verificarmos a quase total ausência dos deuses negros no

panteão das divindades consideradas dignas de tomarem parte nos seus rocamboles interativos.

Ou seja, através do jogo os orixás entraram em cena e, dessa forma, o panteão africano assumiu a mitologia principal desse RPG. É importante ressaltar que a cultura negra é, muitas vezes, deixada de lado nas escolas, sendo trabalhada apenas no dia da consciência negra: 20 de novembro, por conta disso, foi pensada a execução deste curso. Vale frisar que a literatura foi usada aproveitando seu potencial, pois ela possui um caráter ficcional ou dramático, estando presente nas civilizações primitivas às avançadas, é uma produção artística recorrente em várias culturas (CANDIDO, 1995). Portanto, a literatura demonstra ser um terreno propício para resgatar visões, padrões sociais, mitos e hierarquias de épocas estranhas da nossa, porém pertencentes à nossa história.

Além do mais, foi possível estabelecer o lado lúdico sem retirar a complexidade do texto literário, já que, como escreve (OURIQUE, 2015 p. 198) “O prazer provocado, as respostas dadas (muitas vezes ditadas de uma enganosa obscuridade, mas que apresentam de maneira quase sempre clara e direta) não possuem uma preocupação com o suposto *amadurecimento* do leitor”. Dessa forma, as obras eram lidas e, a partir disso, feitas interpretações voltadas a fomentar a criticidade dos participantes. E segundo AMARAL; BASTOS o lúdico é inerente ao jogo de papéis:

Outra característica marcante no RPG é o seu potencial lúdico, visto que os seus jogadores precisam viajar, através da mente, aos locais mais improváveis, vivendo aventuras em outros mundos ou outras eras, no passado ou futuro, muitas vezes possíveis apenas pelo poder criativo de suas imaginações (2011, p. 5).

Durante os encontros, propiciou o contato com as obras de várias escolas literárias, alguns exemplos são: “Navio Negreiro”, de Castro Alves, “Dona Flor e seus dois maridos”, de Jorge Amado, crônicas de Lima Barreto, “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis. O critério de seleção das obras foi a partir da representação do negro, direcionando o olhar de como ele foi um dos construtores da cultura brasileira.

METODOLOGIA DO CURSO

A aplicação dessa metodologia de ensino ocorreu mediante dois mini cursos para acadêmicos de distintas áreas. A metodologia utilizada foi o *role playing game*. Na primeira edição, foram realizados seis encontros/sessões com dois grupos distintos, o grupo A e o grupo B, assim, realizou-se um encontro semanal para cada um. Ambos os grupos continham cinco participantes, totalizando dez inscritos, todos acadêmicos de diversos cursos, Ciências Sociais,

Música, Engenharia de Produção, Letras. Na segunda edição, foi trabalhado apenas com um grupo, tendo um total de cinco participantes e um encontro semanal, totalizando cinco encontros. Foram feitas sessões de jogos, em cada uma delas eram vistos um poema, um conto ou trechos de romances.

A justificativa para essa modalidade de jogo é por ser algo artesanal e de fácil confecção, uma vez que o jogo de mesa necessita apenas de alguns materiais como: lápis, caneta, folhas de papel, fichas de personagens, dados de seis lados sendo de fácil acesso para todos. Além de ser, um dos principais ícones da cultura POP, sendo jogado no mundo inteiro, é possível uní-lo às categorias literárias podem, como por exemplo, o mestre pode ser entendido no lugar do narrador, o jogador lugar da personagem, etc. O que assemelha-se com a teoria literária, como colabora Zilberman (2012, p.34):

O literário situa-se, pois, entre dois limites: de um lado, ele depende do que um escritor tem a dizer; de outro, do modo como esse dizer se apresenta e o que significa para seu público. Esses dois polos são matéria de avaliação porque podem ser bem realizados ou não, o que depende de um terceiro elemento, ainda não mencionado: a apresentação de um mundo imaginário.

Ao unir esses dois elementos similares, porém ao mesmo tempo distintos, pode se aproveitar o máximo a contribuição de cada um e enriquecer a experiência estética com a obra literária.

As sessões do *RPG* são chamadas de reuniões, onde acontece o desenrolar do enredo e podem levar horas, semanas e até mesmo meses para ter um desfecho ou, em alguns casos, as histórias não têm um objetivo específico garantindo sempre o embarque para novas aventuras.

Esse jogo permite criar uma narrativa coletiva e segundo Micheletti:

Contar histórias é uma atitude que nos vem dos primórdios da humanidade, Em tempos muito antigos, as pessoas se reuniam para ouvir histórias e... aprender; contar histórias e ouvi-las era uma forma de ensinar e aprender. O narrador era alguém mais velho que transmitia o seu saber aos mais jovens (2002, p.65).

Levando em consideração a afirmação acima, o *RPG*, mesmo que os jogadores não percebam, acaba tendo o papel de resgatar um velho costume da humanidade: contar histórias em grupo, em roda de família, contudo de uma forma ímpar, aceitando a contribuição de todos presentes na mesa seja para cenários, personagens seja ações, enredos, etc. As personagens, por sua vez, possuem dois tipos principais, são: o PdM (personagem do mestre) e PJ (personagem jogador). A primeira categoria de personagem para contribuir de alguma forma com o enredo,

tanto para dar informações aos aventureiros quanto também para vender ou comprar algum item dos aventureiros, em alguns casos, é comum, aparecerem para explicar ou direcionar a história. Alguns PdM's, porém, podem desempenhar o papel de vilão. A segunda categoria é personagem jogador, PJ, ela é personagem controlada pelo jogador, portanto, ele passa a ser responsável pelas suas ações e suas conquistas.

É importante salientar que cada personagem criada tanto pelo mestre quanto pelos jogadores tiveram suas características, limitações e potencialidades construídas a partir do período literário referido, como por exemplo, uma personagem do período Barroco pode hesitar na hora de tomar alguma decisão que envolva fé ou razão, pois esse período foi caracterizado pelo embate entre ambos, do mesmo modo em que uma personagem do período do Arcadismo preferiu viver no campo sendo um pastor e não um aventureiro nato. Junto com característica do período literário, os jogadores também escolheram um Orixá protetor, o qual acompanhou na aventura e também fez parte das características das personagens.

Para ambientar as cenas da aventura, foi criado um mundo chamado de Aiê - terra em iorubá. Esse mundo possui apenas dois continentes, o Ilê Aiyê - Terra da eternidade me iorubá, que seria um arquétipo da África. E o Novo Mundo que seria uma arquétipo do Brasil.



Figura 1: Mapa do Aiê. Fonte: <https://inkarnate.com/>

Neste mundo, todas as escolas literárias, como são conhecidas, acontecem simultaneamente, desse jeito, as personagens poderiam se deparar com um trovador declamando versos de Castro Alves e encontrar Brás Cubas nas ruas da cidade. Personagens da literatura brasileira também foram inseridas, como por exemplo o babalaô Didi do romance

“Dona Flor e seus dois maridos”, de Jorge Amado, Pedro Mico, personagem da peça do seu homônimo, de Antonio Callado. Essa forma de trabalhar o texto literário permitiu estabelecer uma intertextualidade e um diálogo entre as obras.

As obras eram permeadas na narrativa dessa forma, os integrantes ficaram imersos no mundo e na obra, assim, fazia-se necessário a leitura delas, levando em consideração de que a falta de determinada leitura poderia comprometer a fluidez da sessão. As decisões dos jogadores também dependia da leitura pois, os desfechos das obras poderiam ser alterados completamente, como se trata de um *RPG*, isso estava permitido. Ao final da sessão, era feita a análise e a interpretação das obras. Este momento dedicou-se a resgatar as obras vistas no encontro/sessão, então sempre se abria a discussão em grupo. Também eram vistas algumas características do movimento literário em que a obra pertencia, portanto era exposto o contexto de cada uma.

ORIXÁS PROTETORES

Propiciar uma discussão sobre o racismo, intolerância e cultura é um dos papéis da educação básica. Com os séculos de opressão, a sequela da discriminação ainda está presente de maneira constante no cotidiano.

A cultura negra é constitutiva da cultura brasileira se, logo não pode ser negligenciada. Por isso é importante citar alguns mecanismos legais criados no intuito de ressaltar a sua importância, como por exemplo a Lei 10.639/03-MEC, segundo SEPPPIR (2004, p. 8):

o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei no 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.

A partir dessa lei, o ensino de cultura Afro-brasileira e africana passa a ser obrigatório nas escolas. Portanto, “Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos” (SEPPPIR, 2004, p. 15).

Consoante a isso, o projeto apresentado pretendeu colocar em exercício esse princípio legal. Um dos parágrafos da lei mostra:

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Na última linha do segundo inciso, está claro a ênfase das áreas do conhecimento. Como a abordagem desse projeto foi através da literatura, é importante destacar uma passagem de Candido (1995, p.186):

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade.

Seguindo essa premissa do autor, percebe-se, em poucas linhas, a importância do estudo da literatura para a construção de uma cidadania saudável. Ao explorar um pouco de cada período literário dar para ter um panorama da representação do negro e a sua contribuição para a literatura brasileira.

O primeiro encontro do curso foi dedicado à criação das personagens. No momento da criação, cada participante escolheu um orixá, esse atribuiu habilidades às personagens de acordo com os seus domínios, como por exemplo, Ogum, o Orixá da espada, da guerra e da metalurgia, foi rei da tribo de Ifé, já que ele se tornou rei ao revelar o segredo da forja de espada ao homem, e como escreve Prandi (2001, p. 87) “Ogum lhes deu o conhecimento da forja, até o dia em que todo caçador e todo guerreiro tiveram sua lança de ferro”. Quem escolheu esse Orixá para ser o seu protetor durante a aventura, teve uma tendência inclinada ao combate e consequentemente, carregará alguns segredos da metalurgia. Oxóssi, Orixá da caça e da floresta, “O caçador Oxô ficou muito popular./ Cantavam em sua honra, chamando-o de Oxóssi, que na língua do lugar que dizer ‘O caçador Oxô é popular’” (PRANDI, 2001, p. 114). Ele é um exímio caçador e nunca errou a sua pontaria, sua tribo foi Ketu, quem o escolheu teve vantagem no *ofá*, arco.

Iemanjá, Orixá das águas e dos mares, sua tribo é Abeokuta, atual capital do estado de Ogun, Nigéria, o jogador que a escolher terá vantagens em algumas ações como por exemplo a natação. “Olodumare declarou:/ ‘Awoyó orí dorí re’./ ‘Cabeças trazes, cabeça serás.’/ Desde então Iemanjá é a senhora de todas as cabeças.” (PRANDI, 2001, p. 388).

Iansã é uma Orixá guerreira responsável pelo elemento vento e pela tempestade, logo, o jogador que a escolheu teve algum domínio sobre esses elementos. Também conhecida como Oiá, certo dia, ela ficou “furiosa, entregou suas joias a Oxum e fugiu voando, rápida, pelo teto da casa [...] Oiá tinha se transformado no vento.” (PRANDI, p. 301). A sua tribo foi perto do Rio Níger, o terceiro maior rio da África.

“Exu trabalhava demais e fez ali a sua casa,/ali na encruzilhada./ [...] Ninguém pode mais passar pela encruzilhada/ sem pagar alguma coisa a Exu.” (PRANDI, p. 41). A tribo de Exu foi Ijebu, uma vez que ele se tornou rei com os seus estratagemas. É o Orixá protetor dos caminhos e ataca os inimigos. Sua arma é um *ogó*, poderoso porrete, quem escolheu esse Orixá como seu protetor, teve vantagem nas artimanhas, assim também, como recebeu um bônus de movimentação. Xangô, Orixá dos raios e da justiça, já que:

Os chefes inimigos que haviam ordenado/ o massacre dos soldados de Xangô/ foram dizimados por um raio que Xangô disparou no auge da fúria./ Mas os soldados inimigos que sobreviveram/ foram poupados por Xangô. A partir daí, o senso de justiça de Xangô/ foi admirado e cantado por todos (PRANDI, p. 245).

Rei da tribo de Oyó, Nigéria, a arma desse Orixá é o *oxé*, um machado de dois lados. Quem o escolheu teve um senso de justiça mais apurado e habilidades com os raios.

Ossaim é o Orixá das plantas e das folhas, pois: “Um dia ele foi à floresta e lá conheceu Aroni,/ que sabia tudo sobre plantas./ Aroni, o gnomo de uma perna só, ficou amigo de Ossaim/ e ensinou-lhe todo o segredo das ervas.” (PRANDI, p. 152). Ossaim governa as florestas e também é conhecido por possuir segredos medicinais.

Ossaim foi o único Orixá sem uma tribo definida, pois como diz a lenda, quando cresceu, fugiu para a floresta e lá permaneceu escondido e aprendeu vários encantamentos. O jogador que o escolheu como seu protetor, teve os conhecimentos das folhas medicinais, logo pode restaurar os pontos de vida do seus companheiros. Esta foi uma forma de se trabalhar a mitologia iorubá e fazer perceber que ela rica na criação de histórias para o entretenimento.

RESULTADOS DO JOGO

Os participantes, mesmo aqueles interessados apenas no RPG, tiveram a experiência de poder também *jogar* com os textos, uma vez que os jogadores/leitores decidiam por um novo rumo para um desfecho de uma narrativa, percebiam as nuances e aspectos formais e de conteúdo remetendo a um jogo não apenas de palavras, mas de perspectivas e decisões variadas

e sempre renovadas. É fato que nem todos as liam, entretanto os que as leram guiavam o grupo, na medida em que iam reconhecendo os trechos permeados na narrativa do jogo.

Os orixás protetores “acompanhavam” as personagens dos jogadores e eram muito úteis nos combates. Os participantes não conheciam a mitologia, entretanto possuíam distintas referências mitológicas, logo, comparações foram estabelecidas alguns exemplos foram: Xangô e Thor, Exu e Hermes, Iemanjá e Poseidon. Ambos os grupos se mostraram interessados pela mitologia iorubá, reconhecendo o seu caráter místico e inspirador compatível com aventuras de RPG.

Algumas obras eram sugeridas para casa e relida momentos antes da sessão começar. Tal momento era um espaço para a discussão, aqui os textos literários eram abordados analisando as interseções das obras, comparando suas similaridade e apontando suas diferenças, bem como foi frisado a representação do negro. Um dos exercícios propostos foi estabelecer as diferenças e as semelhanças entre o negro que aparece em Castro Alves e o negro que aparece em Antonio Callado. Assim, os participantes puderam expor suas reflexões. Percebeu-se que os participantes notaram as diferenças de representações do negro entre o romantismo e o modernismo.

No primeiro, o negro era escravizado, estava em segundo plano e no segundo exemplo o negro virou o protagonista, o malandro do Rio de Janeiro, dessa forma, foi possível levantar hipóteses da causa e consequência já que, no primeiro momento, o negro foi marginalizado pela injustiça social do sistema escravocrata.

Foi observado que as obras eram resgatadas nas discussões prévias do jogo, os participantes lembraram como as obras eram inseridas na narrativa e faziam comentário a respeito delas, se haviam gostado, se determinada obra era importante para a formação enquanto sujeitos, qual a importância das obras na sociedade, etc. “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, foi muito bem recebido pelos dois grupos, mesmo não fazendo parte da leitura dos jogadores, eles demonstraram interesse pelo poema, notou-se que o jogo de mesa contribuiu para isso, pois, além dos grupos se enxergarem inseridos na obra, os versos do escritor baiano foram vistos numa perspectiva de ação.

No blog institucional do professor João Ourique, foi criado um espaço virtual para os participantes comentarem e avaliarem o curso, segue abaixo algumas avaliações, disponível em: <http://panoramaliteraturabrasileira.blogspot.com.br>.

11 de junho de 2017 22:03

É realmente muito interessante a junção da literatura ao jogo de RPG, fa-se uma moldura da realidade, adaptada ao jogo e ligada, diretamente, ao cenário das narrativas literárias. Ao ler os trechos indicados, percebemos, durante o jogo, a presença dos personagens ou, também, de aspectos interligados ao seu caráter e/ou conduta. O jogo possibilita a alteração das narrativas (algumas com desfechos mais infelizes), trazendo, assim, a magia do jogo e, ao mesmo tempo, a vontade de corrigir erros do passado que, hoje, soam como terríveis injustiças sociais. A convivência com o grupo também nos permite uma troca de experiências interessantes e divertidas, por trás de cada personagem existe um jogador com diferentes vivências que transformam o jogo em uma narrativa excepcional. Foi, realmente, uma experiência única e mágica.

25 de junho de 2017 20:31

Interessante essa sacada de conseguir misturar literatura com um jogo de RPG e ainda englobando assuntos raciais ao trazer não só a mitologia africana, mas também o preconceito racial que existia e a forte presença do machismo.

O projeto nos fez entrar em um universo novo onde a literatura conversou com a realidade e nos permitiu estar dentro de poemas e conversar com escritores aos limites de nossa imaginação, por consequência da grande ideia de aplicar em um jogo de RPG.

Grato pela participação e que esse projeto possa ter continuidade em outros locais e quem sabe até em muitos, pois é uma ideia que merece ser passada para frente para o bem de muitos, imagina quantas crianças poderiam ter seus sua criatividade e conhecimento praticados e assim ter um melhor desenvolvimento.

Meus parabéns aos envolvidos.

O espaço eletrônico serviu tanto para exposição de ideias dos grupos quanto para quem não participou pudesse acompanhar o andamento das atividades.

As reflexões decorrentes das atividades despertaram um interesse pela leitura de obras literárias e também qualificaram um olhar crítico e interpretativo acerca dos contextos históricos e culturais que foram abordados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1999.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. **As melhores histórias da mitologia africana**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2009.

MICHELETTI, Guaraciaba. (Coord). **Leitura e construção do real: o lugar de poesia e da ficção**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

Zilberman, Regina. **Teoria da Literatura I**. 2 ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

Capítulo de livros

OURIQUE, J. L. P. Valor(iz)ação do (Pre)texto literário. In: OURIQUE, J. L. P. (Org.) **Literatura e formação do leitor: escola e sociedade, ensino e educação**. Ijuí: Unijuí, 2015. Cap.10, p.191-206.

CANDIDO, A. O Direito à Literatura. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

Teses ou Dissertações

GAMBETA, Wilson Roberto. **A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895/1916)**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01102014-162931/>>. Acesso em: 29.03.2016.

Revistas ou Periódicos

RIBEIRO do Amaral, Ricardo e BASTOS, Heloisa Flora Brasil Nóbrega. O Roleplaying Game na sala de aula: uma maneira de desenvolver atividades diferentes simultaneamente. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte Vol. 11 n.1, p.103-122, 2011. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/2329>. acesso em: 28.02.2018.

NO GIRAR DA MANIVELA: A PRODUÇÃO E MATERIALIDADES DAS FOLHINHAS MIMEOGRAFADAS

TURNING THE HANDLE: THE PRODUCTION AND MATERIALITY OF MIMEOGRAPHED SHEETS

Joseane Cruz Monks
Mestranda/ PPGE- Universidade Federal de Pelotas
joseanemonks@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a presença das folhinhas mimeografadas em cadernos escolares do ensino fundamental. A pesquisa realiza-se no âmbito do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). O objeto de pesquisa, “as folhinhas” estão fixadas nos cadernos que compõem o acervo de cadernos escolares do grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES) e o período analisado data de 1960 a 2000. O aporte teórico se estrutura no campo da cultura material escolar por autores como: Escolano Benito (2006), Gaspar da Silva (2012), Vinão (2007) e Felgueiras (2005) e, em relação aos cadernos escolares, os autores: Gvirtz (1999), Mignot (2008), Hébrard (2001), Chartier (2007), Gómez (2012), Peres (2012) entre outros. O trabalho pretende exemplificar os materiais utilizados para a produção/ reprodução das folhinhas mimeografadas, bem como apresentar a diversificação na materialidade do papel, nas estratégias de organização e na forma de fixação dessas folhas nas páginas dos cadernos escolares do acervo citado.

Palavras-chave: Cultura material escolar. Cadernos escolares. Folhinhas mimeografadas

ABSTRACT

This study aims to discuss the presence of mimeographed sheets in elementary school students' notebooks. The research is carried out as a master's thesis in the Graduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Pelotas (UFPeL). As a subject of research, these mimeographed sheets are found pasted on the notebooks from the collection of school notebooks belonging to the research group History of Literacy, Reading, Writing and School Books (HISALES), and the period analyzed is from 1960 to 2000. The theoretical approach is based on the school material culture, according to authors such as: Escolano Benito (2006), Gaspar da Silva (2012), Vinão (2007) and Felgueiras (2005), and with regard to school books: Gvirtz (1999), Mignot (2008), Hébrard (2001), Chartier (2007), Gómez (2012), Peres (2012), among others. Examples of materials used for production/reproduction of mimeographed sheets will be given, as well as the diversification in paper materiality, in organization strategies and in the ways of pasting these sheets on the school notebook pages will be shown from the abovementioned collection.

Keywords: School material culture. School notebooks. Mimeographed sheets.

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a presença das folhinhas mimeografadas em um conjunto de cadernos do ensino fundamental e exemplificar os materiais utilizados para a produção e reprodução das folhas, buscando apresentar a diversificação nas materialidades do papel, nas estratégias de organização e na forma de fixação dessas folhas nas páginas dos cadernos. A temática que compõe o texto está articulada a uma pesquisa que se realiza no âmbito do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A pesquisa é viabilizada pelo Grupo de Pesquisas História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales)³⁶, que se configura, para além de um grupo de pesquisa como um centro de memória. O grupo Hisales almeja desde sua configuração inicial, no ano de 2006 desenvolver ações de busca, salvaguarda e valorização dos objetos e artefatos relacionados à escolarização. O acervo do grupo está em permanente constituição, e hoje atinge relevância nacional, devido a diversidade de materiais e grandes conjuntos de artefatos, como por exemplo, o acervo de cadernos de alunos (1.754)³⁷ e o acervo de cadernos de planejamentos de professoras (254). As pesquisas/estudos desenvolvidos pelo grupo compreendem três grandes eixos: i) Estudos sobre história da alfabetização e escolarização ii) Pesquisas sobre práticas escolares e não escolares de leitura e escrita e iii) livros escolares produzidos no Rio Grande do Sul.

Os acervos estão organizados da seguinte maneira: cadernos de alunos (ciclo de alfabetização e outras séries), cadernos de planejamento (diários de classe), livros para o ensino da leitura e da escrita (nacionais e estrangeiros), livros didáticos produzidos no RS (1940-1980), materiais didáticos pedagógicos e escritas pessoais e familiares.

Referindo-se ao trabalho de organização do grupo Hisales, Peres (2012) destaca que:

[...] o trabalho do grupo abarca pelo menos três dimensões: a primeira é exatamente o esforço de criação de uma cultura de valorização e consequente preservação desse material; a segunda, o debate e as estratégias efetivas de políticas de acervo; por último, a (re)invenção de metodologias de exploração e de análise dessa fonte e objeto de pesquisa [...] (PERES, 2012, p. 95).

Das três dimensões que Peres (2012) destaca na organização do trabalho do grupo, a terceira está relacionada diretamente a este estudo pois, é necessário (re)inventar os

³⁶ Para maiores informações acesse <http://wp.ufpel.edu.br/hisales/>

³⁷ Referência aos dados do acervo de cadernos de alunos de junho de 2018. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/hisales/?page_id=14 acesso em 17 de junho de 2018.

procedimentos e técnicas de exploração e análise quando se considera folhinhas mimeografadas como documentos.

A contextualização do âmbito de desenvolvimento do estudo se faz necessária, pois divulga esse acervo documental e as ações desenvolvidas pelo grupo referentes à busca, guarda, organização e o acesso a estes acervos.

O trabalho com a organização e manutenção de acervos é importante para subsidiar pesquisas em diferentes campos (SILVA,1999), como nas áreas da História da Educação, Cultura Escrita, Leitura e Cultura Material Escolar, visto que há interesse crescente de pesquisadores e historiadores pelos inúmeros artefatos e objetos que constituíram práticas e foram utilizados no contexto escolar pois, como afirma Bacellar (2008, p. 25) são as “fontes documentais, matéria-prima dos historiadores.”

Pensando na relação da cultura material e a escola, Felgueiras (2005, p. 96) propõe que “O termo cultura material parece ter relevância e utilidade quando pensamos no campo educativo. Nas escolas, os professores estão incumbidos de criar as condições e gerir os processos de aprendizagem dos alunos[...]”, neste sentido as práticas desenvolvidas pelos professores expressam criatividade e sua ação pedagógica. Essas registradas, muitas vezes, nas páginas dos cadernos dos alunos e nos cadernos de planejamentos dos professores.

Corroborando com esta ideia Vinão (2008), destaca que

Os cadernos, neste sentido, não são apenas um produto da atividade realizada nas salas de aula (afinal, o livro de texto é um produto exterior que se introduz em sala de aula) e da cultura escolar, mas também uma fonte que fornece informação- por meio, sobretudo, de redações e composições escritas – da realidade material da escola e do que nela se faz. Além disso, proporcionam ocasionalmente pistas sobre os manuais efetivamente utilizados na sala de aula e seu uso tanto pelo professor como pelos alunos(VINÃO, 2008, p.16).

A consideração de cadernos de alunos em estudos e pesquisas é recente em termos históricos; no cenário brasileiro é, principalmente, a partir dos anos 2000 que estudos *com e sobre* cadernos escolares vão, de forma gradativa, consolidando-se como *fonte e objeto* de pesquisas nas áreas da história da educação, história da alfabetização, ensino/ aprendizagem e cultura escrita. No caso da história da educação, “tendências historiográficas provocaram mudanças na seleção de objetos de pesquisa e na forma de abordá-los” (LOPES e GALVÃO, 2010, p. 35) e a partir destas tendências configura-se um outro movimento dos pesquisadores que “deslocam seu

interesse das ideias e políticas educacionais para as práticas, os usos e as apropriações dos diferentes objetos” (LOPES e GALVÃO, 2010, p. 35).

Seleciono, a partir desta perspectiva, como objeto de estudo o recurso didático “folhinhas”, produzidos por professoras e fixadas nos cadernos dos alunos. Considero-as como artefatos da cultura material escolar, que constituem uma prática escolar recorrente a partir do período histórico de meados da década 1960 no acervo pesquisado.

O termo utilizado para designar os artefatos estudados, as “folhinhas”, estruturou-se ao longo da coleta de dados, pois inúmeras vezes o termo aparece para, assim, nominar o material. Outro aspecto que justifica a utilização do termo é a forma como percebo, atualmente na prática pedagógica, a denominação dada pelos alunos (as) e professores (as) ao se referirem ao material. É necessário salientar que a apresentação do termo no diminutivo, não tem relação com a proporção e medidas das folhas.

“FOLHEAR E CONTAR”: DESCRREVENDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTE ESTUDO

A periodização deste estudo engloba os documentos da década de 1960 até a década de 1980 nos quais foi possível verificar, até o momento, a presença das folhinhas mimeografadas. O movimento de coleta de dados é um procedimento caracterizado pelas ações de folhear, contar e identificar as folhas mimeografadas, a materialidade do papel, o número de dobras e a forma de fixação das folhinhas nos cadernos.

Durante a coleta de dados cada caderno é explorado individualmente, os movimentos de folhear as páginas e desdobrar as folhinhas fixadas é repetido inúmeras vezes. É uma ação repetitiva, mas não automatizada, pois exige da pesquisadora um olhar cuidadoso, vigilante e atento aos detalhes. Neste movimento é que se torna possível perceber as particularidades e peculiaridades do/no objeto analisado.

Os dados coletados são registrados em tabela e estruturados em campos e subcampos que foram elaborados no decorrer da pesquisa. A escolha por esta forma de registro dos dados permite distintas configurações e aproximações que subsidiarão e contribuirão para posterior análise dos dados coletados, neste estudo e na pesquisa mais ampla.

Especificamente, constituem o *corpus* de análise deste estudo, as folhinhas mimeografadas, que totalizam até o momento mil quinhentas e vinte e três (1.523), que estão

fixadas aos cadernos de alunos. Estas são produzidas pelas professoras com uma determinada ordenação. Primeiramente, é produzido em papel hectográfico³⁸ (a matriz), para posterior reprodução a partir do mimeógrafo.³⁹

O processo de produção da matriz consiste em registrar (textos, figuras, pautas) na folha que sobrepõe o papel hectográfico. Em seguida esta folha é destacada e colocada no mimeógrafo, o qual deve estar previamente preparado. Esta preparação consiste em umedecer com álcool o feltro pelo qual rola o cilindro metálico, para que o contato da matriz com o álcool umedeça a tinta, e com a pressão do cilindro se possa, então, realizar a reprodução das cópias. Transfere-se, assim, o registro da matriz para a folha até então em branco. Em média uma matriz de boa qualidade pode gerar em torno de 50 cópias legíveis.

Sobre a utilização do mimeógrafo no contexto escolar paulista, Campos (2009) destaca como sendo um aspecto positivo “o baixo custo por cópia gerada” e como aspectos negativos “à qualidade da cópia, a morosidade do serviço, o desperdício de materiais, as doenças decorrentes do seu uso[...]”(CAMPOS, 2009, p. 16).

Podemos visualizar e evidenciar, na imagem a seguir, a proposição de Campos (2009) quanto à qualidade da cópia feita pelo mimeógrafo.

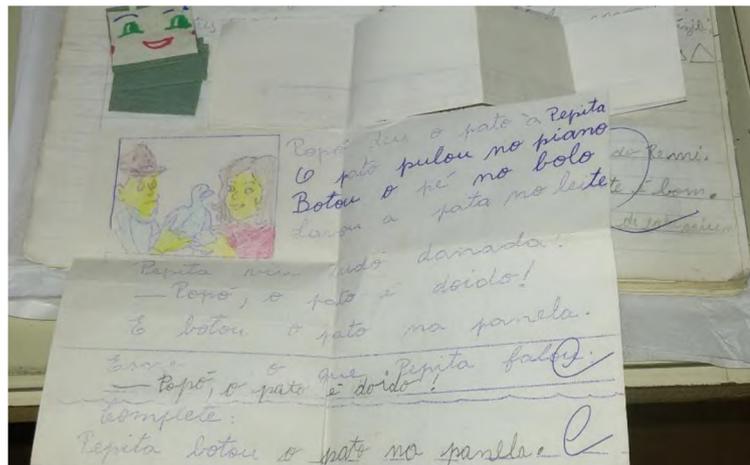


Figura 1:Folha mimeografada-C4 /1986. **Fonte:** Acervo Hisales

Note que, em diversas palavras, a professora tem que interferir na reprodução, ou seja tem que reescrever à caneta parte da atividade devido a não legibilidade da cópia reproduzida no mimeógrafo. Aspecto que pode ter sido ocasionado por diferentes fatores: a queima da matriz por excesso de álcool, a falta de álcool na fita, por ter sido uma das últimas cópias a ser

³⁸ É utilizado como estêncil na produção de uma matriz e posterior duplicação do material através do mimeógrafo.

³⁹ O protótipo do mimeógrafo foi produzido no final do século XIX, passou a ser comercializado no início do século XX, foi um dos primeiros sistemas de cópias em série a ser utilizado no ensino. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mime%C3%B3grafo>. Acesso em 13 de junho de 2018.

reproduzida (passada) no mimeógrafo ou pela má qualidade do papel hectográfico (matriz).

Mesmo que Campos (2009) identifique alguns aspectos negativos com relação a utilização do mimeógrafo, é necessário pensar que este instrumento foi, para sua época um avanço tecnológico que permitia ao professor(a) certa autonomia na produção de um dos recursos didáticos a serem utilizados em suas aulas. De certa forma, a utilização do mimeógrafo garantia agilidade na distribuição das tarefas para a classe, pois a professora não dependia somente do quadro e do giz para passar uma tarefa a sua turma.

Esta a possibilidade, que permitia ao professor propor uma outra forma de trabalho escrito aos alunos, já foi evidenciada por Gvirtz (1999) quando indica que algumas modificações que adentraram o espaço escolar modificaram alguns aspectos como, por exemplo, o fato de o caderno não ser mais o “instrumento privilegiado” de escrita das tarefas

Las modificaciones llegan hasta los recursos del cotidiano escolar (que indicarían el fin del cuaderno como instrumento privilegiado de escrituración de la tarea).

A este respecto, puede mencionarse entre muchos otros, la difusión del uso de las copadoras como tecnología de apoyo a la instrucción escolar (sellos, mimeógrafos y fotocopiadoras), la difusión del uso de la carpeta para los grados superiores (sobre todo sexto y séptimo grado) (GVIRTZ, 1999, p. 24).

As modificações caracterizadas por Gvirtz (1999), representam avanços tecnológicos que adentraram o espaço escolar e transformaram a cultura da escola, a prática docente e a relação dos alunos com os materiais. Se essa tecnologia foi utilizada pelos professores na elaboração das tarefas para os alunos, e se esses documentos são considerados artefatos de uma cultura material escolar, é possível, por meio deles, “interpretar o tempo passado” (Certeau, 1999). E desta forma, compreender um período que suscitou modificações na prática docente e no processo de escolarização.

Neste estudo, a busca pelas folhinhas mimeografadas fixadas nos cadernos, foi realizada pela observação e identificou-se por aspectos como: coloração peculiar nas folhinhas reproduzidas, a partir dos papéis hectográficos, geralmente nas cores (roxo e verde); O número de folhinhas mimeografadas reproduzidas na cor roxo é bastante significativo em relação ao verde, sobre este fato ainda não é possível realizar outras relações a não ser a constatação do fato.

A seguir, dois exemplos destas reproduções, exemplificadas nas figuras 2 e 3. Na figura dois, a folhinha data da década de 1960, mais especificamente do ano de 1968, dado observado pela sequência do caderno da aluna, foi produzida em papel hectográfico de cor roxa.

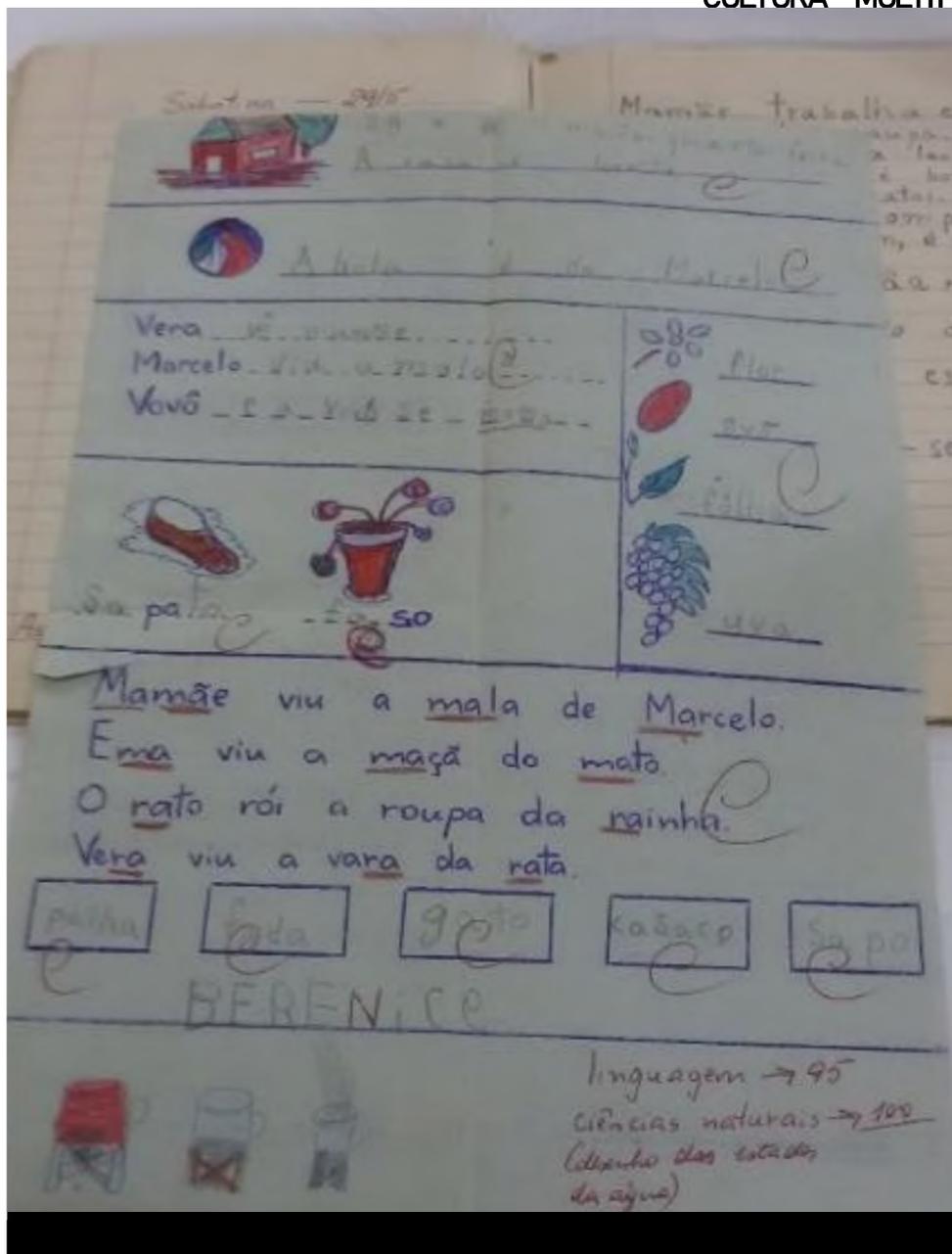


Figura 2: Folha mimeografada-C2/1968. Fonte: Acervo Hisales

Pela escrita da professora, observada na parte superior do caderno (caneta vermelha), acima da folha colada e na parte inferior da folhinha mimeografa com os resultados (*linguagem-95 e ciências naturais -10*), é possível inferir que trata-se uma sabatina, ou seja, uma avaliação de aprendizagem.

Reproduzida pelo mimeógrafo em folha A4 colorida (azul) e com diversificada configuração espacial na produção da matriz, a professora organizou a proposta de forma que em uma folha coubessem várias atividades, aproveitando tanto a matriz quanto a folha a ser reproduzida. É possível perceber também a ausência de enunciado para as atividades, a suposição é de que a professora tenha explicado as atividades.

Na figura 3, que data do ano de 1974, observa-se uma produção em papel hectográfico na cor verde.

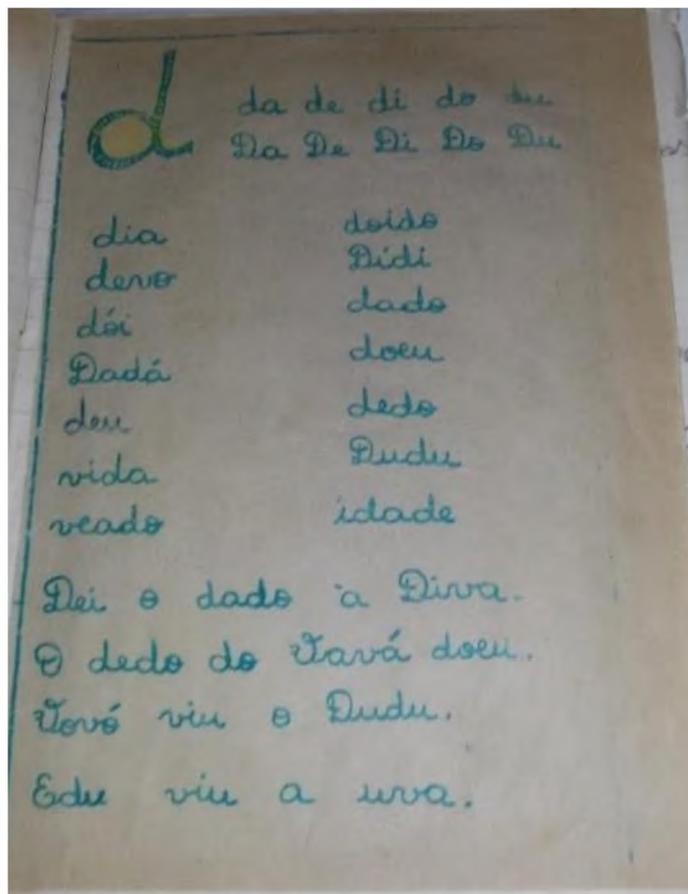


Figura 3:Folha mimeografada-C2/1974. Fonte: Acervo Hisales

A atividade foi reproduzida na metade de uma folha A4 de papel jornal, observação que direciona para a possível apresentação de uma atividade na outra metade da folha. A organização espacial da escrita não é delimitada por linhas, porém pode-se observar a utilização de uma linha reta (utilização de régua) como se fosse a moldura desta folha. Pensando na estrutura da atividade e nos métodos vinculados à alfabetização, possivelmente o método sintético, é plausível que a atividade da folhinha seja direcionada à introdução da letra “d”, à leitura e fixação de sílabas.

É possível, a partir dos dados e das figuras apresentadas, perceber a utilização de diferentes tipos de papel para a reprodução das folhas mimeografadas. Cabe salientar, que outras apresentações foram observadas e configuram a reutilização de papel, como por exemplo, notas fiscais de estabelecimentos comerciais, de instituições públicas e privadas, que são reaproveitadas como base para reprodução de atividades mimeografadas. A caracterização

do reaproveitamento do papel direciona para algumas possíveis reflexões: as escolas disponibilizavam de que tipos de materiais para organização do trabalho docente? A reutilização se evidencia como uma estratégia para suprir falata de materiais? Como os professores ou as escolas tinham acesso a esse tipo de material? São questionamentos que ainda não são possíveis de responder e talvez não se obtenham essas respostas ao longo da pesquisa, porém são reflexões possíveis de se realizar a partir da materialidade que as folhinhas mimeografadas apresentam.

A materialidade do papel é diversa, e a organização espacial dos conteúdos e das atividades também. Percebe-se que cada professor (a) adota uma estrutura particular de organização do seu material. Essa particularidade torna-se perceptível na forma como as folhinhas são apresentadas aos alunos, em folhas A4 inteiras, cortadas ao meio, recortadas em pequenos pedaços. A forma de apresentação da folha – recortada ou inteira – interfere na organização de colagem das folhinhas nos cadernos.

A observação referente ao número de dobras demonstra que há variabilidade na organização: sem dobras, uma, duas ou três dobras, isso quando a apresentação da folha é em tiras ou metade do padrão da folha A4 (21 cm x 29,7 cm); Em folha, nas quais as dimensões A4 preservadas, o número de dobras oscila de duas a nove dobras. A forma como cada aluno organiza a colagem revela por vezes a intenção de aproveitamento dos espaços da folha do caderno.

Ao colar o artefato folhinha, o (a) aluno (a) necessita dominar determinada técnica, seja a utilização de cola ou fita adesiva; Exige habilidade manual, tanto para dobras das folhas, como para a utilização do material utilizado para fixação.

Torna-se possível ressaltar a importância do domínio da técnica, pois em algumas ocasiões são perceptíveis folhas coladas no caderno no sentido contrário ao habitual de uso, com pontas para fora do caderno, excesso de cola, entre outros aspectos. Em alguns casos, se observa a utilização de pequena quantidade de cola em uma das extremidades da folha, pois há a reprodução de atividades em frente e verso o que impede a colagem de toda a folha.

Pode-se pensar, levando em consideração os aspectos acima que a utilização do material e modificava conforme a necessidade de cada realidade escolar.

As possibilidades de reflexões, a partir das folhinhas mimeografadas com certeza podem ir além das expostas neste trabalho, seria possível, por exemplo, realizar uma análise do

conjunto composto entre caderno e folhinhas, pensando a continuidade dos conteúdos trabalhados entre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES

Algumas considerações podem ser traçadas a partir da proposta do trabalho. Primeiramente com relação ao importante trabalho do grupo Hisales, que vem buscando desde o ano de 2006, constituir, preservar e garantir acesso a distintos acervos, possibilitando aos pesquisadores o contato com as fontes, pois este estudo só foi possível devido à disponibilização do acervo, com destaque para organização e preservação dos materiais.

Também na proposta de corroborar com consolidação da ideia de que os cadernos dos alunos são documentos importantes que podem contribuir para a compreensão da prática escolar, da relação alunos e professores, dos materiais que forma utilizados em diferentes períodos, pois os cadernos conservam inúmeros registros do que foi vivido na sala de aula.

A partir dos cadernos de alunos, a intenção do trabalho foi dar visibilidade ao artefato folhinhas mimeografadas, pensando e problematizando a materialidade da produção e de reprodução deste recurso didático; observando a distinta materialidade de papéis utilizados na sua reprodução, bem como a reutilização de notas fiscais no contexto escolar.

Foram observadas também as estratégias de fixação das folhinhas mimeografadas nos cadernos, com a utilização de distintos materiais (cola, fita adesiva e grampos metálicos) e relacionado a forma de fixação o número de dobras realizadas para a fixação das folhinhas.

Por fim, foi possível perceber que o mimeógrafo foi, a seu tempo, uma tecnologia que modificou a ação docente, dando agilidade à produção de atividades para utilização nas aulas. A presença das folhinhas mimeografadas alterou a materialidade do caderno escolar, pois ele deixa de ser o material privilegiado de escrita (Gvirtz, 1999) e passa a compartilhar este status com as folhinhas, que são fixadas a ele talvez como forma de legitimar a produção dos alunos e a prática pedagógica. O fato é que a ação de fixar inúmeras folhinhas ao caderno modifica a materialidade de ambos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos in PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas/ organizadora, Carla Bassanezi Pinsky - 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAMPOS, Joseane Gomes. Condições de trabalho do professor: os reflexos do uso do mimeógrafo no dia-a-dia dos professores e dos alunos da rede estadual paulista – ensino fundamental I. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2009/joseane_gomes_campos.pdf>. Acesso em: 14.06.2018.

CERTEAU, Michael de. A escrita da história. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**, v. 16, n. I (46) - jan./abr. 2005, p. 87-102. <Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/publicacoes/lancamentos/2304>>. Acesso em 10.06.2018.

GVIRTZ, Silvina. El discurso escolar a través de los cuadernos de clase. Argentina (1930 – 1970). Buenos Aires: Eudeba, 1999.

PERES, Eliane. Um estudo da história da alfabetização através de cadernos escolares (1943-2010). Cadernos de História da Educação, EDUFU. Uberlândia. v. 11, n. 1, p.93-106, 2012.

SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas/ organizadora Zélia Lopes da Silva – São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

VINÃO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita. (Ed. 1ª., pp.15-33) Rio de Janeiro: EdUERJ.

REDES SOCIAIS DIGITAIS E O FORTALECIMENTO DO DISCURSO DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL

SOCIAL MEDIA AND THE STRENGTHENING OF THE “NEW RIGHT” DISCOURSE IN BRAZIL

Letícia Baron
Doutoranda em Ciência Política/ Universidade Federal de Pelotas
leticiaakbaron@gmail.com

Michele Diana da Luz
Doutoranda em Ciência Política/ Universidade Federal de Pelotas
micheledluz@gmail.com

RESUMO

Talvez uma das maiores novidades no contexto brasileiro atual seja a emergência de uma corrente que proclame sua posição ideológica à direita no espectro político. Esse orgulho direitista parece contrastar com a história de uma sociedade na qual a “direita” em geral assumiu uma conotação pejorativa e desafia os cientistas políticos na busca de respostas para o recente sucesso eleitoral de parlamentares identificados com tal pensamento e os até então inéditos talentos dos movimentos em atrair milhares de brasileiros as ruas. Nesse contexto, assumem importância, no âmbito extra institucional, os movimentos articulados em torno do impeachment de Dilma Rousseff e, no nível institucional, a atuação do parlamentar Jair Messias Bolsonaro. Consciente de que eles utilizam as redes sociais para dialogar com simpatizantes a pergunta que se coloca é: qual a importância das redes sociais virtuais para a propagação do discurso da direita no Brasil? Valendo-se do método qualitativo, foi realizada uma pesquisa nos sítios virtuais do parlamentar e dos movimentos com objetivo de identificar qual o papel das redes na proliferação de suas ideias. Os resultados foram interpretados a luz das pesquisas recentes sobre internet e demonstram que as redes sociais assumem centralidade na mobilização popular, reverberando no aumento da popularidade dos sujeitos envolvidos e assumindo, cada vez mais, papéis decisórios na arena política.

Palavras-chave: redes sociais digitais. nova direita. internet

ABSTRACT

It is possible to say that one of the newest features in the Brazilian current context is the emergence of a political tendency which declares itself on the right wing of the political spectrum. That “right wing pride” seems to contrast with the history of a society in which “the right”, in general, has assumed a pejorative connotation and challenged political scientists on searching for answers to the recent electoral breakthrough of congressmen who identify with this current of thought, as well as the - until then - unprecedented ability of the Brazilian movements on attracting thousands of people to the street protests. In this context, those movements articulated on the impeachment of Dilma Rousseff gain importance in an extra-institutional sphere, while, on the institutional level, the same happens with the actions of congressman Jair Bolsonaro. Aware that they use the social media as their main tool to dialog with supporters, the question raised is: What is the importance of the social media for the spread of right wing

discourse in Brazil? Applying qualitative method, we realized a research on the movements' pages, in order to identify the role it plays on the spreading of their ideas. The results were interpreted in the light of recent findings on the topic and demonstrated that social media websites take centrality on popular mobilization, reverberating the increase in popularity of the subjects engaged and assuming, more and more, decisive roles on the political arena.

Keywords: Social media; New right, Internet.

INTRODUÇÃO

A complexidade das relações sociais no fim do século XX e começo do XXI recebeu novos gradientes e contornos com a criação da rede mundial de computadores. Tal novidade repercutiu na agenda de importantes pesquisas que se debruçaram sobre a mudança de comportamento das sociedades e das organizações políticas contemporâneas (GARCIA, 2014; GONZÁLEZ-BAILLON, 2011). No âmbito da Ciência Política, as potencialidades da internet e das novas mídias repercutiram de forma decisiva na organização e composição de grupos, coletivos e redes de atuação relevantes para as disputas na esfera pública.

Tal constatação, quando voltada para a realidade brasileira, vem a demonstrar que o uso político das plataformas digitais apresentou alto crescimento nos anos recentes e que sua interferência já pode ser sentida na arena eleitoral. Pode-se dizer que os eventos que culminaram em grandes manifestações de rua – desde as grandes manifestações ocorridas em 2013 até aquelas que tiveram lugar quando do *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff – encontraram nas redes sociais um espaço útil de organização e disseminação de informações. Nesse mesmo sentido, partidos e políticos vem se adaptando às novas tecnologias para promover uma maior aproximação com seus eleitores.

Dessa forma, consciente do impacto de tais transformações na constituição e organização de sujeitos relevantes para a esfera política e voltando-se para o contexto brasileiro, a presente investigação pretende responder à seguinte inquietação: qual a importância das redes sociais virtuais para a propagação do discurso de direita no Brasil a partir da experiência dos movimentos articulados em torno da demanda do *impeachment* (Revoltados Online, Movimento Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre e Movimento Endireita Brasil) e da campanha do presidenciável Jair Messias Bolsonaro (PSL/RJ)? A resposta provisória a tal questionamento gira em torno da percepção que os movimentos e o parlamentar souberam usufruir das plataformas online como meio de disseminação de ideias, tornando-as ferramentas úteis aos seus objetivos políticos.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um modelo de pesquisa qualitativo. Inicialmente, se realizou uma revisão na literatura sobre internet e política. A partir das premissas de tais estudos, realizou-se uma investigação nas redes sociais dos movimentos e do candidato à Presidência da República, visando identificar o uso dado a tais ferramentas de comunicação. Os resultados se subdividem em quatro tópicos específicos: o primeiro vem a demonstrar as transformações pelas quais passou a internet nos anos recentes. O segundo tópico versa sobre o impacto das novas tecnologias na organização política. Por fim, o terceiro e quarto tópicos versam sobre a reorganização dos movimentos de direita e a ascensão política do parlamentar, bem como o papel que a internet assume neste contexto.

INTERNET E TECNOLOGIA: AS TRANSFORMAÇÕES DA REDE.

Desde a década de 60, a tecnologia da internet vem se desenvolvendo ao ponto de se tornar uma estrutura informacional de considerável abrangência e múltiplos recursos (LEINER, 1997). Fundamentada em uma rede de computadores interconectados, ela permite acelerar e facilitar o acesso a dados entre as unidades que os integram (*idem*). A internet pode ser considerada, nesse contexto, uma rede de roteadores fisicamente conectados por cabos (PAPACHARISSI, 2011). A *world wide web* não é nada mais do que a rede virtual de sites conectados a partir da mesma estrutura física.

O avanço tecnológico vivenciado principalmente nos últimos 15 anos propiciou o surgimento de sites e plataformas de redes sociais com novas ferramentas de interação, comunicação e troca de informações entre usuários. As mídias sociais são organizadas a partir de princípios comuns (O'REILLY, 2007, p.19) pautados nas contribuições, atividades e engajamentos da comunidade de usuários (*idem*). Ela vem para complementar o modelo da web 1.0, que trabalhava com um modelo de sites estáticos, de baixa interatividade e caracterizado pelas listas de e-mails (TRERÉ; CARGNELUTTI, 2014), mas já utilizados pelos movimentos sociais na década de 90 (CLEAVER JR, 1998). Já a web 2.0 – criada a partir desses pressupostos – oferece recursos de geração de conteúdo pelos próprios usuários, como o são as ferramentas *Facebook* e *Twitter*. A facilidade de troca de conteúdos entre pessoas que passam muito tempo conectadas contribuíram para impactar novas formas de mobilização e fundam novas práticas de organizações sociais, visto que os próprios usuários podem publicar conteúdos, responder, comentar, opinar, editar contribuições em páginas públicas, grupos, etc (ÖSTMAN, 2012). Tais funcionalidades são utilizadas pelos ativistas e organizações como

ferramenta de organização e de trabalho, considerando sempre seus objetivos, trajetórias e táticas de confronto político.

Nesse sentido, defendem Treré e Cargnelutti (2014) que a rede de plataformas digitais deve ser compreendida como “um sistema tecnossocial complexo e como ecossistema” (TRERÉ, CARGNELUTTI, 2014, p. 187) caracterizado por processos de integração, retroalimentação, hibridismo e sobreposição (AGGIO; REIS, 2013; TRERÉ; CARGNELUTTI, 2014). A partir desta abordagem, a web 1.0 e 2.0 passam a caracterizar momentos ou fases que coexistem em um mesmo sistema, ao passo que apresentam padrões semelhantes de interações entre sites (*ibidem*). Contudo, é notável que a web 2.0 trouxe novos padrões de interação até então inexistentes, tendo a potencialidade de facilitar novas formas de participação política e organização coletiva (BASTOS; MERCEA; CHARPENTIER, 2015; BENNETT; SEGERBERG, 2013; CASTELLS, 2009; MERCEA, 2012). É sobre o entendimento sobre as possíveis saídas dessa organização no âmbito da política que se estrutura o próximo tópico.

A INTERNET E A POLÍTICA

Se comparadas com as discussões acerca dos limites da democracia representativa e sobre a necessidade de ampliação dos mecanismos de participação, as discussões sobre as implicações políticas da internet são extremamente recentes. Para além do curto período em que a tecnologia ficou acessível para a maior parcela da população, as dificuldades enfrentadas pelas pesquisas na área centram-se na complexidade em se definir fronteiras seguras entre as mobilizações *online* e *offline* na definição de prognósticos precisos.

É sabido que as facilidades no acesso à comunicação propiciadas pela internet favoreceu a popularização entre os sujeitos políticos e os movimentos sociais (TARROW, 2009). Em um terreno de intensas disputas - como caracteristicamente é o terreno da política – as mídias sociais propiciam a interlocução entre diferentes discursos na busca de convencimento eleitoral a um baixo custo operacional e financeiro (GOH; PANG, 2016). A arena online acaba gerando, em alguma medida, a descentralização na produção e disseminação de informação que se coloca como uma ferramenta útil para agentes políticos, grupos de pressão ou movimentos sociais. A observação de tal fenômeno é inegável e retratada de forma uníssona na literatura sobre internet.

Os resultados de tais interações também são reconhecidos no âmbito da teoria e da ciência política. O baixo custo de conexão, comunicação e compartilhamento de conteúdo possibilita a

rápida difusão de ideias. Estudos apontam que a natureza horizontal das relações virtuais acaba por propiciar de forma mais eficaz espaços participativos (DELLA PORTA; MOSCA, 2005), propiciando o surgimento de novas formas de ação e mobilização coletiva (MERCEA, 2013). À exemplo de junho de 2013, surgiram no mundo ocidental um ciclo de manifestações populares que contavam com um baixo ou inexistente protagonismo das organizações formais, mas que se centraram no modelo de organização coletiva propiciado pela internet (BENNETT; SEGERBERG, 2013).

A observação de tais fenômenos, vinculadas às ferramentas e potencialidades da *web 2.0*, levou diversos pesquisadores a assumirem uma postura otimista em torno da rede. Ela prometia maior participação popular nos rumos políticos locais, na justa medida que venciam as limitações impostas pelas condições temporais e espaciais observadas nos modelos tradicionais de democracia liberal (FARINOSI; TRERÉ, 2010). Os autores acreditavam que o encurtamento das distâncias e a expansão da capacidade de comunicação automaticamente se reverteriam em uma rede de cooperação e ação coletiva que teria por fim maior participação popular nos assuntos públicos (CASTELLS, 2015).

Tal previsão não tardou a se mostrar demasiadamente otimista em relação ao desenho institucional liberal-democrático. Ainda que tenha ampliado as formas de interação entre a classe política e os governados – vide a campanha à presidência dos Estados Unidos capitaneada por Obama em 2012 (KREISS, 2015) – tais previsões não se confirmaram conforme desenhado pelos entusiastas da rede mundial de computadores. Tais autores deixaram de considerar a estrutura institucional e o próprio processo de mobilização dos sujeitos políticos (GERBAUDO, 2012). Quando a pesquisa se aventura sobre a plataforma online, é necessário certo equilíbrio entre as previsões otimistas e pessimistas sobre as potencialidades da rede, a fim de evitar determinismos que invalidem modelos explicativos sobre as interações virtuais (DIAS, 2017).

Quando da análise de algum discurso, é preciso ter em mente que ele coexiste no mundo *online* e *offline*, adotando táticas de organização que – embora suplementares – são dotadas de certa autonomia. Assim, as transformações sociais ocorrem pelo uso combinado das tecnologias e das ferramentas de ação coletiva (EARL; KIMPORT, 2011), produzindo um contexto profícuo de ação contenciosa na arena política (CASTELLS, 2015).

Cabe notar que até mesmo os grupos de menor adesão social fazem uso da rede como forma de disseminação de suas ideias (CABALIN, 2014), valendo-se das ferramentas da internet para

exporem suas perspectivas de mundo e convocar ações que possam refletir na prática política (HARLOW, 2012). Deste modo, o papel da internet, nesse contexto, é organizar o processo de significação em torno dos eventos que ocorrem no mundo *offline* (GEBAUDO, 2012), preparando e sustentando práticas contenciosas para além da esfera virtual. Nessa perspectiva, a realização das pesquisas envolvendo a internet não deve considerar apenas a construção de significados estabelecida no interior da grande rede. É importante verificar qual a importância que a tecnologia assume para o sujeito analisado e o quanto suas práticas a ela se atrelam. É sob esse último aspecto, principalmente, que se coloca o desafio da presente pesquisa.

A RECONFIGURAÇÃO DA DIREITA NO TERRENO DA POLÍTICA

Talvez uma das maiores novidades no contexto brasileiro atual seja a emergência de uma corrente que proclame sua posição ideológica à direita no espectro político. Esse orgulho direitista parece contrastar com a história de uma sociedade na qual a “direita” em geral assumiu uma conotação pejorativa. A exemplo disso, pesquisas de opinião conduzidas no Congresso Nacional apontam que os parlamentares, no início da década de 1990, preferiam ser classificados como partidos “de centro” em detrimento de seu evidente posicionamento no campo da direita. (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000).

Essa retração na demarcação do posicionamento ideológico persistiu no início dos anos 2000. No ano de 2003 – dando início a um ciclo que se repetiria em outros países da América Latina e que ficou conhecido como “maré rosa” (LEVITSKY; ROBERTS, 2011; WEYLAND, 2009) – o Partido dos Trabalhadores assumiu a chefia do Poder Executivo Nacional. Contudo, após mais de uma década de governança petista, ficou gradativamente mais complicado conter os efeitos da crise global sobre a economia local, comprometendo a promessa de desenvolvimentismo firmada nos anos anteriores (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Em alguma medida, esse efeito foi sentido em toda a América Latina, que passou a vivenciar progressivamente o ressurgimento de uma nova direita, a qual passou a defender uma concepção de mundo amplamente baseada nas críticas às reformas e programas sociais e aos direitos de minorias garantidos pelas esquerdas que governavam a região (PANIZZA, 2005).

No Brasil, os primeiros indícios de uma nova organização de direita puderam ser sentidos a partir de 2007, com a criação de coletivos de contestação das políticas governamentais. A primeira aparição pública de cunho antigovernista se deu no dia 29 de junho de 2007, por ocasião de uma manifestação relembrando as 119 vítimas do maior acidente aéreo da história

brasileira (OLIVEIRA, 30/07/2007). Entoando gritos de ordem requerendo o fim da corrupção e a saída do então Presidente Lula, foi fundado naquele ato o coletivo CANSEI, auto identificado como um Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Os sujeitos tocados com o discurso iniciado nas ruas em 2007 seguiram contestando as políticas governamentais e a promessa de hegemonia petista. Em 01 de agosto de 2010, foi criado o movimento Revoltados OnLine, caracterizado como um movimento anti-petista de atuação majoritariamente virtual (DIAS, 2017). Dois anos mais tarde, Ricardo Salles funda o movimento Endireita Brasil, que se auto intitula uma organização de direito privado sem fins lucrativos ou vínculos partidários, comprometida com a difusão do ideário conservador e de direita no Brasil (MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL, 2012).

Não há registro de que os movimentos tenham realizado importantes manifestações de rua até o ano de 2014. Porém, o discurso por eles defendido ecoou em alguns relevantes eventos que compuseram as jornadas de junho de 2013 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015) e materializou-se, em 2014, com a criação de dois outros coletivos de contestação política: o Movimento Brasil Livre e o Movimento Vem pra Rua.

A primeira atuação política dos quatro movimentos se deu no dia 01 de novembro, quando eles chamaram uma manifestação na Avenida Paulista que contou com a participação de aproximadamente 2.500 pessoas, demandando o Impeachment da presidenta eleita e a extinção do Partido dos Trabalhadores (URIBE; LIMA; LIMA, 01/11/2014).

Muitas manifestações ocorreram em 2015, o que levou a literatura sobre movimentos sociais a considerar esse o principal período de manifestações de direita desde a redemocratização (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). O primeiro protesto daquele ano ocorreu no dia 08 de março, no qual foi realizado um “panelaço” ao longo dos 15 minutos em que a Presidente se pronunciava em Rede Nacional. A segunda manifestação ocorreu quase uma semana depois – no dia 15 de março – e levou aproximadamente 1 milhão de pessoas à Avenida Paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/03/2015), configurando-se na maior manifestação desde as Diretas Já, conforme o Datafolha (BRAGA, 15/03/2015). Novas manifestações de cunho antigovernista ocorreram em agosto e dezembro de 2015, seguindo-se pelo primeiro semestre de 2016 (DIAS, 2017).

No âmbito institucional, a reorganização da direita pode ser sentida também a partir das eleições presidenciais de 2014. Dilma Rousseff foi reeleita à chefia do Poder Executivo, no ano de 2014, pela pequena diferença de 3.459.936 votos em relação ao candidato tucano Aécio Neves (PSDB), o que vem a demonstrar o desgaste que o Partido dos Trabalhadores sofreu após 12 anos sucessivos de governo. Contudo, a maior vitória da direita se deu no Congresso Nacional. Considerado pela mídia o corpo legislativo mais conservador desde o período da redemocratização (CARAM; SOUZA, 06/10/2014), esse tipo de representação subiu de 36,3% nas eleições de 2010 para 43,5% em 2014 (CAVALCANTE, 2015).

A reorganização discursiva dos sujeitos identificados com esse discurso pode ser sentida, mais uma vez, no dia 02 de dezembro de 2015, quando Dilma Rousseff recebe a notícia que o então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), recebeu a denúncia para dar início ao seu *Impeachment* (Gois; Fernandes, 02/12/2015). Nove meses depois, no dia 31 de agosto de 2016, se processa a condenação e o afastamento definitivo da líder petista. Ao longo do processamento da denúncia, foram realizadas seis grandes manifestações nas capitais brasileiras.

Nesse cenário, ganharam relevância também figuras políticas que – embora já inseridas no campo - não logravam êxito em representar os anseios de significativa parcela do eleitorado. O caso mais notável se expressa na progressiva ascensão do Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro (PSL/RJ), que já se coloca como pré-candidato ao cargo de Presidente da República nas eleições de 2018. Vinculando uma extensa agenda *online* e *offline*, o parlamentar vem orquestrando de forma eficiente uma campanha eleitoral que o coloca como um dos favoritos em pesquisas de opinião e já atrai militantes em torno de sua causa, conforme se verifica no próximo tópico.

A INTERNET, A POLÍTICA E O DISCURSO DA DIREITA:

Dada a capacidade das mídias sociais na produção e compartilhamento de conteúdo, verificou-se nos tópicos anteriores a importância que os sujeitos políticos dão a esse espaço como uma alternativa de performance comunicativa de baixo custo e alta operacionalidade que antecedem – e até mesmo preparam – batalhas travadas no mundo *offline*. Quando se lança o olhar sobre a dimensão virtual da ação social, se torna possível verificar não só os sentidos que

constituem os discursos dispersos no campo, como também a dinamicidade do processo interpretativo diante de conflitos de cunho político.

A potencialidade dos meios virtuais foi, sem margem de dúvida, percebida pelos movimentos estudados. Eles reconhecem que “a internet assume papel central para o sucesso de nossas demandas” (VRB, agosto de 2016). O MBL explica que “a página de *Facebook* é um importante instrumento de divulgação das ideias do movimento. Os efeitos de uma vitória neste campo de batalha serão sentidos em todos os outros” (MBL, 2015, p. 26)⁴⁰.

Côncios dos benefícios da utilização da internet, houve um grande investimento por parte das lideranças dos movimentos na divulgação das páginas oficiais. As facilidades do *Facebook* e a rapidez na interação com os seguidores fez com que as páginas fossem os principais meios de comunicação e transmissão de conteúdo, atingindo milhares de usuários por dia. Ao fim do processo do *impeachment*, período em que os movimentos apresentaram maior relevância no campo da política, o conteúdo produzido nas páginas oficiais dos movimentos já atingia milhares de brasileiros (Tabela 1).

Tabela 1 – Performance dos movimentos no *Facebook* (30 de agosto de 2016)

	Número de Curtidas	Número de Seguidores	Alcance médio das publicações
ROL	1.115.268	1.230.275	1.340.397
MEB	670.471	654.932	1.654.825
MVR	1.696.554	1.678.286	1.798.183
MBL	2.596.887	2.656.870	2.735.864

Elaboração própria.
Fonte: www.facebook.com

A trajetória individual do então Deputado Federal Jair Bolsonaro nas redes virtuais também mostrou atingir um alto número de brasileiros durante e pós o *impeachment* de Dilma Rousseff, se colocando como uma figura em franca expansão. Em sua página oficial na rede social *Facebook*, Bolsonaro possui mais de cinco milhões e duzentos e oitenta e três mil seguidores (5.283.073)⁴¹, o que o torna a figura política brasileira com o maior número de

⁴⁰ <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>

⁴¹ Dados coletados quando da apresentação do trabalho no I Congresso Internacional de Cultura em Sociedade, em 17 de abril de 2018.

seguidores nesta plataforma, ficando à frente, inclusive, dos três últimos presidentes do Brasil: Dilma Rousseff (3.162.872 seguidores), Luiz Inácio Lula da Silva (3.193.048 seguidores) e Fernando Henrique Cardoso (512, 205 seguidores).

A observação da atuação dos movimentos e do parlamentar nas redes sociais – em específico no Facebook – demonstra que eles fazem uso de métodos interativos para colocarem seu ponto de vista de forma simples e direta. Nesse sentido, proliferam-se memes, vídeos e textos curtos com objetivo de tecer críticas aos rumos políticos – principalmente à atuação do Partido dos Trabalhadores na arena política – e na difusão de suas principais ideias.

Há de se referir que os cinco sujeitos analisados fazem uso da retórica para convencer sobre sua perspectiva de mundo, atuando em defesa do “cidadão de bem” contra as práticas corruptivas e imorais que se proliferam na sociedade e na política. Se, por um lado, o crescimento de tais discursos calca-se na defesa abstrata de argumentos que respondem aos anseios de significativa parcela da sociedade brasileira – como a necessidade de recuperar a economia para promover crescimento econômico e, também, a imperiosidade de ações governamentais que visem a segurança – verifica-se, também, que elas ecoam nas ações do cinco sujeitos no mundo offline, denunciando a interlocução entre essas duas perspectivas.

Há de se referir, por certo, que há distinções entre os cinco sujeitos analisados. Contudo, eles guardam em comum a utilização das redes sociais como importantes ferramentas de difusão de ideias, valendo-se de táticas em comum com potencialidade de divulgar a ideologia de direita entre os usuários curiosos e simpatizantes nas redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar compreender os turbulentos eventos políticos presenciados pelo Brasil nos tempos recentes a partir de uma perspectiva científica é um desafio colocado para as Ciências Sociais. A complexidade dos arranjos institucionais e a divergência de interesses entre discursos distintos exige um olhar sobre o objeto que abdique de reducionismos, explicações definitivas ou idealismos.

Consciente de tamanho desafio, a presente pesquisa tomou por objetivo compreender o papel que a internet assumiu em torno das disputas discursivas estabelecidas entre duas forças antagônicas, tomando como objeto de análise os movimentos articulados em torno da demanda

do impeachment e o parlamentar em ascensão Jair Messias Bolsonaro. Partindo-se da hipótese de que os movimentos e o parlamentar souberam usufruir das plataformas online como meio de disseminação de suas ideias, declaradamente de direita, tornando-as ferramentas úteis aos seus objetivos políticos, fez-se uma análise nas redes sociais oficiais dos sujeitos analisados, comparando com a literatura especializada em mobilizações virtuais.

A partir dos argumentos mobilizados em torno do texto – que dão conta da importância das redes virtuais na nova organização dos movimentos sem desprezar o mundo offline – conclui-se que a utilização dada às redes sociais pelos movimentos e pelo parlamentar é fundamental para se compreender a ampla aceitação social obtida por estes.

Otimizando as ferramentas disponíveis no mundo online – como a possibilidade de postar vídeos, memes e textos informativos curtos – os quatro movimentos e o parlamentar lograram êxito em demonstrar como estes significam a realidade social e angariar, desta forma, simpatizantes. As agitações promovidas no âmbito virtual se reverteram em ações positivas no mundo *offline*, de tal sorte que há uma íntima conexão entre as duas esferas.

Desta forma, longe de esgotar as discussões acerca do papel da internet, este estudo vem a demonstrar que ela vem adquirindo cada vez maior relevância para a compreensão dos eventos contemporâneos, colocando-se como um importante campo para agenda de pesquisas futuras.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- AGGIO, C.; REIS, L. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a este site pelos candidatos durante as eleições municipais de 2012. *Revista Compólitica*, v. 3, n. 2, p. 155, 2013.
- BASTOS, M. T.; MERCEA, D.; CHARPENTIER, A. Tents, Tweets, and Events: The Interplay Between Ongoing Protests and Social Media. *Journal of Communication*, v. 65, n. 2, p. 320–350, 2015.]
- BENNETT, L. W.; SEGERBERG, A.; WALKER, S. Organization in the crowd: Peer production in large-scale networked protests. *Information, Communication & Society*, v. 17, n. 2, p. 232–260, 2014.
- BRAGA, F. Paulista reúne maior ato político desde as Diretas Já, diz Datafolha. *Folha de São Paulo Online*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml>. Publicado em: 15 mar. 2015.
- BUENO, P. Comunicação pessoal. São Paulo, 2016.
- BUTTERFIELD, C.; CHEQUER, R. *Vem Pra Rua*. 1. ed. São Paulo: Matrix, 2016.
- CABALIN, C. Online and mobilized students: The use of Facebook in the Chilean student protests. *Comunicar*, v. 22, n. 43, p. 25–33, 2014.
- CASTELLS, M. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- CLEAVER JR, H. The Zapatista Effect The internet and the rise of an alternativa political fabric. *Journal of International Affairs*, v. 51, n. 2, p. 621, 1998.
- CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, Nadré; CODAS, Gustavo. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015. p. 115-144.
- DELLA PORTA, D. COMMUNICATION IN MOVEMENT. *Information, Communication & Society*, v. 14, n. 6, p. 800–819, 2011.
- DIAS, T. É uma batalha de narrativas: os enquadramentos da ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. Dissertação de Mestrado. Universidade Nacional de Brasília. Junho de 2017.
- EARL, J.; KIMPORT, K. *Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet Age*. Cambridge: MIT Press, 2011.
- FARINOSI, M.; TRERÉ, E. Inside the “People of the Wheelbarrows”: participation between online and offline dimension in the post-quake social movement. *Journal of Community Informatics*, v. 6, n. 3, p. 1–12, 2010
- FOLHA DE S.PAULO. Endireita Brasil quer trazer os “bons” para política; conheça o movimento. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/tvfolha/2014/09/1512606-contra-gays-endireita-brasil-quer-trazer-os-bons-para-politica.shtml>. Acesso em: out. 2017.

- GARCÍA, C. et al. What can Twitter tell us about social movements' network topology and centrality? Analysing the case of the 2011 – 2013 Chilean student movement. *Inst. J. Organisational Design and Engineering*, v. 3, n. 3/4, p. 317–337, 2014.
- GERBAUDO, P. *Tweets and the Streets*. London: Pluto Press, 2012.
- GOBBI, D. *Identidade em ambiente virtual : uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. 2016. 118f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, 2016.
- GOH, D.; PANG, N. Protesting the Singapore government: The role of collective action frames in social media mobilization. *Telematics and Informatics*, v. 33, n. 2, p. 525–533, 2016
- GONZÁLEZ-BAILÓN, S. et al. The Dynamics of Protest Recruitment through an Online Network. *Scientific Reports*, v. 1, p. 1–7, 2011.
- HARLOW, S. Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline. *New Media & Society*, v. 14, n. 2, p. 225–243, 2012.
- KREISS, Daniel. “Digital Campaigning”. In: COLEMAN, Stephan; FREELON, Deen (orgs.) *Handbook of Digital Politics*. ELGAR, 2015. p. 118-135.
- LEINER, B. M. et al. The past and future history of the Internet. *Communications of the ACM*, v. 40, n. 2, p. 102–108, 1997.
- LEVITSKY, S.;ROBERTS, K. *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins, 2011.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MERCEA, D. Digital prefigurative participation: The entwinement of online communication and offline participation in protest events. *New Media & Society*, v. 14, n. 1, p. 153–169, 2012.
- MERCEA, D. Digital prefigurative participation: The entwinement of online communication and offline participation in protest events. *New Media & Society*, v. 14, n. 1, p. 153–169, 2012.
- O'REILLY, T. What is Web 2.0: design patterns and business models for the next generation of software. *Communications & Strategies*, n. 65, p. 17–37, 2007.
- OLIVEIRA, R. Passeata pelas vítimas reúne 6.000 sob frio de 7°C. *Folha de São Paulo Online*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3007200713.htm> Publicado em 30 de Jul. 2007. Acesso em: 22 de set. 2017
- OLIVEIRA, Raquel de. Passeata pelas vítimas reúne 6.000 sob frio de 7°C. *Folha de São Paulo Online*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3007200713.htm> Publicado em 30 de Jul. 2007.
- ÖSTMAN, J. Information, expression, participation: How involvement in user-generated content relates to democratic engagement among young people. *New Media & Society*, v. 14, n. 6, p. 1004–1021, 2012.
- PANIZZA, F. Unarmed utopia revisited: the resurgence of left-of-centre politics in Latin America. *Political Studies*, v. 53, n.º. 4, dez. 2005, p. 716 – 734.
- PAPACHARISSI, Z. A. *A Networked Self*. 1st. ed. New York: Routledge, 2011.

SILVEIRA, S. A. Direita nas redes sociais online. In: In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, Nadré; CODAS, Gustavo. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. CorruPTos: um ensaio sobre os protestos à direita no Brasil. Campinas: Necap, 2015b. Disponível em: <www.pdpp2015.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic> Acesso em: 13 de abr. 2017.

TREMAYNE, M. Anatomy of Protest in the Digital Era: A Network Analysis of Twitter and Occupy Wall Street. *Social Movement Studies*, v. 13, n. 1, p. 1, 2013.

TRERÉ, E.; CARGNELUTTI, D. Movimientos sociales , redes sociales y Web 2 . 0 : el caso del Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad Social movements , social media and Web 2 . 0 : the case of the Movement for Peace. *Communication & Society/Comunicación y Sociedad*, v. 27, n. 1, p. 183–203, 2014.

ZALIS, P.; GONÇALVES, E. Quais são e como pensam os movimentos que vão para a rua contra Dilma no domingo. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/quais-sao-e-como-pensam-os-movimentos-que-vaio-para-a-rua-contradilma-no-domingo/>>. Acesso em: 25 jul. 2016

ANTROPOFAGIA PERIFÉRICA: UMA ANÁLISE DO PIXO EM FREDERICO WESTPHALEN- RS

*ANTROPOFAGIA PERIFÉRICA: UN ANÁLISIS DEL PIXO EN FREDERICO
WESTPHALEN- RS*

Lia Machado dos Santos
Mestranda em Letras. URI – Campus de Frederico Westphalen
E-mail: lia.machado@iffarroupilha.edu.br

Dra. Rosângela Fachel de Medeiros
Doutora em Teoria Literária. URI – Campus de Frederico Westphalen
E-mail: rosangelaFachel@uri.edu.br

RESUMO

O PiXo escrito com X subverte a norma culta da língua, demarcando seu espírito rebelde e iconoclasta, que rejeita normas e limites. Apresentando todos os elementos do processo linguístico e um alfabeto próprio, o PiXo se configura como linguagem (SPINELLI, 2007) que sem ser oficializada é parte de um todo que, apesar de marginalizado, (r)existe. Sem convite ou permissão o PiXo intervém na paisagem urbana, demarcando ou invadindo territórios. E em seu fazer subjaz a discussão da diferenciação entre Grafite e PiXo (inclusive jurídica), que retoma a discussão do próprio conceito de Arte, levando a questionamentos dicotômicos quanto a ser arte ou crime, legal ou ilegal, certo ou errado. No contexto contemporâneo do PiXo brasileiro, propomos uma cartografia (ainda incipiente) da presença dessa prática transgressora em Frederico Westphalen – RS. A partir de registros fotográficos e textuais (que descrevam o contexto sócio-territorial em que tais manifestações foram realizadas/encontradas) analisaremos as intervenções quanto às mensagens que expressam (narrativas) e aos locais que habitam. Entendendo essas intervenções urbanas como ação de uma antropofagia (ANDRADE, 1922; VAZ, 2007) periférica, cuja estética violenta contesta a homogeneização dos campos da produção artística, historicamente configurados como espaço de exclusão, buscamos entender como tais intervenções constroem (ou não) uma possível identidade cultural (HALL, 2004) do PiXo Frederiquense.

Palavras-chave: PiXo. Identidade. Frederico Westphalen

RESUMEN

El PiXo escrito con X, subvierte la norma culta de la lengua, demarcando su espíritu rebelde e iconoclasta, que rechaza normas y límites. En el caso de que se produzca un cambio en la calidad de la información, se debe tener en cuenta que, Sin invitación o permiso el PiXo interviene en el paisaje urbano, demarcando o invadiendo territorios. Y en su hacer subyace la discusión de la diferenciación entre Grafite y PiXo (incluso jurídica), que retoma la discusión del propio concepto de Arte, llevando a cuestionamientos dicotómicos en cuanto a ser arte o crimen, legal o ilegal, cierto o erróneo. En el contexto contemporáneo del PiXo brasileño, proponemos una cartografía (aún incipiente) de la presencia de esa práctica transgresora en Frederico Westphalen– RS. A partir de registros fotográficos y textuales (que describen el contexto socio-territorial en que

tales manifestaciones fueron realizadas / encontradas) analizaremos las intervenciones en cuanto a los mensajes que expresan (narrativas) ya los locales que habitan. En el caso de las intervenciones urbanas como acción de una antropofagia (ANDRADE, 1922, VAZ, 2007) periférica, cuya estética violenta cuestiona la homogeneización de los campos de la producción artística, históricamente configurados como espacio de exclusión, buscamos entender cómo tales intervenciones construyen (o no) una posible identidad cultural (HALL, 2004) del PiXo Frederiquense.

Palabras clave: PiXo. Identidad. Frederico Westphalen

INTRODUÇÃO

A arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.
(Manifesto da Antropofagia Periférica)

Historicamente, no Brasil, assim como no mundo, há uma homogeneização no campo da produção canônica de discursos, principalmente, literários, configurando a literatura como um espaço de exclusão. Negros, mulheres, pobres e trabalhadores não têm voz, estando ausentes da maioria dos espaços discursivos tanto na condição de produtores quanto em relação à representatividade dentro desses discursos.

A pesquisa coordenada pela profa. Dra. Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília (UnB), em relação à literatura contemporânea brasileira mostra os números dessa exclusão. Os autores brasileiros contemporâneos são brancos (93,9%), homens (72,7%), moram no Rio de Janeiro e em São Paulo (47,3% e 21,2%, respectivamente)⁴². Essa mesma exclusão é reconhecida quanto aos personagens representados nesses romances, em sua maioria, são homens (62,1%) e heterossexuais (81%), apenas 7,9% são negros e têm pouca voz: são apenas 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores; quanto às personagens femininas: são donas de casa (25,1%), artistas (10,2%) ou não têm ocupação (9,6%). E enquanto a maioria dos personagens brancos morre, na ficção, por acidente ou doença (60,7%), os negros morrem mais por assassinato (61,1%).

O desejo de mudar essa perspectiva excludente motivou o escritor Sérgio Vaz a criar, em 2007, a Semana de Arte Moderna da Periferia. Como fica evidente, a ação foi inspirada na Semana de Arte Moderna, de 1922, mas ao contrário da anterior, essa não foi feita para a elite.

A Semana de Arte Moderna da Periferia lança seu Manifesto da Antropofagia Periférica, assim como a Semana de Arte Moderna teve seu Manifesto Antropofágico⁴³,

⁴²Foram analisados 258 livros, publicados de 1990 a 2004, pelas principais editoras nacionais contemporâneas: Companhia das Letras, Record e Rocco.

⁴³ O *Manifesto Antropofágico*, de Oswald de Andrade, publicado em 1º de maio de 1928 na revista de Antropofagia, tinha como alvo, principalmente, a influência europeia. O uso do termo Antropofágico é associado

assumindo uma postura política que proclama o imbricamento entre a cultura hegemônica e a cultura periférica, reclamando legitimidade para produções que sempre foram excluídas no quadro cultural do país, pensando e conclamando a um novo perfil de artista:

É preciso sugar da arte um novo tipo de artista: o artista-cidadão. Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a mediocridade que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades. Um artista a serviço da comunidade, do país. Que armado da verdade, por si só exercita a revolução. (VAZ, 2011, p. 50).

O capitalismo, que já era condenado no modernismo, é abominável para o poeta da periferia que vive no dia-a-dia os reflexos da exclusão, por isso, só a antropofagia periférica da “Arte de graça, dada pelo próprio povo, em troca de luz, do brilho da auto-estima” (COOPERIFA, 2008).

Quando esse artista-cidadão, que é o ‘outro’ na sociedade, afirma que aquilo que produz é arte, tanto na literatura como em qualquer outro discurso e/ou linguagem, instaura-se uma tensão, pois isso vem de encontro às representações já fixadas na tradição imagética da sociedade ao mesmo tempo que “reafirma a legitimidade de sua própria construção” (DALCASTAGNÈ, 2007, p.18).

A tensão gerada pelo choque de discursos sobre o que é arte e quem produz arte aumenta quando esse discurso, que provém de segmentos sociais marginalizados, se materializa por meio da pixação, ou, parafraseando Vaz (2007), por meio da literatura das ruas que desperta nas calçadas. O Pixo com X, já na subversão da norma culta da língua, demonstra o espírito rebelde que renega as normas que limitem sua mensagem, seja o estado e seus meios de comunicação ou, até mesmo, a gramática. O Pixo se apropria de um código da elite, que é a palavra escrita, e o submete à sua linguagem e à sua estética agressiva, que riscam nas ruas, já repletas de propagandas e arte paga, a sua antropofagia estética.

Em 2008, trinta sete alunos do curso de Artes Visuais, do Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, apresentaram suas obras de finalização de curso em três espaços reservados para a exposição. Rafael Augustaitiz, pichador desde os treze anos de idade, apresentou o que definiu como “Uma intervenção para discutir os limites da arte e o próprio conceito de arte”. Ação para a qual convocou outros quarenta jovens, que, em sua maioria, nunca haviam entrado

ao ato de assimilar e deglutir, ou seja, transfigurar o que é recebido, buscando conferir uma identidade nacional à produção brasileira da época, logo depois que Marinetti anunciou o combate ao academicismo.

em uma faculdade, que com ele pixaram suas assinaturas nas paredes dos espaços reservados para as exposições. A intervenção, justificada por Augustaitiz nas vinte e oito páginas do texto “Marchando ao compasso da realidade”, foi avaliada pelos demais colegas como um ato de vandalismo e resultou na prisão do formando durante a sua realização. No ato, registrado pelo documentário de longa-metragem *Pixo* (2009), de João Wainer e Roberto T. Oliveira, Augustaitiz desafia o público: “Somos abusados? Que se foda! É um orgulho para vocês eu estar dentro dessa podre faculdade. Não sou seu filhote, não preciso do seu aval. A arte hoje em dia é para quem está na pegada. Para os bunda-moles ela morreu faz é tempo” (Transcrito do documentário).

Entendemos que a prática do Pixo gera polêmicas no campo das políticas governamentais, da Comunicação e das Artes, uma vez que entra em colisão com o conceito de “cidade bonita”. Para além do debate de ser arte ou não, não podemos mais ser insensíveis ao fato de que o Pixo tem todos os elementos do processo linguístico, muitas vezes criando um alfabeto próprio, que, mesmo sem estar oficializado, se manifesta, comunica e contesta de diversas maneiras. Portanto, compreendê-lo é buscar conhecer parte de um todo que, apesar de marginalizado, (r)existe.

O campo dos Estudos Culturais contribui para uma leitura significativa e produtiva do Pixo, colocando em relação questões do âmbito da cultura, da arte, da identidade e do território. Possibilitando colocar em diálogo a aproximação de diferentes autores que entendem a pixação de um ângulo que difere daquele mais leigo do “senso comum”, que criminaliza ou nega valor cultural e identitário a essa intervenção.

Reconhecido no mundo inteiro,⁴⁴ o Pixo segue grafando seu espaço nas grandes metrópoles do Brasil e chega às mais distantes cidades do interior do país. Nesse sentido, o presente artigo apresenta uma breve cartografia do Pixo em Frederico Westphalen, cidade do interior do Rio Grande do Sul, buscando analisar a configuração dessas manifestações culturais – em seu imbricamento de mensagem e estética; e o que elas nos dizem sobre seus realizadores/identidades, sobre a cidade/território e sobre as relações que se estabelecem entre eles. Para tanto, realizou-se uma pesquisa nas ruas das cidades, registrando fotograficamente e catalogando as manifestações encontradas.

⁴⁴Em 2009, Paris, a Fundação Cartier foi responsável pela maior retrospectiva já feita no mundo sobre o gênero arte de rua com a exposição “Né Dans La Rue”. Dentre os renomados artistas como Basco Vazko, do Chile, Barry McGee, Delta e Boris Tellegen, da Holanda Gerard Zlotykamien, de Paris, Nug de Estocolmo, o nome escolhido para pintar a principal fachada da fundação foi o pixador de São Paulo DjanIvson da Silva, o seu pixo paulista foi ovacionado pela crítica e pelos curadores.

IDENTIDADE E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DO PIXO EM FREDERICO WESTPHALEN

Frederico Westphalen é um município do interior do estado do Rio Grande do Sul. Emancipado há 63 anos, o município possui 30.832 habitantes (fonte IBGE). Seu potencial agroindustrial, bem como a presença de quatro universidades: URI, UFSM, UERGS, Unopar e do IFFar, garantem um grande trânsito de estudantes e de trabalhadores de vários lugares do Brasil. E, mesmo sendo um município do interior e de pequeno porte, apresenta em sua paisagem diversas intervenções de pichadores, tanto no âmbito urbano quanto rural.

Para nossa investigação da presença e da configuração do Pixo em Frederico Westphalen partimos de uma seleção de vinte e cinco intervenções, que estão sendo analisadas em relação ao contexto sócio-territorial em que foram realizadas/encontradas e das leituras que podemos fazer dessas mensagens e dos locais que habitam. Para tanto, partimos de uma categorização (não estanque) dessas manifestações em: políticas, poéticas, humorísticas e tags. Para este trabalho, escolhermos limitar-nos a apresentar e analisar as manifestações que classificamos como políticas e poéticas, categorização essa que tem como modelo o próprio histórico da pichação, sua evolução e modalidades.

Foi como manifestação política de resistência a regimes opressores que o Pixo surgiu primeiro na Europa e depois no Brasil. E foi esse desejo de posicionamento e contestação política que encontramos na maior parte dos Pixos (dez intervenções) encontrados por nossa pesquisa de campo em Frederico Westphalen. Essa é então a primeira categoria que iremos analisar.



Figura 1: Fotos de duas pixações de cunho político – Primeira foto: “Bolsonaro 2018”, segunda foto: “O povo com Lula”Fonte: Arquivo pessoal dos autores – registros realizados por Lia Machado dos Santos



Figura 2: Fotos de duas pixações de cunho político – Primeira foto: “Lula 2018”, segunda foto: “Fuckthecops” – “Temer Jamais”. Fonte: Arquivo pessoal dos autores – registros realizados por Lia Machado dos Santos

As pichações apresentadas nas imagens acima contêm posicionamentos políticos explícitos relacionados ao contexto da política nacional no presente: “Fora Temer”, e no futuro, referente às eleições presidenciais de 2018. “Bolsonaro 2018” foi grafado no centro da cidade, e “O povo com Lula” também está bem na região central da cidade, na Rua do Comércio. Na BR que dá acesso à Universidade Federal de Santa Maria e ao Instituto Federal Farroupilha encontramos mais inscrições como esta última nas placas de trânsito.

A maioria dos posicionamentos reconhecidos nas pixações classificadas por nós como de cunho político revela a predominância de uma perspectiva ideológica de esquerda, direcionada a uma discussão de âmbito nacional. Mas, se levarmos em consideração que Frederico Westphalen é administrada, desde 1993, por governos alternados entre os partidos PP e PMDB, entendemos que essas pixações se configuram, também, como discursos de contestação em relação à política local. O Pixo revela-se, então, como um discurso que coloca em debate questões políticas – imbricando o Nacional/Macro ao Local/Micro. Além disso, cabe destacar que pichações de teor político foram as mais encontradas, não somente na cidade, mas também no seu entorno rural, como na imagem seguinte:

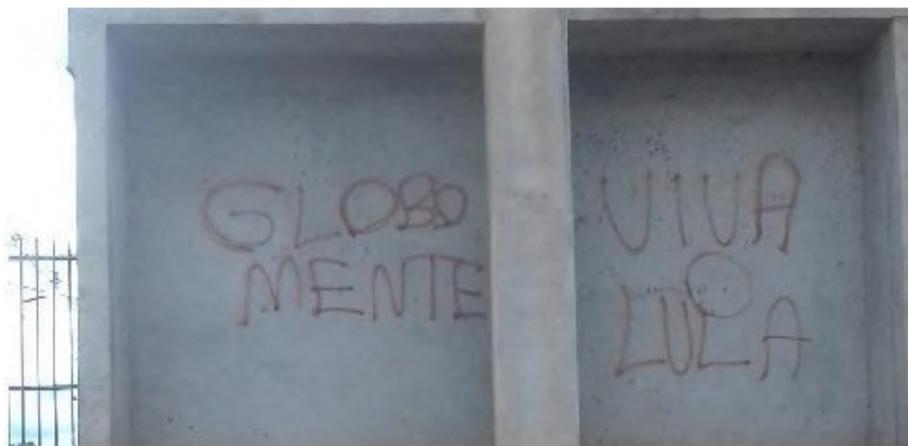


Figura 3: Foto de duas pichações de cunho político – Primeira: “Globo Mente”, segunda: “Viva o Lula”. Fonte: Arquivo pessoal dos autores – registros realizados por Lia Machado dos Santos

Voltando à segunda figura, percebemos que os escritos em verde contrastam fortemente com o cinza do cimento da construção de um dos loteamentos da cidade. E chamamos a atenção para o único Pixo escrito em inglês, “*Fuckthecops*” algo como “foda-se a polícia” – uma evidente apropriação de discursos da cultura marginal estadunidenses – que desvela também a posição de resistência do Pixo contra a sua proibição e coibição por parte da polícia.

Observando as imagens acima e analisando-as em relação à configuração geopolítica da cidade é possível inferir algumas observações como, por exemplo, o sujeito por trás das intervenções. Em primeiro lugar tanto o centro da cidade como o loteamento em questão não são espaços frequentados pelos moradores de bairros periféricos e das localidades rurais. A cidade não possui transporte coletivo, apenas algumas linhas de transporte que garantem acesso às instituições Federais que se localizam no interior da cidade. Os espaços públicos, não são efetivamente tão disponíveis à população. Essa falta de acesso limita muito o público que pode frequentar esses locais, principalmente, em horários não comercial, que é o mais propício para a intervenção do pichador, que se for pego pela polícia pode ser penalizado. Esses são notoriamente espaços de trânsito de indivíduos pertencentes à comunidade acadêmica das instituições de ensino Federais e que dependem de um acesso particular. No entanto, nesse trabalho não temos dados que nos permitam afirmar quem seriam os autores dessas pichações, uma vez que mesmo com o difícil acesso qualquer um pode chegar até esses lugares. Porém, obviamente o viver na periferia dificulta o acesso do jovem, a maioria da população na cidade, tanto para o mercado de trabalho quanto para o lazer e acultura, já que toda essa infraestrutura oferecida para tais práticas pelo Estado e Prefeitura se concentra na região central.

O acesso à cultura e ao lazer, assim como em muitas outras cidades do porte de Frederico Westphalen, se dá de forma precária, ficando na maioria das vezes relegado à ocupação das praças da cidade. Dentre essas praças, uma em especial é sempre alvo da pichação, a praça da URI. Não tão central essa praça localiza-se em frente à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, sendo muito frequentada por jovens. Apresentamos a seguir imagens de algumas pichações encontradas nessa praça:



Figura 4: Fotos de duas pichações de cunho político – Primeira: “Orgulho de ser mulher”, segunda: “Respeita as gays”. Fonte: Arquivo pessoal dos autores – registros realizados por Lia Machado dos Santos

Essas duas inscrições não passam despercebidas: “orgulho de ser mulher” e “respeita as gays”; ambas estão engajadas em discussões recentes e importantes referentes às questões de gênero e aos direitos de mulheres e da comunidade LGBT. Uma disputa privada por visibilidade de uma tribo urbana e de seus conflitos, reflexos do poder das relações de cultura e identidade. Além disso, essas inscrições demonstram o desejo de visibilidade de identidades, bem como de afirmação e de reconhecimento, por parte da comunidade que frequenta o local. Conforme Stuart Hall (2004), a questão da visibilidade é uma das mais difíceis no campo das identidades, pois ao mesmo em tempo que busca uma identificação subjetiva está em constante negociação. Carvalho (2011) nos aponta que nesse espaço em que as identidades se deslocam entre si, há pouco espaço para a diferença e quando existe são limitados e cuidadosamente policiados. “Afiml o que substitui a invisibilidade é um tipo de visibilidade regulada e segregada de forma cuidadosa e minuciosa.” (p.7).

Quando se afirma que a visibilidade do Pixo é efêmera, é, justamente, por sua condição de um ato ilegal, uma inscrição realizada sem autorização que, a qualquer momento, pode ser apagada pelo dono do local (quando privado) ou pela gestão da cidade. Como aconteceu, por exemplo, com algumas das pichações aqui apresentadas, assim como outras que nossa pesquisa de campo não chegou a tempo de registrar. Em Frederico Westphalen, geralmente no período das festividades natalinas, as estruturas públicas, como as praças, são pintadas.

Existe uma lei que pune e trata o Pixo como um ato ilegal – a Lei de Crimes Ambientais 9.605 de 1998, cujo artigo 65 prevê a pena de três meses a um ano de detenção e multa para quem pichar edifício ou monumento urbano. O pichador pode ter a pena aumentada se o monumento foi tombado, além disso, pode ser enquadrado no crime de formação de quadrilha. Porém, o texto da lei informa que não é considerado crime o grafite realizado com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado desde que o ato seja autorizado pelo proprietário ou órgão competente.

A ilegalidade de sua ação potencializa a percepção do Pixo como poluição visual, como sujeira que deve ser limpa. Isso não significa, contudo, que os espaços ocupados pelas intervenções devam ser menosprezados pelos demais. Spinelli (2007) acredita que é esse caráter ilegal da prática que marginaliza não apenas o pixador, mas, também, a sua inserção social. Observamos que a totalidade das pichações realizadas na praça da URI referem-se, justamente, a questões de inserção social de uma juventude marcada por questões econômicas, étnicas, raciais e de gênero. Quanto à marginalidade do pixador na sociedade, Perelman nos faz pensar:

O termo marginalidade abrange os transviados, quer se trate de tipos patológicos, ou talentosos e não-conformistas. No caso de um artista, um criminoso, um profeta ou um revolucionário, a marginalidade implica uma falta de participação na corrente ocupacional, religiosa ou política principal. O transviado pode ser um desistente passivo ou um crítico ativo da sociedade, ou poderá emergir de uma sub-cultura ela mesma marginal (PERELMAN *apud* SPINELLI, 2007, p.)

A partir da leitura dos textos da coletânea *Margens da democracia* (2015) organizada por Marcos Siscar e Marcos Natali e das leituras que aproximam o Pixo como uma prática dentro do âmbito da arte, destacamos o papel desse artista na sociedade, o qual em nossa leitura também se aproxima do pixador. Conforme Siscar (2015), “sua presença moderna é marcada justamente por um processo ou um julgamento a propósito da possibilidade de seu arbítrio político” (p.49), e o fenômeno de incriminação da arte advém da consciência de nossa época, sendo uma visão autoritária da lei que tornaria a obra de arte objeto de desconfiança. Em relação

à pixação, preocupa-nos o fato de que a marginalização da prática reflita de modo a negar ou impossibilitar a leitura para além do texto que está escrito, a leitura de sua significação, principalmente, no que diz respeito às categorias política e poética.

As pichações poéticas são a segunda categoria de maior incidência que encontramos nas ruas da cidade, como mostram os registros fotográficos abaixo:



Figura 5: Fotos de pichações de cunho poético. Da esquerda para a direita: “vc não tem moral pra falar de ninguém”, “Qual a idade da sua alma?”, “#fora o ideal”, “não, não está morto”, “pedra do poeta” e “Viva a vida”. Fonte: Arquivo pessoal dos autores – registros realizados por Lia Machado dos Santos

A recusa de significação é um dos pontos mais sensíveis das relações que podem ser estabelecidas entre o Pixo, a arte e a política, uma vez que essas inscrições “compõem uma estética comunicativa que invade a mente quando passa pelos olhos, podendo ser ou não decodificada como mensagem” (SPINELLI, 2005). Além disso, essas intervenções podem inserir poesia no cotidiano convocando o passante a ressignificar aqueles lugares. Assim, na “PEDRA DO POETA”, entre o privado da voz que escreveu e o público do poema que é lido: “A poesia encarnaria uma forma de vida em extinção que justificaria um pedido desesperado de salvação – só o outro pode me reconhecer como sujeito –, como se o poema fosse uma espécie de casco a ser habitado por outros corpos” (ZULAR, 2015, p.113).

A partir do momento que o sujeito abandona o julgamento estético e como leitor de uma intervenção, durante o processo de interiorização do texto, negocia a própria identidade com a identidade do autor, podemos entender o Pixo como um mediador cultural. Segundo Silviano Santiago (1998) em *Declínio da arte, ascensão da cultura*:

Esvaziar o discurso poético da sua especificidade, liberá-lo do seu componente elevado e atemporal, desprezando os jogos clássicos da ambiguidade que o diferenciava dos outros discursos, enfim, equipará-lo qualitativamente ao diálogo provocativo sobre o cotidiano, com o fim de uma entrevista passageira, tudo isso corresponde ao gesto metodológico de apreender o poema no que ele apresenta de mais efêmero. Ou seja, na sua transitividade, na sua comunicabilidade com o próximo que o deseja para torná-lo seu. (SANTIAGO, 1998, p.14)

Sendo um dispositivo de mediação, as pixações relacionam valores divergentes das instituições, ao mesmo tempo em que desenvolvem intervenções discursivas. Divergentes porque sua estética vem de encontro à mercantilização do objeto e sua ação vem na contramão da exclusão da produção literária, uma vez que sua prática está ao alcance de qualquer pessoa em qualquer lugar, uma intervenção que incide sobre o processo de interiorização do passante/leitor das ruas. Para Roberto Zular (2015) “o humor talvez resida nessa ambiguidade (o desespero e o descaso, a demanda e a desfaçatez), pois ainda que “tipo um ramo alternativo” [...] invoca-se um sistema de classificação e repartição dos corpos pelo poder para justificar sua própria existência” (p.113).

Dada a efemeridade do Pixo, os sujeitos que o praticam evocam novas formas de pensar a identidade, própria e também do lugar a que pertencem ou sobre o qual querem deixar sua marca, seja como protesto, como questionamento, como provocação ou como busca de pertencimento. Nesse sentido, entendemos suas identidades na perspectiva de Stuart Hall (2004), que as entende como processo contínuo de devir, como algo que não mais fixo ou permanente, mas sim, o contrário. E, para Zygmunt Bauman, essa condição provisória da identidade não pode mais ser ocultada.

Se, por um lado, o anseio por identidade reflete um desejo de segurança, de não flutuar sem apoio e estabilidade num espaço indefinido ou pouco definido, por outro lado, a conquista de uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades parece não representar uma perspectiva atraente para os sujeitos. (CARVALHO, 2011, p.5)

O que motiva um sujeito a frequentar as margens da ilegalidade, praticar uma pixação, escrever seu nome nos muros da cidade, ou ainda, se comunicar identificado com um grupo ou território não é questão de uma única resposta e está distante da intenção desse trabalho. Entretanto, por meio da leitura e análise dos Pixos apresentados aqui, bem como de outros que não fazem parte do recorte desse trabalho, observamos que, com exceção de algumas *tags*, majoritariamente, os Pixos utilizaram uma escrita que permitia sua leitura por toda a comunidade letrada. Suas escrituras revelaram o desejo de afirmação desses pichadores:

política e socialmente enquanto pertencentes ou identificadas em/com grupos. Apesar de não serem plenas, essas identidades são sintetizadas pelos Pixos, que as constituem a partir do exterior, da escrita, pelas formas das quais o sujeito se imagina ou deseja ser visto por outros.

Mas, como bem nos alerta Hall, essas identidades “nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (HALL, 2004, p. 89). Além disso, o estético desses Pixos, que permite a sua leitura, demonstra um valor de resistência e salvação, ao mesmo tempo em que transgride “a fronteira estabelecida entre o que é arte e o que não é arte” (MONTEIRO, 1998, p.204).

A marginalização da pichação e o ideal de limpeza da cidade instiga as instituições e a gestão municipal a realizarem atividades constantes de “higienização” – limpeza e pintura dos espaços pichados. No entanto, depois de serem pintadas, as praças voltam a ser pichadas. Na tentativa de domesticar o Pixo, sua ação é aproximada ao grafite, como desvela Spinelli: “Estado e sociedade instigam então a uma prática do grafite, até certo ponto tolerada, através de oficinas ministradas por órgãos associados ao poder público” (2007, p.118). Tal prática também vem sendo utilizada em Frederico Westphalen por meio de ações desenvolvidas pela Central Única das Favelas (CUFA), que desenvolve um trabalho em bairros periféricos, que resultaram em grafites que ornaram, por exemplo, o muro do prédio dos bombeiros e a pista de skate. Esse direcionamento do jovem que pratica a pichação para o grafite é conhecido dentro do movimento hip-hop como “violência direcionada”. Com exceção destas produções em que, atualmente, já são reconhecidas conotações artísticas e até mesmo o status de arte, as pichações na cidade não têm aceitação enquanto intervenção visual. Nesse sentido, essas produções articulam forças contraditórias, enquanto esses sujeitos apresentam um discurso visual carregado de desejo de identidade e de afirmação, a sociedade a enxerga de maneira estereotipada, fixa e reducionista, cheia de preconceitos e julgamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pichador de Frederico Westphalen fala inglês, se posiciona política e ideologicamente, gosta de poesia, de tomate e de pão de queijo, e tem humor, mas também tem raiva, quer ser visto e quer ainda denunciar uma realidade social complexa. Em lugar de separar essas vivências e rebaixá-las culturalmente tentamos aqui articular algumas (re)leituras do Pixo e dos pichadores de FW, tentando interpretar sua relação com a cidade e com suas contradições

socioeconômicas e sociais que desvelam, rabiscando um outro retrato da cidade. Buscamos entender e analisar o diálogo que essas intervenções instauram entre o sujeito que as pratica e o local e a comunidade em que atuam.

E uma das certezas que essa investigação nos permitiu foi a de que mesmo que as autoridades de Frederico Westphalen continuem reprimindo a ação e repintando os muros e as praças sempre haverá um lugar de escape, um espaço de rasura, que em algum momento estará livre do controle e da regulamentação, no qual os pichadores poderão marcar sua identidade e demarcar territórios geográficos e simbólicos. E, retomando a voz de Walter Benjamin e sua posição frente às novas formas de arte, terminamos este texto refletindo sobre a sua preocupação, que também é a nossa: de que maneira “a liquidação do valor de tradição na herança cultural” pode nos mostrar novos caminhos para uma “renovação da humanidade”?

REFERÊNCIAS

ANTELO, Raul; ANDRADE, Ana Luiza (orgs). Declínio da Arte Ascensão da Cultura. Letras contemporâneas e ABRALIC: Santa Catarina, 1998.

ÁVILA, Janayna. O porquê do X: o pixo e as discussões de sua estética aberta. In: XIX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 07, 2017, Fortaleza. **Anais eletrônicos**. Ceará. Disponível em: <www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0832-1.pdf>. Acesso em 14 de dez. 2017.

BLUMEN, Felipe. Arte e design. **Catraca Livre**, 22 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/sp/arte-e-design/indicacao/o-pixo-e-o-que-tem-de-mais-conceitual-na-arte-contemporanea-hoje/>>. Acesso em 10 de jan. 2018.

CAPRIGLIONE, Laura. Pichadores vandalizam escola para discutir conceito de arte. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1306200820.htm>>. Acesso em 26 de fev. 2017.

CARVALHO, Cristiane Pereira Fontainha de. A diferença como possibilidade de identidade cultural na pós-modernidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LITERATURA, CRÍTICA, CULTURA V: LITERATURA E POLÍTICA, 24 e 26, 2011, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos**. Juiz de fora: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/darandina/files/2011/08/A-diferen%C3%A7a-como-possibilidade-de-identidade-cultural-na-p%C3%B3s-modernidade.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras hoje**. Porto Alegre, v.42, n.4, p.18-31, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/4110/3112>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Editora Civilização Brasileira S.A: Rio de Janeiro, 1968.

FUNARI, Pedro Paulo A. (1999). Aspectos da cultura popular antiga: apresentação, tradução e discussão de alguns graffitis pompeianos. **Revista Estudos de História, Franca**, UNESP, v. 4, n.1/2, p. 143-150. Disponível em: <http://www.academia.edu/18048571/Aspectos_da_cultura_popular_antiga_apresenta%C3%A7%C3%A3o_tradu%C3%A7%C3%A3o_e_discuss%C3%A3o_de_alguns_grafites_pompeianos_Hist%C3%B3ria_Unesp_Franca_Franca_v._4_n.2_p._143-150_1997>. Acesso em: 04 de mar. 2018.

FURTADO, Janaina Rocha e ZANELLA, Andréa Vieira. Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. **Rev. Mal-Estar Subj.** [online]. 2009, vol.9, n.4, pp. 1279-1302. ISSN 1518-6148. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400010>. Acesso em: 04 mar. 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 9. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PIXO. Direção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes, 2009. (61 min.), widescreen, color., legendado.

PRIKLADNICK, FÁBIO. Pesquisa revela perfil de escritores e personagens da literatura brasileira contemporânea. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 24 fev. 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/02/pesquisa-revela-perfil-dos-escritores-e-personagens-da-literatura-brasileira-contemporanea-4054469.html>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

READ, Herbert. **Arte e Alienação: O papel do artista na Sociedade**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, RJ, 1968.

SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. **LOGOS 26: Comunicação e conflitos urbanos**. Ano 14, 1. Semestre 2007. Disponível em: <<http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/08lucianospen.pdf>> Acesso em: 12.01.2018.

SISCAR, Marcos e NATALI, Marcos (orgs). **Margens da democracia: a literatura e a questão da diferença**. Editora da Unicamp/Editora da USP: São Paulo, 2015.

VAZ, Sérgio. **Cooperifa: antropofagia periférica**. Aeroplano: Rio de Janeiro, 2008.

VIRAMUNDO. **Criminalização Do Pixo**. Maceió, vol. 1, n. 1, p. 5, jan/abr 2017.

ZANELLA, Andréa Vieira. Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. IX, n. 4, p.1279-1302, Dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4910>>. Acesso em: 10.01.2018.

CARTOGRAFIA URBANA NA LINHA FRONTEIRIÇA: TRAVESSIAS NAS CIDADES-GÊMEAS BRASIL-URUGUAY

*URBAN CARTOGRAPHY ON THE BORDER LINE: CROSSINGS IN TWIN CITIES
BRAZIL-URUGUAY*

Lorena Maia Resende
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo/PROGRAU-UFPEL
lorenamilitao@gmail.com

Eduardo Rocha
Professor Doutor em Arquitetura e Urbanismo/PROGRAU-UFPEL
amigodudu@yahoo.com.br

RESUMO

A necessidade de refletir sobre o conceito e a representação da Fronteira Internacional na contemporaneidade se faz emergente, uma vez que o discurso é homogeneizado e sintetizado no desenho de uma simples linha estática. Assim, a pesquisa, a partir da aproximação entre as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença Deleuziana, propõe um estudo sobre a linha de fronteira Brasil-Uruguay. O objetivo geral investiga o uso do espaço público dessa linha de fronteira, definido pelas cidades-gêmeas, utilizando como metodologia a “cartografia urbana sensível”; com a intenção de mapear esses fenômenos urbanos próprios da contemporaneidade e contribuir para projetos futuros de políticas públicas integradoras e leituras mais heterogêneas de regiões fronteiriças. Durante o processo cartográfico, percebe-se a complexidade da fronteira e a impossibilidade de reduzi-la a um mapa fixo, as cidades pulsam e se fazem presentes seja pelas cenas urbanas, dos sujeitos, nas memórias, pelo vivido e experimentado. Através de agenciamentos com a filosofia, geografia, história, arquitetura e urbanismo cria-se um novo olhar para as diferenças. A fronteira rasa, profunda e arquiteturas de fronteira se apresentam como resultados da multiplicidade desses re-des-territórios.

Palavras-chave: Fronteira Brasil-Uruguay. Cartografia Urbana. Espaço público. Travessia. Urbanismo contemporâneo.

ABSTRACT

The need to reflect on the concept and representation of the International Border in contemporary times becomes an emerging one, once the discourse is homogenized and synthesized in the design of a simple static line. Thus, the research, based on the approximation between theories of contemporary urbanism and the philosophy of Deleuzian difference, proposes a study on the Brazil-Uruguay border line. The general objective investigates the use of the public space of this boundary line, defined by the twin cities, using as methodology "sensitive cartography"; with the intention of mapping out these contemporary urban phenomena and contributing to future projects of integrative public policies and more heterogeneous readings of border regions. During the cartographic process, one can perceive the complexity of the frontier and the impossibility of reducing it to a fixed map, the cities pulsate and are present either by the urban scenes, the subjects, in the memories, by the lived and experienced. Through assemblages with philosophy, geography, history, architecture and urbanism creates a new look at the differences. The shallow, deep border and frontier architectures present themselves as a result of the multiplicity of these re-territories.

Keywords: Brazil-Uruguay Border. Urban cartography. Public place. Crossing. Contemporary urbanism.

ABERTURA

Fronteira. A zona do meio, o entre, a fresta, o indeterminado. Compreender um território de fronteira internacional não é tarefa fácil. Lugar onde se lida constantemente com dualismos. Vivencia-se ao mesmo tempo a hospitalidade e hostilidade, a liberdade e o controle, a organização e o caos, o nativo e o estrangeiro, o eu e o outro. No entanto, é um tema muito instigante que conquista diversos olhares multidisciplinares.

Muitos autores, estudiosos contemporâneos que também se dedicaram a algumas análises fronteiriças, como Claude Raffaestin (1993), André Martin (1997), Milton Santos (2002) Adriana Dorfman e ou, Gladys Rosés (2005), Zygmunt Bauman (2009), descrevem como o conceito de fronteira tem se alterado na era da globalização, o desejo de crescimento econômico e tecnológico tem proposto a porosidade e diluição dos limites fronteiriços. No entanto, observam que esse falso “afrouxamento dos limites” internacionais está direcionado a polos específicos e vantajosos, isto é, uma porosidade seletiva. E, por mais que a globalização tenha propiciado muitos eventos integradores, como a criação de Blocos Econômicos (U.E, NAFTA, MERCOSUL); abertura das fronteiras para livre circulação de pessoas e mercadorias; investimento para o turismo; ainda privilegia a estabilidade economia em detrimento da integração cultural e do desejo de aproximação dos povos. Uma integração excludente.

Direcionando o enfoque, visto que a fronteira abrange muitas particularidades, a pesquisa investiga a fronteira entre Brasil e Uruguay. A preferência por essa região se explica por alguns fatores: primeiramente pela proximidade da autora com a linha de fronteira, residente na cidade de Pelotas⁴⁵ convive com os reflexos diários desse universo; uma segunda questão está relacionada com a participação no projeto de pesquisa, ainda na graduação, intitulado “O Para-formal⁴⁶ na fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações no uso do espaço público” coordenado pelo Laboratório de Urbanismo⁴⁷ da Faculdade de Arquitetura e

⁴⁵ A cidade de Pelotas/RS está situada dentro da faixa fronteiriça de 150 km a partir da linha de fronteira.

⁴⁶ Para-formal é um conceito de fronteira, entre o formal e o informal, criado pelo grupo argentino Gris Público Americano que discute as diversas formas de apropriação do espaço público nas cidades contemporâneas. Atividades que resistem a lógica tradicional urbana e produzem “espaços ecológicos descontínuos” (GPA, 2010, p.11) em uma zona de indeterminação.

⁴⁷ O Laboratório de Urbanismo da FAUrb - LabUrb reúne e apoia projetos e iniciativas comprometidas com o conhecimento sobre o urbanismo, em suas diversas escalas e possibilidades temáticas. Trabalha com ensino, pesquisa, extensão e administração integrados, com base na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Urbanismo da UFPel, que realizou uma viagem de campo percorrendo toda a linha fronteira Brasil- Urugua, totalizando 2.110 km em seis dias, viagem que deixou o pensamento inquieto com mais perguntas do que respostas, sendo este o impulso para a formulação dessa pesquisa; finalmente, a terceira questão se deve a certa curiosidade de desvendar um território de fronteira que é integrado, binacional, híbrido, diferentemente de outras fronteiras conflituosas que são reportadas e difundidas mundialmente por órgãos de imprensa, devido aos graves impactos e conflitos sociais da fronteira da guerra.

O aprofundamento da pesquisa acontece nas cidades que se localizam divididas/unidas pela linha demarcatória política internacional, e, promovem a integração econômica e cultural, podendo ser conurbadas ou não. Essas cidades foram denominadas de cidades-gêmeas⁴⁸ pelo Ministério de Integração Nacional, sendo o nome mais recorrente em publicações. No Brasil são 31 cidades-gêmeas em toda extensão territorial, sendo que 11 delas se localizam no estado do Rio Grande do Sul e 6 fazem divisa com o Urugua. A grande concentração na porção Sul pode ser justificada pelo fator histórico na definição dos limites, ainda no Brasil colonial. A região do Rio da Prata foi um ponto estratégico para o transporte de mercadorias, e conseqüentemente o avanço dos povoamentos como dos jesuítas. Ademais, Brasil e Urugua tem uma aproximação de solidariedade e compartilhamento de costumes culturais.

Ao selecionar os trabalhos⁴⁹ que descrevem sobre a contemporaneidade nas cidades-gêmeas da Fronteira, percebeu-se que os métodos utilizados não conseguem dar conta do que transborda, vaza nesse território. Abordam questões de superfície. Predominantemente, essas pesquisas utilizam a revisão bibliográfica; métodos quantitativos para análise de dados estatísticos; alguns chegam mais perto do cotidiano realizando entrevistas, mapas mentais de percurso; todavia, todas essas análises encontram-se no campo concreto e não adentram à complexidade subjetiva.

Dito isso, este trabalho traz como novidade questões relacionadas a inovação metodológica em experimentar o inusitado, trazer heterogêneos que desestabilizem os padrões em uma escrita rizomática⁵⁰ e adentrar as frestas, estimular a subjetividade na construção de

⁴⁸ Segundo o Ministério da Integração Nacional, cidades com população inferior a dois mil habitantes não são consideradas cidades-gêmeas.

⁴⁹ Como os trabalhos de Adriano Pucci (2010); Enrique Mazzei e Mauricio de Souza (2012); Fábio Bento (2013); Andrea Braga (2013); Edson Struminski (2015); Camilo Carneiro (2016); além de outras consultas no portal "Ubral Fronteiras".

⁵⁰ O conceito de rizoma proposto por Deleuze e Guattari (1995) tem origem na biologia, contrapondo as vegetações de organização arborescente (o tronco principal que alimenta os galhos), das vegetações rizomáticas (como a grama, em que suas raízes subterrâneas não possuem uma lógica central, espalham-se como rede). Assim, fazem uma analogia com a organização do pensamento tradicional considerado arborescente, direcionado, imposto, sem

novos agenciamentos⁵¹. Para acompanhar os acontecimentos na contemporaneidade é preciso romper com estruturas historicamente consolidadas que, de certa forma, impedem a visibilidade do novo, do que está escondido, simulado. Uma escrita que inicia em uma fronteira concreta, palpável, de superfície e chega em uma fronteira abstrata, subjetiva, do que transborda.

A cartografia urbana sensível é um método que ultrapassa a representação de um objeto, pode ser entendida como o modo de acompanhar os processos e não o de quem busca respostas ou motivos pré-estabelecidos. Os mapas resultantes dessa cartografia buscam a expressão dos diversos cotidianos, da vivências e trocas que acontecem durante a errância percorrida na fronteira. E a complementação dessa cartografia pode se apoderar de fontes variadas além das escritas-teóricas-conceituais. Os operadores conceituais podem surgir de filmes, de narrativas com moradores, de uma música, leitura, a própria bagagem e outras singularidades.

Através da pedagogia da viagem, da experiência da própria vivência, do ato de desvendar, atravessar foi possível enxergar os planos de composição (platôs) da fronteira. A autora, arquiteta, urbanista, cartógrafa ao adentrar nesse território munida de uma bagagem histórica, porém, aberta a multiplicidade, questiona: Como acontece a ocupação/vida urbana na linha de fronteira? Como e quem são as pessoas que se apropriam do lugar público da borda, da conexão das cidades fronteiriças? Assim, depois da leitura de uma extensa bibliografia ainda não está claro como as estruturas (morfológicas) associadas às vivências (sensíveis) – hospitaleiras⁵² – nas linhas fronteiriças das cidades-gêmeas Brasil-Uruguay criam possibilidades de dar novos sentidos aos espaços públicos dessas cidades?

Em função dessa problemática, o objetivo geral da pesquisa é analisar o uso do espaço público na linha de fronteira Brasil-Uruguay, definido pelas cidades-gêmeas⁵³, utilizando como metodologia a cartografia urbana sensível; com a intenção de mapear esses fenômenos urbanos próprios da contemporaneidade e contribuir para projetos futuros de políticas públicas integradoras e leituras mais heterogêneas de regiões fronteiriças.

conexões intermediárias. E a proposta rizomática como uma alternativa para um pensamento aberto, comunicante, desprendido de essências.

⁵¹ Um agenciamento, a partir da filosofia deleuze-guattariana, comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quando social, maquínica, gnosiológica, imaginária. Na teoria esquizoanalítica do inconsciente, o agenciamento é concebido para substituir o “complexo” freudiano.

⁵² Termo criado pelo filósofo Jacques Derrida (2003), quer dizer uma hospitalidade hostil. Como a relação entre Estado que hospeda o estrangeiro (hospitalidade), mas sob vigilância policial (hostilidade).

⁵³ A linha de fronteira Brasil-Uruguay se estende por 985 km desde a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguay a oeste até a foz do Arroio Chuí, ponto extremo Sul do Brasil. Abrange as seis cidades-gêmeas: Chui/BR - Chuy/UY, Jaguarão/BR - Rio Branco/UY, Aceguá/BR - Aceguá/UY, Santana do Livramento/ BR - Rivera/UY, Quaraí/ BR - Artigas/UY, Barra do Quaraí/ BR - Bella Unión/UY.

Este artigo é uma pequena parte, uma amostra da dissertação de mestrado, em andamento, na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Neste momento se expõe as perguntas e questionamento da pesquisa, a inovação metodológica e alguns resultados da cartografia nas cidades-gêmeas de Chuí/BR e Chuy/UY.

CARTOGRAFIA: O MÉTODO

Em um primeiro momento, a palavra cartografia (carta ou mapa escrito) sugere a confecção de mapas, técnica de representação de um espaço ou território, seja ele real ou ficcional, que deseja comunicar uma informação. O mapa é a tentativa de aproximação com a realidade, a inscrição, o registro de uma experiência que pode ser sentida em outras circunstâncias ou por outros sujeitos. A cartografia como método (para a filosofia, prática do conhecimento) não é um procedimento recente, desde a década de 60, os filósofos Deleuze e Guattari lançam uma nova maneira de apreender os acontecimentos em constante transformação. Em seus estudos sobre o sujeito, subjetividade e os processos de subjetivação, no campo da esquizoanálise, os autores perceberam que os métodos, até então conhecidos, não conseguiam dar conta da complexidade do tema. No entanto, no meio científico e acadêmico a prática dessa metodologia ainda é pouco explorada.

No Brasil o reconhecimento da cartografia como método de pesquisa iniciou em 2005 com a publicação das *“Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade”*, organizado por Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana da Escóssia. Um livro escrito por vários pesquisadores interessados em aprofundar, difundir, e, principalmente, reconhecer a cartografia como método de pesquisa. Em 2014 lançaram o segundo volume *“Pistas do método da cartografia. A experiência da pesquisa e o plano comum”* que além de complementar mais pistas sobre o método destacou a importância da análise cartográfica, desmistificando ser somente um procedimento de coleta.

Na prática, em uma pesquisa científica, os objetivos, as metas, as hipóteses são prontamente esclarecidas ao leitor. Enquanto que na cartografia, muitas vezes, não possui objetivos claros, metas definidas ou suposição de resultados. Entretanto, esse fato não significa a ausência de direcionamento metodológico, na verdade, a cartografia possui flexibilidade e efemeridade quanto as assertivas. Em consequência da escrita cartográfica ser aberta a quaisquer tipos de intervenções, fatores inesperados podem emergir e modificar o que previamente foi imaginado durante o processo. Logo, as modificações fazem parte do processo,

o diferencial da escrita rizomática é justamente essa acolhida de atravessamentos múltiplos que não se fecham a estereótipos consolidados.

Os mapas oficiais⁵⁴ carregam consigo importantes informações das cidades, como localização de edificações, bairros, ruas, além dos aspectos naturais do relevo, hidrografia, vegetação e uma infinidade de existências. Porém, esses mapas não conseguem dar conta de toda informação que pulsa e vai além de aspectos físicos, como os *afectos*, as sensações dos lugares que acolhem ou que repulsam e da singularidade de cada trajeto/caminhada. Esses e outros eventos ignorados por esses mapas oficiais podem ser complementados, ou melhor, sobrepostos por outros mapas desenvolvidos através da cartografia urbana sensível, do olhar, observar, da caminhada errante. Mapas que reconhecem e deixam registrados os múltiplos sentidos. Desse modo, a cartografia moldada para esta pesquisa é um agenciamento entre a filosofia da diferença de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997), o estudo sobre cartografias do desejo de Suely Rolnik e Felix Guattari (1986) e, por fim, as pistas cartográficas direcionadas pelo trabalho de Passos, Kastrup e Escóssia (2009). Em síntese, a cartografia urbana sensível contempla tanto o processo de deriva, uma caminhada errante, como a corpografia ao lançar o corpo-cartógrafo em um território a ser desbravado e, também, o pensamento aberto as subjetivações.

O mapa resultante dessa cartografia – uma mescla entre desenho, fotografia, *collage* e escrita – expressa uma cidade indizível, que não consegue ser apreendida (nunca representada) sem o olhar atento para os detalhes do cotidiano, da experiência na caminhada, nas cenas urbanas registradas, dos sons, cheiros e texturas. A pesquisa atravessa tanto territórios internacionais, como territórios subjetivos. Assim como é atravessada por diversos encontros com a literatura, arte, filosofia, arquitetura e pelo próprio reconhecimento.

FRONTEIRA: O CASO CHUÍ-CHUY

A fronteira não é susceptível a interpretação e muito menos representação. Para apreender a fronteira é preciso experimentá-la (SILVA, 2005). Logo, a fronteira nada mais é do que a diferença em si mesma, a fresta, o constante rompimento e construção. Lugar de ninguém e de todos ao mesmo tempo. Sem identidade fixa pode ser entendida como um “corpo sem órgãos”⁵⁵ (ou ainda um desejo de o ser) que se constitui em um eterno retorno da

⁵⁴ A expressão mapas oficiais foi retirada da Tese de doutorado, *Contramapas de acolhimento* por Celma Paese, 2016. Porto Alegre, RS

⁵⁵ O Corpo sem Órgãos é um conceito criado por Deleuze e Guattari explicito tanto na obra *O Anti-Édipo* como

diferença⁵⁶. A fronteira, metaforicamente, se apresenta como um rio em fluxo constante que nunca é o mesmo, está sempre em transformação. E, aquele que se adentra a esse rio e passa por um processo de subjetivação, quando sai dele nunca retorna como o mesmo, pois é na diferença que nos reconhecemos e também conhecemos o outro.

As proposições de Gilles Deleuze exaltam a fronteira como movimento, construção e produção, aproximando-se mais como abertura e atualidade do que como acabada, finalizada “no limite, só conta a fronteira constantemente móvel” (DELEUZE, 1997, p.27). Locais de mutação e subversão. Também são sítios de agitação e do excesso onde os “limites” são ultrapassados tornando então um espaço de ruptura - conflitante ou pacífica. A fronteira não preexiste, pois ela sempre é criada e recriada. Por isso não é somente mapa-espacial, mas abraça também relações, criações, pensamentos, configurando-se na arte, na ciência e nos lugares de possibilidades de todas as áreas, tempos e espaços.

Um território de fronteira é, por excelência, um território de devir. Devir não é evolução, uma linha cronológica, uma imprevisão de um futuro que pode ser possível. Na verdade, o devir ou o ‘por vir’ está fora de uma linearidade presente, é o inimaginável, o impossível.

“Um devir não é um nem dois, nem relação de dois, mas **entre-dois, fronteira ou linha de fuga**, de queda, perpendicular aos dois. Se o devir é um bloco (bloco-linha), é porque ele constitui uma zona de vizinhança e de indiscernibilidade, um no *man's land*, uma relação não localizável arrastando os dois pontos distantes ou contíguos, levando um para a vizinhança do outro, — e a vizinhança fronteira é tão indiferente à contiguidade quanto à distância” (DELEUZE, 1997, p. 80. Grifo da autora)

O devir como uma Zona de Experiência, lugar-não-lugar-comum de experimentação que seguindo a “lógica espectral” referida por Jacques Derrida (1994), uma experiência que não é nem inteligível nem sensível, nem visível nem invisível, mas que introduz uma dimensão do fantasmático dentro do político e contribui na compreensão da contemporaneidade.

Fronteira é acontecimento. “Se compararmos o acontecimento a um vapor nos prados, este vapor se eleva precisamente na fronteira, na dobradiça das coisas e das proposições” (DELEUZE, 1974, p. 20). A fronteira é o lugar da comunicação e articulação entre as coisas e

nos volumes de *Mil platôs*. Se refere a uma prática de desprendimento sempre revolucionária, a recuperação dos órgãos do organismo que foram capturados pelo capital. O CsO é a potência de existir, de tomar o próprio controle da vida e se desprender das armadilhas cotidianas.

⁵⁶ “O eterno retorno é o retorno distinto do ir, a contemplação distinta da ação, mas também o retorno do próprio ir e o retorno da ação, simultaneamente momento e ciclo do tempo” (DELEUZE, 1976, p. 20). Insuportável ideia de tudo se repetir da mesma maneira, daí vem o idêntico a identidade. A ideia de eterno retorno da diferença é o movimento cíclico da diversidade e diferença. É preciso buscar a diferença a vontade de potência.

as proposições, seja na linguagem (entre os verbos e os adjetivos), nas artes (entre o pensamento subjetivo e a obra), na arquitetura (entre a criação projetual e a materialidade) ou no próprio território de fronteira Internacional (entre eu e os outros) “Tudo se passa na fronteira entre as coisas e as proposições” (DELEUZE, 1974, p. 11).

Adentrando a materialidade de Chuí-Chuy nos deparamos com dois países, duas cidades, duas línguas e um canteiro central que demarca o início ou o fim de cada uma. Um marco morfológicamente plano que exhibe a infinitude ao direcionar o olhar para as extremidades. O mesmo pampa dividido por duas nacionalidades. As avenidas principais que constituem a linha de fronteira se presenteiam ao trocar os nomes. A avenida Brasil no Uruguaý e a Avenida Uruguaý no Brasil. Entretanto, o nome é somente um indício da interligação constante. A própria língua se modifica, o espanhol e português flutuam, colidem, se trocam e retomam com outro formato, o portunhol. Assim como os habitantes que não se consideram brasileiros ou uruguaios, mas sim fronteiriços.

As terras que no passado foram “neutras”, terras de ninguém e de todos ao mesmo tempo, hoje é símbolo de integração e mutualismo. Seria esse relacionamento espontâneo uma arma da máquina de guerra apresentada por Deleuze? Ou seria somente utensílios do aparelho do Estado com interesses políticos e econômicos? Talvez seja ambos, difícil discernir. Há resistência no contato afetivo, no contrabando, no atravessar os limites. Mas há também controle nas aduanas, a vistoria de documentos e as leis que barram circulações de alguns veículos e pessoas.

Ao olhar a fotografia aérea (Figura 1) a impressão é de uma cidade única. As ruas coletoras e locais de um país se encaixam com o outro em perfeita sintonia. O traçado xadrez é similar e as quadras também não se destoam. Mas é somente no processo da caminhada errante que é possível diferenciá-las em suas particularidades.

A ebulição se encontra na linha, literalmente uma linha que coincide com a rua. Interessante observar que o limite inicia com o curso do rio em um desenho sinuoso, mas em certo momento é puxada uma linha rígida que define o território de cada país. A sinuosidade do rio também pode ser percebida na diversidade encontrada. A linha que asfixia e a sinuosidade do rio que liberta. Parece mais fácil atravessar uma linha do que um rio sinuoso, no entanto a linha foi imposta e o rio se originou espontaneamente. Por mais que as cidades-gêmeas sejam “pacíficas” sempre haverá essa zona de indeterminação. Hoje podemos atravessá-las sem impedimento, amanhã, já não se sabe.



Figura 1 - Imagem aérea das cidades-gêmeas Chuí/Chuy. Fonte: Google Maps, 2018. Edição da autora.

Ao chegar na linha, o barulho e tumulto. Muitas pessoas circulando, lojas amontoadas de produtos, free-shops, vendedores ambulantes e variedade de carros estacionados. Muitos foram os olhares: dos clientes, dos lojistas, dos turistas, dos moradores e dos manequins (Figura 2). Multidão de manequins, diversos deles, adultos, crianças, sem cabeça, só com as pernas ou só com o tronco. Disputavam a calçada com os pedestres e possuíam um tom de ironia. Nessa linha o real e peso circulavam com intensidade. A linha comércio, a linha turística, a linha da agitação capital.

O errante não tem medo do acaso ou de se perder, e sim de aproveitar os erros e fugir da razão, da mesmice, em busca do inesperado. Saindo da zona turística - como proposto pelos projetos do italiano Francesco Careri - é necessário adentrar as duas cidades. A primeira atração é pelo distinto, logo Chuy (UY) direcionou os primeiros passos. Uma cidade tipicamente do interior, Igreja Matriz seguida da praça principal. Era uma manhã de dia ensolarado, movimento pacato dos moradores, alguns comprando os legumes na feira, outros passeando com os animais de estimação, outros chegando de viagem e outros partindo no corredor de ônibus estacionado na praça. Mais adentro o caráter residencial, casas simples e muito bem cuidadas. Curioso observar que a maioria das casas eram térreas e com pé direito mais baixo que o normal, além do predomínio do famoso estilo “casa do cachorro sentado”⁵⁷. Ruas largas, limpas e calçadas bem arborizadas (Figura 3).

⁵⁷ Expressão usada por alguns arquitetos e urbanistas referindo as casas com telhado de uma água escondido pela



Figura 02 - Fotografia dos manequins na calçada do Chuí/BR. Fonte: Eduardo Rocha, 2016.



Figura 3 - Montagem de fotos da caminhada pelo Chuy/UY e Chuí/BR. Fonte: Eduardo Rocha, 2016.

Na parte da tarde a caminhada se deu em solo brasileiro. As primeiras ruas, mais próximas da linha de fronteira, ainda possuíam um caráter mais comercial. Prédios de dois a três andares de uso misto se espalhavam pelas quadras. Porém, ao avançar para seu interior o cenário alterava, um aspecto de abandono e descuido. Construções abandonadas, prédios sem manutenção e o silêncio (Figura 3). Um vazio absoluto, mas que não transmitia sensação de

fachada da casa.

tranquilidade, e sim de medo. Pouco arborizadas e com lixo nas ruas a cidade refletia seu lado sombrio e obscuro.

Ao tentar descobrir onde ficava a praça da cidade as informações foram contraditórias, alguns indicavam um terreno baldio sem nenhuma infraestrutura. Enquanto outros mostravam a praça do trevo como sendo a principal, com um movimento intenso de carros e poucas pessoas. O lugar parecia isolado, a não ser por um casal de jovens que sentaram na grama em um descanso pós-compras.

A travessia entre as cidades Chuí-Chuy aconteceu no espaço público, entre ruas, praças e vazios urbanos a cartografia inscrevia. Tradicionalmente o espaço público é concebido como parte do território urbano de acesso universal, no entanto, não aborda somente a questão da acessibilidade coletiva como também de apropriação, seja em caráter social, econômico ou político. Em uma visão morfológica, a arquiteta e urbanista **Patricia Rodríguez Alomá** (2013) entende espaço público como os vazios urbanos conformados pelas linhas das edificações, geralmente ocupados por áreas verdes e por mobiliários urbanos que facilitam a informação, locomoção e pausas no deslocamento e permanência das pessoas no ambiente.

Outros tantos profissionais, de diversas áreas do conhecimento, como sociologia, filosofia, geografia também discutem o conceito e as implicações do espaço público. No entanto, o pensamento que mais se aproxima com esta pesquisa é do geógrafo Angelo Serpa (2004) que em uma visão contemporânea e crítica observa o espaço público como um espaço da ação política e propício para seu acontecimento. Desde a Revolução Industrial o cenário global sofre modificações, principalmente, na forma de construir e habitar as cidades. Em virtude da divisão de classes sociais e econômicas; da concepção do produto excedente e consequentemente o lucro; das relações econômicas capitalistas e novas concepções políticas, as cidades se tornaram grandes centros de consumo, “uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão” (LEFEBVRE, 1991, p.32). Com o avanço das tecnologias as distâncias físicas encurtaram, enquanto as distâncias sociais aumentaram. Tudo isso impacta no espaço público que recentemente está sendo palco de “privatizações invisíveis” – como o processo de gentrificação - sem nenhum, ou pouco contato com práticas efetivamente sociais.

Mas, ao mesmo tempo, é no espaço público que acontecem as rupturas urbanas, local explícito da segregação social e também campo das manifestações. A rua da publicidade comercial é a mesma que acolhe as denúncias de corrupção, abuso de poder e a luta pelas igualdades. O mesmo ocorre com as atividades dos parques/praças públicos, ora vendem uma

cultura mercadológica ora são os artistas de rua que se apresentam. O espaço público representa essa convivência dicotômica, o limiar entre a democracia e o despotismo. No caso das cidades gêmeas, quando conurbadas, a definição de espaço público é ainda mais difusa, lugares onde não se sabe ao certo a que país pertence e sob qual jurisdição respeitar.

Esta simples introdução de questionamentos quanto ao espaço público gera desconforto no próprio uso da palavra. Quando Certeau (1994) entende que lugar é prática, uso, transfere o conceito para o campo da fenomenologia. Nos estudos de Lineu Castello (2006) é perceptível a mudança conceitual do ‘lugar’ no Modernismo (funcionalista) e nas novas discussões contemporâneas (lugar como fenômenos cotidianos), “a compreensão de lugar como fenômeno passa vigorosamente a pressionar com cada vez maior intensidade as ponderações da intelectualidade arquitetônico-urbanística da época” (CASTELLO, 2006, p. 83).

Dito isso, uma releitura conceitual que permeia o entendimento de lugar e espaço se faz necessária, uma vez que essa pesquisa se propõe justamente a romper com estruturas e conceitos consolidados. A tentativa de desvendar o espaço público na contemporaneidade pode revelar outro sentido, o lugar público. E, é nesse lugar público descrito na travessia entre as cidades Chuí-Chuy que se encontra a potencialidade da fronteira, a coexistência do comércio formal, para-formal, informal e de contrabando; o encontro do brasileiro, uruguaio, árabe e turistas; a mescla de línguas e modos de falar; além de ser o palco do imprevisível. O lugar público dos encontros, falas, gestos, aberto a multiplicidade que ultrapassa o sentido de espaço público.

CONSIDERAÇÕES TEMPORÁRIAS

Durante a viagem pelas seis cidades-gêmeas, entre travessias, fotografias, diário de viagem, pensamentos flutuantes o material coletado tange o infinito. Assim, com a finalidade de agrupar os acontecimentos de maneira mais elucidativa, optou-se por qualificar em fronteiras rasas e fronteiras profundas⁵⁸, além de levar em conta as distintas arquiteturas de fronteira, por exemplo, as aduanas.

A denominação rasa e profunda aproxima do conceito de pele de Deleuze e Paul Váleriy (1974), pensando a pele como o órgão da sensibilidade, o tato, assim como sua característica porosa, a existência de uma superfície que se comunica com a camada mais profunda. Juhani

⁵⁸ O *insight* para esse agrupamento surgiu em uma conversa do grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Desse debate se originou o artigo “Arquitetura na Fronteira Brasil-Uruguay: hospitalidade e ética” publicado no I Venanparq (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) em 2016. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2005/S05-06-ROCHA,%20E;%20et%20al.pdf>>. Acesso: 02 de fevereiro de 2018.

Pallasmaa (2011) em sua obra “*Os olhos da pele. Arquitetura e os sentidos*” observa a importância do olhar periférico e da experiência dos lugares em contraposição com o olhar focal de uma visão hegemônica. Enaltece o tato como extensão de todos os outros sentidos: “nosso contato com o mundo se dá na linha divisória de nossas identidades pessoais, pelas partes especializadas de nossa membrana de revestimento” (PALLASMAA, 2011, p.10).

Dito isso, após o con(tato) com as cidades de fronteira, chamamos de fronteira rasa aquelas cidades-gêmeas que são divididas/unidas por uma rua e/ou praça, ou seja, fronteiras secas (Chuí-Chuy, Aceguá-Acegua e Santana do Livramento-Rivera). O raso significa a pouca profundidade, a superfície de contato, que não infere menos complexidade ou incompletude, pelo contrário, quer dizer que é uma superfície composta por algumas camadas em contato imediato e intempestivo. Raso pela facilidade da travessia.

Ao passo que, a fronteira profunda, inclui aquelas cidades-gêmeas que são divididas/unidas por uma ponte, fronteiras molhadas (Jaguarão-Rio Branco, Quaraí-Artigas e Barra do Quaraí-Bella Unión). Da mesma forma, a fronteira profunda significa sobreposição de várias camadas em um contato mais distante, porém não menos intenso. A profundidade não está diretamente relacionada com a intensidade, mas sim com o deslocamento das inter-relações. Profundo na dificuldade da travessia. A fronteira é formada por um corpo denso, sempre existirá camadas porosas que possuem mais ou menos conexão.

Observa-se a complexidade do lugar público na linha de fronteira, cada cidade-gêmea possui sua particularidade e expressa relações distintas com esse lugar indizível. O fato das cidades portarem ponte ou não, possuírem um desenho urbano contínuo ou descontínuo influem no uso/ocupação/apropriação do lugar. A cartografia das cidades de Chuí-Chuy – fronteira rasa - demonstra como a linha de fronteira é imanente e atrativa, mesmo quando as caminhadas errantes nos afastavam da linha o desejo do retorno era constante. Como um ímã sentimos atraído por aquela ebulição de acontecimentos e encontros, mesmo sendo um lugar visivelmente comercial e com deficitária infraestrutura urbana, percebe-se outras relações (*afectos e perceptos*⁵⁹) que motivam a permanência.

⁵⁹ Os perceptos e afectos são sensações, são seres, que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido. Os afectos são os devires não humanos do homem, algo que passa de um ao outro. Enquanto os perceptos são as paisagens não humanas da natureza, são seres de sensação que conservam em si a hora de um dia, o grau de calor de um momento. Ver mais em Boutang, P. A. (Diretor). *O abcdário Gilles Deleuze* [Filme Cinematográfico]. Paris, 2004

Ciente que as conclusões são temporárias, visto a instabilidade das fronteiras e do lugar público, a pesquisa lança pistas e rasga outras frestas com intuito de desestabilizar as estruturas e gerar novos questionamentos.

REFERÊNCIAS

ALOMÁ, Patricia Rodriguez. El Espacio Público, ese protagonista de la ciudad. Artigo online revista **ArchDaily Brasil**. Tradução de Gabriel Pedrotti. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>> Acesso em: 04 de março 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiaí, SP, Paco Editorial:2013.

BRAGA, Andrea da Costa. **A espacialização de trocas multiculturais em conturbações internacionais da Fronteira Brasil-Uruguay**. 2013. 567f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

CASTELLO, Lineu. **O lugar Geneticamente Modificado**. ARQTEXTO (UFRGS), v. 9, p. 76-91, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Vol.1.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. Vol.5.

DERRIDA, J. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DERRIDA, J. **Da hospitalidade**. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DORFMAN, Adriana e ROSÉS, Gladys Teresa Bentancor. Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande/MS : Ed. UFMS, 2005.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica – Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Editora Moraes. São Paulo, 1991.
- MARTIN, André Roberto. **Fronteira e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.
- MAZZEI, Enrique; SOUZA, Mauricio. **La frontera em cifras**. Melo: UDELAR, 2012.
- PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- PUCCI, Adriano Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. **Ubicación y espacio**. In: RATTEMBACH, Augusto Benjamin (Comp.). *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985.
- SANTOS, Milton. **O País Distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SERPA, A. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.
- SILVA, Luís Sérgio Duarte da. **O Conceito de Fronteira em Deleuze e Sarduy**. Dossiê: Caribe(s) Textos de História, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, v. 13, n. 1/2, 2005.
- STRUMINSKI, Edson. **Brasil e Uruguai, fronteiras e limites**. Ilhéus, BA: Editus, 2015.

DIREITOS LGBT E SINDICALISMO DOCENTE: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES GAYS MILITANTES NO ANDES-SN

LGBT RIGHTS AND TEACHING UNIONISM: PERCEPTIONS OF GAY MILITANT TEACHERS IN THE ANDES-SN

Luciano Pereira dos Santos
Doutorando em Educação/ PPGE/FaE/UFPel
lucianopereiraluciano@gmail.com

RESUMO

Considerando que as sexualidades e identidades são construções culturais e, buscando compreender como as organizações sindicais docentes têm incorporado o debate sobre identidade de gênero e orientação sexual e que espaços docentes LGBTs ocupam nos sindicatos da categoria, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir as percepções de professores gays, militantes no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, sobre a atuação da entidade na defesa dos direitos de docentes LGBT's. Fundado em 1981, o ANDES-SN conta hoje com quase 70 mil sindicalizadas/os de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica estando representado em todo o território nacional por meio de 121 seções sindicais. A pauta LGBT foi aprovada pelo sindicato em 2012 e as questões relativas à luta de docentes LGBT's estão integradas no GTPCEGDS – Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes ativistas LGBT's de seções sindicais de diversas regiões do país e para o diagnóstico dos dados empregou-se a análise temática de conteúdo. O estudo evidencia forte presença de preconceitos e discriminações em relação às orientações sexuais e identidades de gênero ocasionando a grande dificuldade encontrada por docentes LGBT's em consolidar as discussões sobre as diversidades sexuais enquanto políticas sindicais no âmbito do ANDES-SN.

Palavras-chave: Sindicalismo docente. Direitos LGBT's. ANDES. Docentes LGBT's. Políticas sindicais.

ABSTRACT

Considering that sexualities and identities are cultural constructions and, trying to understand how the union organizations of teachers have incorporated the debate about gender identity and sexual orientation and that spaces LGBTs occupy in the trade unions of the category, this work aims to present and discuss the perceptions of gay teachers, militants in the National Union of Teachers of Higher Education Institutions, about the agency's performance in defending the rights of LGBT teachers. Founded in 1981, ANDES-SN now has nearly 70,000 union members from higher education institutions and basic, technical and technological institutes, and is represented throughout the country through 121 union sections. The LGBT agenda was approved by the union in 2012 and issues related to the struggle of LGBT teachers are integrated into the GTPCEGDS - Policy Group on Ethnic-racial, Gender and Sexual Diversity Issues. Semi-structured interviews were carried out with LGBT activist teachers from trade union sections from different regions of the country and the thematic content analysis was used to diagnose the data. The study evidences a strong presence of prejudices and discriminations regarding sexual orientations

and gender identities, causing the great difficulty encountered by LGBT teachers in consolidating discussions on sexual diversity as trade union policies within the scope of ANDES-SN.

Keywords: Teaching unionism, LGBT's Rights, ANDES, LGBT's Teachers, Trade union policies.

SOBRE PROFESSORES LGBT'S NOS SINDICATOS: NEM A CIÊNCIA AINDA QUIS SABER - INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, nas últimas décadas, vem colocando em pauta no campo dos direitos humanos, o debate sobre identidade de gênero e orientação sexual. Essas questões têm conquistado espaço em diversos cenários como política, educação, mídia e movimentos sociais. No que concerne ao âmbito político, à discussão sobre identidade de gênero e diversidade sexual tem sido palco de plataformas de campanhas eleitorais e alvo de intensos e acirrados conflitos entre parlamentares (SANTOS, 2016), tanto é que, em 2015 figurou no cenário das políticas educacionais o debate sobre a inclusão ou exclusão dos termos diversidade sexual e identidade de gênero no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais de Educação (CNTE, 2015).

No campo científico, há tempos tem sido objeto de investigação das ciências biológicas e, nas últimas décadas, é notório o crescimento de estudos sobre gênero e sexualidades entre as/os pesquisadoras/res das ciências humanas e sociais enquanto que especificamente no âmbito educacional, essa temática vem concentrando-se nas questões referentes à presença marcante da LGBTfobia no ambiente escolar, no despreparo do professorado para tratar do assunto, na necessidade de inclusão do tema na formação inicial docente, nos cursos de formação continuada e nos currículos escolares (FERREIRA; SANTOS, 2014).

As discussões em pauta até então, no campo da produção científica sobre sindicalismo docente, não tem contemplado a reflexão sobre como essas questões interpelam docentes LGBT's – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Se por um lado a produção acadêmica sobre sindicalismo docente no Brasil tem crescido nos últimos anos, por outro a maioria dos estudos tratam das questões referentes à luta salarial e às condições de trabalho. A docência é um campo de trabalho ocupado majoritariamente por mulheres, no entanto, até mesmo estudos que abordem as relações de gênero e sindicalismo docente ainda são escassas. Coronel (2014) ao analisar a produção acadêmica na pós-graduação sobre gênero e sindicalismo docente encontrou no Banco de Teses CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no período que compreende os anos de 1987 até 2011, apenas seis

dissertações e duas teses que tratam das relações gênero em sindicatos de trabalhadoras/es em educação (CORONEL, 2014, p.48). Do mesmo modo que a pesquisadora Coronel, realizei no mesmo banco de dados (Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES) buscas por produções que abordem sindicalismo docente e as temáticas sobre diversidade sexual, identidade de gênero e orientação sexual compreendendo o período de 1987 até 2017 e nenhum estudo foi encontrado. Consultei ainda os anais das reuniões nacionais da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) entre os anos de 2004 até 2017 (27ª à 38ª Reunião) - considerando trabalhos, pôsteres, minicursos e trabalhos encomendados dos 24 GT's (Grupos de Trabalho) e novamente não encontrei nenhum estudo sobre o sindicalismo docente e as temáticas das sexualidades.

Pode-se constatar assim, ao verificar as produções, a inexistência de estudos que tratem das questões da diversidade sexual e identidade de gênero em sindicatos docentes. Ferreira (2010) define sindicato docente como

Associação de caráter voluntário, sem fins lucrativos, cujo objetivo é organizar e representar o professorado (sócios e não-sócios) na defesa de interesses individuais e coletivos, particularmente quanto à melhoria das condições e valor do trabalho e das condições de ensino, mas também em relação à implantação de políticas educacionais (com suas consequências para a organização do trabalho e a qualidade da educação) (FERREIRA, 2010, p.1).

Ao refletir sobre o objetivo dos sindicatos docentes de representar e defender os interesses do professorado, tendo como uma das suas particularidades lutar pela melhoria das condições de trabalho e considerando que a LGBTfobia que assola as instituições educacionais faz com que docentes LGBT's enfrentem preconceitos e discriminações em relação a identidade de gênero e orientação sexual no ambiente trabalho, suscita-me a inquietação de entender como essas organizações têm atuado na defesa dos direitos de docentes LGBT's.

Considerando que as sexualidades e identidades são construções culturais e, buscando compreender como as organizações sindicais docentes têm incorporado o debate sobre identidade de gênero e orientação sexual e que espaços docentes LGBTs ocupam nos sindicatos da categoria, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir as percepções de professores gays, militantes no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, sobre a atuação da entidade na defesa dos direitos de docentes LGBT's.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas compondo o corpus de análise as falas de oito professores gays de seções sindicais de diversas regiões do país que participaram do Seminário Nacional Integrado do GTPCEGDS - Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual - que ocorreu na

cidade de Pelotas/RS entre os dias 24 e 26 de agosto de 2017. De acordo com Minayo (1993) a entrevista semiestruturada é: “a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas, e símbolos [...] e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.” (MINAYO, 1993, p.109). Para o diagnóstico dos dados empregou-se a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1979) é conceituada como:

um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

O objetivo da análise de conteúdo é “[...] ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (MINAYO, 2004; p. 203).

DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO – O SURGIMENTO DO ANDES-SN

De acordo com Martins (2002), com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, funda-se as primeiras escolas de ensino superior. Os primeiros cursos eram de medicina, direito, engenharia e agronomia. Embora tenha surgido no início do século XIX, conforme discorrem Borges e Lemos (2011), são os docentes do ensino primário os precursores das organizações docentes, adotando o modelo associativo.

O associativismo docente é um fenômeno que se desenvolve no Brasil no início do século XIX, fundamentalmente a partir da segunda metade dos 1800, com características essencialmente mutualista e implementado por professores do ensino primário. Este é um traço comum na organização docente: a preponderância dos professores de instrução primária, no momento em que as associações se organizam tendo por base o grau de ensino. São os professores de primeiras letras os impulsionadores do associativismo docente, fato talvez explicável pela precariedade das condições em que tal prática era desenvolvida (BORGES; LEMOS, 2011, p.227).

A partir de 1870 houve um aumento no número de associações, cujo modelos variavam entre beneficentes e de auxílio mútuo, de caráter corporativo ou de cunho científico, podendo, inclusive, uma mesma organização possuir todos esses. Nesse período as associações de perfil profissional começam a ter predominância, no entanto as organizações docentes da época tinham uma curta duração (VICENTINI; LUGLI, 2011, p.174-175). Sobre a educação nesse período Dal Rosso e Lúcio destacam que

Ao final do Império e começo da República, a educação, sobretudo centrada no saber ler e escrever, era privilégio das elites e de pequenos círculos que a rodeavam. Sendo a educação restrita, o assalariamento dos docentes precário, as reações dos governos contrárias a qualquer forma de organização defensiva dos docentes, um bom número

dos professores vinculados a instituições confessionais, tais condições estruturais dificultavam a organização associativa e sindical dos docentes (DAL ROSSO; LÚCIO, 2004, p.119).

Rêses (2008), ressalta que as associações docentes tinham um caráter assistencialista e de auxílio mútuo prestando assistência financeira para atender problemas de saúde e/ou de invalidez, serviços jurídicos e, ainda, promovia cursos de aprimoramento para o professorado. Nos anos de 1930, as associações ampliaram suas funções e procuravam também zelar pelos direitos funcionais, promover atividades recreativas, bailes, excursões. O movimento docente que antecede ao ano de 1945 é nomeado por Dal Rosso e Lúcio como período pré-associativismo e pré-sindical. Sobre a estrutura e a atuação das associações nesse período, o autor e a autora esclarecem que

As associações profissionais são uma forma pré-sindical, frequentemente de caráter assistencial, que busca atender a interesses profissionais da categoria de professores. Na defesa dos interesses profissionais, não raro, as associações vêm-se obrigadas a levar a frente reivindicações tipicamente sindicais, planos de carreiras, sistemas de aposentadorias. Elas não conseguem, todavia, empregar os meios mais fortes de pressão, como as manifestações públicas e as greves, em função de uma consciência presa à noção de categoria profissional (DAL ROSSO; LÚCIO, 2004, p.119).

Compreendendo os anos entre 1945 e 1975, no período associativo a categoria docente se organizou em associações, mas a formação de sindicatos era proibida pelo Estado. Dal Rosso e Lúcio enfatizam que nas primeiras convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizadas logo após a Segunda Guerra Mundial nos anos de 1947, 1948 e 1949, cujos princípios gerais era a questão da liberdade sindical, medidas que visavam garantir à categoria docente o direito à organização sindical foram reforçadas, uma vez que as demais categorias de trabalhadores já tinham esse direito garantido. “Essa particularidade denota a dificuldade de instalação de uma rede de proteção ao trabalhador docente” (2004, p.117). A adoção de instrumentos de reforço ao direito de organização sindical docente evidências que o reconhecimento dos direitos não implica, necessariamente, em sua aplicação (DAL ROSSO; LÚCIO, 2004, p.117).

Da mesma forma que os sindicatos operários, a motivação para a organização dos trabalhadores docentes é a luta por melhores condições de trabalho e salários, no entanto, diferentemente dos trabalhadores dos outros setores que estão ligados à produção material, o trabalho docente, conforme elucidam Dal Rosso e Lúcio, está calcado na especificidade da ação pedagógica, o que lhe atribui um fundamento a mais no que concerne ao direito de organização sindical dessa categoria.

Os docentes não estão envolvidos diretamente na produção da vida material da sociedade. Eles estão envolvidos no trabalho intelectual e afetivo de formação de cabeças. São os agentes principais da socialização secundária da sociedade. Contribuem para o crescimento pessoal e social dos indivíduos e para reproduzir os valores mais importantes e desejáveis da sociedade, entre os quais os da liberdade e dignidade humana. Por meio da organização sindical, os docentes não apenas defendem seus direitos. Eles perpetuam, através das gerações, o princípio de que é importante que os trabalhadores se associem para autodefender-se e para promover o desenvolvimento humano (DAL ROSSO; LÚCIO, 2004, p.116).

As primeiras associações do professorado do ensino superior surgem na década de 1960. A primeira foi a Associação de Docentes da Universidade Federal do Paraná (ADUFPR) criada no 1960 e em 1963 fundou-se a Associação de Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ADUFU). Logo depois, mesmo com o golpe militar de 1964 e a ditadura instaurada no país, várias associações foram criadas para representar a os professores do ensino superior com objetivo de defender a categoria e lutar pela democratização do país. Com a participação de 27 associações, em fevereiro de 1979 ocorreu em São Paulo o I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, (I ENAD). Em Salvador, no mesmo ano, foi criada a Coordenação Nacional das Associações dos Docentes do Ensino Superior (CONAD). Em João Pessoa, em 1980 foi realizado o II ENAD. E, em 1981, em Campinas aconteceu o III ENAD e em seguida o I Congresso Nacional de Docentes Universitários, que teve a participação de 67 Associações de Docentes, 317 delegados inscritos, 287 delegados credenciados. Nesse Congresso foi criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES. A ANDES tinha como principais bandeiras de luta a participação ativa nos movimentos por eleições diretas para Presidente da República e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte; e quanto as lutas da categoria docente, reivindicava um novo plano de carreira; reajuste salarial semestral; revogação do Decreto-Lei nº 6.733/79 que interferia na autonomia das universidades. A ditadura militar durou 21 anos e nesse período as liberdades individuais, a existência de movimentos sociais, o respeito aos direitos humanos foram fortemente reprimidos e, tendo por justificativa a “segurança nacional” ocorreram torturas, desaparecimento de presos políticos, censura e fechamento do Congresso Nacional. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o funcionalismo público conquista o direito à sindicalização e, então, em novembro do mesmo ano a ANDES realiza o II Congresso Extraordinário e constitui-se juridicamente como Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, no entanto, mantém a sigla ANDES como forma de preservar a história construída pela associação acrescentando as letras iniciais das palavras sindicato nacional no final. Surge assim o ANDES-SN (MAUES, 2015 p.255-256).

Segundo informações disponíveis em seu site na internet, o ANDES-SN conta hoje com quase 70 mil sindicalizadas/os de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional por 121 seções sindicais. Sua estrutura organizacional é composta por uma diretoria central com sede em Brasília contendo os cargos de presidente, 1º, 2º e 3º vice-presidentes; secretário geral, 1º, 2º e 3º secretários; 1º, 2º e 3º e tesoureiros, 12 diretorias regionais com 2 vice-presidentes; 2 vice-secretários; 2 vice-tesoureiros cada uma. As seções sindicais são organizadas por local de trabalho e cada uma delas possui diretoria própria com presidente 1º, 2º vice-presidentes, secretário geral, 1º, 2º secretários; 1º, 2º e 3º e tesoureiros.

A pauta LGBT passou ser incorporada pelo ANDES-SN em 2012, após aprovação em seu Congresso Nacional realizado na cidade de Manaus/AM. Hoje, as questões relativas à luta de docentes LGBT's no âmbito do sindicato estão integradas no GTPCEGDS – Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual.

AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS COMO PRODUTORAS E REPRODUTORAS DA HOMOFOBIA

O termo homofobia foi cunhado na década de 1970 e tinha como significado original o medo expresso por pessoas heterossexuais de estarem na presença de pessoas homossexuais, de lá para cá o conceito passou por muitos questionamentos e significações diferentes (PRADO, 2010). Neste texto, a homofobia será entendida, de forma sucinta, como preconceito e discriminação voltados às pessoas LGBT's. Conforme Borrillo (2015):

Os elementos precursores de uma hostilidade contra lésbicas e gays emanam da tradição judaico-cristã. [...] Por sua vez, o cristianismo, ao acentuar a hostilidade da Lei judaica, começou por situar os atos homossexuais – e, em seguida, as pessoas que os cometem – não só fora da Salvação, mas também e, sobretudo, à margem da Natureza. O cristianismo triunfante transformará essa exclusão da natureza no elemento precursor e capital da ideologia homofóbica. Mais tarde, se o sodomita é condenado à fogueira, se o homossexual é considerado um doente suscetível de ser encarcerado ou se o perverso acaba seus dias nos campos de extermínio, é porque eles deixam de participar da natureza humana. A desumanização foi, assim, a *conditio sine qua non* da inferioridade, da segregação e da eliminação dos “marginais em matéria de sexo” (BORRILLO, 2015, p.43-44).

A igreja cristã, ao condenar a homossexualidade, promoveu a heterossexualidade monogâmica como norma, e para isso passou a pregar que as relações homossexuais eram um dos pecados mais graves, tais como o canibalismo, a bestialidade ou ingestão de imundices. Essa visão passou a influenciar na maneira como as pessoas com orientação homossexual

passaram a ser tratadas, e, segundo Borrillo (2015), foi se constituindo como uma prática homofóbica. Segundo Borrillo (2009), uma das primeiras formas de violência contra gays e lésbicas é caracterizada por um sentimento de medo, aversão e repulsa. Para o autor, trata-se de uma verdadeira manifestação emotiva, espécie de fobia comparável à apreensão de estar em espaços fechados (claustrofobia) ou diante de certos animais (zoofobia):

Eis o sentido original dado ao termo “homofobia”; entretanto, este se mostrou extremamente limitado, não abrangendo toda a extensão do fenômeno. De fato, essa forma brutal de violência resulta unicamente de uma atitude irracional que encontra suas origens em conflitos individuais. Outras manifestações menos grosseiras, mas não menos insidiosas, exercem suas violências cotidianamente. (BORRILLO, 2009, p.20)

O termo homofobia aparece pela primeira vez em 1971 nos Estados Unidos, mas somente ganha visibilidade nos dicionários europeus na década de 90. Muito mais do que um “simples” sentimento de aversão/rejeição à homossexuais, este fenômeno é marcado pela exclusão e segregação, pela via da violência- física e verbal, por meio de piadas e ridicularizações das pessoas que não vivem sob a norma heterossexual predominante na sociedade. Tais atitudes evidenciam um receio em tornar aceitável outras formas de se relacionar. “Aceita na esfera íntima da vida privada, a homossexualidade torna-se insuportável quando reivindica publicamente sua equivalência à heterossexualidade. A homofobia é o medo de que essa equivalência seja reconhecida” (BORRILLO, 2009, p.18). Conforme nos elucidou o autor, para além do medo e aversão a homossexuais, existem outras formas de homofobia já que o fenômeno é plural e complexo. Existe o que ele chama de “homofobia geral” que se configura como uma discriminação pelo indivíduo demonstrar, ou em se atribuir qualidades (ou defeitos) a pessoas que possuem características tradicionalmente pertencentes ao sexo/gênero oposto. Esta ocorre quando homens, por exemplo, apresentam características consideradas pertencentes ao universo feminino. A “homofobia individual” que estaria relacionada a uma forma de intolerância específica a gays e lésbicas e teria seus desdobramentos na utilização de termos como “gayfobia” e “lesbofobia”. Esta última, para o autor, teria sua especificidade em demarcar um duplo preconceito, contra o gênero feminino e contra a sexualidade. “A lésbica sofre uma violência particular advinda de um duplo menosprezo, pelo fato de ser mulher e pelo de ser homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula discriminações contra o sexo e contra a sexualidade” (BORRILLO, 2009, p.23). Ainda nesse mesmo sentido, é necessário distinguir a homofobia afetiva, que Borrillo (2009) ressalta como de caráter psicológico e que em seus discursos condena a homossexualidade como algo inaceitável, da homofobia cognitiva que ele explica como sendo a que atua no campo social e que se encarrega de perpetuar as diferenças entre heterossexualidade e homossexualidade, como ocorre, por exemplo, quando se nega

direitos civis à casais homossexuais que são totalmente aceitáveis e inquestionáveis à casais heterossexuais como é o caso do casamento civil e o direito à adoção. A homofobia está presente nos mais diversos grupos sociais, nas diferentes faixas etárias, em distintas profissões, locais, etc. No ambiente escolar, assim como em outros lugares, a homofobia aparece nos discursos docentes, nas piadas de alunos e alunos, nas posturas de funcionários, etc. (LOURO, 2007).

Historicamente as instituições educacionais são instituições normativas, comprometidas em manter a ordem social hegemônica vigente – a heteronormatividade. Tal conceito foi criado por Michel Warner em 1993 (DINIS, 2011) para descrever a norma que toma a heterossexualidade como universal e os discursos que descrevem a situação homossexual como desviante. A heterossexualidade é tida como “normal”, “natural” e “universal”. Por conseguinte, outras formas de sexualidade são tidas como anormais, sendo percebidas como desvio, aberração, anomalia, crime, doença, imoralidade, amoralidade, perversão, pecado, etc. (Louro 2007) O padrão heteronormativo molda nas instituições escolares as condutas dos discentes e dos docentes. Treinar os estudantes para o cumprimento das regras e enquadrá-los nos padrões sociais, é um dos atributos da escola (Ferreira e Santos, 2014). Desse modo, as instituições educacionais transmitem e constroem conhecimentos ao passo que reproduzem padrões sociais, consolidam e perpetuam valores e, constituem e constroem sujeitos, legitimam relações de poder, hierarquias e processos de acumulação. Atua como um aparelho disciplinador e mantenedor da norma (Junqueira, 2009a). Nelas estão presentes as diversas formas de expressões das sexualidades. Em uma visão geral “**sexualidade** é o conjunto de processos sociais que produzem organizam a expressão do desejo e o gozo dos prazeres corporais, orientados a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, ou a si mesmo/a” (Carvalho, Melo e Ismael, 2008, p.1). Nas instituições educacionais, bem como em outros lugares, a homossexualidade é encarada como “contagiosa”, o que promove, conseqüentemente, a exclusão dessas pessoas, uma vez que a aproximação pode ser compreendida como uma identificação a tal identidade, o que vem a reforçar a marginalização desse grupo (Louro 2007). O ambiente escolar se apresenta como hostil/ intolerante e violento em relação a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT’s), configurando-se, por muitas vezes, como espaço de produção e reprodução da homofobia (Junqueira, 2009b).

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES GAYS MILITANTES NO ANDES-SN

Nesse bloco são apresentadas e discutidas algumas falas de oito professores gays, militantes em seções e regiões distintas. Os sujeitos da pesquisa foram entrevistados individual e separadamente e, no tratamento dos dados para preservar a identidade e anonimato dos informantes, foram codificados por letras. Os entrevistados relatam suas percepções quanto a homofóbica que sofrem no ambiente de trabalho, bem como no sindicato. De maneira geral tecem considerações sobre como o ANDES-SN tem conduzido a pauta LGBT.

Relações de e no trabalho – homofobia na universidade

*“O meu contato maior é com minhas colegas de trabalho – porque **tenho dificuldade de trabalhar com homens**” (A). “Eu tenho uma resistência grande de dar aulas nos cursos de engenharia porque são praticamente só homens. **Sabe né? Homens são homofóbicos.** (...) Na Universidade, é por isso que não quero dar aula pro pessoal da civil, pela mesma coisa: **a gente ouve piadinhas no corredor**” (B). “Eu sou professor da Engenharia de Alimentos – predominância de mulheres – alunas e professoras. Isso é bom porque **é menos violento pra mim porque minhas colegas e alunas são mulheres**” (C). “**A diretora da minha unidade me chamou na sala e me disse: Fulano, vou falar como tua amiga, você era tão discreto, não precisava sair do armário não, precisa ser tão escancarado como o Beltrano? Depois quando mexerem contigo não adianta vir aqui reclamar**” (D).*

As falas descritas acima apresentam o ambiente universitário como homofóbico. A universidade, enquanto instituição, aparece como dispositivo de vigilância e regulação das sexualidades, comprometida com a manutenção da supremacia da heterossexualidade como norma hegemônica. As dificuldades e resistências de relacionarem-se com colegas de trabalho e alunos heterossexuais do sexo masculino fundam-se nos preceitos difundidos na sociedade que estabelecem uma superioridade moral da masculinidade heterossexual sobre a masculinidade homossexual, impondo uma relação de assujeitamento, hierarquizando os homossexuais como subcidadãos, mantendo a perpetração de formas explícitas ou sutis de violência. A Intolerância e hostilidade que sofrem são evidenciadas nos relatos ao enfatizarem que homens heterossexuais são homofóbicos, ao mencionarem as piadas de corredor e ao confidenciarem que a relação com mulheres é menos violenta indicando que as relações com homens heterossexuais são permeadas por violências morais e simbólicas. O relato da fala da diretora denuncia o assédio moral que docentes homossexuais estão compelidos a passar no trabalho, a imposição da normatização na lógica heterossexual fica explícita na atribuição de culpa ao próprio professor gay pela homofobia que sofre no ambiente de trabalho. A culpabilização é utilizada como processo de negociação do ocultamento da orientação sexual do professor e, poderá ainda, servir como justificativa para a inoperância, silenciamento e

indiferença da direção, caso o docente venha sofrer violência homofóbica na universidade. Esses apontamentos nos possibilita inferir que o ambiente acadêmico, *locus* da produção científica, tem ao longo de sua existência, em maior ou menor grau, reproduzido padrões sociais vigentes, consolidado e perpetuado os valores da norma heterossexual na constituição e construção dos sujeitos.

Homofobia no Sindicato

“No Sindicato, quando entrei, logo ouvia muitas falas homofóbicas... de forma que no início eu pensava: como eu vou fazer parte de um sindicato desses?” (A). Por diversas vezes meus colegas do sindicato tentaram me constranger fazendo piadas ou perguntando pelas minhas namoradas. Nesses momentos eu me afirmava como gay dizendo do meu namorado” (D). “Já sofri muitas atitudes preconceituosas: piadas homofóbicas, piadas machistas, principalmente dos meus colegas do sindicato – já me chamaram de bichinha! Já fui excluído de discussões onde só participavam homens...” (E). “Sabe, lá na minha cidade [...] eu não vou mais no sindicato. Eu não vou porque tenho medo de apanhar. Já fui ameaçado! Olha lá no nordeste a coisa não é fácil. A gente é discriminado na universidade pelos alunos, pelos colegas e pelo sindicato. Depois eles ficam fazendo discursos de inclusão das minorias. Inclusão só se você não é gay, porque se for, leva é porrada. Tem dois representantes da minha seção aqui no seminário, que vieram com o dinheiro do sindicato. Eles não falam comigo e com nenhum viado que tá aqui. São contra a pauta LGBT. Eu vim com meu dinheiro, paguei do meu bolso. Porque a gente faz assim ou nunca vai mudar (G). “Lésbica não tem. Aqui na nacional só conheço uma, mas não veio dessa vez. Quer dizer, professoras lésbicas nas universidades têm. Elas não estão é no sindicato. As mulheres têm preconceito. Tem preconceito de gay, mas toleram, mas lésbicas elas não aceitam” (F),

Os relatos sobre a ocorrência de homofobia no sindicato são ainda mais enfáticos. A violência homofóbica é caracterizada pela repulsa, aversão, rejeição e exclusão. Ultrapassa da violência moral verbal para a ameaça de violência física. As falas configuram o sindicato como um espaço onde a homossexualidade não é aceita e sim parcamente tolerada. É importante esclarecer que, na maioria das vezes, os entrevistados se referem as suas seções sindicais. Os depoimentos de exclusão nos levam a intuir que a homossexualidade nesse espaço é entendida como contagiosa, a pessoa que parecer simpática ou não se posicionar contrária poderá ser acusada de ser gay ou lésbica. É possível suspeitar que parte das pessoas nesse ambiente consideram sujeitos homossexuais como perigosos, predatórios e contagiosos. A não aceitação da lésbica configura o duplo preconceito mencionado por Borrillo (2009), a discriminação contra o sexo e contra a sexualidade. Assim como a universidade, também é possível depreender que as falas tipificam o sindicato como um espaço disciplinador, regulador e mantenedor da norma heterossexual.

A pauta LGBT no ANDES-SN

“Até 2011 tinha muita dificuldade em avançar no debate – já haviam ocorrido dois seminários sobre negritudes e três sobre mulheres e nenhum sobre LGBT’s” (H). “A pauta LGBT foi aprovada em 2012 no CONAD em Manaus, mas a gente articulou por fora, escondido e ganhamos de assalto porque eles não esperavam a proposta, foi no susto e tentaram impedir e tivemos que ganhar no grito” (A) “Para aprovar na plenária, não pôde ser o 1º seminário LGBT do ANDES Teve que ser I Seminário Nacional sobre Diversidade Sexual do ANDES, eu sei que teve uma disputa para colocar a diversidade sexual bem longe do nome ANDES pra não.... porque o Andes não tem viado, entendeu? Não, no ANDES não tem bicha! Foi isso que disseram” (C). “Avançamos em 2012 quando a gente fez o 1º Seminário sobre Diversidade Sexual. Só que entre 2012 e 2013 a pauta estava avançando, mas parece que isso despertou um certo medo, um certo pavor entre as lideranças mais históricas do Sindicato, mais conservadora. Um receio de se perder sindicalizados, porque senti que havia um certo medo, um receio da pauta LGBT avançar (...) é comum a gente escutar que sindicato não é lugar de viado” (C). “Na coordenação nacional não tem nenhum LGBT, mas a gente pressiona para poder discutir. Na seção é pior que na nacional” (F).

Os trechos acima relatam as dificuldades de inserção da pauta LGBT no sindicato. Se por um lado demonstram os enfrentamentos, a persistência e a articulação dos docentes LGBT’s para a conquista de espaço, por outro evidencia o preconceito e a homofobia institucional. As tentativas de silenciamento e as ofensivas homofóbicas, os repetidos relatos de diferentes entrevistados de que ouvem constantemente que *“sindicato não é lugar de viado”* e o impedimento do avanço da pauta por medo de perder associados sinaliza que a entidade, nas suas mais variadas instâncias – principalmente nas seções sindicais locais – não compreende as/os docentes LGBT’s como sujeitos detentores dos mesmos direitos que docentes heterossexuais. Provoca-nos a impressão de que institucionalmente docentes LGBT’s são tidos como subcidadãos, sujeitos menores e por isso com menos direitos. Nessa perspectiva, facultamos a percepção de que conformidade com a norma heterossexual é um dos atributos para a garantia da legitimidade e importância no espaço institucional.

Alguns apontamentos a partir das falas dos entrevistados

Para além das falas apresentadas, os relatos coletados nas entrevistas salientam que nas seções a pauta LGBT circula com muita dificuldade. Segundo os pesquisados, em grande maioria as seções não cumprem os acordos estabelecidos no Congresso anual de avançar com a pauta e, ainda, não financiam viagens para docentes LGBT’s participarem das atividades do GTPCEGDS. Declaram a existência de uma política implícita de não fortalecer, de não fomentar as questões LGBT. Afirmam também que não há vontade política das diretorias regionais de fortalecer as discussões nas seções. Informam a existência de muitos docentes

LGBT's que ocultam a sexualidade no âmbito do sindicato – tanto nas seções locais, quanto nas regionais e também na nacional - por medo de serem estigmatizados e com isso não militam pela causa na entidade e não fortalecem o movimento. Discorrem ainda sobre as dificuldades de ocupar cargos diretivos, geralmente quando se candidatam os apoiam são escassos e sofrem ameaças de desfiliação de associados caso sejam eleitos.

O que é preciso para a pauta LGBT avançar

Os entrevistados consideram que para a pauta LGBT avançar é preciso primeiramente que o ANDES -SN se conscientize e reconheça a existência de docentes LGBT's nas Universidades e a forte homofobia que assola o sindicato: **conscientizar para reconhecer, reconhecer para mudar**. De acordo com os depoentes, é preciso, ainda, que o sindicato tenha uma política de acolhimento e que promova companhias voltadas à participação de docentes LGBT's na entidade. Para avançar a pauta docentes LGBT's precisam ocupar cargos de liderança. Sobretudo, salientam a necessidade de compromisso político tanto das seções locais, quanto das regionais e da nacional, mas também da base. Por fim, destacam que é preciso ter LGBT no sindicato e também compromisso político: não adianta um sem o outro.

A ANÁLISE DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das falas evidencia forte presença de homofobia na estrutura organizacional do ANDES-SN, manifestada em caráter de violência simbólica causando o assujeitamento moral e social dos docentes LGBTs. Depreende-se que a pauta LGBT ainda não está consolidada como política sindical. Por pressão da militância LGBT, nos últimos anos, o debate tem sido provocado, algumas ações tem sido implantadas e a temática tem figurado em alguns eventos da direção central, no entanto, não a pauta não está sedimentada politicamente e, ainda não se replica nas seções. Das 121 seções do ANDES-SN, as discussões sobre as diversidades sexuais, de maneira incipiente tem alcançado apenas sete.

Para finalizar retomo os escritos de Dal Rosso e Lúcio (2004) onde autor e autora distinguem o sindicalismo docente das demais categorias. Os docentes, informam eles, trabalham com a formação de ideias para o crescimento pessoal e social reproduzindo valores dentre os quais estão a liberdade e dignidade humana. “Por meio da organização sindical, os docentes não apenas defendem seus direitos. Eles perpetuam, através das gerações, o princípio de que é importante que os trabalhadores se associem para autodefender-se e para promover o desenvolvimento humano” (DAL ROSSO; LÚCIO, 2004, p.116). Enfatizo a importância e

urgência dos sindicatos refletirem sobre a especificidade do trabalho docente. A docência trabalha com formação humana e é preciso que as organizações sindicais docentes empreendam ações de combate a LGBTfobia, tanto dentro quanto fora das entidades e promovendo políticas sindicais em favor da igualdade de direitos entre os gêneros e que combatam a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. O “sangue quente” que anima a classe. A luta dos professores públicos primários da corte imperial. In: **Associativismo e sindicalismo em educação** – organizações e lutas. Sadi Dal Rosso (org.). Brasília: Paralelo 15, 2011.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia** – história e crítica de um preconceito. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BORRILLO, Daniel. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual In: LIONÇO, Tatiana. **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio** / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.p. 47-72.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; MELO, Rosimary Alves de; ISMAEL, Eliana. Atividades com o corpo na educação infantil: limites da ação e formação docente. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis. 2008. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST53/Carvalho-Melo-Ismael_53.pdf. Acessado em 28/08/2017
- CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Gênero e diversidade sexual na escola: a CNTE apoia os movimentos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.9, n.16, p. 187-194, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/493>. Acesso em: 10 out. 2015.
- CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação. 2014. 120f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- DAL ROSSO, Sadi e LÚCIO, Magda. O sindicalismo tardio na educação básica no Brasil. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -ANDES. Ano XIV. Junho/2004, Nº 33, p. 113-125
- DINIS, Nilson. Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil. n.39. p.39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; SANTOS, Luciano Pereira dos. Diversidade sexual e docência a produção do grupo de trabalho 23 da ANPEd (2004/2011). **Revista de Educação PUC – *Campinas**, Campinas, v.19, n.3, p.195-204, set/ dez. 2014.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Sindicalismo docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. D. Diversidade sexual e homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. In XAVIER FILHA, Constantina (org). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: UFMS, 2009a, p. 111-142
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In

JUNQUEIRA, R.D. (org). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009b, p.13-51.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**. São Paulo, v. 17, suplemento 3, p.4-6, 2002.

MAUES, Olgaíses, O sindicato da educação superior e as políticas educacionais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 252-262, dez. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RÊSES, E. S. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. Tese (Doutorado em 2008) Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2008.

SANTOS, Luciano Pereira dos. Contribuições de disciplinas de gênero e sexualidades na formação docente inicial e continuada no enfrentamento da homofobia na escola. 2016. 154f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário. Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In: **Associativismo e sindicalismo em educação** – organizações e lutas. Sadi Dal Rosso (org.). Brasília: Paralelo 15, 2011.

FERNANDO PESSOA ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

FERNANDO PESSOA BETWEEN TRADITION AND CONTEMPORANEITY

Rafaela Favarin Somera
Mestranda em Literatura Portuguesa
Universidade de São Paulo
rfsomera@gmail.com / rafaela.somera@usp.br

RESUMO

Fernando Pessoa assume-se como o intérprete da cultura nacional portuguesa em seu livro *“Sebastianismo e Quinto Império”*. Nessa obra, o poeta entende a simbologia do mito unificador sebastianista como uma crença popular que forja as características da alma portuguesa e as bases da formação identitária do seu povo. A partir dessa interpretação, Pessoa transmuta a mitologia sebastianista em uma nova forma de religião. O presente estudo propõe a análise da influência dessa “religião” na formação e na estruturação da sociedade portuguesa da época. Para Pessoa, o mito, quando transmutado em religião, constrói a alma portuguesa partindo da esperança da salvação unificadora sebastianista, a única capaz de suportar a multiplicidade cultural do país. Assim, a literatura de Fernando Pessoa produz uma religião própria à Portugal firmada no porvir da unidade gloriosa do seu mosaico cultural. Desta forma, Fernando Pessoa cria uma identidade em constante construção, ao mesmo tempo permeável e tradicional. Portanto, no panorama poético universal, a presente investigação revela a contemporaneidade deste autor a partir das releituras modernas e pós-modernas de sua estética e pensamento, abrindo novas perspectivas de interpretação de sua obra.

Palavras-chave: Fernando Pessoa. Mito. Religião. Cultura portuguesa. Sebastianismo

ABSTRACT

Fernando Pessoa it is assumed as the interpreter of portuguese national culture in his book *“Sebastianismo e Quinto Império”*. In this work, the poet understand the symbology of the sebastianist unifying myth as a popular belief that forges the characteristics of the portugese spirit and the bases of the identity formation of its people. From this interpretation, Pessoa transmutes the Sebastianist mythology into a new form of religion. The present study proposes the analysis of the influence of this "religion" in the formation and structuring of the portuguese society of the time. For Pessoa, myth, when transmuted into religion, builds the portuguese spirit out of the hope of Sebastian's unifying salvation, the only one capable of supporting the cultural multiplicity of the country. Therefore, the literature of Fernando Pessoa produces a religion proper to Portugal signed in the future of the glorious unity of its cultural mosaic. In this way, Fernando Pessoa creates an identity in constant construction, at the same time permeable and traditional. Therefore, in the universal poetic panorama, the present investigation reveals the contemporaneity of this author from the modern and postmodern re-readings of his aesthetics and thought, opening new perspectives of interpretation of his work.

Keywords: Fernando Pessoa. Myth. Religion. Portuguese culture. Sebastianism

Fernando Pessoa viveu no entrecruzamento dos séculos XIX e XX. Durante os anos de 1910 a 1935 evidenciou a história e a mística lusitana. Assim, transportou à literatura seu pensamento sociocultural de procura da identidade e da inversão dos paradigmas da constituição da nação e da religiosidade.

Os fragmentos escritos por Pessoa narram o confronto com paradigmas antropológicos, espirituais e estéticos contrários as configurações culturais e do saber presentes em Portugal. Este pensamento leva a compreendê-lo como intérprete da cultura nacional que assume em seu livro **Sebastianismo e Quinto Império** (Ática, 2011) e que se coloca como seu projeto cultural.

Fernando Pessoa assume-se como intérprete da cultura nacional portuguesa firmada por meio da simbologia do mito unificador sebastianista concebido como fé, o qual leva à percepção da construção de uma religião embasada no misticismo e da compreensão do homem em sua totalidade como fruto da interação com a natureza e com os outros homens. Desta forma, a literatura criada pelo poeta procura tratar deste contexto cultural como meio para demonstrar a religião própria de Portugal, a qual cria e identifica os portugueses e sua cultura única.

O poeta procurou reler a história passada, aprofundando e designando as origens da identidade portuguesa. Realizou um esforço de valorização das raízes primeiras para determinar a primazia portuguesa para superação da decadência presente. Para tanto, utilizou-se do que era mais popular na sociedade e que a definia, o mito unificador sebastianista. Este mostrava os traços da composição identitária portuguesa e sua característica pagã de espírito religioso. Por assim dizer, via-se que o mito concebido em religiosidade codificava os valores humanos e determinava a segurança emocional proporcionado pelo sentido de comunidade e integração que o sebastianismo trazia à Portugal e ao seu povo.

Para tanto, expressa a cultura portuguesa reedificando o passado para criar a identidade própria lusitana, a isso, utiliza-se da via mítica para definí-la, onde aborda o mito como ponto motriz da realidade cultural portuguesa, o qual fornece o sentido de fundamentação do homem e da própria conscientização da religiosidade lusitana para construir a civilização e projetá-la ao futuro.

O projeto cultural pessoano desenvolve-se na busca da raiz portuguesa de cunho popular e que está detida nas estruturas e construções de pensamentos e de culturas híbridas que permeiam a formação histórica de Portugal. Dentro deste contexto, o poeta analisa que a religiosidade de seu país compreende-se por uma mistura de identidades e, portanto, não pode

ser detida dentro de um único contexto como, por exemplo, o contexto do cristianismo, pois não retrata a essência da nação com todas suas especialidades, isto é, não demonstra a cultura e a gama de pensamento presente em Portugal ao longo dos séculos.

Nesta obra, **Sebastianismo e Quinto Império**, entende a simbologia do mito unificador sebastianista como uma crença popular que forja as características lusitanas e as bases da formação identitária de seu povo. A partir dessa interpretação, transmuta a mitologia sebastianista em uma nova forma de religião que influencia na formação e estruturação da sociedade da época.

Para Pessoa, o mito quando transmutado em religião constrói a lusitanidade que parte da esperança da salvação unificadora sebastianista, traduzida como a única capaz de suportar a multiplicidade cultural do país. Pensa que diante da fragmentariedade que o país apresenta deve-se reafirmar a razão da existência lusitana e do indivíduo que pertence a esta terra por meio da fé, da religiosidade que deve ser extraída do patriotismo, ou seja, do sebastianismo, único movimento realmente nacional, sendo mítico e social e que tem a força de um movimento religioso.

Diante disso, personifica o sebastianismo como movimento cultural de feição religiosa em que traz para si a religião como fenômeno ligador de almas, do imaginativo e de autoridade que figura o sentido simbólico e se põe como a imagem do que é Portugal. Por meio disso, busca achar a alma própria portuguesa e que para tanto utiliza da linguagem como manifestação do espírito que garante as leis e os costumes.

Permite, assim, que através de sua literatura crie um estado de religião, visto como função de entender o homem, que coabite o pensamento e transforme a forma da linguagem do povo português, levando-o a um estado de autoentendimento e originalidade. Segundo o poeta, “a religião é um fato social; daí o inculcar-se no espírito de um povo” (PESSOA, 1914).

O poeta professa uma educação do imaginário que convoca o homem a constantemente significar, simbolizar o vivido como processo contínuo de formação, de autoconstrução de sua humanidade e unidade através do uso do mito sebastianista como chave da formação cultural, social e política, isto é, da estrutura civilizacional e da raça portuguesa. Busca o desenvolvimento de uma religião própria a seu povo, que criaria e identificaria o homem português e sua cultura única, remodelando a cultura e a civilização, as quais se colocariam como plano de revolução cultural.

Por estes pressupostos, o mito trabalhado por Fernando Pessoa se coloca com a visão de Joseph Campbell de que é um tema que dá sustentação a vida humana e enforma religiões e que por meio do mito, como Levi-Strauss nos mostra, cada grupo social expressa suas construções, suas atividades em relação ao mundo e suas maneiras de resolver os problemas da existência.

O mito, assim, é pensado como ponto motriz da realidade e da criação da identidade de seu povo. Entende a cultura lusitana como mito, como imaginação simbólica que encontra na vida imaginária partilhada pelo povo o caminho comum construído para se lançar ao futuro. Busca uma realidade nacional comum dentro do escopo do que é simbólico à Portugal para delinear a estrutura social, cultural e ideológica e que fundamentalize a identidade buscada.

Em decorrência disso, resgata o mito sebastianista personificando-o como criador da unificação que traria na fé a percepção da construção de uma unidade social que caminharia junto com a multiplicidade social portuguesa e traria uma identidade imperial à Portugal. Neste sentido, o povo criaria e pensaria na constituição de sua nação e raça sendo forte e tendo a consciência de sua superioridade, de sua grandeza. Assim, o povo, permitindo-se olhar para dentro de si mesmo, buscaria o melhor para si e para a sociedade e a nação, mostrando que a cultura lusitana é própria e digna de ter seu espaço.

Deve-se salientar que Pessoa explora o sebastianismo como universalista e nacionalista e com potencialidade plural. Dentro deste raciocínio luta contra a Igreja Católica para renascer sua nação de acordo com a ideia de nacionalidade, popularidade e suscetibilidade a evolução e adaptação.

Em Pessoa, o sebastianismo não restauraria a monarquia, mas mostraria a verdadeira cultura portuguesa: ultramarina, múltipla e pagã. Além disso, este mito traria a integração cultural e social dos povos viventes no território firmada pelo misticismo e paganismo como seu fundo de concentração social e do alinhamento e sincretismo cultural e religioso.

O sebastianismo pessoano consiste na desconstrução do mito fundador que se opera através da redução dos principais elementos teóricos do mito e de sua corrente messiânica. Ao próprio mito atribuí o papel da religião lusitana e de unificação do território que remete a glória, tida como promessa, a qual leva a criação da fé como princípio de unidade sempre futura. Este sebastianismo encontra-se não somente com feição religiosa, mas principalmente como princípio transnacional, que engendra-se como mito congregador dos portugueses. Para o poeta,

o mito apenas simboliza a independência da nação além de constituir a figura que opera a consciência de seu povo e do restabelecimento de unidade dentro da fragmentariedade.

O poeta, desta forma, cria uma obra literária de caráter representativo do povo que tem em si o sentimento religioso, isto é, uma forma racional e messiânica, um aspecto místico (como o cristão) e um aspecto pagão (divinização do homem). A crença do povo, assim, escapa às grandes religiões e busca mostrar ao povo que em cada indivíduo aparecerá o mito, base da cultura de seu país e, que a religião deveria ser extraída do patriotismo de fundo sebastianista. Este, por sua vez, encontra-se como único movimento realmente nacional, sendo mítico e social, o qual apresenta a força de um movimento religioso, pois une a sociedade complexa e constrói um sentido cultural.

No caso da religiosidade em Pessoa, o “religioso não se define unicamente através dos objetos sociais (as ‘religiões’) nas quais se manifesta de modo compacto e concentrado. O religioso é uma dimensão transversal do fenômeno humano, que trabalha de modo ativo ou latente, explícito ou implícito, em toda a espessura da realidade social, cultural e psicológica, segundo modalidades próprias a cada uma das civilizações” (HERVIEU-LÉGER).

Segundo Max Müller, a religião se coloca unida com a ideia de cultura e de um ideário imperial. Por meio disso, ela é entendida como codificação humana de valores e de entendimento do homem. Além disso, a religião pode ser entendida como fenômeno social, produto da sociedade e que a mesma exprime realidades coletivas e se destinam a promover, manter ou refazer certos estados mentais de grupos sociais (DURKHEIM, 2003, p.38).

Assim, “encontra-se uma religiosidade pensada como dimensão humana, histórica e culturalmente determinada, que se abre à transcendência, mobiliza energias e se materializa em formas cognitivas e emocionais na construção de sentido para a totalidade da existência”⁶⁰.

Para Pessoa a manutenção da religião tradicional apresenta o elemento de estagnação, de resistência ao desenvolvimento social. Nesse sentido, buscar uma nova religião traria uma perturbação social e uma mudança na estrutura cultural e sócio-histórica do país. Ao pensar a religião sendo a base dos princípios da sociedade, determina-se que ela não apenas é a expressão exata do estado psíquico da nação que a sustenta, mas também, é uma atitude do espírito humano e, portanto, a sociedade que apresenta o espírito religioso representa para ela a

⁶⁰ Baumann, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

predominância do espírito popular e é por meio dessa religiosidade popular que se constrói os parâmetros sociais e culturais.

Como sistema de crença e valores, a religiosidade de base sebastianista proporcionada por Pessoa garante o sentido que o poeta deseja e pensa sobre a questão de que a Religião é uma linguagem que apresenta significado e expressa as ideias dos homens e que coloca-se como criação do homem para equilibrar a sociedade e desenvolvê-la com características distintas e iguais umas das outras, para que haja o sentido de unidade e compromisso dos indivíduos uns com os outros. Dentro dela desenvolve-se a estrutura social, intelectual e moral da humanidade, assim, pode-se pressupor que o que Pessoa tinha como ideia fundamental de utilizar sua literatura como base da religiosidade era nada mais que proporcionar o desenvolvimento das expressões humanas portuguesas e produzir um estado cultural que constitui-se e explica-se o mundo em que vivem os homens.

Por conseguinte, o poeta vê na alma portuguesa essa transmutação e essa tendência a se recriar continuamente e é, em consequência desses fatores, que Pessoa se coloca junto com a literatura que escreve como o que traria essa dimensão religiosa para os portugueses, fazendo eles olharem para dentro de si mesmos e permitir aceitar-se como são através da premissa de serem diferentes do resto da Europa e que, nesta diferença, se constata a superioridade portuguesa, o que fornece a sua existência e lhes garante autenticidade, apenas sendo feito através da aceitação da religiosidade própria portuguesa baseada no mito sebastianista e na diversidade da raça lusitana.

O pensamento enraizado no poeta implica em uma mensagem religiosa que busca ultrapassar o religioso como conhecemos, não submetendo-se a instituições ou organizações religiosas. Desta maneira, busca uma expressão religiosa plural e multidimensional, pois entende que a religião é uma forma rudimentar do sentido da beleza, ou seja, toda a arte não passa de um ritual religioso, onde cada época mostra-se como um estado mental e a religião coloca-se como a média desse estado mental para a coletividade. Assim, a representação simbólica do que é a sociedade seria, também, uma construção do universo simbólico religioso.

“Para o indivíduo existir num determinado mundo religioso significa existir no contexto social particular no seio do qual aquele mundo pode manter a sua plausibilidade” (BERGUER, 1985)

Portanto, compreende-se que a estrutura do pensamento pessoano figura-se dentro do campo da existência de um personalismo religioso, em que ao invés de se deter em uma única

vertente religiosa, opta-se pela escolha de elementos das múltiplas religiões e do misticismo, que garantiriam o entendimento da existência humana e de suas características distintas diante da natureza e do mundo abstrato e real.

Essa visão está diante do paradigma moderno, em que tenta fugir da compartimentalização religiosa existente, para transformar as relações sociais e as percepções do visível, em que propiciaria a exploração do homem em seu contexto interno e externo, permitindo que este transforme e modifique sua forma de pensar, agir e ver o mundo. Assim, cria as possibilidades de auto-conhecimento e de conceber um homem crítico a seu tempo e as suas formas de comportamento, de postura com o outro e de como analisa e vê a sociedade, a cultura, as pessoas e as relações que elas trazem. Neste contexto, modifica os questionamentos e os princípios colocando em alerta a natureza própria do homem, o qual reflete o mundo e a história.

Neste interím, Pessoa nos mostra que o fenômeno religioso é expresso no que é supremamente real em um povo ou em uma civilização, pois determina a formação dos grupos civilizacionais, isto é, um fenômeno que distingue as civilizações e o único que reúne as qualidades de ser ao mesmo tempo individual e coletivo. Portanto, podemos relacionar esta visão do religioso com o que o poeta nos coloca sobre o mito, sendo este uma questão educativa para entender a vida e mostrar à sociedade a forma da sua existência e considerar como cada povo apresenta-se diante do mundo, com seus conceitos, hábitos, costumes e tradições que determinam a maneira de ser e agir, os quais encontram o caminho da continuidade da existência diante do mundo complexo moderno, da decadência e do caos, onde tudo se desmancha no ar.

Para tanto, encontra-se detido nesta estrutura de pensamento a ideia de que em Portugal há a justaposição de duas religiões, o cristianismo e o maometanismo, que configuram a sua construção territorial e civilizacional. Esta fusão foi o resultado de um tipo de fé que não se coloca nem como protestantismo e nem como catolicismo tradicional. Esta fusão se realizou por Portugal apresentar em sua constituição um espírito humano híbrido, onde se busca o entendimento, segundo Fernando Pessoa, e seria o que o poeta tentou realizar, ressurgindo as características únicas dos portugueses, do social em sua mais íntima natureza, para reerguer o país diante da decadência da modernidade.

O pensamento pessoano tange a premissa que quando tudo já houver minado as bases da religião e da ciência, que são compostas pela justaposição das religiões que formaram Portugal, encontrar-se-á uma revivência mística que mostrar-se-á como uma forma social da arte.

Sua literatura produz uma religião própria à Portugal firmada no porvir da unidade gloriosa. Cria uma identidade nacional em constante construção, ao mesmo tempo permeável e tradicional. Baseia a construção da civilização lusitana dentro da estrutura da tradição como busca de transmissão do valor da herança portuguesa através da consciência que essa irá transformar a sociedade e cultura. Portanto, reforça o pensamento de que a cultura portuguesa encontra-se estabelecida dentro dos valores de multiplicidade, fé e busca da esperança que o levará a glória e a constituição de um império cultural onde transmitirá conhecimento ao mundo todo, retirando-se a si próprio e os outros da decadência do mundo moderno paradoxal e com esvaziamento de sentido.

A literatura e a religião em Fernando Pessoa caracterizam-se por anular as fronteiras religiosas traçando novas estruturas de espiritualidade. Para ele, literatura e religião mantêm vínculos estreitos pois fornecem espaços de mediação das determinações sociais.

“Não sei se a vida é pouco ou demais para mim. Não sei se sinto demais ou de menos, não sei se me falta escrúpulo espiritual, ponto-de-apoio na inteligência, consaguinidade com o mistério das coisas, choque aos contatos, sangue sob os golpes, estremeção aos ruídos, ou se há outra significação para isso mais cômoda e feliz. Seja o que for, era melhor não ter nascido, porque, de tão interessante que é a todos os momentos, a Vida chega a doer, a enjoar, a cortar, a roçar, a ranger, a dar vontade de dar gritos, de dar pulos, de ficar no chão, de sair para fora de todas as casas, de todas as lógicas e de todas as sacadas, e ir ser selvagem para a morte entre árvores e esquecimentos, entre tombos, e perigos e ausência de amanhã, e tudo isso devia ser qualquer coisa de mais parecida com o que penso ou sinto, que eu nem sei qual é, ó vida” (PESSOA, 1985, pp.342)

Neste sentido, é que o pensamento e a literatura de Fernando Pessoa se consolidam e se caracterizam, pois apresentam-se em acordo com a ideia de que “ao postular a humanidade na dimensão religiosa revela-se a propriedade de se recriar permanentemente ao longo da história, seja nas manifestações culturais e/ou nas ações interindividuais”⁶¹.

Por fim, Fernando Pessoa nos mostra que não será a religião a base indiferenciada da arte, da ciência e da moral.

⁶¹ Baumann, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. *História da Igreja em Portugal*. Coimbra, 1967
- AZEVEDO, C. M. *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de leitores, 2000
- BAUMANN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986
- BERGUER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985
- BOXER, C. *Igreja e a expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1978
- CAMPBELL, J. *Mitos, sonhos e religião: nas artes, na filosofia e na vida contemporânea*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001
- CARDINI, F. “Nas raízes do encontro-desencontro entre Europa e Islã. Um profeta e três continentes”. *Signum* 3, 2001, p.37-59
- CARVALHO, J. B. *O renascimento português : (Em busca da sua especificidade)*. Lisboa, 1980
- CENTENO, Yvette (org.). *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa: Salamandra, 1993
- CHARTIER, R. *A história cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990
- DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- GEARY, P. *O mito das Nações. A invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad, 2005
- HERVIEU-LÉGER, D. *Le pèlerin et le Converti*. Paris: Flammarion, 1999.
- HOBBSBAWM, E. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo: Pz e Terra, 2015
- LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003
- LOURENÇO, E. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Cia das Letras, 1999
- MASSENZIO, M. *A história das religiões na cultura moderna*. São Paulo: Hedra, 2005
- MATTOSO, J. *Portugal, a Identificação de um País*. Lisboa, 1985
- _____. *História de Portugal*. Lisboa, 1992-93
- PESSOA, F. *Sebastianismo e Quinto Império*. São Paulo: Ática, 2011
- PESSOA, F. *Obras em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986

PESSOA, F. A nova poesia portuguesa no seu aspecto psicológico. In: *A Águia – Revista mensal de Literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social*, n. 9-11-12, 2 a série, setembro-novembro-dezembro de 1912, Porto

PESSOA, F. A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada. In: *A Águia – Revista mensal de Literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social*, n. 4, 2 a série, abril de 1912, Porto

SARAIVA, A. J. *Inquisição e cristãos-novos. 6 a ed.* Lisboa: Estampa, 1994

WILLIAMS, R. *Cultura.* São Paulo: Paz e Terra, 1992

ZENITH, R. *Escritos Autobiográficos, Automáticos e de Reflexão Pessoal.* Assírio & Alvim, 2003

IGUALDADE COMO CONDIÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA DE TODAS AS CULTURAS EM CONDORCET⁶²

EQUALITY AS A CONDITION FOR THE CONVIVANCE OF ALL CULTURES IN CONDORCET

Vanderlei Gularte Farias
Mestre em Educação – URI-FW
profvand@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho justifica-se pelo atual panorama de preocupações em que passa a sociedade com relação aos aspectos, principalmente, sociais e políticos, no que diz respeito ao desenvolvimento civilizacional da espécie humana. Neste sentido é imprescindível o estudo sobre conceitos indispensáveis na reflexão da possibilidade em ressignificar os rumos da espécie humana, enquanto civilização, no intuito de promover uma auto avaliação do sentido sobre conceitos essenciais na formação sócio-política da sociedade, pelo uso da razão, por meio do processo de ensino. Através deste, buscou-se em Marie Jean Antonie Nicolas de Caritat, marques de Condorcet (1743–1794) e sua filosofia política, o diálogo teórico na tentativa de buscar possibilidades para as questões postas na reflexão. Objetiva pensar numa educação humana e cidadã, respeitando-se os direitos naturais do homem para a humanização da espécie. É um estudo bibliográfico em que se discutiu a respeito dos conceitos de liberdade, igualdade e cidadania com vistas à diversidade cultural, a partir de textos do autor sobre despotismo, escravidão negra e cidadania às mulheres, os quais se destacam pela sua importância na concretização de uma civilização do respeito aos direitos naturais do homem. Aponta para a necessidade de se agregar estes elementos como subsídios a um ensino com significação social, visando uma sociedade humana, através de uma educação de qualidade para todos.

Palavras – chave: Cidadania; Despotismo; Escravidão; Igualdade; Liberdade.

ABSTRACT

The present study justified himself by the current panorama of concerns in which society's present situation with regard to aspects, mainly social and political, with respect to the civilizational development of the human species. In this sense, it is essential to study indispensable concepts in the reflection of the possibility of redefining the course of the human species as a civilization, in order to promote a self-evaluation of the meaning of essential concepts in the socio-political formation of society, through the use of reason, of the teaching process. Through it, was searched into Marie Jean Antonie Nicolas de Caritat, marques de Condorcet (1743-1794) and its political philosophy, the theoretical dialogue in the attempt to look for possibilities for the questions posed in the reflection. It aims to think of a human and citizen education, respecting the natural rights of man for the humanization of the species. It is a bibliographical study in which discussed the concepts of freedom, equality and citizenship with a main view to

⁶² Projeto de estudo sobre “Educação em Condorcet”.

cultural diversity, based on the author's texts on despotism, black slavery and citizenship to women, which stand out for their importance in the concretization of a civilization of respect for the natural rights of man. It points to the need to add these elements as subsidies to a teaching with social significance, aiming at a human society, through a quality education for all.

Keywords: Citizenship; Despotism; Slavery; Equality; Freedom.

INTRODUÇÃO

Condorcet⁶³ (2013b), seguidor da trilha aberta por Rousseau⁶⁴, embora com a adoção de uma expressividade diferente, afirma e reafirma sua confiança na capacidade do homem em poder se aperfeiçoar. Sua visão política se constitui numa visão filosófica de sociedade, a qual expressa um ideal de homem dotado de razão em busca da perfeição, o que lhe garante a busca constante pelo progresso⁶⁵ humano (CONDORCET, 2013a). Isso explica sua adoção pelo conceito de perfectibilidade⁶⁶ para demonstrar o quanto acredita no progresso humano, historicamente, como garantia do avanço em direção a uma igualdade crescente entre todos os homens. Tal certeza vinha da sua confiança nos poderes da razão, a qual reinaria sobre os homens no sentido da conscientização da importância da igualdade para a plenificação da boa convivência humana entre todos enquanto cidadãos no exercício político do conceito política.

Para o autor:

Se o mundo natural estava assentado em uma ordem regular, ele acreditava que o mesmo ocorria com as coisas humanas. Essa maneira de ver a realidade o conduziu a investigar domínios pouco conhecidos do mundo dos homens, o que acabaria por dar-

⁶³ Marie Jean Antonie Nicolas de Caritat, conhecido marques de Condorcet (1743–1794), iluminista, pensador, filósofo, revolucionário e político, considerado por estudiosos um dos últimos iluministas e um reconhecido matemático, estatístico e economicista. Em 1782 é eleito membro da Academia Francesa. Um dos fundadores da teoria da escolha social destacou-se no campo da filosofia política e da sua prática no engajamento à defesa do ideal republicano, da liberdade individual, da emancipação das mulheres e dos negros e da instrução pública, laica e universal. Considerado um importante humanista.

⁶⁴ Jean Jacques Rousseau (1712-1778).

⁶⁵ Na ideia de progresso o filósofo flerta com o conceito de aperfeiçoamento como uma realização da perfectibilidade, transcorrendo sempre a defesa de que a progressão ou desenvolvimento ocorreria havendo a constante afluência da igualdade, da liberdade e da instrução pública na sua mais ampla extensão, cujo fim a plenitude humana é traduzida na felicidade dos homens.

⁶⁶ Termo utilizado por Rousseau (1712-1778) escrito no "Discurso sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade entre os Homens (1754)" que se refere à capacidade que o homem tem de se aperfeiçoar. Coloca-se, neste sentido, como um dos principais fatores pelos quais se que permitiu a degeneração do homem. Devido à capacidade do homem o mesmo pode se aperfeiçoar, principalmente frente a situações adversas. Ao superar tais situações o homem tende a se tornar melhor. Entende ser um desenvolvimento que o leva ao estado social. Já a perfectibilidade é uma característica que faz parte da essência do homem.

lhe um lugar de destaque na criação das modernas ciências sociais. (BIGNOTTO, 2013b, p.21).

Defensor dos conceitos de liberdade e igualdade pela importância das mesmas na construção de uma sociedade em que possa acolher a todos e todas as culturas, Condorcet soube compreender a contribuição da Revolução de 1789 para as causas, as quais ele trabalhava. A partir daí que,

Confiante na força dos princípios que guiavam o movimento revolucionário, ele viu que a condição de parte importante da população não podia ficar ao sabor de considerações supostamente pragmáticas, que havia, por exemplo, conduzido os governantes a adiar o fim da escravidão nas colônias, com medo das repercussões econômicas da medida. Para ele, a escravidão deveria ser abolida em todas as suas formas imediatamente. Não havia como conciliar uma instituição tão nefasta com um reino de liberdade. Da mesma forma, acreditava que não se podia defender a igualdade como fundamento da República e não deveriam sofrer qualquer preconceito pelo simples fato de serem mulheres. (BIGNOTTO, 2013b, p.25-26).

A luta do autor pela manutenção dos direitos fundamentais da pessoa humana para o exercício de cidadania plena demonstra uma coerente posição, por ele defendida, em prol de grupos oprimidos e marginalizados numa sociedade ainda controlada pela minoria privilegiada, no sentido do domínio sobre os demais indivíduos.

A crença numa República livre e democrática o colocou numa situação de destaque como um dos pilares da filosofia política moderna e contemporânea por se tratar de alguém que trouxe para o debate nacional questões fundamentais como a defesa da liberdade, da igualdade, dos direitos e outros, na construção de uma forma política de resolução social para enfrentar o desafio de pensar uma sociedade humana, fraterna e com espaço para todos viverem a vida na sua plenitude.

Condorcet acredita nos benefícios, nos avanços e na capacidade transformadora do esclarecimento racional. Para ele no atual momento da história humana se encontram possibilidades e caminhos que podem servir de caminho para a perfeição do homem, não sem a introdução da educação pública⁶⁷ como maneira de ajudar a propiciar ao homem a igualdade e a consciência esclarecedora sobre a vida e o funcionamento da sociedade. Aponta como método a adoção dos conhecimentos humanos socialmente produzidos, com vistas à busca da verdade, iluminadas pela razão, a serviço da humanização. O autor entende que os filósofos juntamente com as pessoas, esclarecidas racionalmente, deveriam ter por princípio a

⁶⁷ Para denominar Educação utiliza o termo Instrução Pública. Ver em sua obra: Cinco memórias sobre a Instrução Pública (2008).

concentração de esforços no constante trabalho visando o progresso das ciências, pois assim se garantiria o aperfeiçoamento do espírito humano. Isto pelo fato de que, conforme ele:

Os povos mais esclarecidos, retomando o direito de dispor eles mesmos de seu sangue e de suas riquezas, aprenderão pouco a pouco a olhar a guerra como o flagelo o mais funesto, como o maior dos crimes. Em primeiro lugar ver-se-ão desaparecer aqueles às quais os usurpadores da soberania das nações as arrastam, por pretensos direitos hereditários (CONDORCET, 2013a, p.210).

Uma das críticas de Condorcet se concentra naquilo que foi um dos pilares do Antigo Regime: o despotismo, comum no contexto que antecede a Revolução Francesa, em 1789. Para o autor era uma condição desenvolvida na medida em que homens são submetidos à vontade arbitrária de outros homens, podendo se encontrar, inclusive, em diversos grupos de indivíduos na sociedade, desde “[...] religiosos, juízes, militares ou mesmo a plebe da sociedade.” (FLECK; CONSANI, 2013b, p.10). A sua superação é imprescindível para a reflexão sobre a possibilidade de uma sociedade sem preconceitos, de qualquer natureza e para a valorização de todas as manifestações culturais, salutar numa República democrática.

O DESPOTISMO COMO UM ENTRAVE À DEFESA DE UMA REPÚBLICA PARA TODOS

Tido como um dos principais mecanismos para a manutenção de um sistema de controle social na defesa do poder altamente concentrado em poucas pessoas, que se autodeterminam senhores dos demais, o despotismo é a forma pela qual praticamente toda a sociedade é submetida à vontade arbitrária dos indivíduos, detentores do poder. Estes se agrupam numa espécie de classe de homens ou grupos que partilham dos mesmos interesses com objetivos idênticos, que é a manutenção do controle da sociedade em suas mãos através das mais variadas dimensões como a ciência, a política, a informação, o conhecimento e, principalmente, a cultura.

Condorcet classifica o despotismo através de duas formas ou gêneros: de maneira direta, em que os representantes dos cidadãos não possuem meios suficientes para mudar as leis contrárias à razão e à justiça; ou de maneira indireta, em que a representação, embora submetida a uma autoridade que não é real e nem igual, formando uma espécie de aristocracia responsável por determinar resoluções. Demonstrando, nos dois casos, uma dependência dos representantes ou chefes de nações para com as pessoas de poder econômico, por exemplo, na obtenção de

recursos financeiros a fim de se poder atender às demandas sociais. O mesmo acontece nas demais áreas. Conforme o autor:

Todos esses poderes, sejam diretos, sejam indiretos, formam nos diversos países um corpo de cidadãos cuja vontade arbitrária comanda o resto da nação; e, frequentemente, no meio de tantos senhores não se sabe a quem se obedece. (CONDORCET, 2013b, p.31).

Dessa forma é que Condorcet argumenta a necessidade de se pensar um sistema republicano, em que a democracia seja a síntese dos conceitos de liberdade e igualdade como forma de se tentar combater qualquer gênero de despotismo, o qual não permite a manifestação das individualidades em sujeitos. Para o mesmo, contra o despotismo um dos poucos remédios é a igualdade de condições, proporcionando que inexista a distinção entre os cidadãos, desde a legislação à admissão de cargos ou funções públicas. Pode se admitir apenas a desigualdade de opiniões e de fortuna. Adverte, inclusive, para a impossibilidade de uma nação livre quando houver estabelecido um genealogista, o que estaria em desacordo com a ideia da defesa da diversidade cultural, por exemplo, assim como da abertura de oportunidade a todos.

Entre as formas de despotismo, Condorcet destaca a do judiciário pela sua capacidade de manter e perpetuar o poder e toda capilarização dos meios de controle sobre os indivíduos. Segundo o autor:

O despotismo dos tribunais é o mais odioso de todos, porque emprega, para ser exercido e sustentado, a arma mais respeitável: a lei. Em todos os países nos quais existem tribunais perpétuos cujos membros não são eleitos pelos litigantes, e somente por um tempo, em todos os países nos quais a justiça civil está reunida com a justiça criminal, não pode aí haver liberdade, porque o concerto desses tribunais com o chefe do Exército basta para estabelecer o despotismo. Ele é mais inevitável ainda se esses tribunais têm alguma participação na potência legislativa, se eles formam um corpo entre eles, se seus membros são julgados por eles próprios. O chefe do Exército é, então, obrigado a tratá-los com deferência, porque, sem esses tribunais, ele não pode exercer uma autoridade absoluta senão por uma violência sempre perigosa. Eles estão ao mesmo tempo interessados em lisonjear ou em sustentar seu poder, quer por temor, quer porque eles não podem esperar que os cidadãos, caso fossem livres, consentissem em ser submetidos ao despotismo do judiciário, consequência necessária dessa forma de tribunais, porque esse despotismo pesa sobre cada indivíduo todo o tempo e se estende sobre todas as ações, sobre todos os interesses. (CONDORCET, 2013b, p.35-36).

O autor reconhece a inegável força que o judiciário possui em seu conjunto como canal que aglutina todas as instâncias de controle social por se tratar de um lócus onde, de certa maneira, convergem os mais variados interesses. É no judiciário, por se tratar de sua função de guardião das leis, que se convergem os rumos da sociedade, justamente por se tratar de

elementos essenciais que representam o conjunto de vivências das pessoas em sociedade como força déspota a serviço da perpetuação dos interesses do poder hegemônico.

Outro aspecto relevante como aglutinador de despotismo refere-se à questão financeira, em que se criam mecanismos para favorecer o mesmo grupo e, assim, controlar os recursos por meio da submissão do Estado àqueles que possuem o capital em suas mãos. Um despotismo que Condorcet entende ser de difícil enfrentamento, não sem necessidade para que se possibilite livrar-se de tal dependência. O autor oferece duas formas para se destruir tal despotismo: uma nova legislação para prescrever as formas viciosas de impostos, dando mais liberdade ao comércio, redistribuindo oportunidades a mais pessoas a fim de se diminuir a fonte dos grandes lucros dos capitalistas; e permitir que cada Estado ou Província possa ter autonomia na aquisição de seus empréstimos de maneira independente e com critérios conforme seu alcance, garantindo-se que não vá onerar ainda mais os cofres públicos.

O filósofo destaca, também, o próprio despotismo da plebe, empregado, muitas vezes, “para manter a autoridade de certos corpos particulares que ela tomou sob sua proteção”. (CONDORCET, 2013b, p.40). É um despotismo mantido com o fim de favorecer determinados grupos e defender certas opiniões populares⁶⁸ que servem a algumas classes de cidadãos, mesmo que danosas outras. O mesmo é destacado pelo fato de que:

Diz-se que esse despotismo é tão absurdo em seus projetos quanto bárbaro em seus meios, visto que é exercido pela parte mais ignorante e mais corrompida de cada nação depois dos ambiciosos que deles se servem. Mas o que torna perigosa a plebe de uma grande cidade? É a facilidade de reuni-la, é sua ignorância e sua ferocidade, por isso é atacando essas três causas que se podem prevenir os efeitos dela. (CONDORCET, 2013b, p.41).

Este é um tipo de despotismo em que aqueles que se servem das coisas populares o fazem transmitindo a impressão de valorização da cultura popular, no entanto apenas a utilizam para os seus próprios interesses que coincidem com os mesmos do grupo predominante, detentores do poder, domínio e controle sobre a sociedade.

Assim, cabe como solução, no sentido de superação deste tipo de despotismo, o ensino público, para a diminuição da ignorância. Uma educação esclarecedora serve de arma para acabar com a insipiência, levando as pessoas a compreenderem os mecanismos utilizados pelas classes poderosas para manipular a própria cultura popular. (CONDORCET, 2008). Além da

⁶⁸ Entenda-se como senso comum.

educação pública, Condorcet também defende a liberdade de imprensa para a circulação de informações, possibilitando que todos possam buscar esclarecimento.

O mesmo defende a reunião de todos os direitos naturais do homem numa declaração para que o homem possa ter acesso e conhecimento sobre seus direitos, pois “quanto mais o esclarecimento progredir, mais os homens conhecerão a extensão de seus direitos e mais eles saberão distinguir suas consequências evidentes.” (CONDORCET, 2013b, p.43).

Como forma de propiciar que haja a garantia de igualdade no acesso de todos às oportunidades, bem como a certeza de que tal declaração não possa sofrer em seu compêndio algum tipo de arbitrariedade danosa ao direito dos homens, deverá existir alguma forma de precaução coletiva, respeitando-se a democracia, no sentido de proteger a constituição⁶⁹ dos mecanismos tirânicos do despotismo. Assim estará garantido, de maneira igual, o acesso aos direitos naturais aos homens, inclusive pelo fato de que, segundo Condorcet, embora aqueles que possuem bom senso e a alma elevada o conheçam, ainda são poucos que conseguem um nível de percepção de todas as possíveis consequências desses direitos. O mesmo entende que:

Uma declaração dos direitos, bem completa, seria uma obra útil ao gênero humano; mas não se encontraria talvez nem mesmo um só povo, mesmo entre aqueles que mais odeiam a tirania, que a adotaria inteira, por tanto ter o hábito familiarizado o homem com suas correntes. (CONDORCET, 2013b, p.45).

Assim, depois de todos os cuidados serem tomados no que diz respeito aos critérios adotados para a confecção e montagem da declaração de direitos, desde as limitações necessárias cuidadosamente postas, até sua publicação, visando a compreensão de todos pelo seu potencial alcance, então a nação terá construído uma normatização legal para que o conjunto social possa se orientar buscando a plena convivência entre a diversidade cultural, em que o princípio seja a vivência da vida com dignidade para toda a espécie humana.

Com uma declaração extensa, completa e reconhecida, uma nação estará protegida e “será segura de estar ao abrigo de toda a tirania; pois toda a tirania que atacasse evidentemente um desses direitos veria se levantar contra ela uma oposição geral.” (CONDORCET, 2013b, p.49).

Isto demonstra a importância da construção coletiva e democrática do principal mecanismo de proteção dos indivíduos, que é a declaração dos direitos naturais do homem e do

⁶⁹ Mesmo sentido que declaração dos direitos naturais do homem.

cidadão, para assegurar a tranquilidade geral, respeitando-se a igualdade e a liberdade pública numa verdadeira República.

ESCRAVIDÃO NEGRA COMO PRÁTICA CONTRÁRIA AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE HUMANA

O filósofo demonstra coerência quanto ao princípio da igualdade ao defender o fim da escravidão negra, principalmente nas colônias francesas. Este que serve de prova da indiferença humana para com determinadas culturas tidas como inferiores. É um debate que se acirra após a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a ascensão das ideias de liberdade, de igualdade e de direitos do homem.

Desde essa época Condorcet foi um profícuo escritor e orador em prol da causa antiescravagista, tendo sido um dos primeiros e mais ativos membros da *Société des Amis des Noirs* (Sociedade dos Amigos dos Negros), criada em 1778 com o objetivo de pressionar a sociedade francesa pelo fim da escravidão nas colônias. (FLECK; CONSANI, 2013b, p.10-11).

Com isso se demonstra a ideia desenvolvida e defendida por Condorcet, que era da necessidade em denunciar as contradições entre os ideais revolucionários e a transgressão destes na aceitação da escravidão, na qual um homem passa a ser propriedade de outro homem.

Para Condorcet a autorização, via legislação, da servidão dos negros sob o regime de escravidão feria com o rebaixamento da causa que havia motivado a luta pela liberdade na América. O mesmo afirma que:

Um homem livre que tem escravos, ou que aprova que seus concidadãos os tenham, confessa-se culpado por uma injustiça ou é forçado a erigir em princípio que a liberdade é uma vantagem adquirida pela força e não um direito dado pela natureza. Assim, a abolição da escravidão dos negros foi considerada pelos diferentes Estados Unidos, e pelo Senado comum que os representa, não somente como uma operação que a são política aconselhava, mas como um ato de justiça, prescrito tanto pela honra quanto pela humanidade. (CONDORCET, 2013b, p.51).

Dessa forma aponta a relação de incoerência presente na defesa da declaração de direitos, para ele um baluarte inviolável da liberdade e da segurança dos cidadãos, com a possibilidade da convivência da escravidão, fruto da privação dos direitos fundamentais do homem e do cidadão. Daí sua indignação questionando: “Como ousar pronunciar o nome de direitos se, provando por sua conduta que não os considera como iguais para todos os homens,

se os rebaixa a não serem mais do que as condições arbitrárias de uma convenção mútua?” (CONDORCET, 2013b, p.51). Afirmção que permite deduzir que a defesa da igualdade de todos passa, necessariamente, pela sustentação do respeito à diversidade cultural como princípio para a convicção de uma sociedade melhor, no que se refere ao respeito do princípio fundamental, que é da permissão da vida com dignidade em sua plenitude.

Juntos com os demais membros da ‘Sociedade dos Amigos Negros’ Condorcet faz um pedido à sua nação, a França, no sentido não cometer uma atitude tão desumana e contrária aos direitos naturais de todos os homens, permitindo a escravidão negra. O faz depois de enaltecer a rica contribuição francesa na luta pela instituição da prática dos direitos humanos, por conta da cooperação do contexto vivido em função da Revolução Francesa⁷⁰. Seu pedido soa como uma espécie de súplica:

Nós somente conjuramos vocês, hoje, para dirigir vossos olhares aos sofrimentos de 400 mil homens, entregues à escravidão pela traição ou pela violência, condenados, com suas famílias, a trabalhos ininterruptos e sem esperança, expostos ao rigor arbitrário de seus senhores, privados de todos os direitos da natureza e da sociedade, e reduzidos à condição de animais domésticos, já que eles não têm, como estes, senão o interesse por fiador de sua vida e de sua felicidade. (CONDORCET, 2013b, p.52).

Dessa forma manifesta veemente sua condenação ao evento escravidão, denunciando o sacrifício que milhões de pessoas humanas passam pela negação de sua liberdade e de sua paz, tendo sido forçosamente arrancados de si a sua cultura, os seus costumes e suas virtudes em nome do interesse comercial dos controladores do poder, há séculos. Por isso é que o autor pede providência para que se possa inviabilizar o tráfico de escravos a fim de acelerar a destruição da escravidão, ao que entende ser uma desonra para a espécie humana ter de tolerar tais abusos em nome de uma determinada existência política a serviço do que os defensores acreditam ser necessário à propriedade de um grande Estado.

O filósofo está convicto de que a “escravidão é injusta, que o tráfico é uma fonte de crimes”. (CONDORCET, 2013b, p.53). Neste sentido, entende que defender a escravidão ou a mera apologia ao mesmo, significa a justificação e reprodução de “todos os gêneros de tirania, todos os ultrajes aos direitos da humanidade”. (CONDORCET, 2013b, p.53). Dessa maneira, justifica o fato do autor carregar, junto com outros, a bandeira da liberdade para todos de forma igual.

⁷⁰ Condorcet escreve em apoio aos negros, portanto, manifestando sua contrariedade ao evento da servidão negra em 03 de fevereiro de 1789, intitulado “Ao corpo eleitoral, contra a escravidão dos negros (1789)”.

O homem não é mercadoria, nem algum tipo de objeto. Todo homem deve ser respeitado, pois sua essência é a mesma em todos, independentemente sua cor, classe ou gênero. É por este motivo que “[...] um homem não pode, por nenhuma escritura, tornar-se propriedade de outro homem”. (CONDORCET, 2013b, p.54). Assim se posta a defesa dos direitos fundamentais do homem sobre a vida, igualmente a todos os homens.

DIREITO DE CIDADANIA ÀS MULHERES

Contrariando a prática de uma sociedade predominantemente masculina, machista e patriarcal, em que às mulheres são reservados apenas os espaços domésticos e o direito de ser mãe, cônjuge e não mais que simples membro familiar de posição inferior e função de servir, é que Condorcet lança um manifesto em defesa dos direitos políticos para as mulheres, a partir da fundamentação da igualdade dos direitos naturais. O autor parte do princípio de que: “Homens e mulheres possuem essas mesmas qualidades e por isso possuem direitos iguais. Tais direitos não podem ser negados por motivos de credo, de raça ou de gênero, sob pena de se negar a própria ideia de direitos”. (FLECK; CONSANI, 2013b, p.11). Dessa forma, o filósofo entende que a exclusão das mulheres do direito à cidadania se configura numa ação tirânica de conveniência masculina, ignorando a capacidade da mulher, seja no nível do pensamento ou da sua ação. Capacidade que independe de gênero, ela se encontra na espécie humana e se desenvolve através de um ensino para o esclarecimento. Ou seja, a educação é que deve balizar o critério de capacidade, abolindo a diferença de natureza como argumento para excluir mulheres do direito de cidadania.

Condorcet questiona a ausência das mulheres no objeto de reflexão e reivindicação pelo reconhecimento aos direitos fundamentais. Acusa de que se esquece de pensar nas mulheres como detentoras de cidadania. O faz quando questiona:

Todos nós não temos violado o princípio da igualdade dos direitos ao privar tranquilamente metade do gênero humano daquele direito de contribuir para a formação das leis, excluindo as mulheres do direito de cidadania? Há uma prova mais forte do poder do hábito, mesmo sobre os homens esclarecidos, que vê-los invocar o princípio da igualdade dos direitos em favor de 300 ou 400 homens que deles foram privados por um preconceito absurdo e esquecer de considerar 12 milhões de mulheres? (CONDORCET, 2013b, p.55).

Assim ele assume o compromisso da defesa de cidadania para as mulheres por direito natural, bem como reconhece o princípio, por ele defendido, da igualdade de todos na sua

essência. O mesmo não vê distinção entre gênero quando se trata de direitos, que justifica sua coerência na defesa dos princípios, por ele defendidos, como, por exemplo, o conceito de igualdade. O mesmo entende que:

Os direitos dos homens resultam unicamente no fato de que eles são seres sensíveis, suscetíveis de adquirir ideias morais e de raciocinar sobre essas ideias. Tendo as mulheres essas mesmas qualidades, têm necessariamente direitos iguais. Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito de um outro, qualquer que seja sua religião, sua cor ou seu sexo, tem desde então abjurado os sentidos. (CONDORCET, 2013b, p.56).

Dessa forma o autor deixa claro que a negação dos direitos naturais às mulheres e o tratamento diferenciado dado aos homens é resultante de uma cultura machista existente para perpetuar um sistema de privilégios, em que o poder de uns sobre os demais nutre toda essa prática. Este é um dos motivos, pelos quais porque o autor dá importância para a necessidade da luta contra o despotismo e todas as formas de reprodução do antigo regime, protetor de uma sociedade distante da humanização enquanto reconhecimento de que todos nós somos humanos e iguais, inclusive nas diferenças.

Condorcet refuta o argumento da superioridade masculina. Lembra que não é pelo fato de não haver na história tantas personalidades famosas pelos seus inventos ou façanhas raras, muitas vezes por superioridade de espírito dado pela educação, que as mulheres sejam inferiores tendo que se privarem do acesso à cidadania. Neste sentido contra argumenta questionando:

Excetuado a classe pouca numerosa de homens muito esclarecidos, a igualdade é inteira entre as mulheres e o resto dos homens; que, sendo essa pequena classe posta à parte, a inferioridade e a superioridade são partilhadas igualmente entre os dois sexos. Ora, seria completamente absurdo limitar a essa classe superior o direito de cidadania e a capacidade de ser encarregados de funções públicas. Por que se excluiriam as mulheres em vez daqueles homens que são inferiores a um grande número de mulheres? (CONDORCET, 2013b, p.56).

Aqui o filósofo esclarece os argumentos historicamente utilizados, apontando haver o ato da exclusão e do preconceito contra as mulheres. Demonstra a manobra argumentativa utilizada como mecanismo para negar a igualdade ao tomar como regra, generalizando um aspecto particular ou característico como é o caso da excepcionalidade da inteligência ou superioridade por esclarecimento, algo normal, já que ninguém é igual a ninguém nas características de cada um, apenas na essência, condicionando-nos a recebermos as mesmas oportunidades e as mesmas condições para que cada um, na sua individualidade, possa desenvolver a capacidade a qual está apto, por ter sido dada naturalmente.

São muitos os aspectos que denotam e enaltecem o valor das mulheres para que se negue o que, por natureza, elas possuem: virtudes suaves e domésticas; amor à liberdade, inclusive sacrificando a própria vida; faculdade racional aguçada, entre outros. Constituem-se de elementos que apenas enaltecem mostrando a obviedade da igualdade entre homens e mulheres, significando um verdadeiro atentado à vida recusar a elas o direito ao gozo de seus direitos naturais.

CONSIDERAÇÕES

Conforme a proposta de reflexão sobre a necessidade da espécie humana buscar uma reavaliação no que diz respeito a certos aspectos essenciais para que possa ocorrer um convívio mais humanizado no respeito ao outro enquanto pessoa, penso que o tema está posto em debate pelo teor das questões elencadas na relação com a qualidade da abordagem teórica pela sua defesa e testemunho dos temas discutidos. O autor em questão aborda temas fundamentais, ainda hoje atuais, para discutir a crise humana que se aprofunda, ainda nesta civilização. Daí a convicção de que Condorcet é o interlocutor mais capaz de nos auxiliar na crise de um homem que preferiu concentrar o esclarecimento restrito a determinados grupos.

Enquanto se persistir na ideia da exclusão cultural, estimulando a superioridade de determinadas culturas, por conta de raça, cor, sexo e classe, é praticamente impossível haver harmonia entre povos, culturas e nações. Somente o reconhecimento do outro enquanto outro é que determina paz social,

Conforme o filósofo somente a educação republicana para o esclarecimento do homem, desde que seja pública, universal e laica, se apresenta como o principal instrumento na difusão dos avanços do homem, garantindo que seus progressos se perpetuem através dos tempos, entre gerações. É por meio do processo educativo que os sujeitos mais esclarecidos de uma época possibilitam o vislumbre da transmissão dos seus conhecimentos para as gerações vindouras com a possibilidade real do respeito a todas as pessoas enquanto humanas.

Neste sentido, a luta contra o despotismo, a defesa do fim da escravidão negra e o reconhecimento do direito das mulheres à cidadania, por direito natural, somando-se a diversidade cultural, de espíritos e de talentos nas individualidades e subjetividades de cada um, é parte imprescindível do que pode tornar o mundo melhor e mais propício a que as pessoas tenham condições de conviver entre humanos e como humanos. Pois, no momento em que for estendidas oportunidades iguais a todos, certamente haverá um povo melhor preparado a

pensar, decidir e julgar conforme a razão, de maneira livre, sendo orientado através de um ensino público esclarecedor e de qualidade plena para a humanização dos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **A Águia e a Galinha**: uma metáfora da condição humana. 50.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BIGNOTTO, Newton. In: CONDORCET, Jean-Antonie-Nicolas de Caritat, marquis. **Escrito políticos-constitucionais**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CONDORCET, Jean-Antonie-Nicolas de Caritat, marquis. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. Tradução e apresentação: Maria das Graças de Souza. São Paulo: UNESP, 2008.

CONDORCET, Jean-Antonie-Nicolas de Caritat, marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013a.

CONDORCET, Jean-Antonie-Nicolas de Caritat, marquis. **Escrito políticos-constitucionais**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013b.

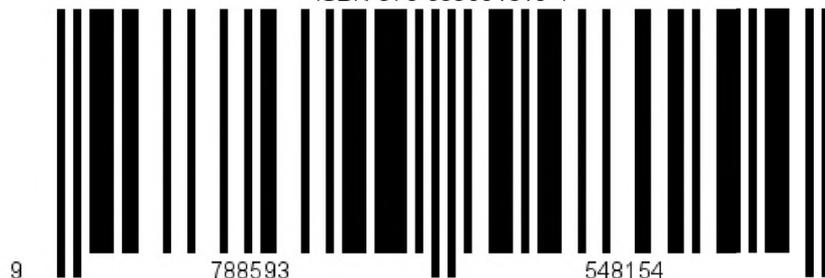
FLECK, Amaro de Oliveira; CONSANI, Cristina Foroni. In: CONDORCET, Jean-Antonie-Nicolas de Caritat, marquis. **Escrito políticos-constitucionais**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Origens da Educação Pública**: a instrução na revolução burguesa do século XVIII. São Paulo: Loyola, 1981.

Dossiê Estudos Culturais

Este dossiê é um dos resultados do **I Congresso Internacional de Pesquisa em Cultura e Sociedade**. Promovido pelo CLAEC, CONEX e UFPEL, o evento teve como objetivo promover o intercâmbio de pesquisas com focos em estudos culturais, e seus variados desdobramentos sociais. Este primeiro dossiê contém os trabalhos destaques, selecionados pelo comitê científico durante as apresentações nos simpósios temáticos do evento. Diversa, assim como a Cultura, esta seleção de artigos traz aos leitores desde estudos sobre antropologia até estudos pedagógicos, reunindo uma profusão de pesquisadores interessados pela análise dos fenômenos culturais, pelas mais diferentes lentes disciplinares.

ISBN 978-859354815-4



9

788593

548154